

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Administração da Exma. Sra. Fátima Bezerra - Governadora

ANO 90 • Nº 15.545 • NATAL, 14 DE NOVEMBRO DE 2023 • TERÇA - FEIRA

Edição de hoje, com 64 páginas,
encerrada às 21:03 do dia 13/11/2023

PODER EXECUTIVO

Leis

LEI Nº 11.591, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Reconhece como de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Transformação.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Transformação, com sede e foro jurídico no Município de Campo Grande, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Governadora

LEI Nº 11.592, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Reconhece como de Utilidade Pública Estadual a Associação Sport CG.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Estadual a Associação Sport CG, com sede e foro jurídico no Município de Campo Grande, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Governadora

LEI Nº 11.593, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Reconhece como de Utilidade Pública Estadual a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Parelhas – ASCAMARPA.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Estadual a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Parelhas – ASCAMARPA, com sede e foro jurídico no Município de Parelhas, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Governadora

LEI Nº 11.594, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Reconhece como de Utilidade Pública Estadual a Associação Reconstruir Cannabis Medicinal – ARCM.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Estadual a Associação Reconstruir Cannabis Medicinal – ARCM, com sede e foro jurídico no Município de Natal, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Governadora

Decretos

DECRETO Nº 33.139, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 825.000,00 para o fim que especifica e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 64, V, última parte, da Constituição Estadual e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 11.381 de 06 de março de 2023, bem como aprovação da Secretária de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão, através do processo nº 03610010.005424/2023 - 83 – FJA,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, crédito suplementar no valor de R\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais), às dotações especificadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, as anulações em igual valor das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste Decreto, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no seu artigo 43, § 1º, inciso III.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Maria Virgínia Ferreira Lopes

Ato Normativo		2023AN001153				
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
18201 Fundação José Augusto - FJA						
	13.392.2005.117901	Criação, Promoção, Fomento e Divulgação a Artistas, Conteúdos e Grupos Artísticos				
			339036	0.500	Fiscal	R\$ 55.000,00
			339039	0.500	Fiscal	R\$ 770.000,00
Subtotal						R\$ 825.000,00
Total						R\$ 825.000,00
Redução						
18231 Fundo Estadual de Cultura - FEC						
	13.392.2005.171701	Prêmios e Editais Culturais				
			339036	0.500	Fiscal	R\$ 55.000,00
			339039	0.500	Fiscal	R\$ 770.000,00
Subtotal						R\$ 825.000,00
Total						R\$ 825.000,00

DECRETO Nº 33.140, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre crédito de Transposição/Remanejamento/Transferência de dotação orçamentária no valor de R\$ 23.265.546,26 para o fim que especifica e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 64, V, última parte, da Constituição Estadual e tendo em vista as autorizações contidas na Lei Nº 11.252, de 23 de agosto de 2022, bem como aprovação da Secretária de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão, através dos processos nºs 02210210.000154/2023 - 44 e 02210210.000113/2023 - 58 - SIN, 07720005.000009/2023 - 52 - ASSECOM, 00210006.003679/2023 - 96 e 00210006.003678/2023 - 31 - ALRN, 03110001.004599/2023 - 50 - CEASA e 03610010.005424/2023 - 83 – FJA,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no corrente exercício, crédito de Transposição/Remanejamento/Transferência no valor R\$ 23.265.546,26 (vinte três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e

quarenta e seis reais e vinte e seis centavos), às dotações especificadas no Anexo I, deste Decreto, conforme dispõe o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, combinado com o art.13, da Lei Nº 11.252, de 23 de agosto de 2022.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Maria Virgínia Ferreira Lopes

Ato Normativo2023AN001144						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
25101	Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIN					
	26.122.0100.234501	Encargos com Pessoal				
			319011	0.500	Fiscal	R\$ 698.326,26
Subtotal						R\$ 698.326,26
Total						R\$ 698.326,26
Redução						
25101	Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIN					
	26.126.5002.147402	Modernização da Secretaria de Infraestrutura				
			339030	0.500	Fiscal	R\$ 372.000,00
			339039	0.500	Fiscal	R\$ 326.326,26
Subtotal						R\$ 698.326,26
Total						R\$ 698.326,26

Ato Normativo2023AN001145						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
11105	Assessoria de Comunicação Social - ASSECOM					
	24.122.0100.231601	Encargos com Pessoal				
			319011	0.500	Fiscal	R\$ 150.000,00
			319013	0.500	Fiscal	R\$ 20.000,00
Subtotal						R\$ 170.000,00
Total						R\$ 170.000,00
Redução						
11105	Assessoria de Comunicação Social - ASSECOM					
	24.122.5002.171202	Aparelhamento e Informatização da ASSECOM				
			449052	0.500	Fiscal	R\$ 170.000,00
Subtotal						R\$ 170.000,00
Total						R\$ 170.000,00

Ato Normativo2023AN001146						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
01101	Assembleia Legislativa - AL					
	01.122.0100.200101	Manutenção e Funcionamento da Assembleia Legislativa				
			339039	0.500	Fiscal	R\$ 2.000.000,00
Subtotal						R\$ 2.000.000,00
Total						R\$ 2.000.000,00
Redução						
01101	Assembleia Legislativa - AL					
	01.031.5004.402901	Construção, Reestruturação e Ampliação das Unidades da Assembleia Legislativa				
			459061	0.500	Fiscal	R\$ 2.000.000,00
Subtotal						R\$ 2.000.000,00
Total						R\$ 2.000.000,00

Ato Normativo2023AN001147						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
17205	Central de Abastecimento S/A - CEASA					
	20.122.0100.233101	Encargos com Pessoal				
			319011	0.500	Fiscal	R\$ 473.000,00
			319013	0.500	Fiscal	R\$ 146.700,00
			319016	0.500	Fiscal	R\$ 832,00
			319092	0.500	Fiscal	R\$ 633,00
			319094	0.500	Fiscal	R\$ 2.055,00
Subtotal						R\$ 623.220,00
Total						R\$ 623.220,00
Redução						
25101	Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIN					
	26.122.0100.264801	Manutenção e Funcionamento				
			339037	0.500	Fiscal	R\$ 623.220,00
Subtotal						R\$ 623.220,00
Total						R\$ 623.220,00

Ato Normativo2023AN001148						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
25101	Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIN					
	26.122.0100.264801	Manutenção e Funcionamento				
			339039	0.500	Fiscal	R\$ 126.000,00
Subtotal						R\$ 126.000,00
Total						R\$ 126.000,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Diário Oficial - Poder Executivo

Consulte o nosso site:
www.diariooficial.rn.gov.br



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA
Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

DIRETORA GERAL
Flávia Celeste Martini Assaf

PUBLICAÇÕES

Coluna de 6,2 cmR\$ 32,00

Quaisquer reclamações sobre matérias publicadas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias.

SUPERVISÃO DE EDIÇÃO
Valmir Bezerra de Araújo

DIAGRAMAÇÃO
E EDIÇÃO DE IMAGEM
Fernanda Ferreira da Silva

GOVERNADORA
Fátima Bezerra

VICE - GOVERNADOR
Walter Alves

SECRETÁRIOS DE ESTADO

GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO
Raimundo Alves Júnior

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
Luciana Daltro de Castro Pádua Bezerra

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Antenor Roberto Soares de Medeiros

SECRETARIA DO ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Pedro Lopes de Araújo Neto

SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA, DA
PECUÁRIA E DA PESCA
Guilherme Moraes Saldanha

SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA
Gustavo Fernandes Rosado Coelho

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO,
DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER
Maria do Socorro da Silva Batista

SECRETARIA DO ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
Helton Edi Xavier da Silva

SECRETARIA DO ESTADO DAS MULHERES,
DA JUVENTUDE, DA IGUALDADE RACIAL
E DOS DIREITOS HUMANOS
Olga Aguiar de Melo

SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Lyane Ramalho Cortez

SECRETARIA DO ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLI-
CA E DA DEFESA SOCIAL
Francisco Canindé de Araújo Silva

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA
Carlos Eduardo Xavier

SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR
Alexandre de Oliveira Lima

SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Jaime Calado Pereira dos Santos

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS HÍDRICOS
Paulo Lopes Varela

SECRETARIA DO ESTADO DO PLANEJAMENTO,
DO ORÇAMENTO E DA GESTÃO
Maria Virgínia Ferreira Lopes

SECRETARIA DO ESTADO DO TRABALHO,
DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Iris Maria de Oliveira

SECRETARIA DO ESTADO DO TURISMO

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA GESTÃO DE
PROJETOS E METAS DE GOVERNO
E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
José Adriano de Sousa Gadelha

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Daniel Cabral de Oliveira

Redução						
25131 Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Obras do RN - FDTO						
26.782.4009.115901		Construção, Reforma e Operacionalização de Terminais Rodoviários				
		449051	0.500	Fiscal		R\$ 126.000,00
Subtotal						R\$ 126.000,00
Total						R\$ 126.000,00

Ato Normativo 2023AN001150						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
01101 Assembléia Legislativa - AL						
01.122.0100.230901		Encargos com Pessoal				
		319011	0.500	Fiscal		R\$ 10.000.000,00
01.122.0100.200101		Manutenção e Funcionamento da Assembleia Legislativa				
		339046	0.500	Fiscal		R\$ 4.198.000,00
		339048	0.500	Fiscal		R\$ 4.400.000,00
Subtotal						R\$ 18.598.000,00
Total						R\$ 18.598.000,00
Redução						
01101 Assembléia Legislativa - AL						
01.031.5004.402901		Construção, Reestruturação e Ampliação das Unidades da Assembleia Legislativa				
		449051	0.500	Fiscal		R\$ 3.000.000,00
		459061	0.500	Fiscal		R\$ 3.900.000,00
01.031.3008.244901		Desenvolver Atividades de Apoio à Atuação Parlamentar				
		339093	0.500	Fiscal		R\$ 2.098.000,00
01.273.0100.405201		Previdência Complementar da Assembleia Legislativa				
		319013	0.500	Fiscal		R\$ 3.500.000,00
01.031.5004.330201		Realização de Concurso Público				
		339039	0.500	Fiscal		R\$ 100.000,00
01.126.5004.330301		Reaparelhamento e Modernização Tecnológica				
		339040	0.500	Fiscal		R\$ 5.000.000,00
		449052	0.500	Fiscal		R\$ 1.000.000,00
Subtotal						R\$ 18.598.000,00
Total						R\$ 18.598.000,00

Ato Normativo 2023AN001154						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
18201 Fundação José Augusto - FJA						
13.122.0100.227201		Manutenção e Funcionamento				
		339037	0.500	Fiscal		R\$ 700.000,00
		339093	0.500	Fiscal		R\$ 350.000,00
Subtotal						R\$ 1.050.000,00
Total						R\$ 1.050.000,00
Redução						
18231 Fundo Estadual de Cultura - FEC						
13.126.2005.145401		Desenvolvimento de Projetos Culturais das Linguagens Artísticas				
		339039	0.500	Fiscal		R\$ 1.050.000,00
Subtotal						R\$ 1.050.000,00
Total						R\$ 1.050.000,00

DECRETO Nº 33.141, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre crédito de Transposição/Remanejamento/Transferência de dotação orçamentária no valor de R\$ 410.000,00 para o fim que especifica e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 64, V, última parte, da Constituição Estadual e tendo em vista as autorizações contidas na Lei Nº 11.252, de 23 de agosto de 2022, bem como aprovação da Secretária de Estado do Planejamento, do orçamento e Gestão, através dos processos nºs. 00810046.001592/2023 - 75 e 00810046.001594/2023 - 64 - GAC e 00210006.003681/2023 - 55 e 00210006.003676/2023 - 43 - SEPLAN.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, crédito de Transposição/Remanejamento/Transferência no valor de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), às dotações especificadas no Anexo I, deste Decreto, referente às Emendas nºs 17, 284, 367 e 435 e dos Deputados Hermano Moraes, Coronel Azevedo e George Soares, conforme dispõe o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, combinado com o art.18, da Lei Nº 11.252, de 23 de Agosto de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Maria Virgínia Ferreira Lopes

Ato Normativo 2023AN001143						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
24131 Fundo de Saúde do RN - FUSERN						
10.302.2003.123801		Parcerias entre Entes Públicos				
		444042	0.500		Seguridade	R\$ 150.000,00
Subtotal						R\$ 150.000,00
Total						R\$ 150.000,00
Redução						
19102 Encargos Gerais do Estado na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN						
28.845.0500.401401		Transferências Especiais				
		444042	0.500	Fiscal		R\$ 150.000,00
Subtotal						R\$ 150.000,00
Total						R\$ 150.000,00

Ato Normativo 2023AN001149						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
25131 Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Obras do RN - FDTO						
26.782.2009.197501		Construção e Restauração de Pavimentação e de Rede de Drenagem de Águas Pluviais				
		444042	0.500	Fiscal		R\$ 60.000,00
Subtotal						R\$ 60.000,00
Total						R\$ 60.000,00
Redução						
18201 Fundação José Augusto - FJA						
13.392.2005.117901		Criação, Promoção, Fomento e Divulgação a Artistas, Conteúdos e Grupos Artísticos				
		445042	0.500	Fiscal		R\$ 60.000,00
Subtotal						R\$ 60.000,00
Total						R\$ 60.000,00

Ato Normativo 2023AN001151						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
19102 Encargos Gerais do Estado na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN						
28.845.0500.401401		Transferências Especiais				
		444042	0.500	Fiscal		R\$ 150.000,00
Subtotal						R\$ 150.000,00
Total						R\$ 150.000,00
Redução						
24131 Fundo de Saúde do RN - FUSERN						
10.302.2003.123801		Parcerias entre Entes Públicos				
		334141	0.500		Seguridade	R\$ 150.000,00
Subtotal						R\$ 150.000,00
Total						R\$ 150.000,00

Ato Normativo 2023AN001152						
UO	Programa de Trabalho	Nome Subação	Natureza Despesa	Fonte Recurso	Esfera	Valor
Acréscimo						
18201 Fundação José Augusto - FJA						
13.392.2005.117901		Criação, Promoção, Fomento e Divulgação a Artistas, Conteúdos e Grupos Artísticos				
		335041	0.500	Fiscal		R\$ 50.000,00
Subtotal						R\$ 50.000,00
Total						R\$ 50.000,00
Redução						
24131 Fundo de Saúde do RN - FUSERN						
10.302.2003.123801		Parcerias entre Entes Públicos				
		334141	0.500		Seguridade	R\$ 50.000,00
Subtotal						R\$ 50.000,00
Total						R\$ 50.000,00

Atos

* A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, item 3, e art. 12, “a”, item 2, ambos do Decreto nº 8.330, de 02 de fevereiro de 1982, e tendo em vista o constante no Processo -Sei nº 00510042.002575/2020-17,

R E S O L V E prorrogar a passagem à disposição, pelo período de 365 dias a contar de 31 de dezembro de 2023, à Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com ônus para o órgão de origem, a 2º SARGENTO PM Nº2004.0252 - ISIS CAROLINE NASCIMENTO DE MEDEIROS, matrícula Nº175.809-8, pertencente ao Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM), para o exercício de função de natureza/interesse policial militar, nos termos do art. 21, III, do Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 26 de outubro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Francisco Canindé de Araújo Silva

* Republicado por incorreção.

* A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais,

R E S O L V E nomear SAMUEL SANTOS SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Grupo Auxiliar C-1, do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte (DETRAN).

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 11 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Gustavo Fernandes Rosado Coelho

* Republicado por incorreção.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais,

R E S O L V E tornar sem efeito o Decreto Governamental que exonerou ALINE SUASSUNA VERÍSSIMO RIBEIRO do cargo de provimento em comissão de Chefe de Grupo Auxiliar de Suporte em Informática, da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 10 de novembro de 2023.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Lyane Ramalho Cortez

Procuradoria Geral do Estado

6º CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE DE 3ª CLASSE

EDITAL Nº 1 – PGE/RN, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023
O Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Estadual nº 240, de 27 de junho de 2002 (Lei Orgânica da PGE/RN), na Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado e das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais) e na Resolução CSPGE nº 3, de 20 de março de 2023, do Conselho Superior da PGE/RN (Regulamento do Concurso), torna pública a realização de concurso público para o provimento imediato de 19 (dezenove) cargos de Procurador do Estado de Terceira Classe e dos que estiverem vagos dentro do prazo de validade do concurso, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 240/2002, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) e pela Comissão Examinadora do Concurso, sob a coordenação e a supervisão dessa, que conta com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil. O Ministério Público declinou de sua participação.

1.1.1 O Cebbraspe é o detentor exclusivo do Método Cespe de realização de avaliações, certificações e seleções. Esse método está em constante evolução, sendo desenvolvido e aperfeiçoado a partir de pesquisas acadêmicas, algoritmos, processos estatísticos e de outras técnicas sofisticadas com o intuito de entregar resultados confiáveis, obtidos com inovação e alta qualidade técnica.

1.2 A seleção para o cargo de que trata este edital compreenderá as seguintes fases:
a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe;
b) uma prova subjetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe;
c) uma prova prática, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe;
d) inscrição definitiva, de responsabilidade do Cebbraspe, de caráter eliminatório;
e) avaliação de títulos, de caráter classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe.

1.3 As provas objetivas e as provas subjetiva e prática, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsiossocial dos candidatos que se declararem pessoas com deficiência e o procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, serão realizadas na cidade de Natal/RN.

1.3.1 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nas localidades de realização das provas, estas poderão ser realizadas em outras localidades.

1.4 Os candidatos nomeados estarão subordinados à Lei Complementar Estadual nº 240, de 27 de junho de 2002 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado) e, subsidiariamente, à Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado e das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais).

2 DO CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DE 3ª CLASSE

2.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: exercer, com exclusividade, a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado do Rio Grande do Norte, de suas Autarquias e Fundações Públicas, nos termos do artigo

132 da Constituição da República, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e da Lei Complementar Estadual nº 240, de 2002.

2.2 REMUNERAÇÃO: R\$ 33.924,93 (trinta e três mil, novecentos e vinte e quatro reais e noventa e três centavos).
2.3 JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ser aprovado no concurso público.
3.2 Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal.
3.3 Estar em gozo dos direitos políticos.
3.4 Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.
3.5 Estar quite com as obrigações eleitorais.
3.6 Ter concluído o curso de bacharelado em Direito, em instituição oficial ou reconhecida no país, e ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
3.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada em exame feito pela Junta Médica Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.
3.8 Possuir idoneidade moral e não registrar antecedentes criminais.
3.9 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição preliminar, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.
3.11 Cumprir as determinações deste edital.

4 DAS VAGAS

4.1 As vagas para provimento imediato estão distribuídas conforme o quadro a seguir:

Vagas para ampla concorrência	Vagas reservadas para candidatos com deficiência	Vagas reservadas para candidatos negros	Total
14	1	4	19

4.2 Os candidatos aprovados poderão ser lotados na Sede ou em qualquer um dos Núcleos Regionais e Distrito Federal da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), de acordo com a ordem de classificação no concurso.

5 DAS RESERVAS DE VAGAS

5.1 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

5.1.1 Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas na forma do art. 27 da Resolução CSPGE nº 3/2023, e da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

5.1.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, conforme art. 27 da Resolução CSPGE nº 3/2023.

5.1.1.2 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem na Lei Estadual nº 11.536, de 5 de setembro de 2023, no art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e na Lei Federal 14.126, de 22 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009.

5.1.2 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

a) no ato da solicitação de inscrição preliminar, declarar-se com deficiência;
b) enviar, via upload, na forma do subitem 5.1.2.4 deste edital, a imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência emitido por fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo ou terapeuta ocupacional, que atue na área da deficiência do candidato, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição preliminar neste concurso público.

5.1.2.1 O laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência deve apresentar a identificação do candidato e atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações. Deve, ainda, conter a data e o local da emissão, a assinatura e o carimbo legível com identificação do médico ou profissional de saúde que emitiu o laudo, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo, com base no modelo disponível no Anexo II deste edital.

5.1.2.2 Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente, a validade do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que legível, e que contenham a caracterização da deficiência, a identificação do candidato e ateste a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações.

5.1.2.3 A validade do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência, para o caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

5.1.2.4 O candidato com deficiência deverá enviar, no período de solicitação de inscrição preliminar estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, imagem legível do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência a que se refere o subitem 5.1.2 deste edital. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior a serem avaliados pela comissão de avaliação.

5.1.2.5 O envio da imagem legível do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebbraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do documento a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

5.1.2.5.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

5.1.2.5.2 O candidato deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência constante do subitem 5.1.2 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebbraspe, o candidato deverá enviar o referido documento por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

5.1.2.6 A imagem do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência terá validade somente para este concurso público e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.

5.1.3 O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 6.4.9 deste edital, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas, no ato da solicitação de inscrição preliminar, para o dia de realização das provas e das demais fases do concurso, devendo indicar as condições de que necessita para a realização destas.

5.1.3.1 O candidato que se enquadrar na hipótese prevista no subitem 5.1.3 deste edital poderá solicitar atendimento especializado unicamente para a condição estabelecida no seu laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência enviado conforme dispõe o subitem 5.1.2 deste edital.

5.1.3.1.1 Ressalvadas as disposições previstas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo de provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso.

5.1.4 A relação provisória dos candidatos com a inscrição preliminar deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

5.1.4.1 O candidato que desejar interpor recurso contra a relação provisória dos candidatos com inscrição preliminar deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá observar os procedimentos estabelecidos na relação a que se refere o subitem 5.1.4 deste edital.

5.1.4.2 No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

5.1.5 A inobservância do disposto no subitem 5.1.2 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

5.1.5.1 O candidato que não se declarar com deficiência no aplicativo de inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência. Apenas o envio do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência não é suficiente para deferimento da solicitação do candidato.

5.1.6 DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

5.1.6.1 O candidato que se declarou como pessoa com deficiência com a inscrição definitiva deferida, se não eliminado no concurso, será convocado para se submeter à avaliação biopsicossocial oficial promovida por equipe multiprofissional de responsabilidade do Cebbraspe, formada por seis profissionais, que analisará a qualificação do candidato como pessoa com deficiência, nos termos da Lei Estadual nº 11.536/2023, do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015; do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004; do § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); e da Lei Federal 14.126/2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009.

5.1.6.1.1 A avaliação biopsicossocial visa qualificar a deficiência do candidato e considerará:

- a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- c) a limitação no desempenho de atividades;
- d) a restrição de participação.

5.1.6.2 Os candidatos deverão comparecer à avaliação biopsicossocial com uma hora de antecedência, munidos de documento de identidade original e de laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência original, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição preliminar neste concurso público, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, com base no modelo constante do Anexo II deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência. Serão oferecidos aos candidatos as adaptações razoáveis de acessibilidade solicitadas no ato da solicitação de inscrição preliminar.

5.1.6.2.1 O laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência original deverá estar acompanhado de sua cópia simples (cuja conformidade com o original será conferida no momento da apresentação). O candidato poderá, também, apresentar a cópia autenticada em cartório desse documento.

5.1.6.2.2 A cópia simples ou a cópia autenticada do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência será retida pela equipe do Cebbraspe. Caso seja apresentado somente o laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência original, este será retido pelo Cebbraspe por ocasião da realização da avaliação biopsicossocial para fins de arquivamento.

5.1.6.2.3 A ausência do CID-10 não será motivo de não consideração do candidato como pessoa com deficiência, desde que sua indicação não seja imprescindível para a constatação da deficiência.

5.1.6.3 Por ocasião da avaliação biopsicossocial, o candidato cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) deverá apresentar, ainda, relatório especializado, emitido por médico, explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (com início e duração de alterações e(ou) prejuízos):

- a) capacidade de comunicação e interação social;
- b) reciprocidade social;
- c) qualidade das relações interpessoais; e
- d) presença ou ausência de estereotípias verbais, estereotípias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos.

5.1.6.4 Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência, exame audiométrico – audiometria (original com cópia simples ou cópia autenticada em cartório), realizado nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição preliminar neste concurso público. Caso o candidato utilize Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), deverá apresentar audiometria sem e com AASI.

5.1.6.5 Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.

5.1.6.6 Quando se tratar de deficiência física, o laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência deverá conter uma descrição detalhada dos impedimentos físicos, que descreva as alterações anatômicas e(ou) funcionais e especifique as limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como por exemplo, uso de próteses e(ou) órteses.

5.1.6.7 Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que, por ocasião da avaliação biopsicossocial:

- a) não apresentar laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência (original com cópia simples ou cópia autenticada em cartório);
- b) apresentar laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência em período superior a nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição preliminar neste concurso público, exceto no caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou de candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente;
- c) deixar de cumprir as exigências de que tratam os subitens 5.1.6.4 a 5.1.6.6 deste edital;
- d) deixar de apresentar o relatório especializado de que trata o subitem 5.1.6.3 deste edital, se for o caso;
- e) não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;
- f) não comparecer à avaliação biopsicossocial;
- g) evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos da avaliação;
- h) não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.10 deste edital.

5.1.6.8 O nome do candidato que, no ato da solicitação de inscrição preliminar, se declarar com deficiência e, na avaliação biopsicossocial, for considerado pessoa com deficiência, e não for eliminado do concurso, será publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.

5.1.6.8.1 O candidato que não for considerado com deficiência na avaliação biopsicossocial, caso tenha nota suficiente no concurso, figurará na lista de classificação geral.

5.1.6.9 As vagas definidas no subitem 5.1.1 deste edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5.2 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.2.1 Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso, 20% serão reservadas aos candidatos negros, nos termos do art. 34 da Resolução CSPGE nº 3/2023 e da Lei Estadual nº 11.015, de 20 de novembro de 2021.

5.2.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.2.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do disposto na Lei Estadual nº 11.015/2021.

5.2.1.2 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição preliminar, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.2.1.3 A autodeclaração terá validade somente para este concurso público.

5.2.1.4 As informações prestadas no momento da inscrição preliminar são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

5.2.1.4.1 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição preliminar do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

5.2.1.5 A relação provisória dos candidatos que se autodeclararam negros com a inscrição preliminar deferida será divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

5.2.1.6 O candidato que desejar desistir de concorrer às vagas reservadas aos negros deverá alterar a opção de concorrência, por meio de link disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, no período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, ininterruptamente. Após esse período, não serão aceitos pedidos de alteração de opção.

5.2.2 DO PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO DECLARADA PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.2.2.1 Nos cinco dias subsequentes à publicação do resultado na avaliação de títulos, os candidatos que se declararam pretos ou pardos, se não eliminados no concurso, serão convocados, por meio de edital, para o procedimento de verificação da condição declarada, perante comissão constituída para confirmação do pertencimento racial.

5.2.2.2 Para o procedimento de verificação, o candidato que se autodeclarou negro deverá se apresentar, presencialmente, à comissão avaliadora.

5.2.2.2.1 A comissão avaliadora será formada por três integrantes e deverá ter seus integrantes distribuídos por gênero e cor.

5.2.2.3 Durante o processo de verificação, o candidato deverá responder às perguntas que forem feitas pela comissão avaliadora.

5.2.2.4 O procedimento de verificação será filmado pelo Cebbraspe para fins de registro de avaliação e será de uso exclusivo da banca examinadora.

5.2.2.5 A avaliação da comissão avaliadora considerará o fenótipo do candidato.

5.2.2.5.1 Será considerado negro o candidato que assim for reconhecido como tal por pelo menos um dos membros da comissão avaliadora.

5.2.2.6 Será eliminado do concurso o candidato que:

- a) se recusar a ser filmado e não se submeter ao procedimento de verificação;
- b) prestar declaração falsa.

5.2.2.6.1 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.2.2.6.2 O candidato cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de verificação concorrerá somente às vagas destinadas à ampla concorrência, caso tenha nota suficiente para tanto.

5.2.2.7 O enquadramento ou não do candidato na condição de pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza.

5.2.2.8 A avaliação da comissão avaliadora quanto ao enquadramento, ou não, do candidato na condição de pessoa negra, terá validade apenas para este concurso.

5.2.3 A comissão avaliadora poderá ter acesso a informações, fornecidas ou não pelo próprio candidato, que auxiliem a análise acerca da condição do candidato como pessoa negra.

5.2.4 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.2.4.1 Em cada uma das fases do concurso, não serão computados, para efeito de preenchimento do percentual de vagas reservadas a candidatos negros, os candidatos autodeclarados negros classificados ou aprovados dentro do número de vagas oferecido a ampla concorrência, sendo que esses candidatos constarão tanto da lista dos aprovados dentro do número de vagas da ampla concorrência como também da lista dos aprovados para as vagas reservadas aos candidatos negros, em todas as fases do concurso.

5.2.5 Além das vagas de que trata o subitem 5.2.1 deste edital, os candidatos negros poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.2.6 Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros.

5.2.7 Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

5.2.8 Na hipótese de que trata o subitem 5.2.6 deste edital, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

5.2.9 Na hipótese de o candidato aprovado tanto na condição de negro quanto na condição de pessoa com deficiência ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato negro, ou optar por esta na hipótese do subitem 5.2.6 deste edital, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao servidor com deficiência.

5.2.10 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

5.2.10.1 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

5.2.11 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

6 DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES NO CONCURSO PÚBLICO

6.1 TAXA: R\$ 300,00 (trezentos reais).

6.2 Será admitida a solicitação de inscrição preliminar somente via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital.

6.2.1 O Cebbraspe não se responsabilizará por solicitação de inscrição preliminar não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição preliminar, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.2.1.1 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição.

6.2.2 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição preliminar por meio de boleto bancário.

6.2.3 O candidato deverá imprimir o boleto bancário, que será disponibilizado na página de acompanhamento do concurso, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, após efetuado o registro pelo banco.

6.2.3.1 O candidato poderá reimprimir o boleto bancário pela página de acompanhamento do concurso.

6.2.5 O pagamento da taxa de inscrição preliminar deverá ser efetuado até a data estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

6.2.6 As solicitações de inscrições preliminares efetuadas somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição preliminar.

6.3 O comprovante de inscrição preliminar do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, por meio da página de acompanhamento, após a aceitação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento. O comprovante de inscrição preliminar ficará disponível somente até a data de realização da prova objetiva.

6.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO PRELIMINAR NO CONCURSO PÚBLICO

6.4.1 Antes de realizar a solicitação de inscrição preliminar, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo.

6.4.1.1 Somente será permitida uma solicitação de inscrição preliminar por Cadastro de Pessoa Física (CPF). Não será permitido ao candidato realizar mais de uma solicitação de inscrição preliminar.

6.4.1.2 Durante o período de solicitação de inscrição preliminar, o candidato poderá realizar alteração de opção de atendimento especializado/sistema de concorrência.

6.4.1.2.1 Para o candidato que alterar a sua solicitação de inscrição preliminar, nos termos do subitem 6.4.1.2 deste edital, será considerada válida somente a última alteração realizada.

6.4.1.2.2 Encerrado o período de solicitação de inscrição preliminar, as inscrições realizadas no sistema de inscrição que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

6.4.1.3 No momento da solicitação de inscrição preliminar, o candidato deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do concurso público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seus nomes, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

6.4.2 É vedada a solicitação de inscrição preliminar condicional, a extemporânea, bem como a solicitada via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

6.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

6.4.4 Para solicitar a inscrição preliminar, o candidato deverá informar o número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) e enviar, via upload, fotografia individual, tirada nos últimos seis meses anteriores à data de publicação deste edital, em que necessariamente apareça a sua cabeça descoberta e os seus ombros.

6.4.4.1 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição referentes ao procedimento de envio da fotografia.

6.4.4.1.1 O candidato cuja fotografia, por não obedecer às especificações constantes do subitem 6.4.4 deste edital, impeça ou dificulte a sua identificação durante a realização das provas, poderá, a critério do Cebraspe, ser submetido à identificação especial no dia de realização das provas.

6.4.4.1.1.1 O candidato que for submetido à identificação especial poderá ser fotografado no dia de realização das provas.

6.4.4.1.2 O envio da fotografia é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do arquivo a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação e outros fatores que impossibilitem o envio.

6.4.4.1.3 Os candidatos deverão verificar, em link específico a ser divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, no período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, se a foto encaminhada obedeceu rigorosamente às instruções contidas no sistema de inscrição e, portanto, foi acatada. Caso não tenha sido reconhecida, o candidato poderá realizar, no período acima mencionado, novo envio de uma foto que atenda às determinações do sistema.

6.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição preliminar serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Cebraspe do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher a solicitação de forma completa, correta e verdadeira.

6.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição preliminar não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

6.4.6.1 Em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública, a solicitação de eventual devolução do valor referente ao pagamento da taxa de inscrição preliminar deverá ser feita à PGE/RN.

6.4.7 O comprovante de inscrição preliminar ou o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização da prova objetiva.

6.4.8 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PRELIMINAR

6.4.8.1 Haverá isenção total do valor da taxa de inscrição preliminar somente para os candidatos amparados pela Lei Estadual nº 5.869, de 9 de janeiro de 1989, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 19.844, de 6 de junho de 2007, pela Lei Estadual nº 9.643, de 18 de julho de 2012, pela Lei Estadual nº 10.095, de 8 de agosto de 2016, e pela Lei Estadual nº 10.440, de 16 de outubro de 2018.

6.4.8.2 Para solicitar a isenção de taxa de inscrição, os candidatos amparados na forma do subitem 6.4.8.1 deste edital deverão, no período de solicitação de inscrição preliminar estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, enviar, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, a imagem legível da documentação de que tratam os subitens 6.4.8.2.1 a 6.4.8.2.4 deste edital ou proceder conforme subitem 6.4.8.2.5 deste edital, conforme o caso em que se enquadra.

6.4.8.2.1 1ª POSSIBILIDADE (doador de sangue à rede hospitalar estadual do Rio Grande do Norte, conforme a Lei Estadual nº 5.869/1989 e o Decreto Estadual nº 19.844/2007): documento comprobatório das doações, expedido eletronicamente pelos órgãos ou entes públicos coletores de sangue que atuem no estado, contendo cadastro, nome e CPF do doador, observado o subitem 6.4.8.2.1.1 deste edital.

6.4.8.2.1.1 São consideradas doadoras de sangue pessoas que tenham efetuado, pelo menos, três doações sanguíneas convencionais para as instituições públicas, vinculadas à Rede Hospitalar Estadual, no período de 12 meses anteriores à data de publicação deste edital.

6.4.8.2.2 2ª POSSIBILIDADE (convocados e nomeados para servir à Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, conforme a Lei Estadual nº 9.643/2012): declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição, observado o disposto no subitem 6.4.8.2.2.4 deste edital.

6.4.8.2.2.1 Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado administrador de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação.

6.4.8.2.2.2 Entende-se como período de eleição a véspera e o dia do pleito.

6.4.8.2.2.3 Na hipótese de ocorrer segundo turno, considera-se cada turno uma eleição.

6.4.8.2.2.4 Para ter direito à isenção, o candidato deverá comprovar serviço eleitoral prestado por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não.

6.4.8.2.3 3ª POSSIBILIDADE (doadoras de leite materno, conforme a Lei Estadual nº 10.095/2016): documento emitido por banco de leite humano em regular funcionamento que comprove, no mínimo, três doações no período de 12 meses anteriores à data de publicação deste edital.

6.4.8.2.4 4ª POSSIBILIDADE (doador de medula óssea conforme a Lei Estadual nº 10.440/2018): atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

6.4.8.2.5 5ª POSSIBILIDADE (CadÚnico, conforme a Lei Estadual nº 10.440/2018):

- a) preenchimento do requerimento disponível no aplicativo de inscrição com a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico;
- b) preenchimento eletrônico de declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), nos termos do Decreto nº 11.016/2022.

6.4.8.2.5.1 Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o subitem 6.4.8.2.5 deste edital estará sujeito a:

I - cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II - exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

III - declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

6.4.8.3 A realização do procedimento constante do subitem 6.4.8.2.5 deste edital ou o envio da documentação constante dos subitens 6.4.8.2.1 a 6.4.8.2.4 deste edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

6.4.8.3.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

6.4.8.3.2 Não será deferida a solicitação de isenção do candidato que não enviar a imagem legível da documentação constante dos subitens 6.4.8.2.1 a 6.4.8.2.4 deste edital.

6.4.8.4 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante dos subitens 6.4.8.2.1 a 6.4.8.2.4 deste edital. Caso seja solicitada pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

6.4.8.5 A solicitação realizada após o período constante do subitem 6.4.8.2 deste edital será indeferida.

6.4.8.6 Durante o período de que trata o subitem 6.4.8.2 deste edital, o candidato poderá desistir de solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição e optar pela impressão do boleto bancário, por meio da página de acompanhamento, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador.

6.4.8.7 A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou de serem utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

6.4.8.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações e(ou) torná-las inverídicas;
- b) fraudar e(ou) falsificar documentação;
- c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 6.4.8.2 deste edital.

6.4.8.9 Não será aceita solicitação de isenção de taxa de inscrição via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, ou, ainda, fora do prazo.

6.4.8.10 Cada solicitação de isenção será analisada e julgada pelo Cebraspe.

6.4.8.10.1 O Cebraspe consultará o órgão gestor do CadÚnico para confirmar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

6.4.8.11 O edital de resultado provisório da solicitação de isenção de taxa de inscrição preliminar será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e divulgado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

6.4.8.11.1 O candidato com a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá, no período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, verificar os motivos do indeferimento de sua solicitação e interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6.4.8.11.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a interposição de recurso.

6.4.8.11.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

6.4.8.11.4 Recurso cujo teor desrespeite a banca será preliminarmente indeferido.

6.4.8.11.5 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo com este edital.

6.4.8.11.6 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

6.4.8.11.7 O edital de resultado final da solicitação de isenção de taxa de inscrição preliminar será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e divulgado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

6.4.8.12 O candidato cuja solicitação de isenção for indeferida deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, sob pena de ser automaticamente excluído do concurso público.

6.4.9 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

6.4.9.1 O candidato que necessitar de adaptações razoáveis e tecnologias assistivas para a realização das provas objetiva, subjetiva e prática deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

- a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a(s) opção(ões) correspondente(s) aos recursos especiais necessários; e
- b) enviar, via upload, a imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. O laudo deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, que justifique o atendimento especializado solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico ou do profissional de saúde de nível superior, que atue na área da deficiência do candidato, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

6.4.9.1.1 No caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou em caso de impedimento irreversível, que caracterize deficiência permanente, a validade do laudo é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

6.4.9.1.2 Caso os recursos especiais de que o candidato necessite para a realização das provas não estejam entre aqueles elencados no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá assinalar o campo “ATENDIMENTOS ADICIONAIS” dessa lista de opções e, em seguida, proceder de acordo com o subitem 6.4.9.6 deste edital.

6.4.9.1.3 Os candidatos que tenham em seu corpo equipamento tipo marca-passos ou que tenham de fazer uso de qualquer equipamento tais como bomba de insulina, para a realização das provas, deverão proceder na forma do subitem 6.4.9.1.2 deste edital.

6.4.9.1.4 Os recursos especiais solicitados pelo candidato para a realização das provas deverão ser justificados pelo laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência por ele apresentado, ou seja:

- a) recursos especiais solicitados que não sejam respaldados pelo laudo serão indeferidos;
- b) eventuais recursos que sejam citados no laudo, mas que não sejam por ele solicitados no sistema eletrônico de inscrição, não serão considerados na análise da solicitação de atendimento especializado do candidato.

6.4.9.2 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas objetiva, subjetiva e prática deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

- a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização das provas; e
- b) enviar, via upload, a imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. O laudo deve conter a assinatura do médico ou profissional de saúde de nível superior, que atue na área da deficiência do candidato (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo ou terapeuta ocupacional), com carimbo e número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo, que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência e parecer que justifique a necessidade de tempo adicional.

6.4.9.2.1 No caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou no caso de outros impedimentos irreversíveis, que caracterizem deficiência permanente, a validade do laudo é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

6.4.9.2.1.1 O candidato com atendimento especializado de tempo adicional deferido para a realização de suas provas, que não seja considerado deficiente na avaliação biopsicossocial, será eliminado do concurso, por descumprir o subitem 14.2 deste edital.

6.4.9.3 O candidato com deficiência visual que necessitar de adaptação das provas, conforme a Lei Estadual nº 10.584, de 3 de setembro de 2019, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação para adaptação das provas;

b) enviar, via upload, a imagem de laudo médico, emitido no máximo nos últimos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. O laudo deve conter a assinatura do médico com carimbo e número de sua inscrição no CRM, que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao CID-10, bem como a provável causa da deficiência, e parecer emitido por especialista da área de deficiência do candidato que justifique a necessidade de tempo adicional.

6.4.9.3.1 Independentemente de requerimento, será assegurado aos candidatos com deficiência visual tempo adicional de uma hora para a realização das provas.

6.4.9.3.2 É assegurado aos candidatos com deficiência visual, independentemente de requerimento, o direito de realizarem as provas em salas reservadas e em separado dos demais candidatos.

6.4.9.3.3 O candidato com deficiência visual, em razão da necessária igualdade de condições com os demais candidatos, fará jus às condições especiais durante a realização das provas, optando por realizá-las por um dos seguintes meios:

a) sistema Braille;

b) auxílio de leitor;

c) computador; e

d) sistema convencional de escrita com caracteres ampliados.

6.4.9.3.3.1 As condições especiais previstas no subitem 6.4.9.3.3 deste edital não impedem que candidato com deficiência visual solicite outros meios que melhor atendam às suas necessidades, considerando-se a viabilidade e razoabilidade da solicitação.

6.4.9.3.3.2 O candidato com deficiência visual poderá escolher mais de uma opção de condição especial, devendo comprovar esta necessidade para realização da prova.

6.4.9.3.3.3 O candidato que deixar de efetuar a solicitação de atendimento especializado realizará a prova com auxílio de leitor.

6.4.9.3.3.4 Na hipótese de o candidato com deficiência visual optar por realizar as provas por meio de computador, deverá especificar, no sistema de solicitação de inscrição, o software a ser utilizado nessa ocasião.

6.4.9.4 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de amamentar durante a realização das provas;

b) enviar, via upload, a imagem legível da certidão de nascimento da criança (caso a criança ainda não tenha nascido até a data estabelecida no subitem 6.4.9.8 deste edital, a cópia da certidão de nascimento poderá ser substituída por documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento).

6.4.9.4.1 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

6.4.9.4.1.1 O Cebraspe não disponibilizará acompanhante para a guarda de criança.

6.4.9.5 O candidato transexual ou travesti que desejar ser tratado pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das provas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital, assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social durante realização das provas, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado.

6.4.9.5.1 As publicações referentes aos candidatos transexuais ou travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

6.4.9.6 O candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, e necessitar realizar as provas armado deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização das provas;

b) enviar, via upload, a imagem legível do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

6.4.9.6.1 O candidato amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, que não solicitar o atendimento especializado conforme descrito no subitem 6.4.9.6 deste edital não poderá portar armas no ambiente de provas, e, caso descumpra o estabelecido neste edital, estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

6.4.9.6.2 Os candidatos que não forem amparados pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de provas.

6.4.9.7 O candidato que, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização das provas e demais fases do concurso, objetos, dispositivos ou próteses (aparelho auditivo, bomba de insulina, marca-passos etc.) cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao campo “ATENDIMENTOS ADICIONAIS” e, em seguida, descrever, no espaço destinado para esse fim, no sistema eletrônico de inscrição, os recursos especiais necessários para a realização da prova; e

b) enviar, via upload, a imagem legível do respectivo laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência que justifique o atendimento solicitado.

6.4.9.8 O candidato que necessitar de atendimento diferenciado para a realização das provas em datas e(ou) horários distintos por motivo de crença religiosa, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar a opção correspondente na solicitação de inscrição;

b) enviar, via upload, a imagem legível da declaração da congregação religiosa a que pertence, em que conste seu nome, atestando a sua condição de membro da igreja, com a devida assinatura do líder religioso.

6.4.9.9 A documentação citada nos subitens 6.4.9.1 a 6.4.9.8 deste edital deverá ser enviada de forma legível no período de solicitação de inscrição preliminar estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior, ou a critério do Cebraspe.

6.4.9.9.1 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.4.9.9.2 O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de indisponibilidade/falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

6.4.9.9.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se refere os subitens 6.4.9.1 a 6.4.9.8 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

6.4.9.10 O candidato que não solicitar atendimento especializado no sistema eletrônico de inscrição e não especificar quais os recursos serão necessários para tal atendimento não terá atendimento especializado, ainda que faça o envio, via upload, da documentação prevista nos subitens 6.4.9.1 a 6.4.9.8 deste edital. Apenas o envio do laudo médico/documentação não é suficiente para a obtenção do atendimento especializado.

6.4.9.11 No caso de solicitação de atendimento especializado que envolva a utilização de recursos tecnológicos, se ocorrer eventual falha desses recursos no dia de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade.

6.4.9.12 A solicitação de atendimento especializado, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.4.9.13 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especializado foi deferida no período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador.

6.4.9.13.1 O candidato com a solicitação de atendimento especializado indeferida poderá, no período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, verificar os motivos do indeferimento e interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6.4.9.13.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a interposição de recurso.

6.4.9.13.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

6.4.9.13.4 Recurso cujo teor desrespeite a banca será preliminarmente indeferido.

6.4.9.13.5 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo este edital.

6.4.9.13.6 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

6.4.9.13.7 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especializado foi deferida, após a análise dos recursos, a partir da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador.

7 DAS FASES DO CONCURSO

7.1 As fases do concurso estão descritas nos quadros a seguir:

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
(P1) Objetiva	I – Direito Constitucional; II – Direito Administrativo; III – Direito Civil; IV – Direito Processual Civil; V – Direito Ambiental; VI – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho; VII – Direito Penal e Processual Penal; VIII – Direito Financeiro, Tributário e Previdenciário.	100	Eliminatório e classificatório
(P2) Subjetiva	I – Direito Constitucional; II – Direito Administrativo; III - Direito Civil; IV – Direito Processual Civil; V – Direito Ambiental; VI – Direito Financeiro, Tributário e Previdenciário.	10 questões de natureza dissertativa/discursiva	
(P3) Prática	I – Direito Constitucional; II – Direito Administrativo; III – Direito Tributário; IV – Direito Processual Civil.	1 peça judicial e 1 parecer jurídico	
Inscrição definitiva	-	-	Eliminatório
(P4) Avaliação de títulos	-	-	Classificatório

8 DA PROVA OBJETIVA

8.1 A prova objetiva terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da tarde.

8.2 Na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, edital que informará a disponibilização da consulta aos locais e aos horários de realização das provas.

8.2.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, para verificar seu local de provas, por meio de busca individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados.

8.2.2 O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pelo Cebraspe.

8.2.3 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

8.2.4 O Cebraspe poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem 8.2 deste edital, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o disposto no subitem 8.2 deste edital.

8.3 As provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, valerão 10,00 pontos e abrangerão os objetos de avaliação constantes do item 15 deste edital.

8.4 As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A, B, C, D e E), sendo uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão, cinco campos de marcação: um campo para cada uma das cinco opções A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher o campo correspondente à resposta considerada por ele correta, de acordo com o comando da questão.

8.5 O candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas.

8.6 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro do candidato.

8.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e(ou) com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

8.8 O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de nenhum modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do seu processamento eletrônico.

8.9 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, do número de sua inscrição e do número de seu documento de identidade.

8.10 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para auxílio no preenchimento/auxílio na leitura. Nesse caso, o candidato será acompanhado pelo aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.

8.11 Serão anuladas as provas objetivas do candidato que não devolver a sua folha de respostas.

8.12 O Cebraspe disponibilizará o link de consulta da imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a prova objetiva, exceto a dos candidatos cujas provas tiverem sido anuladas na forma do subitem 8.11 deste edital e dos que tiverem sido eliminados na forma dos subitens 14.22 e 14.24 deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, em até cinco dias úteis a partir da data de divulgação do resultado final nas provas objetivas. A consulta à referida imagem ficará disponível por até 60 dias corridos da data de publicação do resultado final no concurso público.

8.11.1 Após o prazo determinado no subitem 8.11 deste edital, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

8.12 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

8.12.1 A prova objetiva de todos os candidatos será corrigida por meio de processamento eletrônico da folha de respostas.

8.12.2.1 A nota em cada questão da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,10 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova, não haja marcação ou haja mais de uma marcação.

8.12.3 O cálculo da nota em cada prova objetiva, comum às provas de todos os candidatos, será igual à soma das notas obtidas em todas as questões que a compõem.

8.12.4 Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público o candidato que obtiver nota inferior a 6,00 pontos.

8.12.4.1 O candidato eliminado na forma do subitem 8.12.4 deste edital não terá classificação alguma no concurso público.

8.13 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 8.12.4 deste edital serão ordenados, de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva, e listados em ordem alfabética

8.14 DOS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DA PROVA OBJETIVA

8.14.1 Os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

8.14.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva disporá do período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital para fazê-lo, ininterruptamente.

8.14.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

8.14.3.1 O candidato poderá, ainda, no período de que trata o subitem 8.14.2 deste edital, apresentar razões para a manutenção do gabarito, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

8.14.4 Todos os recursos serão analisados, e as justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.14.5 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.14.6 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu autor, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.14.7 O deferimento de recurso contra questão de prova objetiva gera duas situações distintas: a anulação da questão ou a alteração de seu gabarito. A anulação de questão se dá quando o seu julgamento resta impossibilitado, o que ocorre nas seguintes situações, entre outras: o assunto abordado na questão foge ao escopo dos objetos de avaliação estabelecidos em edital; há possibilidade de dupla interpretação; há mais de uma opção que atenda ao comando da questão; há erro de digitação que prejudica o julgamento da questão; há contradição entre duas referências bibliográficas válidas. Já a alteração de gabarito pode decorrer de erro material na divulgação ou de apresentação de argumentação consistente que leve a banca a reconsiderar a resposta originalmente proposta para a questão.

8.14.7.1 Se do exame de recursos resultar a anulação de questão integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.14.7.2 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.14.8 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

8.14.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

8.14.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

8.15 O edital de resultado provisório na prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

9 DAS PROVAS SUBJETIVA E PRÁTICA

9.1 A prova subjetiva P2 terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da tarde.

9.2 A prova prática P3 terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da tarde.

9.3 As provas P2 e P3 valerão 10,00 pontos cada e consistirão de:

a) prova subjetiva P2: 10 questões, a serem respondidas em até 20 linhas cada, no valor de 1,00 pontos cada, totalizando 10,00 pontos, abordando as disciplinas relacionadas no quadro do subitem 7.1 deste edital.

b) prova prática P3: redação de uma peça judicial, de até 120 linhas, no valor de 5,00 pontos, e de um parecer, de até 90 linhas, no valor de 5,00 pontos, totalizando 10,00 pontos, abordando as disciplinas relacionadas no quadro do subitem 7.1 deste edital.

9.4 As provas subjetiva e prática serão avaliadas e pontuadas segundo os critérios estabelecidos no subitem 9.10 deste edital.

9.5 Os textos definitivos das provas subjetiva e prática deverão ser manuscritos, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto — o qual será gravado em áudio —, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

9.6 O documento de textos definitivos das provas subjetiva e prática não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de serem anuladas. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da respectiva prova subjetiva ou prática.

9.7 O documento de textos definitivos das provas subjetiva e prática será o único documento válido para a avaliação das provas. As folhas para rascunho do caderno de provas são de preenchimento facultativo e não são válidas para a avaliação das provas subjetiva e prática.

9.7.1 O caderno de provas e folha de rascunho poderão ser levados pelos candidatos no decurso nos últimos 15 minutos anteriores ao horário de término das provas subjetiva e prática.

9.8 Não haverá substituição do documento de textos definitivos por erro do candidato em seu preenchimento.

9.9 DAS INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE CONSULTA PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS SUBJETIVA E PRÁTICA

9.9.1 Para a realização das provas subjetiva e prática, poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, mesmo que em formato livro, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial, bem como a utilização de cópias reprográficas ou qualquer documento obtido na internet, sob pena de eliminação do concurso.

9.9.2 Material de uso permitido:

a) legislação não comentada, não anotada e não comparada;

b) códigos;

c) decretos;

d) resoluções;

e) instruções normativas;

f) portarias;

g) índice remissivo;

h) regimento interno dos tribunais e dos conselhos;

i) leis de introdução dos códigos;

j) legislação não comentada, não anotada e não comparada, obtida em sites oficiais.

9.9.2.1 O material de uso permitido poderá conter evidências de utilização anterior, tais como:

a) trechos destacados por marca texto, sublinhados etc.;

b) simples remissão a artigos ou a texto de lei (ex.: vide artigo 2º da Lei nº 8.112/1990);

c) separação de códigos por cores, marcador de página, post-it, cliques ou similares.

9.9.3 Material de uso proibido:

a) códigos comentados, anotados ou comparados;

b) anotações pessoais (transcritas, manuscritas ou impressas);

c) súmulas;

d) enunciados;

e) exposições de motivos dos códigos;

f) jurisprudências;

g) informativos de Tribunais;

h) orientações jurisprudenciais;

i) cópias reprográficas (xerox ou similares);

j) revistas;

k) livros de doutrina;

l) cópias reprográficas ou qualquer documento obtido na internet (indicado no subitem 9.9.1 deste edital).

m) livros, apostilas, anotações, materiais e(ou) quaisquer obras que contenham modelos de petições, roteiros/rotinas ou fluxogramas de petições e afins;

n) dicionários ou qualquer outro material de consulta que contenha qualquer conteúdo similar aos indicados anteriormente;

o) computador, notebook, tablet, dispositivo eletrônico ou equipamentos similares (indicados no subitem 14.22 deste edital).

9.9.4 Os candidatos deverão isolar, previamente, com grampo ou fita adesiva, as partes não permitidas dos textos de consulta, de modo a impedir sua utilização durante as provas, sob pena de não poder consultá-los.

9.9.4.1 O material de consulta de que trata o subitem 9.9 deste edital poderá ser conferido antes e no decorrer das provas subjetiva e prática.

9.9.5 O candidato que descumprir as instruções de utilização de material de consulta será eliminado do concurso e suas provas serão anuladas.

9.9.6 Não será permitida, durante a realização das provas subjetiva e prática, a comunicação entre os candidatos.

9.9.7 Todo o material de consulta deverá estar redigido em Língua Portuguesa.

9.10 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS SUBJETIVA E PRÁTICA

9.10.1 Para cada sistema de concorrência, a convocação dos candidatos para as provas subjetiva e prática será de acordo com os seguintes critérios:

a) ampla concorrência: serão convocados para as provas subjetiva e prática os 225 candidatos mais bem classificados na prova objetiva, respeitados os empates na última posição;

b) candidatos que se declararam pessoas com deficiência: serão convocados para as provas subjetiva e prática os 15 candidatos mais bem classificados na prova objetiva, respeitados os empates na última posição;

c) candidatos que se autodeclararam negros: serão convocados para as provas subjetiva e prática dos 60 candidatos mais bem classificados nas provas objetivas, respeitados os empates na última posição.

9.10.1.1 Caso o número de candidatos que tenham se declarado pessoas com deficiência ou se autodeclarado negros aprovados na prova objetiva seja inferior ao quantitativo estabelecido no subitem 9.10.1 deste edital, serão convocados para as provas subjetiva e prática os candidatos da ampla concorrência posicionados na prova objetiva até o limite de correções estabelecido no referido subitem, respeitados os empates na última colocação.

9.10.2 O candidato que não for convocado para as provas subjetiva e prática na forma dos subitens 9.10.1 ou 9.10.1.1 deste edital estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

9.10.3 O edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para as provas subjetiva e prática será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rn_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

9.10.4 As provas subjetiva e prática avaliarão o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

9.10.4.1 As provas subjetiva e prática de cada candidato serão submetidas a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

9.10.5 Cada questão da prova subjetiva (P2) valerá 1,00 ponto e será avaliada conforme os seguintes critérios:

a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NCi), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 0,80 ponto, em que $i = 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10$;

b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NEi) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical, tais como grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular, com pontuação máxima limitada ao valor de 0,20 pontos, e será calculada pela fórmula $NPi = 0,20 - (0,10 \times NEi \div TLi)$, em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato em cada questão;

c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;

d) será calculada, então, a nota em cada questão (NQi) pela fórmula $NQi = NCi + NPi$;

e) será atribuída $NPi = 0,00$ ao texto que obtiver $NPi < 0,00$;

f) será atribuída nota zero ao texto que obtiver $NQi < 0,00$;

g) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota igual a zero.

h) A nota final da prova subjetiva P2 será dada por $NP2 = NQ1 + NQ2 + NQ3 + NQ4 + NQ5 + NQ6 + NQ7 + NQ8 + NQ9 + NQ10$;

i) será eliminado e não terá classificação alguma no concurso o candidato que obtiver $NP2 \leq 6,00$ pontos.

9.10.7 A peça jurídica e o parecer jurídico da prova prática (P3) valerão 5,00 pontos cada e serão avaliados conforme os seguintes critérios:

a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NCi), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 4,00 pontos, em que $i = 1, 2$;

b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NEi) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical, tais como grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular, com pontuação máxima limitada ao valor de 1,00 ponto, e será calculada pela fórmula $NPi = 1,00 - (0,50 \times NEi \div TLi)$, em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na peça jurídica e no parecer jurídico;

c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;

d) será calculada, então, a nota na peça jurídica e no parecer jurídico (NPJi) pela fórmula $NPJ_i = NC_i + NP_i$;
e) será atribuída $NP_i = 0,00$ ao texto que obtiver $NP_i < 0,00$;
f) será atribuída nota zero ao texto que obtiver $NPJ_i < 0,00$;
g) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota igual a zero.
h) A nota final da prova prática P3 será dada por $NP3 = NPJ1 + NPJ2$;
i) será eliminado e não terá classificação alguma no concurso o candidato que obtiver $NP3 \leq 6,00$ pontos.
9.10.8 A nota final nas provas subjetiva e prática (NFPS) será dada por: $NFPS = NP2 + NP3$.
9.10.9 Serão anuladas as provas subjetiva e prática do candidato que não devolver o documento de textos definitivos.
9.10.10 O candidato que se enquadrar no subitem 9.10.9 deste edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

9.11 DOS RECURSOS CONTRA O PADRÃO PRELIMINAR DE RESPOSTA E CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NAS PROVAS SUBJETIVA E PRÁTICA
9.11.1 O padrão preliminar de resposta das provas subjetiva e prática será divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rm_23_procurador, a partir das 19 horas da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.
9.11.2 O candidato que desejar interpor recursos contra o padrão preliminar de resposta das provas subjetiva e prática disporá do período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital para fazê-lo, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rm_23_procurador, e seguir as instruções ali contidas.
9.11.3 Se houver alteração, por força de impugnação, do padrão preliminar de resposta das provas subjetiva e prática, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
9.11.4 Após o julgamento dos recursos interpostos contra o padrão preliminar de resposta das provas subjetiva e prática, será definido o padrão definitivo e divulgado o resultado provisório nas provas subjetiva e prática.
9.11.5 No recurso contra o resultado provisório nas provas subjetiva e prática, é vedado ao candidato novamente impugnar em tese o padrão de resposta, estando limitado à correção de sua resposta de acordo com o padrão definitivo.
9.11.6 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório nas provas subjetiva e prática disporá do período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.
9.11.7 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório nas provas subjetiva e prática deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

10 DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

10.1 Serão convocados para a inscrição definitiva os candidatos aprovados nas provas subjetiva e prática.
10.1.1 Os candidatos que não forem convocados para a inscrição definitiva estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
10.2 O requerimento de inscrição definitiva, a ser dirigido ao Presidente da Comissão Examinadora do Concurso, estará disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_rm_23_procurador e deverá ser enviado pelo candidato, via upload, instruído dos seguintes documentos:
a) cópia autenticada do diploma de bacharel em Direito ou de documento comprobatório de sua colação de grau;
b) indicação das comarcas onde haja exercido a advocacia, cargo do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia Pública, da Magistratura, de Polícia ou qualquer outra atividade pública ou privada, bem como o período de permanência em cada uma delas;
c) certidão do Tribunal Regional Eleitoral indicando que está quite com suas obrigações eleitorais e em pleno gozo de seus direitos políticos;
d) certificado expedido pelo órgão competente informando que está quite com o Serviço Militar obrigatório;
e) certidões da Justiça Federal e da Justiça Estadual expedidas pelos Distribuidores Cíveis e Criminais, das Auditorias Militares, e dos Cartórios de Registro de Interdições e Tutelas, de Protestos de Títulos e Execuções, das Comarcas em que o candidato tenha tido residência ou domicílio nos últimos cinco anos anteriores ao concurso;
f) certidão expedida pelo órgão competente certificando que o candidato não sofreu penalidade grave no serviço público, se servidor público.
g) foto 3x4 cm recente, para candidatos que se autodeclararam negros.
10.3 A falta de quaisquer dos documentos obrigatórios acarretará o indeferimento da inscrição definitiva do candidato.
10.4 Quando da inscrição definitiva, o Presidente da Comissão Examinadora do Concurso poderá promover as diligências que se fizerem necessárias sobre a vida pregressa do candidato, colhendo elementos informativos junto a quem os possa fornecer, de tudo dando-se conhecimento ao interessado, sendo-lhe assegurada ampla defesa e tramitação reservada.
10.6 Demais informações a respeito da inscrição definitiva constarão de edital específico de convocação para essa fase.
10.7 Será publicada no Diário Oficial do Estado a relação dos candidatos que obtiverem deferimento de suas inscrições definitivas.
10.6.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório na inscrição definitiva deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

11.1 Serão convocados para a avaliação de títulos os candidatos com a inscrição definitiva deferida.
11.1.1 Os candidatos não convocados para a avaliação de títulos serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
11.2 A avaliação de títulos valerá 1,00 ponto, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.
11.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data do envio, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
A	Exercício do magistério superior, em disciplina da área específica do Direito, desenvolvido em Instituição de Ensino Superior pública e(ou) particular, reconhecida pelo Ministério da Educação.	0,01/ano	0,07
B	Exercício de atividade de Advogado Público, decorrente de regular aprovação em concurso público.	0,05/ano	0,20
C	Aprovação em concurso público para Advogado Público.	0,03	0,06
D	Aprovação em concurso público para cargo privativo de Bacharel em Direito.	0,01	0,02
E	Livros publicados, de autoria individual, no âmbito da ciência jurídica.	0,05	0,15
F	Artigos, pareceres, ensaios e trabalhos jurídicos publicados.	0,01	0,04
G	Diploma, devidamente registrado, de Doutor em Direito ou certificado de defesa e aprovação de tese.	0,10	0,20
H	Diploma, devidamente registrado, de Mestre em Direito ou certificado de defesa e aprovação de dissertação.	0,08	0,16
I	Certificado, devidamente registrado, de curso de pós-graduação em nível de especialização na área do Direito, nacional ou estrangeira, com carga horária mínima de 360 horas, conferido após atribuição de nota de aproveitamento.	0,05	0,10
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		1,00	

11.4 Receberá nota zero o candidato que não enviar, via upload, a imagem legível dos títulos na forma, no prazo e no horário estipulados no edital de convocação para a avaliação de títulos.

11.5 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via correio eletrônico e(ou) via requerimento administrativo.
11.6 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob pena de não pontuação, a correta indicação, no sistema de upload da documentação da avaliação de títulos, da alínea a que se refere cada conjunto de imagens submetidas.
11.6.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.
11.6.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato conferir se as imagens incluídas dizem respeito a cada alínea indicada no sistema de upload. As imagens que não forem condizentes com a alínea indicada serão desconsideradas para fins de análise.
11.6.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os que não forem submetidos da forma estabelecida no sistema de upload.
11.7 O envio da documentação constante do subitem 11.11 deste edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este processo, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.
11.8 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante do subitem 11.11 deste edital.
11.8.1 Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.
11.9 A veracidade das informações prestadas no envio da imagem dos títulos será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979.
11.10 Será de inteira responsabilidade do candidato o envio das imagens legíveis dos títulos no período e na forma previstos neste edital e no edital de convocação para essa fase.

11.11 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS

11.11.1 Para receber a pontuação relativa ao exercício de atividade profissional, alínea A, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:
a) para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – diploma do curso de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.1.2.1 deste edital; 2 – cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; e 3 – declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego, especificando qual(ais) área(s) do direito exercia/exerce o magistério superior;
b) para exercício de atividade/instituição pública: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos: 1 – diploma do curso de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.1.2.1 deste edital; 2 – declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas de magistério superior e sua área de exercício;
c) para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – diploma de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.1.2.1 deste edital; 2 – contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o candidato e o contratante; e 3 – declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades de magistério superior;
d) para exercício de atividade/serviço prestado como autônomo, será necessário o envio da imagem legível de três documentos: (1) diploma de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso ou documento oficial da OAB (por exemplo, certeira da OAB) que ateste a data de inscrição na OAB para atender ao disposto no subitem 11.11.1.2.1 deste edital; (2) recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e (3) declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso) a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades de magistério superior.
11.11.1.1 A declaração/certidão mencionada na letra “b” do subitem 11.11.1 deste edital deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.
11.11.1.1.1 Quando o órgão de pessoal possuir outro nome correspondente, por exemplo, Controle de Divisão de Pessoas (CDP), a declaração deverá conter o nome do órgão por extenso, não sendo aceitas abreviaturas.
11.11.1.2 Para efeito de pontuação referente à experiência profissional, não serão consideradas fração de ano nem sobreposição de tempo.
11.11.1.2.1 Para efeito de pontuação de experiência profissional, somente será considerada a experiência após a conclusão do curso superior.
11.11.2 Para receber a pontuação relativa ao exercício de atividade de Advogado Público, decorrente de regular aprovação em concurso público: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos: 1 – diploma do curso de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.1.2.1 deste edital; 2 – declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a descrição das atividades desenvolvidas.
11.11.2.1 Exercem atividade de advocacia, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e consultorias jurídicas dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.
11.11.3 Para receber pontuação relativa à aprovação em concurso público descrita nas alíneas C e D, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:
11.11.3.1 Comprovar a aprovação em concurso público por meio de envio da imagem legível de certidão expedida por setor de pessoal do órgão, ou certificado do órgão executor do certame, em que constem as seguintes informações:
a) cargo/emprego concorrido;
b) requisito do cargo/emprego, especialmente a escolaridade;
c) aprovação e(ou) classificação.
11.11.3.2 Para comprovar a aprovação em concurso público, o candidato poderá, ainda, apresentar cópia impressa do Diário Oficial, autenticada em cartório, com a publicação do resultado final do concurso, em que conste o cargo ou emprego público, o requisito do cargo ou emprego público, a escolaridade exigida e a aprovação e(ou) a classificação, com identificação clara do candidato.
11.11.3.3 Não será considerada concurso público a seleção constituída apenas de prova de títulos e(ou) de análise de currículos e(ou) de provas práticas e(ou) testes psicotécnicos e(ou) entrevistas.
11.11.3.4 Não serão considerados como comprovação de aprovação em concurso outros documentos senão aqueles citados no subitem 11.11.3 deste edital.
11.11.4 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados nas alíneas E e F, o candidato deverá enviar imagem original ou imagem de cópia legível da publicação cadastrada no ISBN ou ISSN, que deverá conter o nome do candidato, com autenticação em cartório nas páginas em que conste a autoria exclusiva e o ISBN ou ISSN, com qualificação Qualis.

11.11.4.1 Publicações sem o nome do candidato deverão ser acompanhadas de declaração do editor, emitida por seu dirigente, que informe a sua autoria exclusiva.

11.11.5 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado, alíneas G e H, será aceita a imagem legível do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC. Também será aceita a imagem do certificado/declaração de conclusão de curso de doutorado ou mestrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, desde que acompanhada da imagem do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as áreas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da tese ou da dissertação. Caso o histórico ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito.

11.11.5.1 Para curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, será aceita a imagem apenas do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado, nos termos do subitem 11.12 deste edital.

11.11.5.2 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina não serão aceitos como os títulos referentes ao mestrado e ao doutorado.

11.11.6 Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização, alínea I, será aceita a imagem legível do certificado, com carga horária mínima de 360 horas, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). O certificado deverá atestar, ainda, a carga horária mínima exigida. Também será aceita declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE, ou está de acordo com as normas do extinto CFE.

11.11.6.1 Caso o certificado não ateste que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE, ou está de acordo com as normas do extinto CFE, deverá ser anexada uma declaração do responsável pela organização e realização do curso atestando que o este atendeu a uma das normas estipuladas no subitem anterior.

11.12 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

11.13 Cada título será considerado uma única vez.

11.14 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados no subitem 11.2 deste edital serão desconsiderados.

11.15 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de títulos deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11.15.1 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

12 DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no concurso será o somatório da nota final na prova objetiva (NFPO), da nota final nas provas subjetiva e prática (NFPS) e da pontuação obtida na avaliação de títulos.

12.2 Após o cálculo da nota final no concurso e aplicados os critérios de desempate constantes do item 13 deste edital, os candidatos serão listados em ordem de classificação, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso.

12.3 Os nomes dos candidatos que, no ato da solicitação de inscrição, se declararem com deficiência, se não forem eliminados no concurso e considerados pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial, serão publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

12.4 Os nomes dos candidatos que, no ato da solicitação de inscrição, se autodeclararem negros, se não forem eliminados no concurso e considerados negros no procedimento de verificação, serão publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

12.5 Todos os resultados citados neste edital serão expressos até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

12.6 Os candidatos aprovados poderão interpor recurso contra a classificação final no concurso, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

b) obtiver a maior nota na prova prática P3;

c) obtiver a maior nota na prova subjetiva P2;

d) tiver maior idade;

e) tiver exercido a função de jurado (conforme o art. 440 do Código de Processo Penal).

13.1.1 Superadas as hipóteses do subitem 13.1 deste edital e persistindo o empate, a Comissão Examinadora do Concurso fará sorteio em sessão pública para a qual serão convocados os interessados.

13.2 Os candidatos que seguirem empatados até a aplicação da alínea “d” do subitem 13.1 deste edital serão convocados, antes do resultado final no concurso, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.

13.2.1 Para os candidatos convocados para apresentação da certidão de nascimento que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, será considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.

13.3 Os candidatos a que se refere a alínea “e” do subitem 13.1 deste edital serão convocados, antes do resultado final do concurso, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

13.3.1 Para fins de comprovação da função citada no subitem 13.3 deste edital, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, alterado pela Lei nº 11.689/2008.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

14.2 Todos os candidatos concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.

14.3 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_mn_23_procurador.

14.3.1 Caso ocorram problemas de ordem técnica e(ou) operacional nos links referentes ao concurso, causados pelo Cebraspe, que comprometam as funcionalidades sistêmicas ou gerem a indisponibilidade de serviços, os prazos de acesso a esses links deverão ser automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte. A prorrogação poderá ser feita sem alteração das condições deste edital.

14.3.2 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

14.4 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Quadra 01, Lotes 1115 a 1145 – SAAN, Edifício Cebraspe, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico <http://www.cebraspe.org.br/concursos/>

[pge_mn_23_procurador](http://www.cebraspe.org.br), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

14.5 O candidato que desejar relatar ao Cebraspe fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou enviando e-mail para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

14.6 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 14.3 deste edital.

14.6.1 Não serão fornecidos a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

14.7 O candidato poderá protocolar requerimento relativo ao concurso, a qualquer tempo, por meio de correspondência ou e-mail instruído com cópia do documento de identidade e do CPF. O requerimento poderá ser feito pessoalmente mediante preenchimento de formulário próprio, à disposição do candidato na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, no horário das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos, ininterruptamente, exceto sábados, domingos e feriados, observado o subitem 14.5 deste edital.

14.8 O candidato que desejar corrigir o nome fornecido durante o processo de inscrição deverá entregar requerimento de solicitação de alteração de dados cadastrais das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos (exceto sábados, domingos e feriados), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada Quadra 01, Lotes 1115 a 1145 – SAAN, Edifício Cebraspe, Brasília/DF, ou enviá-lo, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe – PGE/RN 2023 (Solicitação de alteração de dados cadastrais) – Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou via e-mail, para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br, acompanhado de cópia dos documentos que contenham os dados corretos e cópia da sentença homologatória de retificação do registro civil.

14.8.1 O candidato que solicitar a alteração de nome, nos termos do subitem 14.8 deste edital, terá o seu nome atualizado na base de dados do Cebraspe para os eventos com inscrições abertas e para os futuros eventos.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para seu início, munido somente de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do documento de identidade original. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha durante a realização das provas.

14.9.1 O candidato deverá apresentar-se no local das provas adequadamente vestido, sendo-lhe vedado o ingresso nos locais de realização das provas em trajes sumários.

14.9.2 O candidato que desejar obter comprovante de comparecimento às provas deste certame deverá solicitá-lo no momento de realização das provas.

14.10 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacionais de habilitação (somente o modelo com foto); documentos digitais com foto e assinatura (CNH digital e RG digital ou qualquer outro documento digital, com foto e assinatura, válido nos termos da legislação vigente) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.

14.10.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos vencidos, documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada ou protocolo do documento de identidade; ou documentos digitais não citados no subitem 14.10 deste edital, apresentados fora de seus aplicativos oficiais e(ou) sem foto ou assinatura.

14.10.2 Os candidatos que não apresentarem documento de identidade conforme previsto no subitem 14.10 deste edital não poderão realizar as provas e serão eliminados do concurso.

14.11 O candidato que, por ocasião da realização das provas e das demais fases do concurso, não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.10 deste edital, não poderá realizá-las e será automaticamente eliminado do concurso público.

14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar à equipe de aplicação documento (original ou cópia simples) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, 90 dias antes da data de realização das provas, ocasião em que será submetido à identificação especial, que compreende coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio. O documento de registro da ocorrência será retido pela equipe de aplicação.

14.12.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

14.12.2 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, o Cebraspe poderá proceder à coleta de dado biométrico de todos os candidatos no dia de realização das provas.

14.13 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.14 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

14.15 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora e 30 minutos após o início das provas.

14.15.1 A inobservância do subitem 14.15 deste edital acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato do concurso público.

14.15.2 Deverão permanecer nas respectivas salas pelo menos dois candidatos, até que a última prova seja entregue.

14.16 O Cebraspe manterá um marcador de tempo em cada sala de provas para fins de acompanhamento pelos candidatos.

14.17 O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

14.18 O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 15 minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

14.19 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas nos dias e horários determinados implicará a eliminação automática do candidato do concurso público.

14.21 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e(ou) legislação.

14.22 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando:

a) aparelhos eletrônicos, tais como wearable tech, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e(ou) similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipods®, gravadores, pen drive, mp3 player e(ou) similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e(ou) qualquer transmissor, gravador e(ou) receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens etc.;

b) óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem que não seja fabricado com material transparente, tais como garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.).

14.22.1 No ambiente de provas, ou seja, nas dependências físicas em que serão realizadas as provas, não será permitido o uso pelo candidato de quaisquer objetos relacionados no subitem 14.22 deste edital.

14.22.1.1 Durante o período de provas, não será permitido ao candidato o uso de quaisquer objetos, exceto aqueles permitidos no subitem 14.9 deste edital. Também não será permitida a circulação de candidatos durante a realização das provas, nas dependências físicas do ambiente de provas, utilizando bolsas, mochilas, pochetes, entres outros.

14.22.1.2 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações. O candidato que estiver armado e for amparado pela citada lei deverá solicitar atendimento especializado no ato da solicitação de inscrição, conforme subitem 6.4.9.6 deste edital.

14.22.2 Sob pena de ser eliminado do concurso, antes de entrar na sala de provas, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado no subitem 14.22 deste edital.

14.22.2.1 Durante toda a permanência do candidato na sala de provas, o seu telefone celular, assim como qualquer equipamento eletrônico, deve permanecer obrigatoriamente desligado e acondicionado na embalagem porta-objetos lacrada, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes. O candidato será eliminado do concurso caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização das provas.

14.22.2.2 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de provas.

14.22.3 O Cebraspe recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem 14.22 deste edital no dia de realização das provas.

14.22.4 O Cebraspe não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

14.22.5 O Cebraspe não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos a eles causados.

14.23 No dia de realização das provas, o Cebraspe poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

14.24 Será automaticamente eliminado do concurso público, em decorrência da anulação de suas provas, o candidato que durante a realização das provas:

- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 14.22 deste edital;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o documento de textos definitivos;
- i) descumprir as instruções contidas em editais, no caderno de provas, na folha de respostas ou no documento de textos definitivos;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
- l) não permitir a coleta de sua assinatura;
- m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especializado, conforme previsto no subitem 6.4.9.6 deste edital;
- p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- q) deixar de transcrever ou recusar-se a transcrever, para posterior exame grafológico, a frase contida no material de prova que lhe for entregue;
- r) registrar, em local não apropriado de qualquer documento avaliativo, qualquer palavra ou marca que o identifique;
- s) não permitir a coleta de dado biométrico.

14.25 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, o Cebraspe tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material substitutivo.

14.26 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.27 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato se utilizou de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

14.28 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas constituirá tentativa de fraude e implicará a eliminação do candidato do concurso público.

14.29 O candidato deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante o Cebraspe enquanto estiver participando do concurso público, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, na forma dos subitens 14.7 ou 14.8 deste edital, conforme o caso, e perante a PGE/RN, após a homologação do resultado final, desde que aprovado. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.

14.30 As despesas relativas à participação em todas as fases do concurso e à apresentação para os exames da avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e para os exames pré-admissionais correrão às expensas do próprio candidato.

14.31 As alterações de legislação com entrada em vigor até a data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes do item 15 deste edital.

14.32 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas nos objetos de avaliação constantes do item 15 deste edital.

14.32.1 As jurisprudências dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas.

14.33 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

14.34 Os casos omissos serão resolvidos pelo Cebraspe e pela PGE/RN.

14.35 O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após dois anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

15 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

15.1 HABILIDADES

15.1.1 As questões das provas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio.

15.1.2 Cada questão das provas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.

15.2 CONHECIMENTOS

15.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Evolução constitucional brasileira. 1.1 Assembleia Nacional Constituinte: antecedentes, convocação, natureza, composição. 1.2 Constituição de 1988: traços essenciais e trajetória. 1.3 Direito constitucional brasileiro e seus institutos: regime constitucional em vigor, legislação, doutrina e jurisprudência constitucionais. 1.4 Direito constitucional estadual. 2 Constituição e ordem jurídica. 2.1 Constituição: conceito, sentidos, classificações, características. 2.2 Constituição Federal, Constituições Estaduais: características, força normativa, posição na ordem jurídica interna, relações entre si e com as demais fontes normativas. 2.3 Supremacia constitucional. 2.4 Rigidez constitucional. 3 Normatividade constitucional. 3.1 Normas constitucionais: conceito, espécies, tipologias, vigência, eficácia, aplicabilidade, colisão. 3.2 Direito constitucional intertemporal: revogação, recepção, repristinação, constitucionalização, desconstitucionalização. 3.3 Lacuna constitucional e sua integração. 3.4 Hermenêutica e interpretação constitucional. 3.5 Fontes constitucionais. 3.6 Mutação constitucional. 3.7 Disposições Constitucionais Gerais. 3.8 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 4 Formação e modificação da Constituição. 4.1 Poder constituinte: conceito, modalidades, natureza, titularidade, órgãos, características, limites, formas de expressão. 4.2 Emendas à Constituição. 4.3 Revisão constitucional. 4.4 Especificidades do poder constituinte estadual. 5 Princípios fundamentais da ordem constitucional brasileira. 5.1 República, Federação, Democracia e Estado de Direito: caráter estruturante e normas decorrentes. 5.2 Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil e princípios regentes nas suas relações internacionais. 6 Direitos, deveres e garantias fundamentais. 6.1 Teoria geral e seu regime constitucional em espécie. 6.2 Ações constitucionais. 6.3 Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte e suas repercussões sobre a ordem jurídica brasileira. 6.4 Responsabilidade internacional do Estado brasileiro e das unidades subnacionais por violações a direitos humanos. 6.5 Controle de convencionalidade. 7 Organização do Estado. 7.1 Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. 7.2 A forma federativa de Estado: projeções constitucionais. 7.3 Estatuto constitucional da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios. 7.4 Intervenção federal e estadual. 7.5 Administração Pública: disposições gerais. 7.6 Servidores públicos. 7.7 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios. 7.8 Regiões. 8 Organização dos Poderes. 8.1 A separação dos Poderes: projeções constitucionais. 8.2 Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. 8.3 Funções Essenciais à Justiça. 8.4 Tribunais de Contas. 9 Poder Legislativo. 9.1 Congresso Nacional e Assembleias Legislativas: regime constitucional quanto a funções, atribuições, composição, funcionamento, estrutura, comissões e membros. 9.2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 9.3 Tribunais de Contas da União, dos estados e do Distrito Federal. 10 Poder Executivo. 10.1 Presidente da República, Governadores dos Estados e do Distrito Federal, Prefeitos Municipais, respectivos Vices: regime constitucional quanto a eleições, mandato, posse, substituição, sucessão, atribuições, remuneração, limitações, garantias, responsabilidades, auxiliares e órgãos de consulta. 11 Poder Judiciário. 11.1 Disposições gerais relativas ao Poder Judiciário. 11.2 Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. 11.3 Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar. 11.4 Justiça dos Estados e do Distrito Federal. 11.5 Conselho Nacional de Justiça. 12 Funções Essenciais à Justiça. 12.1 Ministério Público. 12.2 Advocacia Pública. 12.3 Advocacia Privada e Defensoria Pública. 12.4 Procuradoria-Geral dos estados. 13 Processo legislativo. 13.1 Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases. 13.2 Processo legislativo estadual: normas constitucionais federais aplicáveis. Princípio da simetria. 13.3 Processo legislativo na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. 13.4 Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e atos normativos federais e distritais. 14 Controle de constitucionalidade. 14.1 Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legítimos, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões. 14.2 Ação direta de inconstitucionalidade por ação e por omissão. 14.3 Ação declaratória de constitucionalidade. 14.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 14.5 Representação interventiva. 14.6 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 14.7 Recurso extraordinário. 14.8 Súmula vinculante. 14.9 Reclamação constitucional. 14.10 Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos. 14.11 Controle de constitucionalidade nos estados e no Distrito Federal. 15 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 15.1 Estado de Defesa e Estado de Sítio. 15.2 Forças Armadas. 15.3 Segurança Pública. 16 Ordem Econômica e Financeira. 16.1 Princípios gerais da atividade econômica. 16.2 Política urbana, agrícola e fundiária. 16.3 Reforma agrária. 16.4 Sistema financeiro nacional. 17 Ordem Social. 17.1 Seguridade Social. 17.2 Saúde, Previdência Social e Assistência Social. 17.3 Educação, Cultura e Desporto. 17.4 Ciência e Tecnologia. 17.5 Comunicação Social. 17.6 Meio Ambiente. 17.7 Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso. 17.8 Indígenas. 18 Direito à Saúde. Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes. Judicialização de Políticas Públicas de Saúde. Jurisprudência do STF em matéria de Saúde Pública. 19 Emendas constitucionais e emendas constitucionais de revisão em espécie. 20 Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. 21 Lei Federal nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Lei Federal nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceito). Lei Estadual n. 11.284/2022 (Estatuto Estadual de Promoção e Igualdade Étnico-Racial do Rio Grande do Norte).

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Origem e objeto do direito administrativo. 1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo. 1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil. 2 Princípios do direito administrativo. 2.1 Noção, relevância e tipologia. 2.2 Princípios expressos e implícitos constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. 2.3 Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, preponderância e indisponibilidade do interesse público, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, continuidade, presunção de veracidade e de legalidade, autoexecutoriedade, autotutela, segurança jurídica, proteção à confiança, boa-fé. 3 Administração pública. 3.1 Noção. 3.2 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito. 3.3 Administração pública em sentido objetivo em sentido subjetivo. 3.4 Administração Pública na Constituição Federal de 1988. 3.5 Relação com legislação e jurisdição. 3.6 Governo. 3.7 Federação. 3.8 Personalidade jurídica. 3.9 Organização Administrativa no Brasil e nos Estados. 3.10 Centralização, descentralização. 3.11 Concentração, desconcentração. 3.12 Órgãos públicos. 3.13 Hierarquia. 3.14 Delegação. 3.15 Avocação. 4 Administração direta e indireta. 4.1 Noções. 4.2 Características. 4.3 Autarquias. 4.4 Fundações públicas. 4.5 Empresas públicas. 4.6 Sociedades de economia mista. 4.7 Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público). 4.8 Agências reguladoras. 4.9 Agências executivas. 5 Atividade da administração pública. 5.1 Tipologia. 5.2 Poderes e deveres da administração pública. 5.3 Poder normativo. 5.4 Poder disciplinar. 5.5 Poder hierárquico. 5.6 Poder vinculado. 5.7 Poder discricionário. 5.8 Poder regulamentar. 5.9 Poder de polícia. 5.10 Polícia administrativa. 5.11 Dever de agir. 5.12 Dever de eficiência. 5.13 Dever de probidade. 5.14 Dever de prestar contas. 5.15 Abuso de poder. 5.16 Regime jurídico geral. 5.17 Campo de atuação. 5.18 Meios de atuação. 5.19 Limites. 5.20 Possibilidade de delegação. 5.21 Características (discricionariedade, vinculação, autoexecutoriedade e coercibilidade). 5.22 Requisitos de validade. 6 Ato administrativo. 6.1 Fatos da administração. 6.2 Atos da administração e atos administrativos. 6.3 Conceito. 6.4 Requisitos ou elementos. 6.5 Atributos. 6.6 Classificação. 6.7 Atos administrativos em espécie. 6.8 Silêncio administrativo. 6.9 Estado de direito. 6.10 Noção. 6.11 Elementos (agente competente, objeto, forma, motivo, finalidade). 6.12 Atributos (presunção de legitimidade/veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade). 6.13 Perfeição, vigência e eficácia. 6.14 Retroatividade e irretroatividade. 6.15 Tipologia. 6.16 Legalidade. 6.17 Mérito. 6.18 Ato de governo. 6.19 “Não ato”. 6.20 Vícios e defeitos. 6. 21 Desfazimento. 6.22 Nulidades. 6.23 Anulação e revogação. 6.24 Cassação. 6.25 Preservação (convalidação, ratificação e conversão). 6.26 Prescrição e decadência. 7 Processo administrativo. 7.1 Tratamento constitucional e infraconstitucional. 7.2 Finalidades. 7.3 Devido processo legal no âmbito administrativo. 7.4 Princípios específicos (contraditório, ampla defesa, duração razoável, formalismo moderado, verdade material, oficialidade, gratuidade, pluralidade de instâncias, participação popular). 7.5 Tipologia. 7.6 Fases. 7.7 Lei Complementar Estadual nº 303/2005. 7.8 Reformatio in pejus. 7.9. Processo administrativo disciplinar. 7.10 Processo sumário. 7.11 Sindicância. 7.12 Verdade sabida. 8 Licitação. 8.1 Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações). 8.2 Lei nº 12.462/2011 (Regime diferenciado de contratação – RDC). 8.3 Decreto nº 7.581/2011

(Regulamenta o Regime diferenciado de contratação – RDC). 8.4 Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). 8.5 Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão). 8.6 Decreto nº 10.024/2019 (Regulamenta o pregão na forma eletrônica). 8.7 Sistema de Registro de Preços (Decreto 11.462/2023). 9 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. 10 Decreto Estadual nº 31.067/2021 (Parcerias entre a administração pública e organização da sociedade civil). 11 Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção). 12 Agentes públicos. 12.1 Disposições constitucionais aplicáveis. 12.2 Disposições doutrinárias. 12.3 Terminologias e conceito. 12.4 Espécies. 12.5 Vínculos de trabalho (funções, cargos e empregos). 12.6 Servidores públicos militares. 13 Bens públicos. 13.1 Terminologia. 13.2 Síntese evolutiva. 13.3 Noção. 13.4 Tipologia. 13.5 Classificação. 13.6 Espécies. 13.7 Domínio do Estado. 13.8 Domínio privado. 13.9 Uso de bem público por particular (normal, anormal, comum e privativo). 13.10 Alienação. 13.11 Afetação e desafetação. 13.12 Formação do patrimônio público. 13.13 Regime jurídico geral. 13.14 Aquisição. 13.15 Terras devolutas. 13.16 Terrenos de marinha. 13.17 Terrenos marginais ou reservados. 13.18 Terras indígenas. 13.19 Ilhas. 13.20 Águas públicas. 13.21 Minas e jazidas. 14 Serviços públicos. 14.1 Caracterização. 14.2 Princípios específicos. 14.3 Tipologia. 14.4 Formas de prestação e meio de execuções. 14.5 Delegação: concessão, permissão e autorização. 14.6 Conceito. 14.7 Características. 14.8 Concessão de serviço precedida de obra pública. 14.9 Arrendamento. 14.10 Franquia. 14.11 Lei nº 8.987/1995 (Lei de Concessões Comuns). 14.12 Lei nº 13.460/2017 (Participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos). 14.13 Lei nº 11.079/2004 (parcerias público-privadas). 14.14 Lei nº 11.107/2005 (consórcios públicos). 14.15 Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos). 15 Intervenção na propriedade. 15.1 Noções gerais. 15.2 Tipologia. 15.3 Função social da propriedade. 15.4 Restrições e limitações administrativas em geral. 15.5 Tombamento. 15.6 Ocupação temporária. 15.7 Requisição Administrativa. 15.8 Servidão administrativa. 15.9 Desapropriação. 15.10 Tratamento constitucional e infraconstitucional. 15.11 Fundamentos e requisitos. 15.12 Bens expropriáveis. 15.13 Competência. 15.14 Fases e procedimentos. 15.15 Indenização. 15.16 Imissão na posse. 15.17 Desistência da desapropriação. 15.18 Destinação dos bens expropriados. 15.19 Retrocessão. 15.20 Desapropriação indireta ou apossamento administrativo. 15.21 Expropriação. 16 Intervenção do Estado no domínio econômico. 16.1 Ordem econômica. 16.2 Fundamentos. 16.3 Valorização do trabalho humano e liberdade de iniciativa. 16.4 Compatibilização. 16.5 Princípios (soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte). 16.6 Formas de atuação. 16.7 Estado regulador. 16.8 Estado executor. 16.9 Monopólio estatal. 16.10 Defesa da concorrência. 16.10.1 Fundamentos. 16.10.2 Sistema brasileiro. 16.10.3 Atos de concentração. 16.10.4 Condutas anticoncorrenciais. 16.10.5 Sanções. 17 Responsabilidade civil extracontratual do Estado. 17.1 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado 17.2 Evolução do tema. 17.3 Tratamento constitucional e infraconstitucional. 17.4 Responsabilidade objetiva. 17.5 Responsabilidade subjetiva. 17.6 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 17.7 Responsabilidade por omissão do Estado. 17.8 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 17.9 Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. 17.10 Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. 17.11 Reparação do dano. 17.12 Direito de regresso. 17.13 Causas de exclusão ou de atenuação da responsabilidade. 17.14 Responsabilidade primária e subsidiária. 17.15 Atos jurisdicionais e legislativos. 18 Controle da Administração pública. 18.1 Tipologia. 18.2 Controles internos. 18.3 Controle legislativo. 18.4 Controle pelos Tribunais de Contas. 18.4.1 Formas procedimentais específicas estabelecidas no Regimento interno do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (Resolução nº 9/2012 e suas atualizações). 18.5 Ombudsman. 18.6 Controle social 18.7 Controle jurisdicional. 18.7.1 Sistemas. 18.7.2 Inafastabilidade. 18.7.3 Inexigência de esgotamento da via administrativa. 18.7.4 Alcance. 18.7.5 Consequências. 18.8 Administração em juízo. 18.9 Habeas corpus. 18.10 Habeas data. 18.11 Mandado de injunção. 18.12 Mandado de segurança individual e coletivo. 18.13 Ação popular. 18.14 Ação civil pública. 19 Lei nº 8.429/1992 (Improbidade administrativa). 20 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). 21 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). 22 Lei Estadual nº 10.579/2019 (Vedação ao nepotismo). 23 Lei nº 8.080/1990 (Promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes). 24 Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. 24.1 Títulos III e IV, Capítulos V e VII. 24.2 Ato das Disposições Transitórias. 25 Lei Complementar 240/2002 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito de leis no tempo. 1.3 Eficácia da lei no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Existência. 2.3 Início da personalidade. 2.4 Personalidade. 2.5 Capacidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Direitos da personalidade. 2.10 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Conceito e elementos caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Domicílio. 3.7 Sociedades de fato, grupos despersonalizados. 3.8 Associações, sociedades, fundações. 3.9 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.10 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 5 Ato jurídico. 5.1 Fato e ato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação, interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação, condição. 6.5 Termo. 6.6 Encargo. 6.7 Defeitos do negócio jurídico. 6.8 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.9 Simulação. 7 Atos jurídicos. 7.1 Atos lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência. 9 Prova. 9.1 Obrigações. 9.2 Características, elementos e princípios. 9.3 Boa-fé. 9.4 Obrigação complexa (a obrigação como um processo) 9.5 Obrigações de dar. 9.6 Obrigações de fazer e de não fazer. 9.7 Obrigações alternativas. 9.8 Obrigações divisíveis e indivisíveis. 9.9 Obrigações solidárias. 9.10 Obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia. 9.11 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. 9.12 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. 9.13 Obrigações líquidas e ilíquidas. 9.14 Obrigações principais e acessórias. 9.15 Transmissão das obrigações. 9.16 Adimplemento e extinção das obrigações. 9.17 Inadimplemento das obrigações. 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Contratos em geral. 10.3 Disposições gerais. 10.4 Interpretação. 10.5 Extinção. 10.6 Espécies de contratos regulados no Código Civil. 11 Atos unilaterais. 12 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 12.1 Obrigação de indenizar. 12.2 Dano material. 12.3 Dano moral. 13 Preferências e privilégios creditórios. 14 Posse. 15 Direitos reais. 15.1 Disposições gerais 15.2 Propriedade. 15.3 Superfície. 15.4 Servidões. 15.5 Usufruto. 15.6 Uso. 15.7 Habitação. 15.8 Direito do promitente comprador. 16 Direitos reais de garantia. 16.1 Características. 16.2 Princípios. 16.3 Penhor, hipoteca e anticrese. 17 Direito das sucessões. 17.1 Sucessão em geral. 17.2 Sucessão legítima. 17.3 Sucessão testamentária. 17.4 Inventário e partilha. 18 Lei nº 6.015/1973 (registro de imóveis). 18.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação. 18.2 Procedimento de dúvida. 19 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa). 20 Lei nº 8.245/1991 (Locação de imóveis urbanos). 20.1 Locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial. 20.2 Locação e a Fazenda Pública. 21 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 21.1 Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção. 22 Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). 23. Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil). 1.1 Teoria Geral do Processo. 1.2 Processo e Constituição. 1.3 Princípios constitucionais, direitos fundamentais e processo. 1.4 Aplicação das normas processuais civis. 1.5 A Fazenda Pública em juízo e suas prerrogativas. 1.6 Jurisdição e ação. 1.6.1 Conceito, natureza, características. 1.6.2 Espécies. 1.6.3 Equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). 1.6.4 Condições, elementos, classificações e cumulação das ações. 1.7 Competência. 1.7.1 Conceito, critérios de distribuição e registro, espécies. 1.7.2 Identificação do foro competente. 1.7.3 Modificação da competência (convenção das partes, exceção de incompetência, conexão, continência, prevenção), perpetuatio jurisdictionis, conflitos positivos e negativos. 1.7.4 Competência interna e internacional. 1.7.5 Competência da Justiça Federal. 1.8 Sujeitos do processo. 1.8.1 Deveres das partes e procuradores. 1.8.2 Representação judicial das pessoas jurídicas de direito público. 1.8.3 Capacidade, deveres e responsabilidades. 1.8.4 Legitimação ordinária, legitimação extraordinária, representação e substituição processuais. 1.8.5 Sucessão das partes e dos procuradores. 1.8.6 Despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais, custas e multas processuais e as peculiaridades da Fazenda Pública. 1.8.7 Gratuidade da justiça. 1.9 Litisconsórcio. 1.10 Intervenção de terceiros 1.11 Lei nº

9.469/1997 (Intervenção anômala das pessoas jurídicas de direito público). 1.12 Amicus curiae. 1.13 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica 1.14 O juiz e os auxiliares da justiça. 1.14.1 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz. 1.14.2 Dos impedimentos e da suspeição. 1.15 Funções essenciais à Justiça. 1.15.1 Advocacia pública. 1.15.2 Ministério Público. 1.15.3 Defensoria Pública. 1.15.4 Características e prerrogativas da Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública em juízo. 1.16 Atos processuais 1.16.1 Forma, tempo e lugar dos atos processuais. 1.16.2 Prazo e preclusão. 1.16.3 Prazos da Fazenda Pública. 1.16.4 Comunicação dos atos processuais: citação, intimação, cartas precatória, rogatória e de ordem. 1.17 Nulidades processuais. 1.18 Do valor da causa. 1.19 Tutela provisória. 1.19.1 Disposições gerais. 1.19.2 Tutela de urgência e tutela de evidência. 1.19.3 Tutela antecipada e cautelar em caráter antecedente. 1.19.4 A Fazenda Pública e as tutelas de urgência: Lei nº 8.437/1992 e Lei nº 9.494/1997. 1.20 Processo. 1.20.1 Princípios informativos. 1.20.2 Relação jurídica processual. 1.20.3 Pressupostos processuais. 1.20.4 A Fazenda Pública e a capacidade processual e postulatória. 1.20.5 Formação, suspensão e extinção. 1.21 Prescrição e decadência em face da Fazenda Pública. 1.22 Negócio jurídico processual. 2 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 2.1 Procedimento comum. 2.2 Disposições gerais. 2.3 Processo e procedimento. 2.4 Petição inicial. 2.4.1 Requisitos, pedido e indeferimento. 2.5 Improcedência liminar do pedido. 2.6 A Fazenda Pública como ré. 2.7 Respostas do réu. 2.8 Contestação, exceções, pedido contraposto, impugnação ao valor da causa e reconvenção 2.9 Revelia. 2.9.1 Efeitos materiais e processuais. 2.9.2 Revelia e a Fazenda Pública. 2.10 Desistência da ação pela Fazenda Pública. 2.11 Providências preliminares, audiência, conciliação, saneamento do processo e julgamento conforme o estado do processo. 2.12 Audiência de conciliação ou de mediação e de instrução e julgamento. 2.12.1 A Fazenda Pública e a (im)possibilidade de transação. 2.13 Teoria geral da prova. 2.13.1 Conceito e princípios. 2.13.2 Meios, produção e oportunidade. 2.13.3 Ônus da prova. 2.13.4 Teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova. 2.13.5 Provas em espécie (depoimento pessoal, confissão, exibição de documentos ou coisa, prova documental e testemunhal, documentos eletrônicos, prova pericial, inspeção judicial e ata notarial). 2.13.6 Arguição de falsidade de documento. 2.13.7 Produção antecipada da prova. 2.14 Sentença. 2.14.1 Conceito, natureza, elementos, requisitos, efeitos e vícios da sentença. 2.14.2 Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. 2.15 Remessa necessária. 2.16. Coisa julgada. 2.16.1 Conceito. 2.16.2 Coisa julgada formal e material. 2.16.3 Limites objetivos e subjetivos. 2.16.4 Meios de desconstituição da coisa julgada previstos pelo ordenamento jurídico. 2.16.5 Relativização da coisa julgada: doutrina e jurisprudência. 2.17 Liquidação de sentença. 2.17.1 Conceito, natureza, modalidades. 2.18 Cumprimento da sentença. 2.18.1 Disposições gerais. 2.18.2 Conceito e procedimento. 2.18.3 Cumprimento definitivo ou provisório. 2.18.4 Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. 2.18.5 Meios de defesa da Fazenda Pública. 2.18.6 Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. 2.18.7 Títulos executivos judiciais. 2.18.8 Medidas executórias atípicas. 3 Processos nos tribunais. 3.1 Uniformização de jurisprudência. 3.2 Declaração de inconstitucionalidade. 3.3 Homologação de sentença estrangeira. 3.4 Ação rescisória. 3.5 Querela nullitatis. 3.6 Conflito de competência. 3.7 Reclamação constitucional. 3.8 Suspensão de eficácia de decisões contrárias ao Poder Público. 3.9 Mandado de segurança como sucedâneo recursal. 3.10 Recursos. 3.10.1 Disposições gerais. Efeitos. Formas de atribuição de efeito suspensivo. 3.10.2 Recursos em espécie. 3.10.3 Características, processamento e julgamento. 3.11 Outros meios de impugnação das decisões judiciais. 3.12 Da ordem dos processos no tribunal. 4 Livro Complementar. 5 Disposições finais e transitórias. 6 Processo de execução. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Partes. 6.3 Competência. 6.4 Requisitos. 6.5 Títulos executivos extrajudiciais. 6.6 Responsabilidade patrimonial. 6.7 Das diversas espécies de execução. 6.7.1 Execução para entrega de coisa. 6.7.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer. 6.7.3 Execução por quantia certa contra devedor solvente. 6.8 Da citação do devedor e da indicação de bens. 6.9 Da penhora e do depósito. 6.9.1 Penhora online. 6.10 Da avaliação. 6.11 Dos meios de expropriação. 6.12 Pagamento ao credor. 6.13 Embargos do devedor. 6.14 Exceção de pré-executividade. 6.15 Execução contra a Fazenda Pública. 6.15.1 Procedimentos. 6.15.2 Dos embargos à execução contra a Fazenda Pública. 6.15.3 Pagamento de obrigações de pequeno valor e precatórios. 6.16 Suspensão de liminar e de sentença (SLS). 7 Procedimentos especiais. 7.1 Procedimentos em espécie (consignação em pagamento, possessórias, usucapião, ação monotória, inventário e partilha). 7.2 Disposições gerais dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. 7.3 Procedimentos especiais não codificados (desapropriação e ação discriminatória). 8 Ações constitucionais. 8.1 Mandado de segurança (coletivo e individual): Lei nº 12.016/2009. 8.2 Habeas data (coletivo e individual): Lei nº 9.507/1997. 8.3 Mandado de injunção (coletivo e individual): Lei nº 13.300/2016. 8.4 Ações de controle de constitucionalidade (ADI, ADC e ADPF): Leis nº 9.868/1999 e nº 9.882/1999. 8.5 Controle no âmbito federal e estadual. 9 Processo coletivo. 9.1 Conceito. 9.2 Princípios. 9.3 O microsistema processual coletivo: Leis nº 4.717/1965, nº 7.347/1985, nº 8.078/1990 (Título III, Capítulos I a IV) e nº 8.429/1992. 9.4 Ações coletivas: ação civil pública, mandado de segurança coletivo, habeas data coletivo, mandado de injunção coletivo, ação popular, ação de improbidade administrativa. Procedimentos. 9.5 Objeto (direitos difusos, coletivos stricto sensu e individuais homogêneos). 9.6 Competência. 9.7 Legitimação ordinária, extraordinária e autônoma. 9.8 Legitimação para agir. 9.8.1 Pertinência temática. 9.9 Legitimidade passiva. 9.10 Ação coletiva passiva 9.11 Representação e substituição processual. 9.12 Causa de pedir e pedido nas ações coletivas. 9.13 Sentença genérica. 9.14 Liquidação e execução, coletiva e individual. 9.15 Coisa julgada. 9.16 Litispendência, conexão e continência. 9.17 Termo de ajustamento de conduta e inquérito civil público. 9.18 Intervenção de terceiros. 10 Juizados Especiais. 10.1 Lei nº 12.153/2009 (Juizados Especiais da Fazenda Pública). 10.2 Juizados Especiais Cíveis. 10.3 Juizados Especiais Federais. 10.4 Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios. 10.5. Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais). 11 Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe: Lei nº 11.419/2006. 12 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). 13 Assunção de competência (IAC). 14 Precedentes vinculantes. 15 Ações judiciais sobre fornecimento de medicamentos, tratamentos, procedimentos e produtos de saúde. Jurisprudência do STJ em matéria de Saúde Pública. DIREITO AMBIENTAL: 1 Direito Ambiental. 1.1 conceito e objeto. 1.2 Princípios fundamentais. 1.3 O Direito Ambiental como Direito Econômico. 1.4 A natureza econômica das normas de Direito Ambiental. 1.5 Repartição de competências em matéria ambiental. 1.6 Normas constitucionais relativas à proteção ambiental. 1.7 O Direito Ambiental na Constituição Federal. 1.8 Meio ambiente como direito fundamental. 1.9 Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. 1.10 Biodiversidade e desenvolvimento sustentável. 1.11 Recursos naturais e bens ambientais. 1.11.1 Conceitos. 1.12 Bens culturais. 1.12.1 Significado. 1.12.2 Princípios da tutela do patrimônio cultural. 1.13 Deveres ambientais. 1.14 Função social da propriedade. 2 Normas gerais e normas de cooperação para os entes federados em matéria ambiental. 3 Zoneamento ambiental. 4 Licenciamento ambiental. Lei Complementar Federal 140/2011. 5. Estudo de impacto ambiental. 5.1 Conceito, competências, natureza jurídica e requisitos. 5.2 Resolução do CONAMA nº 1/1986, publicada no DOU em 17/2/1986 (Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA). 5.3 Resolução do CONAMA nº 237/1997, publicada no DOU em 22/12/1997 (Licenciamento Ambiental). 6 Decreto nº 99.274/1990 (Política Nacional do Meio Ambiente). 6.1 Lei nº 6.938/1981 (Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA). 6.1.1 Estrutura, composição, competências e funcionamento. 6.2 Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). 6.3 Lei 9.985/2005 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC). 7 Lei Complementar Estadual nº 272/2004 e suas alterações (Política Estadual do Meio Ambiente). 8. Poder de polícia e Direito Ambiental. 8.1 Infrações ambientais. 8.2 Crimes ambientais. 8.3 Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. 8.4 Das infrações e sanções administrativas ambientais. Da apuração das infrações administrativas. 9 Responsabilidade ambiental. 9.1 Conceito de dano e a reparação do dano ambiental. 9.2 Efetivação da proteção normativa ao meio ambiente. Poder Judiciário, Ministério Público e Administração Pública. 10 Recursos hídricos. 10.1 Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos — SINGREH). 10.1.1 Objetivos, diretrizes gerais, competências, comitês de bacia hidrográfica e outorga pelo uso da água. 10.2 Lei Estadual nº 6.908/1996 (Política Estadual de Recursos Hídricos). 10.3 Resolução do CNRH nº 16/2001 (Outorga de direito de uso de recursos hídricos). 11. Saneamento ambiental. 11.1 Normas gerais. 11.2 Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). 11.3 Lei nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico) e Lei Federal 14.026/2020. 11.4 Lei Estadual nº 8.485/2004 (Política Estadual de Saneamento Básico). 12. Recursos florestais. 12.1 Código Florestal. 13. Espaços territoriais especialmente protegidos. 13.1 Áreas de preservação

permanente em área urbana e rural e reserva legal. 13.1.2 Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). 13.1.3 Tipos de unidades, objetivos e categorias. 13.1.4. Compensação ambiental. 13.2 Lei nº 12.651/2012 (Proteção da Vegetação Nativa). 13.3 Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e nº 303/2002 (publicadas no DOU em 13/05/2002). 13.4 Lei nº 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas). 13.5 Gestão e concessão florestal. 13.5.1 Significados. 14 Populações Tradicionais. 14.1. Decreto 6.040/2007.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO: DIREITO DO TRABALHO: 1 Princípios e fontes do direito do trabalho. 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal de 1988). 3 Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1 Requisitos e distinção. 3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso). 3.3 Regime celetista na Administração Pública. 4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho. 5 Grupo econômico. 5.1 Sucessão de empregadores. 5.2 Responsabilidade solidária. 6 Contrato individual de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características. 7 Alteração do contrato de trabalho. 7.1 Alteração unilateral e bilateral. 7.2 O jus variandi. 8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8.1 Caracterização e distinção. 9 Rescisão do contrato de trabalho. 9.1 Justa causa. 9.2 Rescisão indireta. 9.3 Dispensa arbitrária. 9.4 Culpa recíproca. 9.5 Indenização. 10 Terceirização. 10.1 Caracterização, classificação, procedimentos e princípios aplicáveis. 10.2 Terceirização lícita e ilícita. 10.3 Responsabilidade do tomador dos serviços. 10.4 Terceirização na administração pública: regras e princípios aplicáveis. 11 Aviso prévio. 12 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 12.1 Formas de estabilidade. 12.2 Despedida e reintegração de empregado estável. 13 Duração do trabalho. 13.1 Jornada de trabalho. 13.2 Períodos de descanso. 13.3 Intervalo para repouso e alimentação. 13.4 Descanso semanal remunerado. 13.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 13.6 Sistema de compensação de horas. 14 Salário-mínimo. 14.1 Irredutibilidade e garantia. 15 Férias. 15.1 Direito a férias e sua duração. 15.2 Concessão e época das férias. 15.3 Remuneração e abono de férias. 16 Salário e remuneração. 16.1 Conceito e distinções. 16.2 Composição do salário. 16.3 Modalidades de salário. 16.4 Formas e meios de pagamento do salário. 16.5 Décimo terceiro salário. 17 Equiparação salarial. 17.1 Princípio da igualdade de salário. 17.2 Desvio de função. 18 FGTS. 19 Prescrição e decadência. 20 Segurança e medicina do trabalho. 20.1 CIPA. 20.2 Atividades insalubres ou perigosas. 21 Proteção ao trabalho de crianças e adolescentes. 22 Proteção ao trabalho da mulher. 22.1 Estabilidade da gestante. 22.2 Licença maternidade. 23 Direito coletivo do trabalho. 23.1 Convenção nº 87 da OIT (Liberdade sindical). 23.2 Organização sindical. 23.3 Conceito de categoria. 23.4 Categoria diferenciada. 23.5 Convenções e acordos coletivos de trabalho. 24 Direito de greve e serviços essenciais. 25 Comissões de conciliação prévia. 26 Renúncia e transação. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: 1 Procedimentos nos dissídios individuais. 1.1 Reclamação. 1.2 Jus postulandi. 1.3 Revelia. 1.4 Exceções. 1.5 Contestação. 1.6 Reconvenção. 1.7 Partes e procuradores. 1.8 Audiência. 1.9 Conciliação. 1.10 Instrução e julgamento. 1.11 Justiça gratuita. 2 Provas no processo do trabalho. 2.1 Interrogatórios. 2.2 Confissão e consequências. 2.3 Documentos. 2.4 Oportunidade de juntada. 2.5 Prova técnica. 2.6 Sistemática da realização das perícias. 2.7 Testemunhas. 3 Recursos no processo do trabalho. 3.1 Disposições gerais. 3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo. 3.1.2 Recursos no processo de cognição. 3.1.3 Recursos no processo de execução. 4 Processos de execução. 4.1 Liquidação. 4.2 Modalidades da execução. 4.3 Embargos do executado — impugnação do exequente. 4.4 Execução contra a Fazenda Pública. 5 Súmulas e orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho. 6 Prescrição e decadência no processo do trabalho. 7 Competência da Justiça do Trabalho. 8 Rito sumaríssimo no dissídio individual. 9 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais. 10 Ação rescisória no processo do trabalho. 11 Mandado de segurança. 11.1 Cabimento no processo do trabalho. 12 Dissídios coletivos. 13. A Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho. 14. Ministério Público do Trabalho. 14.1 Formas de atuação. 14.2 Termo de ajustamento de conduta.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: 1 Princípios penais. Princípio da legalidade. Princípio da culpabilidade. Princípio da proteção do bem jurídico. Princípio da intervenção mínima. Princípios da personalidade, individualização e proporcionalidade das penas. Princípios da adequação social e significância. Princípio da humanidade. 2 Norma penal. Interpretação e integração da lei penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Conflito aparente de normas penais. 3 Crime. Conceito e classificação. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Imputabilidade. Conduta punível. Teorias da ação. Omissão. Crimes omissivos. Nexo causal. Fato típico. Tipo nos crimes dolosos e culposos, nos crimes de ação e de omissão. Imputação objetiva. 4 Antijuridicidade e justificação. Excludentes legais e extralegais de antijuridicidade. Culpabilidade e exculpação. Excludentes legais e extralegais de culpabilidade. 5 Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível e delito putativo. Autoria e participação. Concurso de pessoas e concurso de delitos. 6 Penas privativas de liberdade. Penas alternativas. Pena de multa. Determinação da pena. Teoria das circunstâncias. Medidas de segurança. Suspensão e livramento condicional. Efeitos da condenação, da reabilitação civil e da responsabilidade funcional. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Extinção da punibilidade. Competência penal da Justiça Federal e da Justiça Estadual. 7 Inquérito policial. 8 Ação penal. Denúncia e queixa. Competência. 9 Prisão. Prisão provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Liberdade provisória. 10 Prova no processo penal. 11 Sentença penal. Efeitos da condenação. 12 Recursos penais. Revisão criminal. 13 Procedimento comum ou ordinário. Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995). 14 Procedimentos dos crimes funcionais. 15 Abuso de autoridade. 16 Crimes em espécie. Crimes contra o patrimônio, crimes contra a honra, crimes contra a fé pública, crimes contra a administração pública. Crimes contra as finanças públicas. Crimes contra a previdência social. Crimes contra a economia popular. Crimes contra o consumidor. Crimes falimentares. Crimes contra a ordem econômica. Crimes eleitorais. Crimes contra a ordem tributária. Crimes de licitações. Crime organizado. Crimes de lavagem de dinheiro. Crimes ambientais. Crimes de preconceito.

DIREITO FINANCEIRO: 1 Direito financeiro. 1.1 Conceito e objeto. 1.2 O Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. 2 Lei nº 4.595/1964 (Sistema Financeiro Nacional). 2.1 Lei nº 4.320/1964 (Normas gerais sobre direito financeiro). 2.2 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 2.3 Lei Complementar 141/2012. 2.3 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. 3 Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 3.1 Conceito de gestão fiscal responsável e equilíbrio orçamentário. 3.2 Alternativas de financiamento da despesa pública. 3.3 Indicadores de solvência do setor público. 3.4 Política monetária e fiscal. 3.5 Investimento público. 4 Receitas públicas. 4.1 Conceito e classificação. 4.2 Alienação de bens. 4.3 Condições para renúncia de receitas. 4.4 Vinculação de receitas. 4.5 Fundos especiais de despesa e investimento. 4.6 receitas não-tributárias. 5 Limitação seletiva de gastos. 5.1 Transferências voluntárias. 5.2 Controle do endividamento. 5.3 Operações de crédito. 5.4 Prestação de garantias. 5.5 Gestão patrimonial. 5.6 Modalidades de fiscalização. 6 Despesas públicas. 6.1 Conceito e espécies. 6.2 Execução orçamentária e programação financeira. 6.3 Contingenciamento de dotações. 6.4 Sistemática de pagamento de precatórios. 6.5 Disciplina constitucional dos precatórios. 7 Crédito público: conceito e classificação. 8 Fundos: instituição e funcionamento. 9 Dívida pública: conceito, evolução, classificação, disciplina jurídica e processamento).

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal. 1.1 Limitações do poder de tributar. 1.2 Princípios do direito tributário. 1.3 Repartição das receitas tributárias. 2 Tributo. 2.1 Conceito. 2.2 Natureza jurídica. 2.3 Espécies. 2.4 Imposto. 2.5 Taxa. 2.6 Contribuição de melhoria. 2.7 Empréstimo compulsório. 2.8 Contribuições. 3 Competência tributária. 3.1 Classificação. 3.2 Exercício da competência tributária. 3.3 Capacidade tributária ativa. 3.4 Imunidade tributária. 3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 3.6 Imunidades em espécie. 3.7 Benefícios fiscais de ICMS, crédito fiscal. 4 Fontes do direito tributário. 4.1 Constituição Federal. 4.2 Leis complementares. 4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes. 4.4 Tratados internacionais. 4.5 Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material. 4.6 Atos exclusivos do Poder Legislativo. 4.7 Convênios. 4.8 Decretos regulamentares. 4.9 Normas complementares. 5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6 Obrigação tributária. 6.1 Definição e natureza jurídica. 6.2 Obrigação principal e acessória. 6.3 Fato gerador. 6.4 Sujeito ativo. 6.5 Sujeito passivo. 6.6 Solidariedade. 6.7 Capacidade tributária. 6.8 Domicílio tributário. 6.9 Responsabilidade tributária. 6.10 Responsabilidade dos sucessores. 6.11 Responsabilidade de terceiros. 6.12 Responsabilidade por infrações. 6.13 Substituição tributária. 7 Crédito tributário. 7.1 Constituição do crédito tributário. 7.2 Lançamento. 7.3 Modalidades de lançamento. 7.4 Suspensão do crédito tributário. 7.5 Extinção do crédito tributário. 7.6 Exclusão do crédito tributário. 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 7.8 Prescrição e decadência. 8 Administração tributária. 8.1 Fiscalização. 8.2 Dívida ativa. 8.3 Certidões nega-

tivas. 9 Impostos da União. 10 Impostos dos Estados e do Distrito Federal. 10.1. Imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD). 10.2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). 10.3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). 10.4 Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). 11 Impostos dos municípios. 12 Legislação federal aplicada. 12.1 Lei nº 5.172/1966 (Sistema Tributário Nacional e normas gerais de direito tributário). 12.2 Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). 12.3 Lei Complementar nº 116/2003 (ISSQN). 12.4 Lei Complementar nº 87/96 e alterações posteriores (Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação). 13. Legislação do Estado do Rio Grande do Norte aplicada. 13.1 Lei Estadual nº 6.968/1996 (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação). 13.2. Lei Estadual nº 6.967/1996 e suas alterações (imposto de propriedade de veículos automotores – IPVA). 13.3. Lei Estadual nº 5.887/1989 (imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos – ITCD). 13.4. Decreto Estadual nº 31.825/2022 (ICMS). 14 Ilícito tributário. 14.1 Ilícito administrativo tributário. 14.2 Ilícito penal tributário. 14.3 Crimes contra a ordem tributária. 14.4 Lei nº 8.137/1990 (Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo). 15 Norma geral antielisão. 16 Processo administrativo tributário. 16.1 Princípios. 16.2 Acepções e espécies. 16.3 Determinação e exigência do crédito tributário. 16.4 Representação fiscal para fins penais. 16.5 Processo administrativo tributário do Rio Grande do Norte. 16.6. Decreto Estadual nº 13.796/1998. 17 Processo judicial tributário. 17.1 Ação de execução fiscal. 17.2 Lei nº 6.830/1980 e suas alterações (execução fiscal). 17.3 Ação cautelar fiscal. 17.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 17.5 Ação anulatória de débito fiscal. 17.6 Mandado de segurança. 17.7 Ação de repetição de indébito. 17.8 Ação de consignação em pagamento. 17.9 Ações de controle de constitucionalidade. 17.10 Ação civil pública.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade social. 1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios. 2 Custeio da seguridade social. 2.1 Receitas, contribuições sociais, salário de contribuição. 3 Regime Geral de Previdência Social (RGPS). 3.1 Segurados e dependentes. 3.2 Filiação e inscrição. 3.3 Carência. 3.4 Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas. 3.5 Salário de benefício. 3.6 Renda mensal inicial. 3.7 Reajustamento e revisão. 3.8 Prescrição e decadência. 3.9 Acumulação de benefícios. 3.10 Justificação. 3.11 Ações judiciais em matéria previdenciária. 3.12 Acidente de trabalho. 4 Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). 4.1 Lei Estadual nº 11.109/2022 e suas alterações (Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Norte). 5 Lei Complementar Estadual nº 692/2021. (Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Rio Grande do Norte). 6 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira. 7 Previdência complementar. 8 Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência Social). 9 Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS

Presidente da Comissão Examinadora Concurso

ANEXO I CRONOGRAMA PREVISTO	
Atividade	Datas previstas
Período de solicitação de inscrição preliminar e de solicitação de isenção de taxa de inscrição preliminar	20/11 a 19/12/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Disponibilização do link para verificação de deferimento da foto encaminhada na inscrição preliminar e prazo para novo envio de foto que atenda às determinações do sistema	20 e 21/12/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado provisório da solicitação de isenção de taxa de inscrição	29/12/2023
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção de taxa de inscrição preliminar	2 e 3/1/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado final da solicitação de isenção de taxa de inscrição	10/1/2024
Data final para o pagamento da taxa de inscrição preliminar	15/1/2024
Relação provisória dos candidatos com a inscrição preliminar deferida (ampla concorrência, na condição de pessoa com deficiência e que se autodeclararam negros)	22/1/2024
Consulta à situação provisória da solicitação de atendimento especializado	22 a 24/1/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da inscrição para concorrer como pessoa com deficiência e contra o indeferimento da solicitação de atendimento especializado e prazo para a alteração de concorrência (negros)	23 e 24/1/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Relação final dos candidatos com a inscrição preliminar deferida (ampla concorrência, na condição de pessoa com deficiência e que se autodeclararam negros)	5/2/2024
Consulta à situação final da solicitação de atendimento especializado	5/2/2024
Divulgação do edital que informará a disponibilização da consulta aos locais de provas	9/2/2024
Aplicação da prova objetiva	25/2/2024
Consulta individual aos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva	27/2 a 1/3/2024 Das 19 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para a interposição de recursos quanto às questões formuladas e(ou) aos gabaritos oficiais preliminares divulgados	28/2 a 1/3/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva	1º/3/2024
Divulgação do edital de resultado provisório na prova objetiva	22/3/2024
Prazo para a interposição de recursos contra o resultado provisório na prova objetiva	25 a 27/3/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para as provas subjetiva e prática	11/4/2024
Aplicação da prova subjetiva (P2)	21/4/2024
Divulgação do padrão preliminar de respostas da prova subjetiva	23/4/2024
Prazo para a interposição de recursos contra o padrão preliminar de respostas da prova subjetiva	24 a 26/4/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Aplicação da prova prática (P3)	28/4/2024
Divulgação do padrão preliminar de respostas da prova prática	29/4/2024
Prazo para a interposição de recursos contra o padrão preliminar de respostas da prova prática	30/4 a 3/5/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado provisório nas provas subjetiva e prática	27/5/2024

* As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da PGE/RN e do Cebraspe. Caso haja alteração, esta será previamente comunicada por meio de edital.

** As demais datas serão informadas por meio dos editais subsequentes a serem publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_m_23_procurador.

ANEXO II

MODELO DE LAUDO CARACTERIZADOR DE DEFICIÊNCIA PARA A SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA CONCORRER COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E PARA A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

(candidatos que se declararam com deficiência)
Atesto, para fins de participação em concurso público, que o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, é considerado(a) pessoa com deficiência à luz da legislação brasileira por apresentar o(s) seguinte(s) impedimento(s) físico(s), auditivo(s), visual(is), intelectual(is) ou psicossocial(is)/mental(is) _____, CID-10 _____, que resulta(m) no comprometimento das seguintes funções/funcionalidades _____.
Informo, ainda, a provável causa do comprometimento _____.
Cidade/UF, ____ de _____ de 20__.
Assinatura e carimbo do(a) Profissional Médico ou de Saúde de Nível Superior atuante na área de deficiência do candidato (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo)

PORTARIA-SEI Nº 703, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, I e II, da Lei Complementar Estadual n.º 240, de 27 de junho de 2002 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), c/c o disposto nos art. 1º e art. 2º, V, da Portaria n.º 001/2019-GPGE, de 03 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) n.º 14.325, de 04 de janeiro de 2019, às fls. 7/8,
Considerando o Solicitado no processo SEI 01110027.003091/2023-75,
Considerando a publicação da Portaria SEI nº 646/2023 GPGEA, publicada no Diário Oficial nº 15.532, de 24 de outubro de 2023
R E S O L V E:
Art. 1º Suspende, 05 (cinco) dias das férias do Procurador de Estado 3ª Classe RODRIGO TAVARES DE ABREU LIMA, matrícula nº 221.159-9, concedida através da Portaria nº 591/2023-GPGEA, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.517, de 28 de setembro de 2023, em face da publicação da Portaria SEI nº 646/2023 GPGEA, publicada no Diário Oficial nº 15.532, de 24 de outubro de 2023, no período de 17 a 21 de outubro de 2023, ficando assegurado os 05 (cinco) dias suspensos, para o usufruto em data posterior.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 17 de outubro de 2023. Publique-se.
Gabinete do Procurador-Geral do Estado Adjunto, em Natal – RN, 13 de Novembro de 2023.
José Duarte Santana
PRCURADDOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTO

PORTARIA-SEI Nº 704, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.
O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, I e II, da Lei Complementar Estadual n.º 240, de 27 de junho de 2002 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), c/c o disposto nos art. 1º e art.2º, V, da Portaria n.º 001/2019-GPGE, de 03 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 14.325, de 04 de janeiro de 2019.
Considerando o Atestado Médico datado de 12/11/2023, no Processo Administrativo (SEI) nº 01110055.003014/2023-88,
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder à Procuradora do Estado de 1ª Classe LÚCIA DE FÁTIMA DIAS FAGUNDES COCENTINO, matrícula n.º 158.081-7, na forma da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte), 03 (Três) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 12 a 14 de Novembro de 2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12 de Novembro de 2023. Publique-se.
Gabinete do Procurador-Geral do Estado Adjunto, em Natal/RN, 13 de Novembro de 2023.
José Duarte Santana
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTO

RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO POR PROCURADOR NO PERÍODO DE 10/11/2023 ATÉ 10/11/2023
CITAÇÕES, INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES
Setor: CONTENCIOSO

Procurador	Processo
ADRIANA TORQUATO DA SILVA	[0803922-89.2023.8.20.5300] [0816289-28.2022.8.20.5124] [0025333-89.2023.4.05.8400] [0000350-23.2023.4.05.8401] [0012081-16.2023.4.05.8401] [0812554-50.2023.8.20.5124] [0029603-59.2023.4.05.8400] [0843600-38.2023.8.20.5001] [0807611-68.2023.8.20.5001] [0805937-11.2022.8.20.5124] [0812379-56.2023.8.20.5124] [0801283-56.2023.8.20.5120] [0814125-56.2023.8.20.5124] [0800192-03.2021.4.05.8401] [0812916-52.2023.8.20.5124] [0800093-28.2023.8.20.5130] [0809578-70.2023.8.20.5124] [0800401-77.2023.8.20.5158] [0801565-82.2023.8.20.5124] [0812704-31.2023.8.20.5124] [0814961-10.2023.8.20.5001] [0807619-64.2023.8.20.5124] [0801158-20.2021.8.20.5133] [0801549-67.2023.8.20.5112] [0920275-76.2022.8.20.5001] [0802403-59.2022.8.20.5124] [0028697-69.2023.4.05.8400] [0803357-28.2023.8.20.5106] [0800392-93.2023.8.20.5133] [0001516-39.2009.8.20.0121] [0823287-32.2023.8.20.5106] [0809569-11.2023.8.20.5124] [0806375-03.2023.8.20.5124] [0818698-74.2022.8.20.5124] [0847148-08.2022.8.20.5001] [0801473-43.2023.8.20.5112] [0011115-53.2023.4.05.8401] [0012081-16.2023.4.05.8401] [0802081-35.2023.8.20.5114] [0801555-38.2023.8.20.5124] [0801211-40.2023.8.20.5162] [0809890-65.2023.4.05.8400] [0800223-40.2023.4.05.8405] [0806529-21.2015.4.05.8400] [0814794-80.2021.8.20.5124] [0810232-57.2023.8.20.5124] [0850184-58.2022.8.20.5001] [0810362-47.2023.8.20.5124] [0802880-36.2022.8.20.5107] [0805365-21.2023.8.20.5124] [0803574-71.2023.8.20.5300] [0803922-88.2022.4.05.8400] [0861212-86.2023.8.20.5001] [0803157-55.2022.8.20.5300] [0800602-62.2023.8.20.5128] [0800783-12.2022.8.20.5124] [0806174-03.2018.4.05.8401] [0802971-35.2023.8.20.5126] [0801213-42.2020.8.20.5153] [0803351-03.2023.8.20.5112] [0805610-86.2023.8.20.5300] [0803576-56.2023.8.20.5004] [0811912-77.2023.8.20.5124] [0029674-61.2023.4.05.8400] [0841665-60.2023.8.20.5001] [0813317-85.2022.8.20.5124] [0808417-25.2023.8.20.5124] [0800486-29.2023.8.20.5137] [0027020-04.2023.4.05.8400] [0806373-33.2023.8.20.5124] [0805786-02.2022.8.20.5300] [0805677-51.2023.8.20.5300] [0802081-35.2023.8.20.5114] [0801940-02.2022.8.20.5130] [0806300-52.2022.8.20.5300] [0801359-80.2023.8.20.5120] [0804837-41.2023.8.20.5300] [0814566-71.2022.8.20.5124] [0812741-58.2023.8.20.5124] [0811108-46.2022.8.20.5124] [0800645-81.2023.8.20.5133] [0815861-12.2023.8.20.5124] [0825482-14.2023.8.20.5001] [0805833-85.2022.8.20.5102] [0802965-28.2023.8.20.5126] [0816138-28.2023.8.20.5124] [0800298-05.2023.8.20.5115] [0800490-02.2023.8.20.5126] [0811617-59.2023.4.05.8400] [0823420-98.2023.8.20.5001] [0801069-87.2022.8.20.5124] [0029691-97.2023.4.05.8400] [0803084-92.2023.8.20.5124] [0803820-79.2023.8.20.5102] [0802092-91.2023.8.20.5105] [0805059-77.2021.8.20.5300] [0802196-09.2023.8.20.5162] [0804301-42.2023.8.20.5102] [0863180-54.2023.8.20.5001] [0860369-24.2023.8.20.5001] [0862578-63.2023.8.20.5001] [0802250-42.2022.4.05.8401] [0811267-86.2022.8.20.5124] [0802448-20.2022.8.20.5300] [0815675-38.2021.8.20.5001] [0027020-04.2023.4.05.8400] [0825227-90.2022.8.20.5001] [0805329-76.2023.8.20.5124] [0803449-49.2023.8.20.5124] [0806053-37.2023.8.20.5300] [0908407-04.2022.8.20.5001] [0809339-37.2021.8.20.5124] [0804743-08.2023.8.20.5102] [0857100-74.2023.8.20.5001] [0801870-37.2022.8.20.5145] [0812633-29.2023.8.20.5124] [0807593-66.2023.8.20.5124] [0810174-25.2021.8.20.5124] [0802851-89.2023.8.20.5126] [0816324-51.2023.8.20.5124] [0818811-48.2023.8.20.5106] Total de Processos (121)
ANA GABRIELA BRITO RAMOS	[0803524-10.2022.8.20.5129] [0907225-80.2022.8.20.5001] [0841232-56.2023.8.20.5001] [0863074-92.2023.8.20.5001] [01510127.005944/2023-63] [0915789-48.2022.8.20.5001] [0845507-48.2023.8.20.5001] [0817115-20.2023.8.20.5124] [0803768-46.2012.8.20.0001] [0860383-76.2021.8.20.5001] [0862758-79.2023.8.20.5001] [0814164-34.2023.8.20.5001] [0847478-05.2022.8.20.5001] [0854610-79.2023.8.20.5001] [0804682-84.2014.8.20.6001] [0805419-79.2013.8.20.0001] [0818697-70.2022.8.20.5001] [0863090-46.2023.8.20.5001] [0860712-20.2023.8.20.5001] [0807066-17.2023.8.20.5124] [0816077-70.2023.8.20.5124] [0817920-51.2023.8.20.5001] [0815988-47.2023.8.20.5124] Total de Processos (23)

Procurador	Processo
ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA NETO	[0825709-72.2021.8.20.5001] [0803087-38.2022.8.20.5300] [0823515-31.2023.8.20.5001] [0836243-07.2023.8.20.5001] [0818207-14.2023.8.20.5001] [0851690-35.2023.8.20.5001] [0807262-16.2012.8.20.0001] [0874109-83.2022.8.20.5001] [0811470-13.2023.4.05.0000] [0836951-57.2023.8.20.5001] [0829648-89.2023.8.20.5001] [0833454-35.2023.8.20.5001] [0821544-11.2023.8.20.5001] [0835441-09.2023.8.20.5001] [0833849-27.2023.8.20.5001] [0824674-77.2021.8.20.5001] [0873302-63.2022.8.20.5001] [0836040-45.2023.8.20.5001] [0837715-43.2023.8.20.5001] [0816747-94.2020.8.20.5001] [0862442-37.2021.8.20.5001] [0862968-33.2023.8.20.5001] [0873945-89.2020.8.20.5001] [0100444-76.2015.8.20.0133] [0810549-55.2023.8.20.5124] [0816437-83.2023.8.20.5001] [0862385-48.2023.8.20.5001] [0860935-70.2023.8.20.5001] [0861477-88.2023.8.20.5001] [0817843-42.2023.8.20.5001] [0801135-15.2017.8.20.5101] [0861453-60.2023.8.20.5001] [0828333-26.2023.8.20.5001] [0833851-94.2023.8.20.5001] [0899743-81.2022.8.20.5001] [0859828-88.2023.8.20.5001] [0818191-60.2023.8.20.5001] [0834264-10.2023.8.20.5001] [0862810-75.2023.8.20.5001] [0860490-52.2023.8.20.5001] [0850358-33.2023.8.20.5001] [0820283-84.2018.8.20.5001] [0829017-48.2023.8.20.5001] [0849990-24.2023.8.20.5001] [0846150-40.2022.8.20.5001] [0844419-72.2023.8.20.5001] [0816749-59.2023.8.20.5001] [0840624-58.2023.8.20.5001] [0860603-06.2023.8.20.5001] [0813043-68.2023.8.20.5001] [0810105-03.2023.8.20.5001] [0860213-36.2023.8.20.5001] [0826808-43.2022.8.20.5001] [0812833-36.2023.8.20.5124] [0856114-23.2023.8.20.5001] [0844075-91.2023.8.20.5001] [0800968-96.2021.8.20.5120] [0800643-53.2023.8.20.9000] [0813651-34.2023.8.20.0000] [0835770-21.2023.8.20.5001] [0829159-52.2023.8.20.5001] [0801201-50.2023.8.20.5144] [0810929-59.2023.8.20.5001] [0812094-44.2023.8.20.5001] [0865676-90.2022.8.20.5001] [0858771-35.2023.8.20.5001] [0805300-07.2023.8.20.5001] [0801804-48.2020.8.20.5300] [0838998-38.2022.8.20.5001] [0858243-98.2023.8.20.5001] [0859606-23.2023.8.20.5001] [0834877-30.2023.8.20.5001] [0863811-32.2022.8.20.5001] [0821152-27.2022.8.20.5124] [0804687-84.2023.8.20.5001] [0854225-68.2022.8.20.5001] [0812261-66.2020.8.20.5001] [0809265-27.2022.8.20.5001] [0856921-43.2023.8.20.5001] [0825215-13.2021.8.20.5001] [0914736-32.2022.8.20.5001] [0908954-44.2022.8.20.5001] [0830036-89.2023.8.20.5001] [0856625-55.2022.8.20.5001] [0832180-36.2023.8.20.5001] [0821183-91.2023.8.20.5001] [0834945-77.2023.8.20.5001] [0810885-40.2023.8.20.5001] [0847635-17.2018.8.20.5001] [0830172-86.2023.8.20.5001] [0813029-52.2023.8.20.0000] [0860506-06.2023.8.20.5001] [0862220-06.2020.8.20.5001] [0825886-65.2023.8.20.5001] [0801636-78.2022.8.20.5105] [0801943-92.2023.8.20.5106] [0862707-68.2023.8.20.5001] [0803912-94.2022.8.20.5105] [0835101-65.2023.8.20.5001] [0916152-35.2022.8.20.5001] [0817770-80.2022.8.20.5106] [0856864-25.2023.8.20.5001] [0817239-03.2023.8.20.5124] [0807842-32.2022.8.20.5001] [0800772-82.2023.8.20.5112] [0844691-66.2023.8.20.5001] [0859736-13.2023.8.20.5001] [0896832-96.2022.8.20.5001] [0839336-75.2023.8.20.5001] [0852988-62.2023.8.20.5001] [0801042-77.2022.8.20.5133] [0920098-15.2022.8.20.5001] [0860994-29.2021.8.20.5001] [0800168-40.2023.8.20.5139] [0800653-97.2023.8.20.9000] [0815125-72.2023.8.20.5001] [0831950-91.2023.8.20.5001] [0908363-82.2022.8.20.5001] [0824044-50.2023.8.20.5001] [0801303-72.2022.8.20.5123] [0852754-80.2023.8.20.5001] [0802081-62.2023.8.20.5105] [0812622-78.2023.8.20.5001] [0859557-79.2023.8.20.5001] [0808258-63.2023.8.20.5001] [0848326-55.2023.8.20.5001] [0861092-14.2021.8.20.5001] [0813032-07.2023.8.20.0000] [0824885-45.2023.8.20.5001] [0835356-23.2023.8.20.5001] [0805309-34.2023.8.20.0000] [0911891-27.2022.8.20.5001] [0801237-32.2020.8.20.5101] [0839373-05.2023.8.20.5001] [0851625-74.2022.8.20.5001] [0800695-62.2021.8.20.5106] [0809122-69.2023.8.20.0000] [0853070-93.2023.8.20.5001] [0828908-34.2023.8.20.5001] [0916481-47.2022.8.20.5001] [0862790-84.2023.8.20.5001] [0811064-71.2023.8.20.5001] [0863124-21.2023.8.20.5001] [0822985-61.2022.8.20.5001] [0807186-75.2022.8.20.5001] [0841668-15.2023.8.20.5001] [0857240-11.2023.8.20.5001] [0822318-41.2023.8.20.5001] [0857625-90.2022.8.20.5001] [0837931-38.2022.8.20.5001] [0915668-20.2022.8.20.5001] [0815476-64.2023.8.20.5124] [0861189-43.2023.8.20.5001] [0810765-94.2023.8.20.5001] [0859118-05.2022.8.20.5001] [01110054.001139/2023-83] [0828310-80.2023.8.20.5001] [0801076-57.2023.8.20.9000] [01110054.001113/2023-35] [0821043-57.2023.8.20.5001] [0802915-32.2019.8.20.5129] [0831358-47.2023.8.20.5001] [0825546-24.2023.8.20.5001] [00410002.005403/2022-81] [0833503-13.2022.8.20.5001] [0829721-21.2023.8.20.5001] [0826771-79.2023.8.20.5001] [0848151-95.2022.8.20.5001] [0919865-18.2022.8.20.5001] [0853959-47.2023.8.20.5001] [0812737-02.2023.8.20.5001] [0817841-91.2023.8.20.5124] [0877645-73.2020.8.20.5001] [0877092-26.2020.8.20.5001] [0813620-90.2016.8.20.5001] [000302-49.2009.8.20.0109] [0909225-53.2022.8.20.5001] [0816367-66.2023.8.20.5001] [0800706-52.2020.8.20.5001] [0810906-16.2023.8.20.5001] [0829328-39.2023.8.20.5001] [0823215-69.2023.8.20.5001] [0816438-68.2023.8.20.5001] [0814241-77.2022.8.20.5001] [0850075-78.2021.8.20.5001] [0804627-14.2023.8.20.5001] [0818936-40.2023.8.20.5001] [0839573-12.2023.8.20.5001] [0815970-07.2023.8.20.5001] [0810082-18.2019.8.20.5124] [0835163-08.2023.8.20.5001] [0860195-15.2023.8.20.5001] [0823412-24.2023.8.20.5001] [0862470-34.2023.8.20.5001] [0801945-90.2022.8.20.5108] [0802419-27.2019.8.20.5121] [0810428-08.2023.8.20.5001] [0855863-39.2022.8.20.5001] [0807520-75.2023.8.20.5001] [0917931-25.2022.8.20.5001] [0819193-65.2023.8.20.5001] [0861459-67.2023.8.20.5001] [0920591-89.2022.8.20.5001] [0854823-22.2022.8.20.5001] [0856373-86.2021.8.20.5001] [0848817-62.2023.8.20.5001] [0800938-69.2022.8.20.5106] [0837794-22.2023.8.20.5001] [0826904-29.2020.8.20.5001] [0801067-64.2023.8.20.5001] [0816433-46.2023.8.20.5001] [0817640-80.2023.8.20.5001] [0833262-05.2023.8.20.5001] [0846700-69.2021.8.20.5001] [0811812-06.2023.8.20.5001] [0911957-07.2022.8.20.5001] [0860681-97.2023.8.20.5001] [0814592-69.2022.8.20.5124] [0816209-84.2018.8.20.5001] [0834491-97.2023.8.20.5001] [0850620-80.2023.8.20.5001] [0822747-08.2023.8.20.5001] [0834893-81.2023.8.20.5001] [0800897-06.2021.8.20.5117] [0800724-02.2023.8.20.9000] [0805727-76.2022.4.05.8400] [0808618-71.2023.8.20.5106] [0859912-89.2023.8.20.5001] [0917979-81.2022.8.20.5001] [0850418-06.2023.8.20.5001] [0839422-46.2023.8.20.5001] [0801010-06.2020.8.20.5113] [0801283-25.2023.8.20.5001] [0820498-84.2023.8.20.5001] [0863168-40.2023.8.20.5001] [0858245-68.2023.8.20.5001] [0851553-53.2023.8.20.5001] [0909521-75.2022.8.20.5001] [0802835-69.2016.8.20.5001] [0802079-92.2023.8.20.5105] [0877369-42.2020.8.20.5001] [0842193-94.2023.8.20.5001] [0816625-95.2023.8.20.5124] [0805878-67.2023.8.20.5001] [0801216-87.20

Procurador	Processo
HÉLIO VARELA DE ALBUQUERQUE JÚNIOR	[0015110-05.2003.8.20.0001] [0904887-36.2022.8.20.5001] [0852216-02.2023.8.20.5001] [0850523-80.2023.8.20.5001] [0810289-32.2018.8.20.5001] [0809216-49.2015.8.20.5124] [0873027-56.2018.8.20.5001] [0813594-19.2021.8.20.5001] [0823016-18.2021.8.20.5001] [0846579-80.2017.8.20.5001] [0839607-55.2021.8.20.5001] [0920857-76.2022.8.20.5001] [0816922-93.2017.8.20.5001] [0813006-12.2021.8.20.5001] [0859305-13.2022.8.20.5001] [0801699-90.2023.8.20.5001] [0813928-82.2023.8.20.5001] [0809890-95.2021.8.20.5001] [0000178-24.2023.5.21.0004] [0832258-30.2023.8.20.5001] [0821455-85.2023.8.20.5001] [0829135-68.2016.8.20.5001] [0826134-65.2022.8.20.5001] [0861857-48.2022.8.20.5001] [0803309-92.2021.8.20.5121] [0862058-06.2023.8.20.5001] [0843910-49.2020.8.20.5001] [0863491-50.2020.8.20.5001] [0800920-35.2020.8.20.5133] [0850805-02.2015.8.20.5001] [0809933-66.2020.8.20.5001] [0820346-07.2021.8.20.5001] [0893003-10.2022.8.20.5001] [0807491-25.2023.8.20.5001] [0802346-70.2011.8.20.0001] [0819263-19.2022.8.20.5001] [0898974-73.2022.8.20.5001] [0912393-63.2022.8.20.5001] [0842785-51.2017.8.20.5001] [0809547-02.2021.8.20.5001] [0877342-59.2020.8.20.5001] [0853222-88.2016.8.20.5001] [0862460-87.2023.8.20.5001] [0818786-69.2017.8.20.5001] [0803162-04.2022.8.20.5001] [0912896-84.2022.8.20.5001] [0845560-73.2016.8.20.5001] [0834540-46.2020.8.20.5001] [0832436-81.2020.8.20.5001] [0840033-38.2019.8.20.5001] [0852500-83.2018.8.20.5001] [0823095-26.2023.8.20.5001] [0813783-94.2021.8.20.5001] [0811605-17.2017.8.20.5001] [0847342-13.2019.8.20.5001] [0803611-69.2016.8.20.5001] [0836840-15.2019.8.20.5001] [0857416-24.2022.8.20.5001] [0807030-87.2022.8.20.5001] [0840375-78.2021.8.20.5001] [0819956-66.2023.8.20.5001] [0810908-93.2017.8.20.5001] [0849252-70.2022.8.20.5001] [0801761-18.2011.8.20.0001] [0807487-85.2023.8.20.5001] [0814441-50.2023.8.20.5001] [0806640-20.2022.8.20.5001] [0800608-59.2020.8.20.5133] [0830398-96.2020.8.20.5001] [0870152-45.2020.8.20.5001] [0814113-28.2020.8.20.5001] [0814659-20.2019.8.20.5001] [0827593-05.2022.8.20.5001] [0823498-97.2020.8.20.5001] [0915172-88.2022.8.20.5001] [0817755-04.2023.8.20.5001] [0819281-06.2023.8.20.5001] [0801008-13.2022.8.20.5001] [0801746-44.2014.8.20.0001] [0831967-69.2019.8.20.5001] [0833700-36.2020.8.20.5001] [0806769-88.2023.8.20.5001] [0817259-77.2020.8.20.5001] [0835530-37.2020.8.20.5001] [0916612-22.2022.8.20.5001] [0816549-57.2020.8.20.5001] [0804800-33.2018.8.20.5124] [0873672-13.2020.8.20.5001] [0848184-85.2022.8.20.5001] [0843966-87.2017.8.20.5001] [0805905-65.2014.8.20.5001] [0851022-35.2021.8.20.5001] [0828527-60.2022.8.20.5001] [0862060-78.2020.8.20.5001] [0843810-65.2018.8.20.5001] [0800609-44.2020.8.20.5133] [0823203-65.2017.8.20.5001] [0915609-32.2022.8.20.5001] Total de Processos (98)
JANSÊNIO ALVES ARAÚJO DE OLIVEIRA	[0808377-58.2022.8.20.5001] [0847033-84.2022.8.20.5001] [0834869-87.2022.8.20.5001] [0870209-63.2020.8.20.5001] [0830275-93.2023.8.20.5001] [0845550-87.2020.8.20.5001] [0812289-63.2022.8.20.5001] [0857515-91.2022.8.20.5001] [0856679-55.2021.8.20.5001] [0837222-03.2022.8.20.5001] [0842855-29.2021.8.20.5001] [0820372-34.2023.8.20.5001] [0810244-52.2023.8.20.5001] [0862630-98.2023.8.20.5001] [0839223-92.2021.8.20.5001] [0809486-73.2023.8.20.5001] [0848010-52.2017.8.20.5001] [0915582-49.2022.8.20.5001] [0830811-17.2017.8.20.5001] [0879537-46.2022.8.20.5001] [0854602-39.2022.8.20.5001] [0831466-52.2018.8.20.5001] [0864794-02.2020.8.20.5001] [0020777-66.2004.8.20.0001] [0820121-16.2023.8.20.5001] [0833811-83.2021.8.20.5001] [0819878-72.2023.8.20.5001] [0837470-03.2021.8.20.5001] [0000852-29.2019.5.21.0008] [0806568-67.2021.8.20.5001] [0027215-87.1998.8.20.0001] [083158-05.2021.8.20.5001] [0811697-24.2019.8.20.5001] [0805492-59.2022.8.20.5102] [0854853-91.2021.8.20.5001] [0812697-20.2023.8.20.5001] [0842190-47.2020.8.20.5001] [0857063-81.2022.8.20.5001] [0005445-91.2005.8.20.0001] [0806268-07.2021.8.20.5001] [0824503-62.2017.8.20.5001] [0847530-35.2021.8.20.5001] [0837280-06.2022.8.20.5001] [0870862-36.2018.8.20.5001] [0805314-56.2023.8.20.0000] [0851826-71.2019.8.20.5001] [0859113-80.2022.8.20.5001] [0820994-13.2020.8.20.5001] [0826139-92.2019.8.20.5001] [0815313-46.2015.8.20.5001] [0834946-62.2023.8.20.5001] [0855897-14.2022.8.20.5001] [0832999-12.2019.8.20.5001] [0805492-59.2022.8.20.5102] [0854853-91.2021.8.20.5001] [0812697-20.2023.8.20.5001] [0832047-62.2021.8.20.5001] [0875940-69.2022.8.20.5001] [0804150-25.2022.8.20.5001] [0803871-72.2023.8.20.5108] [0819249-98.2023.8.20.5001] [0827068-91.2020.8.20.5001] [0851540-93.2019.8.20.5001] [0807722-74.2014.8.20.6001] [0850140-05.2023.8.20.5001] [0811369-31.2018.8.20.5001] [0801082-30.2020.8.20.5133] [0844872-43.2018.8.20.5001] [0837642-52.2015.8.20.5001] [0829906-70.2021.8.20.5001] [0860003-19.2022.8.20.5001] [0828770-38.2021.8.20.5001] [0873396-79.2020.8.20.5001] [0821762-10.2023.8.20.5001] [0827335-58.2023.8.20.5001] [0813251-20.2023.8.20.0000] [0814950-78.2023.8.20.5001] [0838287-96.2023.8.20.5001] [0820699-47.2021.8.20.5001] [0847884-60.2021.8.20.5001] [0803782-16.2022.8.20.5001] [0810254-33.2022.8.20.5001] [0809308-32.2022.8.20.5001] [0844867-98.2017.8.20.5001] [0857605-02.2022.8.20.5001] [0800531-50.2020.8.20.5133] [0840902-69.2017.8.20.5001] [0867947-43.2020.8.20.5001] [0010540-39.2004.8.20.0001] [0853364-58.2017.8.20.5001] [0810732-80.2018.8.20.5001] Total de Processos (91)
MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA	[00610007.001564/2023-25] [0823404-47.2023.8.20.5001] [0822483-88.2023.8.20.5001] [0805131-93.2023.8.20.5300] [0811436-85.2023.8.20.0000] [0811310-35.2023.8.20.0000] [0802758-38.2022.8.20.5102] [00110013.015382/2023-20] [00110013.014648/2023-17] [00110013.014573/2023-74] [01110065.000130/2023-26] [0913778-46.2022.8.20.5001] [0808478-61.2023.8.20.5001] [01510127.004507/2023-22] [01110065.001904/2023-36] [0834638-26.2023.8.20.5001] [0801313-70.2017.8.20.5001] [0833538-70.2022.8.20.5001] [0801470-35.2023.8.20.5162] [01110065.002068/2023-15] [00110013.014291/2023-77] [01110065.001516/2023-55] [0849351-40.2022.8.20.5001] [0805815-42.2023.8.20.5001] [00110013.015000/2023-68] [00110013.012073/2023-06] [0800928-91.2023.8.20.5105] [00110013.000726/2023-04] [0806557-57.2021.8.20.5124] [00110013.008226/2023-11] [01110065.002127/2023-47] [0827958-06.2015.8.20.5001] [00110013.003689/2022-05] [0872662-02.2018.8.20.5001] [0807212-39.2023.8.20.5001] [0811419-86.2020.8.20.5001] [0807503-10.2021.8.20.5001] [0819163-35.2020.8.20.5001] [0863270-62.2023.8.20.5001] [0852959-12.2023.8.20.5001] [0823094-41.2023.8.20.5001] [0813324-29.2020.8.20.5001] [0807216-13.2022.8.20.5001] [0027477-90.2005.8.20.0001] [0828495-21.2023.8.20.5001] [0877615-38.2020.8.20.5001] [0830737-84.2022.8.20.5001] [0822718-02.2016.8.20.5001] [0836838-40.2022.8.20.5001] [0848489-04.2022.8.20.5001] [0824920-44.2019.8.20.5001] [0845735-33.2017.8.20.5001] [0836302-34.2019.8.20.5001] [0864249-58.2022.8.20.5001] [08066057-74.2020.8.20.5001] [0014649-96.2004.8.20.0001] [0819320-08.2020.8.20.5001] [0804376-73.2014.8.20.0001] [0828496-74.2021.8.20.5001] [0874612-75.2020.8.20.5001] [0806355-46.2022.8.20.5124] [0848450-72.2022.8.20.5001] [0862356-66.2021.8.20.5001] [0825926-81.2022.8.20.5001] [0803405-16.2020.8.20.5001] [0820508-07.2018.8.20.5001] [0001811-98.2021.4.05.8401] [0830013-51.2020.8.20.5001] [0819327-97.2020.8.20.5001] [0832437-03.2019.8.20.5001] [0804366-54.2020.8.20.5001] [0863547-15.2022.8.20.5001] [0844055-13.2017.8.20.5001] [0848944-68.2021.8.20.5001] [0821253-16.2020.8.20.5001] [0844826-25.2016.8.20.5001] [0830067-17.2020.8.20.5001] [0808332-93.2018.8.20.5001] [0822759-61.2019.8.20.5001] [0906686-17.2022.8.20.5001] [0004489-70.2023.5.21.0000] [0811669-56.2019.8.20.5001] [0870955-28.2020.8.20.5001] [0847416-62.2022.8.20.5001] [0809152-73.2022.8.20.5001] [0808272-86.2019.8.20.5001] [0859830-97.2019.8.20.5001] [0827707-41.2022.8.20.5001] [0893053-36.2022.8.20.5001] [0832461-70.2015.8.20.5001] [0802595-70.2022.8.20.5001] [0823753-89.2019.8.20.5001] [0869314-05.2020.8.20.5001] [0806482-04.2018.8.20.5001] [0806230-93.2021.8.20.5001] [0805081-33.2019.8.20.5001] [0832101-38.2015.8.20.5001] [0829814-34.2017.8.20.5001] [0840947-39.2018.8.20.5001] [0860947-21.2022.8.20.5001] [0801903-51.2013.8.20.0001] [0808690-53.2021.8.20.5001] [0840629-85.2020.8.20.5001] [0850635-54.2020.8.20.5001] [0812973-22.2021.8.20.5001] [0800434-58.2020.8.20.5001] [0832628-77.2021.8.20.5001] [0844280-28.2020.8.20.5001] [0842754-89.2021.8.20.5001] [0919770-85.2022.8.20.5001] [0838399-75.2017.8.20.5001] [0841944-51.2020.8.20.5001] [0842812-92.2021.8.20.5001] [0843997-44.2016.8.20.5001] [0000484-87.2004.8.20.0116] [0802680-90.2021.8.20.5001] [0901856-08.2022.8.20.5001] [0834095-57.2022.8.20.5001] [0855074-16.2017.8.20.5001] [0804536-55.2022.8.20.5001] [0843859-38.2020.8.20.5001] [0920422-05.2022.8.20.5001] [0915139-98.2022.8.20.5001] [0004474-04.2023.5.21.0000] [0809164-87.2022.8.20.5001] [0842285-43.2021.8.20.5001] [0848729-68.2016.8.20.5001] [0806558-32.2014.8.20.0001] [0852850-76.2015.8.20.5001] [0871672-69.2022.8.20.5001] [0806934-48.2017.8.20.5001] [0815896-55.2020.8.20.5001] [0829601-57.2019.8.20.5001] [0819272-49.2020.8.20.5001] [0811873-95.2022.8.20.5001] [0001645-50.2023.5.21.0000] [0876742-09.2018.8.20.5001] [0869828-55.2020.8.20.5001] [0853212-05.2020.8.20.5001] [0838764-61.2019.8.20.5001] [0844907-08.2015.8.20.5001] [0864608-08.2022.8.20.5001] [0849182-24.2020.8.20.5001] [0832742-26.2015.8.20.5001] [0842945-13.2016.8.20.5001] [0904664-83.2022.8.20.5001] [0832574-24.2015.8.20.5001] [0815462-42.2015.8.20.5001] [0807030-63.2017.8.20.5001] [0004472-34.2023.5.21.0000] [0849422-13.2020.8.20.5001] [0820954-44.2017.8.20.5001] [0806396-66.2021.4.05.8400] [0845537-88.2020.8.20.5001] [0820231-74.2022.8.20.5001] [0871756-12.2018.8.20.5001] [0841998-17.2020.8.20.5001] [0830576-74.2022.8.20.5001] [0871681-31.2022.8.20.5001] [0808005-56.2015.8.20.5001] [0832444-34.2015.8.20.5001] [0844600-10.2022.8.20.5001] [0841846-71.2017.8.20.5001] [0854155-56.2019.8.20.5001] [0823457-38.2017.8.20.5001] [0827455-14.2017.8.20.5001] [0848614-71.2021.8.20.5001] [0825392-16.2017.8.20.5001] [0813749-61.2017.8.20.5001] [0809733-93.2019.8.20.5001] [0861552-35.2020.8.20.5001] [0838133-15.2022.8.20.5001] [0840770-07.2020.8.20.5001] [0833411-11.2017.8.20.5001] [0913774-09.2022.8.20.5001] [0830584-51.2022.8.20.5001] [0004483-63.2023.5.21.0000] [0848531-31.2016.8.20.5001] [0808217-96.2023.8.20.5001] [0828458-62.2021.8.20.5001] [0808260-40.2019.8.20.0000] [0803727-65.2022.8.20.5001] [0806839-23.2014.8.20.5001] [0841731-40.2023.8.20.5001] [0850543-71.2023.8.20.5001] [0827688-35.2022.8.20.5001] [0832333-74.2020.8.20.5001] [0801184-62.2023.8.20.5128] [0862939-80.2023.8.20.5001] [0863081-89.2020.8.20.5001] [0809592-40.2020.8.20.5001] [0837274-62.2023.8.20.5001] [0863136-35.2023.8.20.5001] [0862449-58.2023.8.20.5001] [0862671-26.2023.8.20.5001] [0847089-83.2023.8.20.5001] [0844434-46.2020.8.20.5001] [0840187-56.2019.8.20.5001] [0800559-18.2020.8.20.5133] [0805415-28.2023.8.20.5001] [0842680-06.2019.8.20.5001] [0847085-80.2022.8.20.5001] [0862791-69.2023.8.20.5001] [0827342-55.2020.8.20.5001] [0830476-90.2020.8.20.5001] [0828963-53.2021.8.20.5001] [0815771-29.2016.8.20.5001] [0849494-34.2019.8.20.5001] [0840510-22.2023.8.20.5001] [0849729-93.2022.8.20.5001] [0800921-20.2020.8.20.5133] [0833205-84.2023.8.20.5001] [0822124-41.2023.8.20.5001] [0811254-40.2021.8.20.5001] [0863262-85.2023.8.20.5001] [0815396-81.2023.8.20.5001] [0800945-51.2023.8.20.5001] [0822285-51.2023.8.20.5001] [0817587-02.2023.8.20.5001] [0864594-92.2020.8.20.5001] [0879710-70.2022.8.20.5001] [0800935-43.2020.8.20.5120] [0806608-78.2023.8.20.5001] [0862878-25.2023.8.20.5001] [0821224-63.2020.8.20.5001] [0846285-18.2023.8.20.5001] [0833121-83.2023.8.20.5001] [0803794-20.2020.8.20.5124] [0811015-35.2020.8.20.5001] [0823754-69.2022.8.20.5001] [0854455-76.2023.8.20.5001] [0873292-19.2022.8.20.5001] [0861118-41.2023.8.20.5001] [0892835-08.2022.8.20.5001] [0807419-72.2022.8.20.5001] [0849766-23.2022.8.20.5001] [0862571-71.2023.8.20.5001] [0819688-12.2023.8.20.5001] [0821213-34.2020.8.20.5001] [0860456-77.2023.8.20.5001] [0863158-93.2023.8.20.5001] [0862884-32.2023.8.20.5001] [0808979-20.2020.8.20.5001] [0824939-50.2019.8.20.5001] [0862876-55.2023.8.20.5001] [0850570-54.2023.8.20.5001] [0843418-52.2023.8.20.5001] [0812856-65.2020.8.20.5001] [0819100-05.2023.8.20.5001] [0862975-25.2023.8.20.5001] [0863067-03.2023.8.20.5001] [0862630-59.2023.8.20.5001] [0843197-84.2014.8.20.5001] [0826506-14.2022.8.20.5001] Total de Processos (254)

Procurador	Processo
JULIANA DE MORAIS GUERRA	[0817101-36.2023.8.20.5124] [0861798-26.2023.8.20.5001] [0

Setor: GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Procurador	Processo
ANA CAROLINA MONTE PROCÓPIO DE ARAÚJO	[05510079.001720/2023-47] [00810016.000656/2023-78] [0800525-45.2022.8.20.5142] [02810010.002742/2023-46] [05510090.000255/2023-79] Total de Processos (5)
ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS	[00110001.001470/2023-83] [00810028.008309/2023-54] [00810028.008233/2023-67] [00810028.008235/2023-56] [00810028.008283/2023-44] [00810028.008327/2023-36] [06110013.002020/2022-19] [00810028.008232/2023-12] [00810028.008307/2023-65] Total de Processos (9)

Setor: NÚCLEO ESPECIAL JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Procurador	Processo
CARLOS FREDERICO BRAGA MARTINS	[0208000-07.1991.5.21.0003] [1447861] [2107007] [1467537] [1466861] [1466928] [2491789] [1442991] Total de Processos (8)

Setor: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTO

Procurador	Processo
JOSÉ DUARTE SANTANA	[0847061-91.2018.8.20.5001] [0801267-51.2014.8.20.0001] Total de Processos (2)

Setor: PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Procurador	Processo
CÁSSIO CARVALHO CORREIA DE ANDRADE	[00410029.009457/2022-17] [06010011.000588/2020-09] [04410063.001046/2023-90] [04410171.000316/2023-18] [00410040.002839/2023-42] [00410040.002817/2023-82] [00410039.001209/2023-90] [00410029.001057/2023-44] [00410147.000688/2023-08] [01110069.001532/2023-16] [00410029.000597/2020-68] [00410029.001664/2022-23] [01110055.001920/2023-48] [00410059.000817/2022-68] [00410029.001456/2022-24] [00110003.001818/2021-51] [00110070.001247/2022-31] Total de Processos (17)
ROSA MARIA D’ APRESENTAÇÃO FIGUEIREDO CALDAS	[06010041.001792/2023-24] [04410053.002322/2023-56] [00410029.003497/2023-36] [06010041.001810/2023-78] [00410029.006214/2023-16] [00410038.001619/2019-64] [00110027.003983/2019-54] [01110024.002872/2023-72] [00410044.003500/2023-23] [00810028.006214/2023-04] [00410029.005438/2023-01] [00410029.004921/2023-60] [06010041.001807/2023-54] [00410029.007907/2023-18] [00410037.001911/2023-73] [00410042.003773/2022-15] [00410037.002151/2022-31] [06010024.004315/2023-29] [01110024.004263/2023-58] [01110055.001806/2023-18] [00410029.006636/2023-83] [01910034.001798/2023-14] [01510160.000571/2023-28] [00410037.000486/2023-03] [00410039.001206/2023-56] [00410031.002199/2023-80] [00410039.000702/2022-10] [00410039.001076/2021-90] [00410038.006784/2019-11] [00410029.006166/2019-71] [00410029.009023/2023-06] [00410029.007540/2023-32] [00410038.001058/2022-07] [00410040.002836/2023-17] [11910003.003333/2023-91] [00410034.001693/2022-16] [00410043.003312/2023-13] [00410040.001949/2018-20] [00410029.006395/2023-72] [00410039.001194/2023-60] [00410040.002840/2023-77] [00410029.007277/2023-81] [00410035.000511/2023-61] [06010041.001670/2023-38] [04410063.001045/2023-45] [00410035.001699/2023-64] [06010041.001809/2023-43] [00110041.000108/2022-38] [00410034.000824/2023-29] Total de Processos (49)

Setor: PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Procurador	Processo
DANIEL COSTA DE MELO	[0101095-12.2014.8.20.0144] [0815425-49.2014.8.20.5001] [0018387-58.2005.8.20.00001] [0800343-81.2019.8.20.5104] [0811055-77.2023.8.20.0000] [0884221-14.2022.8.20.5001] [0102223-82.2017.8.20.0105] [0012132-60.2000.8.20.00001] [0030560-85.2003.8.20.00001] [0016842-89.2001.8.20.00001] [0147404-69.2013.8.20.00001] [0916781-09.2022.8.20.5001] [02000419-60.2007.8.20.00001] [0010907-73.1998.8.20.00001] [0822005-56.2018.8.20.5001] [0014731-93.2005.8.20.00001] [0016839-95.2005.8.20.00001] [0239217-85.2010.8.20.00001] [0815213-47.2022.8.20.5001] [0821076-18.2021.8.20.5001] [0101869-24.2013.8.20.0129] [0821123-89.2021.8.20.5001] [0013343-58.2005.8.20.00001] [0001259-25.2005.8.20.00001] [0011811-83.2004.8.20.00001] [0800045-54.2019.8.20.5148] [0809784-33.2023.8.20.00000] [0832896-44.2015.8.20.5001] [0014087-19.2006.8.20.00001] [0033696-75.2012.8.20.00001] [0020471-42.1999.8.20.00001] [0851192-12.2018.8.20.5001] [0101613-90.2013.8.20.0126] [0003413-69.2004.8.20.0124] [0830255-73.2021.8.20.5001] [0019023-24.2005.8.20.00001] [0805390-05.2021.8.20.5124] [0821273-41.2019.8.20.5001] [0823947-26.2018.8.20.5001] [0330669-79.2010.8.20.00001] [0847935-71.2021.8.20.5001] [0824030-81.2014.8.20.5001] [0024836-85.2012.8.20.00001] [0821162-86.2021.8.20.5001] [0801237-40.2018.8.20.5121] [0013904-82.2005.8.20.00001] [0101081-13.2013.8.20.0128] [02000129-86.2006.8.20.0128] [0809008-60.2018.8.20.5124] [0000236-48.2005.8.20.0129] [0019543-91.1999.8.20.00001] [0804573-04.2022.8.20.5124] [0851057-05.2015.8.20.50001] [0014012-14.2005.8.20.00001] [0800492-24.2018.8.20.5133] [0821314-08.2019.8.20.5001] [0800317-38.2018.8.20.50001] [0817483-44.2022.8.20.5001] Total de Processos (58)
RENAN AGUIAR DE GARCIA MAIA	[01110038.005176/2023-69] [01110038.005162/2023-45] [01110038.005168/2023-12] [01110038.005169/2023-67] Total de Processos (4)
ROSA MARIA D’ APRESENTAÇÃO FIGUEIREDO CALDAS	[0029241-67.2012.8.20.00001] [0016720-66.2012.8.20.0106] [0830126-78.2015.8.20.50001] [0016411-16.2005.8.20.00001] [0023861-10.2005.8.20.00001] [0008995-75.1997.8.20.00001] [0812787-09.2015.8.20.50001] [0008351-20.2006.8.20.00001] [0010407-41.1997.8.20.00001] [0015274-38.2001.8.20.00001] [0013956-78.2005.8.20.00001] [0032572-57.2012.8.20.00001] [0801059-86.2021.8.20.5121] [0018734-28.2004.8.20.00001] [0801184-76.2019.8.20.5104] [0006984-29.2004.8.20.00001] [0851398-50.2023.8.20.50001] [0846064-35.2023.8.20.50001] [0020113-77.1999.8.20.00001] [0800205-93.2021.8.20.5153] [0001517-68.2007.8.20.0129] [0222171-83.2010.8.20.00001] [0012347-07.1998.8.20.00001] [0016423-30.2005.8.20.00001] [0836381-18.2016.8.20.50001] [0028555-75.2012.8.20.00001] [0849460-88.2021.8.20.50001] [0804564-42.2022.8.20.5124] [0814443-35.2014.8.20.50001] [0824022-65.2018.8.20.50001] [0819335-11.2019.8.20.50001] [0814522-33.2022.8.20.50001] [0007203-81.2000.8.20.00001] [0800316-08.2018.8.20.5113] [0212211-11.2007.8.20.00001] [0025525-76.2005.8.20.00001] [0836100-91.2018.8.20.50001] [0005768-71.2012.8.20.0124] [0500709-94.2010.8.20.00001] [0020760-72.1999.8.20.00001] [0000784-52.2010.8.20.0144] [0812832-97.2023.8.20.00000] [0012351-44.1998.8.20.00001] [0012376-13.2005.8.20.00001] [0466497-47.2010.8.20.00001] [0016866-78.2005.8.20.00001] [0100840-11.2014.8.20.0126] [0836351-12.2018.8.20.50001] [0020623-90.1999.8.20.00001] [0029595-58.2013.8.20.00001] [0864261-43.2020.8.20.50001] [0025028-96.2004.8.20.00001] [0873665-21.2020.8.20.50001] [0028096-73.2012.8.20.00001] [0001657-10.2004.8.20.0129] [0828708-27.2023.8.20.50001] [0001629-14.2009.8.20.0114] Total de Processos (57)

Setor: PROCURADORIA DAS LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Procurador	Processo
FILIPE ALVES DE LIMA COSTA	[00610109.001446/2023-79] [04410109.001663/2023-11] [00610109.001305/2023-56] [00510056.000676/2023-39] [01510110.000655/2022-76] Total de Processos (5)
LUIZ ANTONIO MARINHO DA SILVA	[0835798-96.2017.8.20.50001] [0897002-68.2022.8.20.50001] [0807908-16.2023.4.05.8400] [00611150.000545/2023-91] [04410100.000629/2023-18] [00810028.008158/2023-34] [0802453-80.2012.8.20.00001] [0819614-70.2014.8.20.50001] [0883113-47.2022.8.20.50001] [0804291-10.2023.8.20.50001] [0831548-44.2022.8.20.50001] [0817618-27.2020.8.20.50001] [0911332-70.2022.8.20.50001] [0807908-16.2023.4.05.8400] [0815988-33.2020.8.20.50001] [0806801-10.2013.8.20.00001] [00810091.001056/2023-24] Total de Processos (17)
MARCOS ANTONIO PINTO DA SILVA	[02210140.001633/2023-59] [04410109.001662/2023-77] [00611266.000040/2023-29] [02810010.004641/2023-18] [00410040.001508/2023-95] [00710013.007586/2023-64] Total de Processos (6)

Setor: PROCURADORIA DO CONTENCIOSO FISCAL

Procurador	Processo
CARLOS JOSÉ FERNANDES RÉGO	[0804290-44.2023.8.20.5124] [0814288-19.2022.8.20.0000] [0820845-25.2020.8.20.50001] [0812893-67.2019.4.05.8400] [0855597-52.2022.8.20.50001] [0800572-43.2021.8.20.5113] [0821060-11.2014.8.20.50001] [0877321-83.2020.8.20.50001] [0807393-11.2021.8.20.50001] [0828362-18.2019.8.20.50001] [0862577-49.2021.8.20.50001] [0016141-50.2009.8.20.00001] [0820622-67.2023.8.20.50001] [0852476-55.2018.8.20.50001] [0818904-35.2023.8.20.50001] [0811304-79.2023.8.20.5124] [0814370-48.2023.8.20.50001] [0814379-15.2020.8.20.50001] [0871414-30.2020.8.20.50001] [0805386-12.2022.8.20.50001] [0800903-25.2021.8.20.5113] [0818606-77.2022.8.20.50001] [0910910-95.2022.8.20.50001] [0840759-41.2021.8.20.50001] [0817604-57.2023.8.20.5124] [0809927-88.2022.8.20.50001] [0802934-29.2022.8.20.50001] [0817581-14.2023.8.20.5124] [0813569-03.2023.8.20.00000] [0807011-57.2022.8.20.5106] Total de Processos (30)
IDÁLIO CAMPOS	[0832492-12.2023.8.20.50001] [0809625-59.2022.8.20.50001] [0845415-41.2021.8.20.50001] [0803531-56.2018.8.20.5124] [0806753-71.2022.8.20.50001] [0859458-22.2017.8.20.50001] [0854011-14.2021.8.20.50001] [0838636-02.2023.8.20.50001] [0830377-62.2016.8.20.50001] [0800700-69.2023.8.20.5153] [0884337-20.2022.8.20.50001] [0100798-04.2015.8.20.0133] [0800671-57.2012.8.20.0124] [0841364-84.2021.8.20.50001] [0884016-82.2022.8.20.50001] [0807561-64.2014.8.20.60001] [0821226-28.2023.8.20.50001] [0003630-96.2010.8.20.0126] [0858910-84.2023.8.20.50001] Total de Processos (19)
MAGNA LETÍCIA DE AZEVEDO LOPES CÂMARA	[08810080.002886/2023-91] [02410003.003274/2023-38] [272609/2017-9] [00310217.000147/2021-94] [00310175.000325/2019-04] [00310217.000474/2022-27] [00310143.000025/2019-94] [00310136.000094/2018-14] [00310136.000078/2018-13] [337447/2016-4] Total de Processos (10)
PAULA MARIA GOMES DA SILVA	[0821507-52.2021.8.20.50001] [0802085-13.2021.8.20.5124] [0800363-62.2022.8.20.5138] [0827246-69.2022.8.20.50001] [0803074-73.2021.8.20.5106] [0853911-88.2023.8.20.50001] [0850962-96.2020.8.20.50001] [0800615-44.2022.8.20.5145] [0810244-86.2022.8.20.50001] [0824688-71.2015.8.20.50001] [0800969-65.2022.8.20.5114] [0861055-50.2022.8.20.50001] [0812829-77.2023.8.20.50001] [0817196-18.2021.8.20.50001] [0801297-81.2021.8.20.5129] [0837044-88.2021.8.20.50001] [0882765-29.2022.8.20.50001] [0817772-40.2023.8.20.50001] [0825006-73.2023.8.20.50001] [0829434-69.2021.8.20.50001] [0865481-76.2020.8.20.50001] [0801305-75.2023.8.20.5133] [0817884-09.2023.8.20.50001] [0834713-65.2023.8.20.50001] [0818471-02.2021.8.20.50001] [0800797-54.2022.8.20.5137] [0864552-72.2022.8.20.50001] [0809812-67.2022.8.20.50001] [0821219-41.2020.8.20.50001] [0821843-56.2021.8.20.50001] [0805217-98.2022.8.20.5106] [0827283-62.2023.8.20.50001] [0800497-92.2022.8.20.5137] [0818472-84.2021.8.20.50001] [0850202-45.2023.8.20.50001] [0810121-88.2022.8.20.50001] [0800695-18.2023.8.20.50001] [0812290-14.2023.8.20.50001] [0816419-62.2023.8.20.50001] [0842329-91.2023.8.20.50001] [0862328-30.2023.8.20.50001] [0849000-04.2021.8.20.50001] [0817812-22.2023.8.20.50001] [0812703-27.2023.8.20.50001] [0855089-09.2022.8.20.50001] [0821271-32.2023.8.20.50001] Total de Processos (46)
VANESKA CALDAS GALVÃO	[0862742-62.2022.8.20.50001] [0801047-10.2022.8.20.50001] [0020027-57.2009.8.20.00001] [0832027-03.2023.8.20.50001] [0818027-66.2021.8.20.50001] [0808061-26.2014.8.20.50001] [0806026-15.2022.8.20.50001] [0868275-70.2020.8.20.50001] [0807842-41.2020.4.05.8400] [0861318-82.2022.8.20.50001] [0817596-80.2023.8.20.5124] [0812320-20.2021.8.20.50001] [0820780-59.2022.8.20.50001] [0812467-46.2021.8.20.50001] [07810005.003013/2023-63] [0832494-16.2022.8.20.50001] [0003447-33.2001.8.20.00000] [0813199-37.2015.8.20.50001] [0861170-37.2023.8.20.50001] [0857536-04.2021.8.20.50001] [0907700-36.2022.8.20.5106] [0814283-29.2022.8.20.50001] [0897398-45.2022.8.20.50001] [0857108-61.2017.8.20.50001] [0859310-98.2023.8.20.50001] [0833651-29.2019.8.20.50001] [0817567-30.2023.8.20.5124] [0861170-37.2023.8.20.50001] [0817613-19.2023.8.20.5124] [0809635-37.2023.8.20.00000] [0876860-82.2018.8.20.50001] [0818310-65.2021.8.20.5106] [0811973-81.2023.8.20.00000] [0800310-60.2021.8.20.5124] Total de Processos (34)

Setor: PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO E DA DEFESA AMBIENTAL

Procurador	Processo
FRANCISCO DE SALES MATOS	[0801309-13.2020.8.20.5103] [0841545-17.2023.8.20.50001] [0800425-68.2019.4.05.8401] [0800057-96.2021.8.20.5116] [0002181-66.2010.4.05.8400] Total de Processos (5)
JOSÉ MARCELO FERREIRA COSTA	[02810021.002444/2022-46] Total de Processos (1)
MARJORIE MADRUGA ALVES PINHEIRO	[0812661-26.2017.4.05.8400] [0812661-26.2017.4.05.8400] [0809228-43.2019.4.05.8400] [0812661-26.2017.4.05.8400] [0843193-13.2015.8.20.50001] [01110030.001748/2019-24] [0828257-12.2017.8.20.50001] Total de Processos (7)
IVALDO BRUM VILAR SALDANHA	[0813502-26.2022.8.20.5124] Total de Processos (1)

Setor: REGIONAL DE MOSSORÓ

Procurador	Processo
EDUARDO BARBOSA DE ARAÚJO	[0802037-19.2023.8.20.5113] [0807181-92.2023.8.20.5106] [0823829-50.2023.8.20.5106] [0810911-14.2023.8.20.5106] [0503565-52.2020.4.05.8401] [0819750-96.2021.8.20.5106] [0814871-75.2023.8.20.5106] [0807188-84.2023.8.20.5106] [0808712-19.2023.8.20.5106] [0123746-55.2014.8.20.0106] [0810907-74.2023.8.20.5106] [0817045-28.2021.8.20.5106] [0811971-61.2019.8.20.5106] [0800370-7

Controladoria Geral do Estado

PORTARIA-SEI Nº 156, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.
A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO ADJUNTA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no processo nº 02510009.002325/2019-12 – CONTROL
RESOLVE:
Art. 1º Suspender a licença-prêmio da servidora MONALISA ALVES DE SOUSA, matrícula nº 203.430-1, ocu-
pante do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno, Classe “I”, desta Controladoria Geral do Estado, concedi-
da por meio da Portaria nº 142, de 05 de outubro de 2023, publicada em Diário Oficial nº 15.526 de 12 de outubro
de 2023. Ficando saldo remanescente para gozo posterior de 45 (quarenta e cinco) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
(Assinatura Eletrônica)
Danielle Carvalho Assunção

Assessoria de Comunicação Social

Departamento Estadual de Imprensa

PORTARIA Nº 015/2023-DG-DEI
A Diretora Geral do Departamento Estadual de Imprensa-DEI, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com
Capítulo V-Seção I-Art. 14 do Regulamento Interno do DEI.
R E S O L V E:
Art 1º Designar os integrantes da comissão encarregada de realizar o inventário dos bens existentes sob guarda ou
responsabilidade desta unidade gestora.
Art 2º fica designado os servidores Carlos Alberto Barbosa, matricula nº 1655337 Arnaldo Andrade de Carvalho,
matricula nº 747681 e Katia Maria Oliveira Borges, matricula nº 1710630 para compor esta comissão.
Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Flávia Celeste Martini Assaf
DIRETORA GERAL-DEI

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

*PORTARIA Nº 1210/2023 – GS/SEAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das suas atribuições legais,
CONSIDERANDO as informações constantes nos autos do processo nº 00110005.001261/2023-08,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares à servidora MARIA APARECIDA GOMES DE OLI-
VEIRA, matrícula nº 225754-8, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenadora do PNAGE,
que se estenderá do dia 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.
Art. 2º Designar a servidora ANNA CARLA PADILHA DE ARAUJO, matrícula nº 2445034, para, sem prejuízo
de suas funções, substituir a servidora MARIA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA, matrícula nº 225754-8,
durante o período de suas férias regulamentares.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Gabinete da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, em Natal/RN, 05 de junho de 2023.
IRANILDO GERMANO DOS SANTOS
Secretário de Estado Adjunto da Administração
*Republicada por incorreção

PORTARIA Nº 2376/2023 - GS/SEAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54,
inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO as informações constantes no Processo Nº 00110024.003931/2023-94,
R E S O L V E:
Art. 1º. DESIGNAR o servidor Cleto Ferreira, matrícula nº 85.870-6, para desempenhar a função de Fiscal do
Contrato de nº 46/2023, este celebrado entre a Secretaria de Estado da Administração – SEAD e a empresa CO-
MODORO COMERCIAL E NUTRIÇÃO LTDA.
Art. 2º. Fica designada a servidora Iracema Marta de Freitas, matrícula nº 177.085-3, para substituir o Fiscal de-
signado no art. 1º em suas ausências e impedimentos.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Gabinete da Secretaria de Estado da Administração, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
(assinatura eletrônica)
PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2377/2023 - GS/SEAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54,
inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO as informações constantes no Processo Nº 00110024.003325/2023-79,
R E S O L V E:
Art. 1º. DESIGNAR o servidor Cleto Ferreira, matrícula nº 85.870-6, para desempenhar a função de Fiscal do
Contrato de nº 45/2023, este celebrado entre a Secretaria de Estado da Administração – SEAD e a empresa DELTA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Art. 2º. Fica designada a servidora Iracema Marta de Freitas, matrícula nº 177.085-3, para substituir o Fiscal de-
signado no art. 1º em suas ausências e impedimentos.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Gabinete da Secretaria de Estado da Administração, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
(assinatura eletrônica)
PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado da Administração

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do RN - IPERN

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1392, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO NORTE - IPERN, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 95, inciso IV, da Lei Complementar
Estadual nº 308, de 25 de outubro de 2005, com redação da Lei Complementar Estadual nº 547, de 18 de agosto
de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 03810033.001528/2023-40,
RESOLVE conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a PEDRO DOS
SANTOS, no cargo de AUXILIAR DE INFRAESTRUTURA E MANUTENCAO, GNF, Referência 11, matrícula
nº 158.459-6/1, 30 (trinta) horas semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Estado - Secretaria de Estado da Saúde
Pública - SESAP, nos termos dos Art. 6º, inciso I e II, §2º, §9º, inciso I, §10, inciso I, da ECE 20/2020, combinado
com artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com efeitos na data da sua publicação, com a(s) seguinte(s)
vantagem(s):
Adicional por Tempo de Serviço - ADTS, no percentual de 30% (trinta por cento), de acordo com o artigo 75,
Parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994;
PUBLIQUE-SE
NEREU BATISTA LINHARES
Presidente do IPERN
*Republicada por incorreção

PORTARIA Nº 046/2023/CRH/PR

Natal, 13 de novembro de 2023.

Substituição nos afastamentos e eventuais impedimentos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO NORTE - IPERN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, inciso XIII, do Decreto nº
8.332, de 09 de fevereiro de 1982, e o que consta do Processo SEI nº 03810014.002617/2023-31,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora MILLENA TAVARES DA CRUZ SILVA, matrícula nº 2209438/2, Subcoordenadora
de Planejamento e Execução Orçamentária – SUPEO/IPERN para substituir a Coordenadora de Finanças e Pla-
nejamento – CFP/IPERN, VANESSA DE SOUSA COSTA, matrícula nº 2286610/3, nos afastamentos e eventuais
impedimentos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se e Cumpra-se
Nereu Batista Linhares
Presidente do IPERN

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

*RESOLUÇÃO CIB RN Nº 36, DE 19 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a implantação do Serviço de Regionalização de Acolhimento para Crian-
ças e Adolescentes na modalidade Casa Lar em consonância com a Resolução da
Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RN nº 24, de 26 de maio de 2022 e Resolução
do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/RN nº 20, de agosto de 2022.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das
atribuições legais, que lhe confere o art. 54, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 163, de 5 de fevereiro de 1999,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e suas alterações posteriores, Lei Orgâ-
nica de Assistência Social – LOAS, em especial: o inciso I do art.13 que trata sobre a competência do Estado de
repassar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos Benefícios
Eventuais; o inciso II do art. 13 que dispõe sobre a competência do Estado cofinanciar, por meio de transferência
automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito
regional ou local;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 6.844, de 27 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Estadual
nº 6.885, de 26 de março de 1996 e a Lei Estadual nº 9.256, de 21 de outubro de 2009, que cria o Conselho Esta-
dual de Assistência Social (CEAS) e o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e regulamenta o sistema de
transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de
Assistência Social (FMAS);
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada
pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, em especial, o
inciso II do art. 15 que trata da responsabilidade do Estado de cofinanciar, por meio de transferência regular e au-
tomática, na modalidade fundo a fundo, os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento
da gestão, em âmbito regional e local;
CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 31 de 31 de outubro de 2013 que aprova princípios e diretrizes da re-
gionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS apresentando os parâmetros para a oferta
regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e do Serviço
de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha
dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços;
CONSIDERANDO a Resolução da CIB/RN nº 22, de 13 de junho de 2022 que Pactua os critérios, prazos e pro-
cedimentos de repasse de recursos estaduais para cofinanciamento aos municípios, na modalidade fundo a fundo,
destinada aos Serviços de Proteção Social Básica e Especial da Média e Alta Complexidade no âmbito do Sistema
Único de Assistência Social (SUAS), e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Resolução da CIB/RN nº 24, de 26 de maio de 2022, que aprovou o redesenho do Plano
Estadual de Regionalização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;
CONSIDERANDO a Resolução nº 20, de agosto de 2022, do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS
que aprovou o redesenho do Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e
Adolescentes;
CONSIDERANDO, por fim, a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social
– FEAS para o exercício de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º Dispor sobre a implementação e manutenção do Serviço Regionalizado de Acolhimento para Crianças e
Adolescentes na modalidade Casa Lar, no Rio Grande do Norte será realizado sob execução indireta por meio de
parceria com as Aldeias Infantis SOS Brasil, em regime de cooperação com os municípios da área de abrangência
da regionalização, conforme Quadro 1.
Quadro 1 – Modelo de distribuição para implementação e manutenção de vagas para o Serviço de Acolhimento
Regionalizado na modalidade Casa-Lar 2022

TERRITÓRIO	Nº	MUNICÍPIO(S) SEDE	Nº DE VAGAS	JUSTIFICATIVA
SERTÃO DO APODI E ALTO OESTE	4	PAU DOS FERROS	10	Baixa cobertura dos 47 municípios de PPI e PPII nos Território Sertão do Apodi e Alto.

Fonte: Elaboração PSE/SETHAS, julho. 2022

Parágrafo único. O Estado cofinanciará no exercício de 2023 o valor de R\$ 593.020,03 (quinhentos e noventa e três mil vinte reais e três centavos), sendo o valor de R\$ 146.445,43 (Cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seus centavos) para implantação do serviço e o valor de R\$ 446.574,61 (quatrocentos e quarenta e seis mil quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos) para manutenção do serviço, que corresponde a 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período ou por interesse da administração pública, conforme o quadro 2.

Quadro 2- Cofinanciamento previsto para 2023 conforme Plano de Regionalização de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do RN

Serviço de Acolhimento Regionalizado para Crianças e Adolescentes na modalidade Casa Lar		
Quantidade	Valor Unitário Vaga	Valor Mensal 10 Vagas
Casa Lar 4	R\$ 3.721,55	R\$ 37.214,55

Art. 2º Os recursos do cofinanciamento estadual que trata esta Portaria deverão ser aplicados exclusivamente nas áreas para as quais se destinam, observando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS,2004) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS, 2009).

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Natal, 19 de Junho de 2023.

IRIS MARIA DE OLIVEIRA

Secretária de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS/RN

*Replicação por incorreção.

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do RN - FUNDASE

PORTARIA Nº 154/2023 – GP Natal, 13 de novembro de 2023.

O Presidente da FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUNDASE/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 4º, Inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 614, de 05 de janeiro de 2018.

SÚMULA: Prorrogação de prazo para conclusão de Sindicância Administrativa Acusatória para apuração de irregularidades no CASEP SERIDÓ.

CONSIDERANDO a instauração de Sindicância Administrativa Acusatória, com a nomeação da Comissão Permanente de Disciplina da FUNDASE, instituída pela Portaria nº 055/2022-GP, de 29 de abril de 2022, publicada no DOE nº 15.170, de 30 de abril de 2022; e,

CONSIDERANDO o requerimento (Id.23291272), Processo SEI nº 03510018.001123/2023-66, do dia 13 de novembro de 2013, em que a Presidente da Comissão de Permanente de Disciplina, Srª MARIA DE FATIMA BATISTA ARRUDA EMERENCIANO, solicitou a prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos, conforme dispõe o Art. 155, § 2º, da LCE nº 122/94 (RJU/RN).

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 125/2023-GP/FUNDASE, de 17 de outubro de 2023, publicada no DOE nº 15.528, de 18/11/2023, para apuração dos fatos apontados na Sindicância Administrativa Acusatória nº 03510018.001123/2023-66.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HERCULANO RICARDO CAMPOS

Presidente

FUNDASE/RN

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR - SEDRAF

LISTA DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR SELECIONADOS PARA II FEIRA NORDESTINA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – II FENAFES - João Pessoa/PB.

- 1) Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária - TERRA LIVRE - FILIAL RN;
- 2) - FEDERAÇÃO UNICAFES RN;
- 3) - Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique;
- 4) - Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – COOPAPI;
- 5) - Cooperativa de Produção, Agroindustrialização E Comercialização dos Assentamentos das Regiões do Mato Grande e Grande Natal – COOAP;
- 6) - Cooperativa Agropecuária do Seridó – CAPESA;
- 7) - Cooperativa dos Agricultores do Mato Grande – COOPAMG;
- 8) - Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Bebida Velha – COOPABEV;
- 9) - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Seridó – COAFS;
- 10) - Associação dos Agricultores Familiares do Perímetro e Adjacências - ACAFPA;
- 11) - Sabores da Vivenda;
- 12) - Maria José Juventino da Silva
- 13) - Jurandir de Araújo Lourenço;
- 14) - Diogo Jeremias de Sena Castro;
- 15) - Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Umarizeiro e Barro Branco;
- 16)- Unidade Suprafamiliar Boa Fé.

LISTA DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SELECIONADOS PARA II FEIRA NORDESTINA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – II FENAFES - João Pessoa/PB.

- 1) - Associação de Comercialização Solidária Xique Xique;
- 2) - Associação de Cultura e Arte de Extremoz- ACAE;
- 3) - Associação Solidária Maria Rita;
- 4) - Associação de Artesanato do Trairi/RN;
- 5) - Cooperativa de Costureiras e Artesãos de Parnamirim – CCAPAR;
- 6) - Associação Comunitária do Bem Estar da Mulher – ASCOBEM;
- 7) - Associação Das Bordadeiras De Currais Novos;
- 8) - Associação Dos Artesãos De Santa Cruz;
- 9) - Associação Rede de Sonhos – ARS;
- 10) - Rede Metropolitana.

Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN - EMATER

PORTARIA Nº 154/2023

A Diretoria-Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER-RN, no uso de suas atribuições legais, a vista do que dispõe a Lei Complementar nº 435, de 01 de julho de 2010, e conforme o que consta no Processo Judicial nº 0802504-90.2022.8.20.5126 – Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Santa Cruz, protocolado sob o nº 01110065002132/2023-50 – SEI.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Progressão do Nível, da servidora MARIA SURAMA DE MEDEIROS LIMA, Matrícula nº 174.403-8, do Quadro Geral de Pessoal do Estado – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER-RN, cargo de Assistente de Extensão Rural, Nível “H”, para o nível “J”, conforme Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, nos termos da Lei complementar nº 435, de 01 de julho de 2010, alterado pela Lei Complementar nº 698/2022, de 22 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Natal, 13 de novembro de 2023.

Cesar José de Oliveira

Diretor-Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA - SAPE

PORTARIA-SEI Nº 132, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

Designa servidores para exercer a função de Fiscal Titular, e Gestor do convênio abaixo

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA – SAPE/RN, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 1º do Decreto nº. 11.519, de 24.11.92, publicado no Diário Oficial do Estado de 25.11.92.

CONSIDERANDO que cabe à Secretaria, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

1- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à esta Secretaria;

2- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços, bem como se seus preços e quantitativos estão sendo cumpridos de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

3- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

4- Indicar eventuais glosas das faturas.

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00710013.010499/2023-94 SEI, firmado com o com a COMITÊ EXECUTIVO DE FRUTICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE - COEX, CNPJ Nº 24.529.778/0001-50, com sede Rua Princesa Isabel, 13 - Centro, Mossoró/RN, CEP 59.600-168

RESOLVE:

Art. 1º - designar o Servidor PEDRITA LÍVIA BEZERRA DE MEDEIROS, matrícula 220.761-3, ocupante do cargo em comissão do Quadro de Cargos Comissionado da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE, para exercer a atividade de Gestor vinculado ao Termo de Formento de nº 01/2023 SAPE, de comum acordo entre os partícipes.

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE

Natal/RN, 10 de novembro de 2023

GUILHERME MORAES SALDANHA

Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

Polícia Militar

EDITAL Nº 01/2023- PMRN - 20 DE JANEIRO DE 2023

O Presidente da Comissão de Coordenação-Geral do Concurso Público para provimento de vagas para preenchimento de 1.128 (mil cento e vinte oito) vagas para ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) e 30 (trinta) vagas para ingresso no Curso de Formação de Praças Músicos (CFP - Mus) da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, torna público que o candidato indicado abaixo foi contraindicado preliminarmente na Etapa da Investigação Social.

INSCRIÇÃO	CPF DO CANDIDATO	RESULTADO
1043497	064.702.XXX-31	CONTRAINDICADO

O Resultado Definitivo da Investigação Social será publicado até o término do curso de formação, conforme constante no § 6º, inciso II, Art. 11, da Lei 4.630/1976 (Estatuto dos Militares RN):

“§ 6º A Investigação Social, de caráter eliminatório, terá por finalidade verificar a vida e a conduta pregressa do candidato, estendendo-se até o término do respectivo curso de formação, no âmbito moral, social e criminal, bem como aferir se estas se enquadram aos preceitos militares e necessários à carreira, nos termos desta Lei e do edital do respectivo concurso público.”

O candidato contraindicado, caso queira, poderá comparecer à 2º Seção do Estado Maior Geral - localizada no Quartel do Comando Geral, Av. Rodrigues Alves, S/N, Bairro: Tirol, CEP: 59.020-200, no dia 16 de novembro de 2023, para conhecimento das razões da contraindicação. O atendimento será individualizado e ocorrerá das 8h às 10h.

A contar do dia útil seguinte à ciência das razões que levaram à contraindicação, o candidato acima listado poderá apresentar recurso à Comissão do certame, no prazo de 48 horas, o qual será analisado pela Comissão de Investigação Social da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. O recurso deverá ser encaminhado para o e-mail investigacaosocial@pm.rn.gov.br, em formato PDF.

Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

Zacarias Figueiredo de Mendonça Neto - Cel PM

Presidente da Comissão de Organização Geral do Concurso Público

EDITAL Nº 02/2022- PMRN - 1º DE JULHO DE 2022

O Presidente da Comissão de Coordenação-Geral do Concurso Público para provimento de vagas para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais, em relação aos candidatos em situação sub judice, em cumprimento de decisão judicial, conforme EDITAL Nº 02/2022- PMRN - 1º DE JULHO DE 2022, torna público:

1. O RESULTADO DO EXAME DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA:

Inscrição	Candidato	Resultado	Motivo da Convocação
2045278-2	Luana Maria Lima De Farias	APTA	Cumprimento de decisão judicial Processo nº 0920631-71.2022.8.20.5001
2033667-9	Lucas Felipe Almeida Ribeiro	APTO	Cumprimento de decisão judicial Processo nº 0908325-70.2022.8.20.5001 e 0800269-06.2023.8.20.5001
2083364-5	Jose Emerson Silva Dos Santos	APTO	Cumprimento de decisão judicial Processo nº 0916896-30.2022.8.20.5001

2. A CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE TÍTULOS:

- 2.1. Os candidatos acima relacionados estão convocados para a PROVA DE TÍTULOS e deverão encaminhar os documentos, por meio do endereço eletrônico concurso@ibfc.org.br das 10h do dia 20/11 até às 17h do dia 22/11/2023, conforme orientações a seguir:
- a) anexar as imagens dos documentos correspondentes para análise nos formatos PDF, JPEG, JPG ou PNG com o tamanho máximo de 2 MB (megabytes) por arquivo;
- b) caso o candidato não consiga anexar e enviar as imagens em uma única vez, poderá fracionar os arquivos e enviar por partes, dentro do prazo estipulado deste Edital;
- c) para os documentos que tenham informações frente e verso, o candidato deverá anexar as duas imagens para análise;
- d) as imagens dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise da documentação com clareza;
- e) é de inteira responsabilidade do candidato verificar se as imagens e demais documentos estão
- f) não serão considerados e analisados os documentos que não pertencem ao candidato e/ou documentos ilegíveis e/ou com rasuras ou proveniente de arquivo corrompido.

2.2. Na avaliação de Títulos acadêmicos, somente serão considerados os títulos obtidos até a data de convocação para a prova de títulos. Os títulos representativos de cursos com término após a data dessa convocação não serão computados para fins de pontuação.

2.3. O candidato deverá observar todas as instruções contidas na presente convocação e no Edital nº 02/2022-PMRN e suas retificações para a realização da Prova de Títulos.

Natal, 13 de novembro de 2023.

Zacarias Figueiredo de Mendonça Neto – Cel PM

Presidente da Comissão de Organização Geral do Concurso Público

EDITAL Nº 02/2022- PMRN - 1º DE JULHO DE 2022

O Presidente da Comissão de Coordenação-Geral do Concurso Público para provimento de vagas para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições, em cumprimento às decisões judiciais proferidas nos processos relacionados, torna público:

1. O Resultado Definitivo da Prova de Títulos nos termos do Edital nº 02/2022 – PMRN, de 1º de julho de 2022.

Inscrição	Nome	Item 1	Item 2	Item 3	Total	Processos
2026145-3	DENISON KLEANTO CORDEIRO DA SILVA (SUB JUDICE)	--	--	--	0,00	0800214-28.2023.8.20.5107
2025192-7	HELSIANE MEDEIROS DA SILVA (SUB JUDICE)	--	--	1,25	1,25	0912405-77.2022.8.20.5001
2023576-1	MATEUS DE MEDEIROS (SUB JUDICE)	--	--	--	0,00	0800136-61.2023.8.20.5001
2022715-0	PAULO SALES DE OLIVEIRA JUNIOR (SUB JUDICE)	--	--	--	0,00	0805795-51.2023.8.20.5001
2043808-1	RAMON FELIX VICTOR (SUB JUDICE)	--	--	--	0,00	0801630-43.2023.8.20.5103

Natal, 13 de novembro de 2023.

Zacarias Figueiredo de Mendonça Neto – Cel PM

Presidente da Comissão de Organização Geral do Concurso Público

PORTARIA NORMATIVA Nº 082/GC/PMRN, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023

Aprova o Brasão da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar (4ª CIPM)

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar Estadual nº 090, de 04 de janeiro de 1991, CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (RUPM), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 23.045, de 17 de Outubro de 2012, aprovado pela Portaria nº 294/2012-GCG, de 1º de novembro de 2012, publicada no Aditamento ao Boletim Geral nº 207, de 1º de novembro de 2012;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa nº 015/CG/PMRN, de 09 de junho de 2020, a qual aprova as Normas para Confecção de Distintivos e concessão de Denominações Históricas às Organizações Policiais Militares no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rio Grande do Norte, publicada no DOE nº 14.684, de 10 de junho de 2020; e

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 31.047, de 30 de outubro de 2021, que criou 4ª^a Companhia Independente de Polícia Militar na estrutura organizacional básica da Polícia Militar do Rio Grande do Norte;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Brasão da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar (4ª CIPM) da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, nos moldes do Anexo Único desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. O anexo de que trata o caput deste artigo será publicado no Boletim Geral da Corporação.

Art. 2º O Brasão da 4ª CIPM é composto da seguinte heráldica:

I - escudo português encimado com o adorno, cortado em sable (preto), com cinco torreões e quatro anéis em goles (vermelho), de base um arco em toda extensão de chefe, representando a Polícia Militar como sentinela e guardião da sociedade; abaixo dos torrões, centralizada e em fundo branco, uma estrela de cinco pontas, dourada, representando o Estado na República Federativa do Brasil.

II - em chefe duas fitas paralelas horizontais, sendo a superior em sinopla (verde) e a inferior na cor branca, representando as cores da bandeira do estado do RN, carregadas com o dístico “4ª CIPM” em jalne (Amarelo).

III - abaixo do chefe, campos partidos, sendo a destra contendo as falésias e o mar do litoral sul do RN e a Sinistra em blau (azul), contendo um pé de cana-de-açúcar. Todo o conjunto é sobreposto por uma representação do litoral potiguar com uma jangada.

IV - listel na cor amarela, carregado do dístico “30 de outubro de 2021”.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Quartel do Comando-Geral, em Natal/RN, 10 de novembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

ALARICO JOSÉ PESSOA AZEVÊDO JÚNIOR – CEL PM

Comandante Geral

PORTARIA - DISPENSA E DESIGNAÇÃO 1

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Complementar nº 090, de 04 de janeiro de 1991, combinado com o art. 11, § 7º, VI, da Lei Estadual nº 4.630, de 16 de dezembro de 1976, alterada pela Lei Complementar nº 613, de 03 de janeiro de 2018, observadas, ainda, as disposições da Lei Complementar nº 683, de 27 de julho 2021; RESOLVE:

1. DESIGNAR para compor a Comissão de Investigação Social do Concurso Público nos termos do EDITAL Nº 01/2023 - PMRN - 20 DE JANEIRO DE 2023/2023 para preenchimento de 1.128 (mil cento e vinte oito) vagas para ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) e 30 (trinta) vagas para ingresso no Curso de Formação de Praças Músicos (CFP - Mus) da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, com a finalidade de coordenar, avaliar, e validar as ações no tocante a contraindicação dos candidatos, os Policiais Militares a seguir discriminados:

Cel QOPM Marlon de Góis Bay - Presidente;

TC QOPM Leyla Macêdo Nicácio Silva - Membro;

TC QOPM Roderick de Medeiros Guerra - Membro;

Maj QOPM Diego de Souza Meira Silva - Membro;

Maj QOPM Gustavo Henrique Lins Barreto - Membro.

2. DETERMINAR: à Diretoria de Pessoal a publicação no Diário Oficial do Estado; e à Ajudância Geral a transcrição em Boletim Geral.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel do Comando-Geral, em Natal, 10 de novembro de 2022, 202º da Independência e 135º da República.

ALARICO JOSÉ PESSOA AZEVÊDO JÚNIOR – CEL PM

Comandante Geral

PORTARIA-SEI Nº 5716, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.

O DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 3º da Portaria Normativa Nº 077/CG/PMRN, de 21 de julho de 2023 e o que consta no Processo Nº 01510781.000487/2023-05.

CONSIDERANDO o Art. 4º e incisos I e II e o Art. 19º todos da Lei Complementar Nº 692, de 28 de dezembro de 2021, combinada com a Lei Complementar Nº 702, de 31 de março de 2022.

CONSIDERANDO a Instrução Normativa-Sei Nº 7, de 19 de dezembro de 2022 que institui e uniformiza, no âmbito da PMRN e do CBMRN, as normas de instrução dos processos relativos à Pensão por Morte e Prova de Vida do(a) Militar Estadual do Estado do Rio Grande do Norte.

CONSIDERANDO o Parecer Referencial 26/2023 da Procuradoria Geral do Estado (PGE), com seu fundamento no Decreto Nº 29.641, de 26 de abril de 2020, contendo orientações e requisitos para o exame do pleito formulado quanto ao pagamento de pensão militar por morte, em face do cumprimento dos requisitos legais.

CONSIDERANDO o Despacho do Comandante Geral (23198228), datado de 07 de novembro de 2023, que homologou o presente processo, em face do Relatório de Conformidade 1104 (23150892), elaborado pela Unidade de Controle Interno (UCI).

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(s) beneficiário(s) do Policial Militar, 3º SARGENTO PM JOÃO VICTOR SERAFIM RAMOS, matrícula Nº 175.894-2, falecido em 30/06/2023, pensão militar no valor mensal do subsídio de 3º SARGENTO PM Nível VII, nos termos do artigo 5º, § 1º, artigo 7º, inciso I, alínea “c”, §§1º,3ºe 4º e o artigo 8º, §§ 1º e 2º, artigos 9º, 14º e 19º, todos da Lei Complementar Estadual Nº 692, de 28 de dezembro de 2021.

Art. 2º A pensão militar será paga conforme abaixo discriminada:

I - GUILHERME ISIDORO FERNANDES RAMOS, CPF Nº 709.902.734-40, na condição de filho menor de 21 anos, com 100% (cem por cento do valor do subsídio).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 30 de junho de 2023.

Art. 4º Publique-se em Diário Oficial do Estado, à Ajudância Geral para transcrever para o Boletim Geral da Corporação, e à Seção de Finanças (DPS/4) para proceder à implantação da pensão.

Art. 5º Encaminhar os autos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE-RN, para fins de controle.

JOÃO BOSCO FERNANDES JÚNIOR - TC PM

Respondendo pela Diretoria de Proteção Social

Resolução Nº 132, DE 01 de Novembro de 2023

REFORMA “EX OFFICIO”

O SUBDIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, RESPONDENDO PELA DPS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Estadual Nº 31.248, de 28 de dezembro de 2021, publicado no diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 2021 - Edição Nº 15.089, em conformidade com a Lei Estadual Nº 4.630 de 16 de dezembro de 1976, alterada pela Lei Complementar Nº 692 de 28 de dezembro de 2021; e tendo em vista o Parecer Nº 927/2023 - SJur/PMRN, constante no Processo SEI Nº 01510780.000021/2023-10:

CONSIDERANDO que o militar foi transferido, para a Reserva Remunerada, com soldo integral na graduação de SUBTENENTE PM a contar de 15 de fevereiro de 2023, contando com mais 34 (trinta e quatro) anos de serviço prestado, conforme a Resolução 053 de 16 de fevereiro de 2023 e publicado no Boletim Geral da Corporação Nº037 de 27 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO que o interessado foi julgado incapaz definitivamente para o serviço da Polícia Militar, pela Junta Policial Militar de Saúde (JPMS), desta Corporação, preenchendo os critérios para Isenção de Imposto de Renda, a contar de 08 de março de 2023, consoante Ata de Inspeção de Saúde, Sessão Nº 022.2/2023, de 08 de março de 2023;

CONSIDERANDO que a composição dos seus proventos, quando da sua reforma «a pedido», será calculado com base na remuneração de sua própria graduação, tendo em vista, que o militar já se encontra na inatividade e conforme a nova redação o art. 101 da Lei nº 4.630/76, que permanece os mesmos proventos do posto/graduação; CONSIDERANDO o advento da Lei 692, de 28 de dezembro de 2021, em seu artigo 2º, §4º ao qual reza que o subsídio do militar estadual reformado por invalidez ou considerado incapaz definitivamente para o serviço ativo, em função do exercício do cargo ou em razão dele, é integral e será calculado com base na remuneração do posto ou da graduação, observado o nível percebido, que o militar estadual possuir na ocasião de sua transferência para a inatividade remunerada;

CONSIDERANDO o Despacho do Comandante Geral, desta Instituição, datado de 30 de outubro de 2023, que acolheu o Parecer Nº 927/2023 – Sjur/PMRN, de 19 de outubro de 2023, insertos no Processo SEI Nº 01510780.000021/2023-10;

RESOLVE:

1. Reformar, “ex-officio”, o SUBTENENTE PM R/1 KERGINALDO REGIS DA SILVA, Identidade Militar nº 9.222/PMRN, Matrícula Funcional nº 015.354-0, do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM), filho de Severino Alves da Silva e Bernadete Regis da Silva, de acordo com os artigos 96 e 97, inciso II; artigo 99, inciso IV, da Lei Nº 4.630/ 1976; artigo 23 caput, da LCE nº 692/2021. Por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço da Polícia Militar, preenchendo os critérios para Isenção de Imposto de Renda, a contar de 08 de março de 2023, conforme Ata de Inspeção de Saúde, Sessão Nº 022.2/2023, de 08 de março de 2023. Quanto aos proventos, estes não devem sofrer qualquer alteração do que já percebe na reserva remunerada, conforme previsto no art. 101, § 1º, da Lei nº 4.630/1976 (alterado pela LCE nº 692/2021). Assim continuará remunerado por subsídio, fixado em parcela única na graduação de SUBTENENTE PM, no nível remuneratório X, e de acordo com o estabele-

cido no artigo 1º, 10º e 13º (Anexo I), da Lei Complementar Nº 463, de 03 de janeiro de 2012, alterada pela Lei Complementar Nº 514, de 06 de junho de 2014, atualizada pela Lei Complementar Nº 657, de 14 de novembro de 2019, atualizada pela Lei Complementar 702, de 31 de março de 2021.

2. Estabelecer que esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 08 de março de 2023, data a partir da qual foi considerado inapto ao serviço, preenchendo os critérios para Isenção de Imposto de Renda (artigo 6º, caput, inciso XIV, da Lei Nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988).

3. Encaminhar à Diretoria de Proteção Social – DPS/2 para controle e publicação da Resolução em Diário Oficial do Estado e que a Ajudância Geral, em seguida, transcreva para o Boletim Geral da Corporação.

4. Encaminhar a DPS 4, para conhecimento e providências decorrentes.

Diretoria de Proteção Social da PMRN, Natal, 01 de Novembro de 2023.

João Bosco Fernandes Junior - Ten Cel QOPM

Respondendo pela Direção da DPS

Resolução Nº 139, de 10 de novembro de 2023

REFORMA “EX-OFFICIO”

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, da Lei Complementar Nº 90, de 04 de janeiro de 1991, combinado com o artigo 4º, da Lei Complementar Estadual Nº 331, 28 de junho de 2006; e com o artigo 1º da Portaria Normativa Nº 077/2023 – CG/PMRN, de 21 de julho de 2023, publicada no BG Nº 135, de 24 de julho de 2023, transcrita do Diário Oficial do Estado, edição Nº 15.472, de 22 de julho de 2023; tendo em vista o Parecer Nº 1102/2023 - SJur/PMRN, constante no Processo SEI Nº 01510482.000061/2023-18:

CONSIDERANDO que o militar foi julgado incapaz definitivamente pela Junta Policial Militar de Saúde (JPMS) desta Corporação, NÃO PODENDO prover meios para sua subsistência, SEM relação de causa e efeito com a atividade policial, PREENCHENDO critérios para isenção de Imposto de Renda, conforme Ata de Inspeção de Saúde, Sessão Nº 062.1/2023, de 22 de junho de 2023, publicada no BG Nº 143, de 03 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO a Agregação e a determinação de Instrução Processual, para fins de Reforma, “ex-offício”, de acordo com a Portaria-SEI Nº 4092, de 10 de agosto de 2023, publicada no BG Nº 149, de 11 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO a Certidão emitida pela Seção de Suprimento e Manutenção de Material Bélico - SSMMB, da Diretoria de Apoio Logístico – DAL, desta Corporação, informando que existe arma de fogo registrada em nome do militar;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 5039/2023-GCG/PMRN, de 02 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado, edição Nº 14.521, de 02 de outubro de 2023, que cassou em definitivo a prerrogativa do porte e da posse de arma de fogo do SUBTENENTE PM Nº 1989.0418 – GILMAR SALES DA SILVA, matrícula Nº 111.111-6, inclusive com a determinação da transferência da arma registrada em seu nome para pessoa legalmente apta;

CONSIDERANDO os Despachos do Gabinete do Comandante Geral, datado de 09 de novembro e da Procuradoria Geral do Estado/PGE datado de 09 de novembro de 2023, que acolheram o Parecer Nº 1102/2023 – SJur/PMRN, de 16 de outubro de 2023, desta Instituição, insertos no Processo-SEI Nº 01510482.000061/2023-18

RESOLVE:

1. Reformar, “ex-offício”, o SUBTENENTE PM Nº 1989.0418 – GILMAR SALES DA SILVA, matrícula Nº 111.111-6, do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM), desta Corporação, filho de Damião Gabriel da Silva e Lenira Sales da Silva. O presente ato administrativo está de acordo com os artigos 96 e 97, inciso II; artigo 99, inciso IV, artigo 100; artigo 101, § 1º, e 104 todos da Lei Nº 4.630, de 16 de dezembro 1976 (Estatuto dos Policiais Militares/RN), remunerado por subsídio da Graduação de SUBTENENTE PM, do Nível X, contando com 33 (trinta e três) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de efetivo serviço, de acordo com a Certidão de Tempo de Serviço DP/ARQUIVO, de 13 de setembro de 2022, AGREGADO para fins de Reforma, “ex-offício” a contar de 22 de junho de 2023, através da Portaria-SEI Nº 4092, de 10 de agosto de 2023, publicada no BG Nº 149, de 11 de agosto de 2023, NÃO PODENDO prover meios para sua subsistência, SEM relação de causa e efeito com a atividade policial militar, PREENCHENDO critérios para isenção de Imposto de Renda/IR, conforme Ata de Inspeção de Saúde, Sessão Nº 062.1/2023, de 22 de junho de 2023, publicada no BG Nº 143, de 03 de agosto de 2023, de acordo com o artigos 1º, 10 e 13, (Anexo I), da Lei Complementar Nº 463/2012, alterada pelas Leis Complementares Nº 657/2019 e Nº 702/2022.

2. Cientificar a Diretoria de Proteção Social da PMRN- DPS, desta Corporação, que o SUBTENENTE PM Nº 1989.0418 – GILMAR SALES DA SILVA, matrícula Nº 111.111-6, foi considerado inapto em definitivo para o porte de arma de fogo, conforme a Certidão da JPMS (Id Nº 22484474), datada de 26 de setembro de 2023, expedida pela Junta Militar de Saúde/ JPMS;

3. Estabelecer que esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 22 de junho de 2023, data a partir da qual foi considerado inapto ao serviço ativo da Corporação.

4. Determinar que a Diretoria de Pessoal – DP/1 encaminhe a presente Resolução para publicação no Diário Oficial do Estado e que a Ajudância Geral, em seguida, transcreva para o Boletim Geral da Corporação.

5. Determinar as Diretorias de Pessoal – DP/1 e Finanças que adotem as providências decorrentes.

6. Encaminhar a Diretoria de Proteção Social da PMRN- DPS, para fins de conhecimento e controle

7. Determinar ao Comandante imediato que preencha e atualize todos os campos no SISGP, referente ao militar, para que a Diretoria de Pessoal possa movimentá-lo para a Diretoria de Proteção Social- DPS.

8. Encaminha a DTIC para suspender o acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

Quartel do Comando Geral em Natal/RN, 10 de novembro de 2023.

Marcelo Dantas de Medeiros – Ten Cel PM, RESPONDENDO PELA DIRETORIA DE PESSOAL

Polícia Civil

EDITAL Nº 04/2023 - COMISSÃO ELEITORAL - ADIAMENTO DAS INSCRIÇÕES

Processo nº 11910014.002384/2023-77

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL – CONSEPOL (BIÊNIO 2024/2026) A COMISSÃO DE ASSUNTOS ELEITORAIS E ADMINISTRATIVOS DO COLDEPOL (Colégio de Delegados de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte), instituída pela Portaria nº 32/2023-GDG/PCRN, publicada no Diário Oficial do Estado, de 11 de outubro de 2023, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 27, §8º, inciso I, da Lei Complementar nº 270, de 13 de fevereiro de 2004 e na Resolução nº 001/2006-DEGEPOL, após deliberação de seus membros, resolve adiar, com nova data a ser divulgada, o pleito eleitoral para composição do Conselho Superior da Polícia Civil (biênio 2024/2026), em razão do número insuficiente de inscritos para sua composição.

Natal, 13 de novembro de 2023.

Comissão de Assuntos Eleitorais e Administrativos do Colégio de Delegados de Polícia Civil

PORTARIA Nº 1523/2023-SP/PCRN, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA CIVIL ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso dos poderes conferidos pela Portaria nº 007/2023-GDG/PCRN, de 08/02/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.367, de 14/02/2023, alterada pela Portaria nº 010/2023-GDG/PCRN, de 03/03/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.382, de 9/03/2023;

CONSIDERANDO que a remoção de pessoal da Polícia Civil poderá ser feita a pedido, por interesse do serviço ou permuta, nos termos do artigo 81, da Lei Complementar n.º 270, de 13.02.2004;

CONSIDERANDO que a autoridade administrativa tem poderes para determinar lotação, designação ou remoção de servidor, ante ao poder discricionário do poder público, baseado nos critérios de conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO o contido no §2º do Art. 9º Lei Complementar nº 231, de 5 de abril de 2002, o qual esclarece acerca da possibilidade do servidor policial civil, em razão de afastamentos, ficar à disposição do Setor de Recursos Humanos do órgão a que estiver vinculado;

CONSIDERANDO que as diretrizes da Administração Pública devem ser traçadas em consonância com os princípios dispostos no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, e que seus atos são vinculados e direcionados de modo a garantir os interesses e necessidades da coletividade, em homenagem ao princípio da supremacia do interesse público, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11910615.000045/2023-87–SEI;

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER VANUSA DA CRUZ BRANDÃO, matrícula nº 153.900-0, Agente de Polícia Civil, Classe 5, da 4ª Equipe da 1ª Delegacia de Plantão de Natal.

Art. 2º Fica a aludida servidora à disposição do Setor de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, até ulterior deliberação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRÁ-SE.

HERLANIO PEREIRA CRUZ

Delegado-Geral de Polícia Civil Adjunto/PCRN

PORTARIA Nº 1524/2023-SP/PCRN, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA CIVIL ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso dos poderes conferidos pela Portaria nº 007/2023-GDG/PCRN, de 08/02/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.367, de 14/02/2023, alterada pela Portaria nº 010/2023-GDG/PCRN, de 03/03/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.382, de 9/03/2023;

CONSIDERANDO que a remoção de pessoal da Polícia Civil poderá ser feita a pedido, por interesse do serviço ou permuta, nos termos do artigo 81, da Lei Complementar n.º 270, de 13.02.2004;

CONSIDERANDO que a autoridade administrativa tem poderes para determinar lotação, designação ou remoção de servidor, ante ao poder discricionário do poder público, baseado nos critérios de conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO o contido no §2º do Art. 9º Lei Complementar nº 231, de 5 de abril de 2002, o qual esclarece acerca da possibilidade do servidor policial civil, em razão de afastamentos, ficar à disposição do Setor de Recursos Humanos do órgão a que estiver vinculado;

CONSIDERANDO que as diretrizes da Administração Pública devem ser traçadas em consonância com os princípios dispostos no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, e que seus atos são vinculados e direcionados de modo a garantir os interesses e necessidades da coletividade, em homenagem ao princípio da supremacia do interesse público, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11910615.000083/2023-30–SEI;

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER DOMINGOS SÁVIO ALVES BARBOSA, matrícula nº 207.303-0, Agente de Polícia Civil, Classe 2, da 2ª Equipe da 1ª Delegacia de Plantão de Natal.

Art. 2º Fica o aludido servidor à disposição do Setor de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, até a finalização do período de sua licença para interesse particular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRÁ-SE.

HERLANIO PEREIRA CRUZ

Delegado-Geral de Polícia Civil Adjunto/PCRN

PORTARIA Nº 1526/2023-SP/PCRN, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA CIVIL ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso dos poderes conferidos pela Portaria nº 007/2023-GDG/PCRN, de 08/02/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.367, de 14/02/2023, alterada pela Portaria nº 010/2023-GDG/PCRN, de 03/03/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.382, de 09/03/2023;

CONSIDERANDO o disposto *do art.* 29, § 11º da Constituição Estadual do RN c/c as Orientações Normativas nº. 21 e 22 da Portaria nº 01/CGE/PGE, de 09 de agosto de 2002;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor João Carlos da Silva, no processo SEI nº 11910570.000098/2023-61;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a averbação, nos assentamentos funcionais de JOÃO CARLOS DA SILVA, matrícula nº 191.987-3, Escrivã(o) de Polícia Civil, Classe Especial, do tempo de serviço prestado à RB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, de 01/04/1981 a 31/12/1983, total de 1.000 (hum mil) dias, e de 01/01/1984 a 29/02/1988, total de 1.520 (hum mil quinhentos e vinte) dias, GRANORTE VEICULOS E PECAS LTDA, de 17/09/1988 a 17/03/1989, total de 181 (cento e oitenta e um) dias, RB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, de 01/04/1989 a 01/04/1990, total de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, e de 01/06/1990 a 01/06/1992, total de 731 (setecentos e trinta e um) dias, NUTRINORD EMPRESA DE ALIMENTACAO LTDA, de 01/06/1994 a 04/11/1994, total de 154 (cento e cinquenta e quatro) dias, RB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, de 01/08/1995 a 31/05/1997, total de 665 (seiscentos e sessenta e cinco) dias, MARCELO JOSE PREDIS DOS SANTOS, de 01/06/1999 a 30/03/2001, total de 665 (seiscentos e sessenta e cinco) dias, e MS COMERCIO LTDA, de 01/11/2002 a 01/05/2003, total de 181 (cento e oitenta e um) dias, totalizando 5.463 (cinco mil quatrocentos e sessenta e três) dias, equivalente a 14 (quatorze) anos, 11 (onze) meses e 23 (vinte e três) dias, excluída a concomitância de 09 (nove) meses entre o tempo de serviço prestado pelo requerente à RB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (período de 01/04/1981 a 31/12/1983), e o tempo de serviço prestado à RB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (período de 01/04/1983 a 29/02/1988), para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRÁ-SE.

HERLANIO PEREIRA CRUZ

Delegado-Geral de Polícia Civil Adjunto/PCRN

PORTARIA Nº 011/2023-CPPC/RN, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO DO PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CPPC/RN), no uso das atribuições previstas na Portaria nº 033/2023-GDG/PCRN, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 26 de outubro de 2023, que instituiu a Comissão destinada a realizar todos os procedimentos alusivos à promoção funcional dos servidores policiais civis da Polícia Civil do RN;

CONSIDERANDO a necessidade de instrução do Procedimento Administrativo instaurado no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) n. 11910004.003170/2023-37 para efetivação da promoção funcional automática dos policiais civis do Estado do Rio Grande do Norte que completaram o interstício necessário à promoção funcional entre os dias 1º e 31/08/2023, conforme Anexo Único desta Portaria, em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 270/2004, com as alterações e acréscimos trazidos pela Lei Complementar Estadual nº 417/2010 e pela Lei Complementar Estadual nº 670/2020;

CONSIDERANDO a relação dos policiais civis que concorrem à Promoção funcional automática no interstício referido, constante da Portaria nº 1156/2023-SP/PCRN, de 01 de setembro de 2023, publicada pelo Setor de Pessoal no DOE de 02/09/2023 (SEI nº 22116397), bem como as certidões negativas federais e militares extraídas pela CPPC/RN e diante das informações de ausência de impedimentos dos candidatos prestadas pela DECAP/PCRN, pela Corregedoria-Geral da SESED, pela COEAP/SEAP e pela Justiça Estadual;

CONSIDERANDO a reunião realizada no dia 08/11/2023, cuja Ata respectiva consta do Procedimento Administrativo acima referido (SEI nº 23238247), na qual a CPPC deliberou sobre a promoção funcional objeto deste processo e verificou qual(is) policial(is) civil(s), dentre aqueles constantes da relação apresentada pelo Setor

de Pessoal (SEI nº 22295143), está(ão) APTO(S) à promoção na carreira policial, contando com o interstício legal completado e sem qualquer dos impedimentos do art. 63, incisos I, II e II, da Lei Complementar nº 270/2004, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 670/2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 088/2022-GDG/PCRN, publicada no DOE de 30/04/2022, que estabelece a rotina do processo de promoção, determinando, em seu art. 3º, que a Comissão Permanente de Promoção, concluídos os seus trabalhos, publicará portaria com a lista dos candidatos aptos à promoção,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar a lista definitiva resultante dos trabalhos desta Comissão, na qual consta(m) o(s) nome(s) do(s) policial(is) civil(s) do Estado do Rio Grande do Norte que está(ão) apto(s) à promoção prevista no art. 58 da Lei Complementar Estadual nº 270/2004, com as alterações e acréscimos trazidos pela Lei Complementar Estadual nº 417/2010 e pela Lei Complementar Estadual nº 670/2020, com interstício(s) formado(s) no mês de agosto de 2023, conforme o(s) ANEXO(S) que integra(m) esta Portaria.

Parágrafo único. O servidor que, tendo completado o interstício legal, não observar o seu nome na lista definitiva de que trata o caput deste artigo, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação desta Portaria, para protocolar pedido de Reconsideração correlato, através do SEI, mediante expediente dirigido ao Presidente da Comissão, cuja decisão pela CPPC dar-se-á, de forma motivada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do protocolo do pedido.

Art. 2º As análises e deliberações desta CPPC registradas em Ata, acerca dos procedimentos pertinentes ao processo de promoção a que se refere esta Portaria, encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria desta Comissão de Promoção, bem como os resultados dos julgamentos dos eventuais pedidos de reconsideração apresentados, até a finalização do processo respectivo.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO CARVALHO

Presidente da CPPC/RN

ANEXO ÚNICO							
AGENTE(S) DE POLÍCIA CIVIL APTO(S) À PROMOÇÃO AUTOMÁTICA							
Ordem	Matrícula	Nome	Classe atual	Classe Concorrida	Tempo de serviço líquido na PC	Exercício	Data que completou o interstício da Promoção
1	122.865-0	José de Arimatéia Ribeiro	Classe 2	Classe 3	6 ano(s), 2 mes(es) e 16 dia(s)	18/08/2014	18/08/2023
2	207.240-8	Tiago Luiz de Araújo Almeida	Classe 2	Classe 3	6 ano(s), 2 mes(es) e 5 dia(s)		29/08/2023

PORTARIA Nº 1527/2023-SP/PCRN, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA CIVIL ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso dos poderes conferidos pela Portaria nº 007/2023-GDG/PCRN, de 08/02/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.367, de 14/02/2023, alterada pela Portaria nº 010/2023-GDG/PCRN, de 03/03/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.382, de 9/03/2023;

CONSIDERANDO que a remoção de pessoal da Polícia Civil poderá ser feita a pedido, por interesse do serviço ou permuta, nos termos do artigo 81, da Lei Complementar n.º 270, de 13.02.2004;

CONSIDERANDO que a autoridade administrativa tem poderes para determinar lotação, designação ou remoção de servidor, ante ao poder discricionário do poder público, baseado nos critérios de conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO o contido no §2º do Art. 9º Lei Complementar nº 231, de 5 de abril de 2002, o qual esclarece acerca da possibilidade do servidor policial civil, em razão de afastamentos, ficar à disposição do Setor de Recursos Humanos do órgão a que estiver vinculado;

CONSIDERANDO que as diretrizes da Administração Pública devem ser traçadas em consonância com os princípios dispostos no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, e que seus atos são vinculados e direcionados de modo a garantir os interesses e necessidades da coletividade, em homenagem ao princípio da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO o afastamento das atividades funcionais da servidora Irani Francisco Pereira, matrícula nº 190.945-2, sem prejuízo da sua remuneração, até a finalização do processo administrativo de aposentadoria, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0910457-03.2022.8.20.5001, conforme Portaria nº 294/2023-SP/PCRN, de 14/03/2023, publicada no DOE nº 15.376, de 01/03/2023, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11910382.000150/2023-05–SEI,

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER IRANI FRANCISCO PEREIRA, matrícula nº 190.945-2, Agente de Polícia Civil, Classe Especial,, da 1ª Delegacia de Polícia Civil/Natal.

Art. 2º Fica a aludida servidora à disposição do Setor de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, sem lotação, até ulterior deliberação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

HERLANIO PEREIRA CRUZ

Delegado-Geral de Polícia Civil Adjunto/PCRN

Instituto Técnico e Científico de Perícia - ITEP

Portaria nº 529/2023 – GDG/ITEP

Natal/RN, 10/11/2023.

REQUERIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO NOMEADO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INDEFERIMENTO.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes confere o art. 6º inciso VI, da Lei Complementar nº 571, de 31 de maio de 2016, que dispõe sobre a Lei Orgânica e o Estatuto dos Servidores Públicos do ITEP/RN;

CONSIDERANDO Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação Edital de Abertura nº 001/2021 - DOE nº 15.284, de 14/10/2022;

CONSIDERANDO a manifestação do candidato aprovado Felipe Augusto de Medeiros Bezerra, através de petiçãoamento eletrônico externo (Processo nº SEI 03910020.002315/2023-29), solicitando desistência temporária da nomeação com reposicionamento ao final da fila;

RESOLVE:

Art. 1º INDEFERIR, conforme Despacho ITEP-GDG (ID.23248732) referente ao Processo SEI nº 03910020.002315/2023-29, a solicitação de desistência temporária da nomeação com reposicionamento ao final da fila do candidato Felipe Augusto de Medeiros Bezerra, cargo Agente Técnico Forense (Caicó), ante ausência de previsão na Lei Complementar Estadual nº 122/1994;

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a 12 de Outubro de 2023.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Marcos José Brandão Guimarães

Diretor-Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

PORTARIA Nº 3028/2023-GP/FUERN

Concede auxílio-doença e licença para tratamento de saúde.

A Presidente da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte – Fuern, no uso de suas atribuições legais e Estatutárias,

CONSIDERANDO o art. 63, §1º, da Lei Complementar n. 163, de 5 de fevereiro de 1999, art. 48 da Lei Complementar n. 308, de 25 de outubro de 2005, e art. 90, da Lei Complementar n. 122, de 30 de junho de 1994;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 04410053.002401/2023-67,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença e respectiva licença para tratamento de saúde ao(à) servidor(a) Cicero Nilton Moreira da Silva, matrícula nº 3826-1, Professor do Ensino Superior, lotado(a) no Departamento de Geografia – C.A.P. FERROS, no período de 60 (sessenta) dias, contados de 30/10/2023 a 28/12/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 30/10/2023.

Em 13 de novembro de 2023.

PROFESSORA DOUTORA CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE

PRESIDENTE DA FUERN

PORTARIA Nº 3029/2023-GP/FUERN

Concede auxílio-doença e licença para tratamento de saúde.

A Presidente da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte – Fuern, no uso de suas atribuições legais e Estatutárias,

CONSIDERANDO o art. 63, §1º, da Lei Complementar n. 163, de 5 de fevereiro de 1999, art. 48 da Lei Complementar n. 308, de 25 de outubro de 2005, e art. 90, da Lei Complementar n. 122, de 30 de junho de 1994;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 04410053.002394/2023-01,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença e respectiva licença para tratamento de saúde ao(à) servidor(a) Henderson de Jesus Rodrigues dos Santos, matrícula nº 5376-7, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, lotado(a) no Departamento de Artes/ Fala, no período de 120 (cento e vinte) dias, contados de 05/10/2023 a 1º/02/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05/10/2023.

Em 13 de novembro de 2023.

PROFESSORA DOUTORA CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE

PRESIDENTE DA FUERN

Fundação José Augusto - FJA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO Nº 04/2023

OBJETO: LICENCIAMENTO DE OBRAS AUDIOVISUAIS, por meio do apoio à cessão não onerosa do direito de exibição de obra audiovisual, de diferentes gêneros, duração e formatos, sem exclusividade, por um período de 2 (dois) anos aos canais e emissoras que integram a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), bem como as suas respectivas retransmissoras, plataformas de Vídeo Sob Demanda (VOD) e/ou serviços de streaming, buscando uma reestruturação da economia criativa da linguagem audiovisual e a reativação deste setor importante e emergente da cultura do Rio Grande do Norte, incentivando a criação de novas iniciativas e, por conseguinte, possibilitar a movimentação da cadeia produtiva dos segmentos, gerando renda e trabalho, mediante o pagamento de um valor financeiro aos vencedores do pleito, oriundo da descentralização oportunizada pela Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) e indexada ao orçamento geral da Fundação José Augusto (FJA).

TIPO: CONCURSO

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 16h 04min

O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Cultura e da Fundação José Augusto (FJA), torna público para conhecimento dos interessados, que realizará CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO, na forma dos art. 9º e 11, II, do Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, os termos das legislações a seguir:

Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (“Lei Paulo Gustavo”), que dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).

Decreto Federal nº11.525, de 11 de maio de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.

Decreto Estadual nº 33.004, de 28 de setembro de 2023, que regulamenta a aplicação e a gestão dos recursos recebidos em razão do previsto na Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023 e no Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, os quais dispõem sobre o apoio financeiro da União aos Estados, Ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultura.

O Edital do Chamamento Público de Fluxo Ordinário e seus Anexos estão em conformidade com a autorização contida no Processo nº 00810091.001056/2023-24.

DOS ANEXOS

Integram este Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nos autos do Processo nº 00810091.001056/2023-24, os seguintes Anexos:

Anexo 01 – Lista de Documentos para Inscrição e Habilitação;

Anexo 02 – Descrição das Categorias e Documentos Específicos (Licenciamento de Obras Audiovisuais);

Anexo 03 – Modelo de Currículo Artístico-Cultural;

Anexo 04 – Autodeclaração para Políticas Afirmativas;

Anexo 05 – Declaração de Residência Atual por Terceiros;

Anexo 06 – Modelo de Declaração Comprobatória de Pertencimento Étnico e de Povos e Comunidades Tradicionais e Originários;

Anexo 07 – Recibo de Premiação Cultural;
Anexo 08 – Lista dos Municípios que Receberão Pontuação Extra;
Anexo 09 – Declaração De Disponibilidade Da Obra Audiovisual Em Formato Técnico Para Exibição;
Anexo 10 – Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual com a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP);
Anexo 11 – Trajetória da Obra Audiovisual;
Anexo 12 – Declaração de Representação de Grupo ou Coletivo.
Anexo 13 – Termo de Referência

OBJETO

O objeto deste Edital visa a seleção e premiação de obras audiovisuais do Rio Grande do Norte para licenciamento à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), nas categorias descritas no Anexo 02.

O Edital se orientará pelo seguinte cronograma:

ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO		
1	Inscrição das propostas	14 de novembro a 27 de novembro de 2023
2	Análise de mérito cultural das propostas	28 de novembro a 10 de dezembro de 2023
3	Divulgação do resultado provisório da inscrição	10 de dezembro de 2023
4	Recebimento e julgamento dos recursos	11 a 13 de dezembro de 2023
5	Divulgação do resultado final da análise de mérito	14 de dezembro de 2023
6	Habilitação dos documentos	15 a 21 de dezembro de 2023
7	Aferição das políticas afirmativas	15 a 21 de dezembro de 2023
8	Divulgação do resultado provisório da habilitação	21 de dezembro de 2023
9	Recebimento e julgamento dos recursos	22 a 27 de dezembro de 2023
10	Divulgação do resultado final	28 de dezembro de 2023
11	Assinatura do Recibo de Premiação Cultural e Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual	28 a 30 de dezembro de 2023
12	Realização dos pagamentos	até 31 de dezembro de 2023
Caso haja prorrogação na execução da Lei Paulo Gustavo, os prazos acima serão modificados para permitir um período adicional em todas as etapas do processo de seleção.		

A modalidade deste Edital é o Licenciamento de Obras Audiovisuais, por meio do apoio à cessão não onerosa do direito de exibição de obra audiovisual, de diferentes gêneros, duração e formatos, sem exclusividade, por um período de 2 (dois) anos aos canais e emissoras que integram a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), bem como as suas respectivas retransmissoras, plataformas de Vídeo Sob Demanda (VOD) e/ou serviços de streaming.

As categorias deste Edital são divididas em:

Licenciamento de Curta-Metragem e Média-Metragem: prêmio para obras audiovisuais produzidas no Estado do Rio Grande do Norte, de curta-metragem ou média-metragem, inéditas ou não, para o licenciamento à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP); e
Licenciamento de Longa-Metragem e Obras Seriadas: prêmio para obras audiovisuais produzidas no Estado do Rio Grande do Norte, de longa-metragem ou obra seriada, inéditas ou não, para o licenciamento à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP).

A cessão dos direitos de exibição das obras audiovisuais selecionadas e premiadas será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses após assinatura do Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual (Anexo 10), sem exclusividade, com disponibilidade para o Segmento de Vídeo Sob Demanda (VOD) e com 12 (doze) exibições para cada emissora integrante da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) no Segmento de Radiodifusão de Comunicação Pública (TV Aberta).

As produções serão exibidas em horários e dias a serem estabelecidos de forma unilateral pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC) e por cada emissora afiliada da RNCP.

O Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual é o documento que será firmado entre a EBC e os beneficiários deste Edital, para estabelecer a cessão não onerosa dos direitos de exibição.

Todos os custos diretos e indiretos necessários para cumprimento da obrigação da proposta, incluindo, mas não se limitando à, adequação da obra audiovisual ao formato necessário, confecção de cópias, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do proponente.

O apoio financeiro previsto neste Edital será realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte para efeitos de cessão não onerosa dos direitos de exibição da obra audiovisual à Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), vez que esta não realizará nenhum pagamento ao agente cultural.

A trajetória da obra audiovisual (Anexo 11) desta modalidade consiste na proposta que o proponente apresentará no ato da inscrição, contendo o nome da obra audiovisual, características da obra, sinopse completa, trajetória do filme, lista de participação e premiação em mostras e festivais e link de visualização da obra finalizada. As obras que tiverem as medidas de acessibilidade comunicacional já realizadas poderão ser pontuadas dentro dos critérios de avaliação.

VALORES

O valor disponibilizado para este Edital é de R\$ 688.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mil reais), com um número total de 56 (cinquenta e seis) prêmios, dividido entre as categorias de apoio discriminadas abaixo:

MODALIDADE 1: LICENCIAMENTO DE OBRAS AUDIOVISUAIS					
CATEGORIAS DE APOIO	N.º DE PRÊMIOS	VALOR POR PRÊMIO	VALOR TOTAL		
1.1	Licenciamento de Curta-Metragem e Média-Metragem	PF e PJ	50	R\$ 10.160,00	R\$ 508.000,00
1.2	Licenciamento de Longa-Metragem e Obras Seriadas	PF e PJ	6	R\$ 30.000,00	R\$ 180.000,00
LICENCIAMENTO DE OBRAS AUDIOVISUAIS	56	R\$ 688.000,00			

Para os efeitos deste Edital, as descrições das categorias de apoio e proponentes podem ser acessadas no Anexo 02. O Anexo 02 é parte integrante deste Edital, contendo as exigências que devem ser cumpridas para a aprovação das propostas.

A premiação cultural não estabelece obrigações futuras, pois tem natureza jurídica de doação sem encargo. As propostas contempladas para Pessoa Física sofrerão retenção de tributos diretamente na fonte, calculados com base na tabela do Imposto de Renda vigente em 2023, podendo o proponente consultar a porcentagem de acordo com o Simulador de Alíquota da Receita Federal.

Qualquer alteração na legislação até o momento em que os pagamentos estiverem sendo efetuados refletirá diretamente nos valores que serão depositados. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento deste processo licitatório na modalidade concurso estarão de acordo com a Lei Orçamentária Anual da Fundação José Augusto (FJA) e com os recursos específicos transferidos para o Estado do Rio Grande do Norte oriundos da Lei Complementar n.º 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), referente ao exercício financeiro de 2023. A indicação de Dotação Orçamentária será informada pelo Setor Financeiro da Fundação José Augusto (FJA) no decorrer da tramitação processual, após autorização do Ordenador de Despesas, e/ou no momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Os excedentes dos recursos deste Edital serão somados aos rendimentos bancários da aplicação financeira da Lei Paulo Gustavo RN, com a possibilidade de serem aproveitados durante o processo de remanejamento, direcionados novamente para os Editais de fomento da Lei Paulo Gustavo RN.

QUEM PODE SE INSCREVER

Para os efeitos deste Edital, entende-se por:

Agente cultural: Pessoas Físicas ou Pessoas Jurídicas com atuação no segmento cultural, podendo ser artistas, produtores culturais, gestores culturais, mestres da cultura popular, curadores, técnicos, assistentes e outros profissionais dedicados à realização de ações culturais.

Proponente: agente cultural que realizará a inscrição e será responsável pelo projeto no Edital.

Representante legal: agente cultural que representa uma entidade ou uma empresa, sendo indicado no contrato social ou estatuto social, e responsável legalmente pelo projeto no Edital.

Produtor da obra: agente econômico brasileiro detentor do poder dirigente sobre os direitos patrimoniais da obra audiovisual registrada na Ancine, conforme a Instrução Normativa n.º 104/2012.

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural, maior de 18 anos, brasileiro nato ou naturalizado ou refugiado, apátrida e migrante, residente no Rio Grande do Norte há pelo menos 2 (dois) anos.

O agente cultural deve comprovar a sua atuação profissional no Estado do Rio Grande do Norte por meio de currículo artístico-cultural com, no mínimo, 2 (dois) anos de atuação, consecutivos ou não, ou seja, esses 2 (dois) anos podem ter sido contínuos (seguidos sem interrupção) ou podem ter sido acumulados ao longo do tempo.

O comprovante de residência será apresentado na etapa de habilitação, datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição.

A comprovação de residência será dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes a comunidades indígenas, quilombola, cigana, circense, parquistas ou que se encontrem em situação de rua.

No caso dos agentes culturais mencionados no item 3.2.3, continuará a ser exigido o currículo artístico-cultural.

No caso dos agentes culturais refugiados, apátridas e migrantes no Rio Grande do Norte, a apresentação do CPF ou de documento de identificação oficial emitido no país de origem serão aceitos para fins de identificação dos agentes culturais nos Editais da Lei Paulo Gustavo RN.

Em regra, o agente cultural pode ser:

Pessoa Física;

Pessoa Jurídica:

Microempreendedor Individual (MEI);

Pessoa Jurídica com ou sem fins lucrativos (ex.: empresas de pequeno porte, empresas de grande porte, associações, organizações não governamentais, fundações, cooperativas, organizações da sociedade civil, organização da sociedade civil de interesse público etc.);

Grupo ou coletivo representado por Pessoa Física ou por Microempreendedor Individual (MEI).

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural, será indicada Pessoa Física ou representante legal da Pessoa Jurídica como responsável pela inscrição, e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo 12.

Os proponentes deverão atender os seguintes requisitos:

Ser produtora brasileira independente, com registro regular na Ancine e ser classificada como agente econômico brasileiro independente, pertencente ou não a grupos econômicos, de natureza e finalidade cultural, com sede há pelo menos 2 (dois) anos no Estado do Rio Grande do Norte, a partir da data de inscrição neste Edital;

Ser distribuidora brasileira independente, com registro regular na Ancine e ser classificada como agente econômico brasileiro independente, pertencente ou não a grupos econômicos, de natureza e finalidade cultural, com sede há pelo menos 2 (dois) anos no Estado do Rio Grande do Norte, a partir da data de inscrição neste Edital;

Ser Microempreendedor Individual (MEI), de natureza e finalidade cultural, registrado na Ancine e classificado como agente econômico; ou
Ser Pessoa Física registrada na Ancine e classificado como agente econômico.

O proponente ainda deverá declarar ser detentor legítimo dos direitos patrimoniais e/ou detentor dos correspondentes direitos de comercialização da obra para todos os segmentos e territórios previstos neste Edital, e ainda ser detentor de todas as autorizações necessárias e cabíveis para a utilização de imagens e sons, bem como de direitos conexos concernentes a todos os participantes da obra audiovisual, respondendo unilateralmente por quaisquer violações.

O proponente deverá apresentar o Certificado de Produto Brasileiro (CPB) para fins de comprovação da titularidade dos direitos de comercialização e/ou exibição da obra audiovisual a ser licenciada.

A inscrição da proposta poderá ser realizada pelo próprio interessado ou por um representante. Caso o CPB não tenha sido emitido em nome do proponente, o representante deverá apresentar uma cópia do documento legal que comprove a titularidade dos direitos de representação/comercialização da obra audiovisual.

Caso a obra audiovisual tenha sido produzida por pessoa jurídica que se encontre, no momento do requerimento do CPB, extinta ou inativa ou, ainda desprovida de documentação hábil a comprovar a sua titularidade patrimonial, o representante deverá firmar termo de responsabilidade assegurando ser o detentor atual do poder dirigente sobre o patrimônio da obra, e responderá, perante terceiros, no transcurso de quaisquer litígios decorrentes de contestação de direitos.

O Anexo 01 e o Anexo 02 devem ser consultados para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

Não pode se inscrever neste Edital os agentes culturais que:

tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do Edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
sejam membros da comissão de aferição das declarações comprobatórias de pertencimento étnico e de povos e comunidades tradicionais;
sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público, titulares de cargos comissionados e terceirizados dos órgãos responsáveis pelo Edital, nos casos em que o referido servidor ou titular tiver atuado na etapa de elaboração do Edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

Quando se tratar de proponentes Pessoas Jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no item 4.1.

A participação de agentes culturais nas escutas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do Edital de que trata o item 4.1.

INSCRIÇÃO DAS PROPOSTAS

As inscrições deste Edital são gratuitas. Para se inscrever, o proponente deve realizar a sua inscrição por meio da plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, entre os dias 06 de novembro a 23:59:59 (horário de Brasília) do dia 27 de novembro de 2023.

Para a conclusão da inscrição, o proponente deve enviar a documentação descrita no Anexo 02, de acordo com as especificidades da categoria da proposta.

Para documentos específicos elencados no Anexo 02, assim como os documentos não descritos, mas essenciais para a seleção da premiação, é de responsabilidade do proponente a elaboração e apresentação destes documentos na fase de inscrição.

Cada proponente é responsável pelo envio dos documentos, pela qualidade visual e conteúdo dos arquivos da sua inscrição.

Em caso de duplicidade de proposta inscrita, será considerada apenas a última proposta enviada, sendo as demais, inabilitadas.

A quantidade de propostas inscritas e aprovadas neste Edital seguirá os seguintes critérios:

cada proponente Pessoa Física poderá inscrever no máximo 1 (uma) proposta e ser contemplado apenas com 1 (uma) proposta; e

cada proponente Pessoa Jurídica poderá inscrever no máximo 1 (uma) proposta e ser contemplado apenas com 1 (uma) proposta.

Em todos os Editais da Lei Paulo Gustavo RN, cada agente cultural, seja Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, poderá ter no máximo 3 (três) propostas contempladas.

Se o agente cultural aprovar mais de 3 (três) projetos em todos os Editais da Lei Paulo Gustavo RN, a escolha das propostas dispensadas será realizada pelo proponente.

O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações e publicações pertinentes ao Edital e seus prazos nos canais formais de comunicação. Sendo o proponente o único interlocutor junto à Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto.

As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, orientação sexual, cor, idade ou outras formas de discriminação, capacitismo ou incitação à violência serão desclassificadas, com fundamento no inciso IV do caput do Art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

É proibido neste Edital a premiação de obras audiovisuais de natureza publicitária, institucional ou corporativa, inclusive propaganda política obrigatória e programas de televidas, infomerciais e concursos; obra jornalística e programas de auditório ancorados por apresentador; obra promocional; obra pornográfica; programa cuja finalidade principal seja o registro ou transmissão de eventos, ainda que editados, como competições esportivas, shows de música, apresentações de ópera, peças teatrais, espetáculos de dança, entre outros; com base nas definições das Instruções Normativas n.º 95/2011, n.º 104/2012 e n.º 105/2012 da Ancine.

Ao finalizar o processo de inscrição o proponente desde já concorda e autoriza que, caso selecionado e após formalizado o Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual (Anexo 10), a obra audiovisual selecionada poderá ser editada com a realização de cortes necessários para sua adequação aos blocos de programação a exclusivo critério de cada emissora da RNCP, desde que tal adequação não distorça ou desonre o conteúdo original da obra.

O proponente desde já também concorda e autoriza que as emissoras da RNCP poderão ainda, dentro do prazo de exibição de 24 (vinte e quatro) meses, utilizar trechos da obra audiovisual para ilustrar sua programação, bem como em chamadas e/ou trailers, em todos os seus veículos, sendo tais utilizações não contabilizadas como veiculação, desde que tal utilização parcial não distorça ou desonre o conteúdo original da obra.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

De acordo com o Artigo 17 da Lei Complementar n.º 195/2022, o presente Edital, por meio do sistema de cotas e pontuação extra, assegura mecanismos de estímulo à participação e protagonismo de grupos afirmativos.

Grupos afirmativos são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, sendo integrados nas políticas afirmativas dos Editais da Lei Paulo Gustavo RN com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades. São eles: pessoa negra (preta ou parda), mulher (cis, trans/travesti), indígena, cigano, quilombola, de terreiro de matriz afro-ameríndia, pescador, pessoa em situação de rua, artista circense, parquista, pessoa com deficiência, idosa, pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica, refugiados, apátridas, migrantes, homem transgênero, travesti, pessoa não binária, queer/questionando, intersexo, andrógine, fluido ou outra variabilidade.

COTAS

Ficam garantidas cotas, em todas as categorias do Edital, para os seguintes grupos afirmativos de acordo com as porcentagens:

20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas);

10% das vagas para pessoas indígenas;

10% das vagas para povos e comunidades tradicionais (ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades – artistas circenses, parquistas e pessoas em situação de rua); e

10% das vagas para mulheres (cis ou trans/travesti).

O Agente Cultural pode concorrer às cotas, devendo autodeclarar-se no ato da inscrição, assumindo a responsabilidade civil e penal sobre a declaração, usando a Autodeclaração para Políticas Afirmativas, que trata o Anexo 04. No caso de inscrição realizada por um representante, detentor da titularidade dos direitos de representação/comercialização da obra audiovisual, para ter acesso às cotas é necessário que o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra pertença a um dos grupos afirmativos, pois é ele que irá concorrer às cotas, devendo apresentar a autodeclaração no ato da inscrição.

Na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa na inscrição, será instaurado procedimento para a sua verificação e, apurada a falsidade, a proposta será inabilitada, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

Ainda na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa após o recebimento da premiação, o proponente deverá devolver o montante recebido, estando sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis.

Para fins de verificação da autodeclaração, na etapa de habilitação, serão realizados os seguintes procedimentos complementares:

banca de heteroidentificação para pessoas negras (pretas e pardas);

apresentação do laudo médico para pessoas com deficiência;

apresentação e verificação dos documentos comprobatórios de pertencimento para pessoas indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia e comunidades de pesca artesanal;

apresentação de declaração da associação ou do movimento social para povos nômades (artistas circenses, parquistas e pessoas em situação de rua); e

apresentação de documento oficial, provisório ou permanente, expedido pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte reconhecendo o agente cultural como refugiado, apátrida ou migrante.

Em caso da pessoa com deficiência, o laudo médico deve comprovar a deficiência informada da pessoa e ter sido emitido nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de inscrição neste Edital, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

No caso dos grupos afirmativos pertencentes aos povos e comunidades tradicionais e originários, serão exigidos os seguintes documentos comprobatórios de pertencimento:

pessoa indígena: declaração comprobatória de pertencimento étnico assinado por no mínimo 2 (duas) lideranças da aldeia;

pessoa cigana: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do rancho;

pessoa quilombola: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do território ou comunidade quilombola;

povos de terreiro de matriz afro-ameríndia: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do terreiro de matriz afro-ameríndia;

povos de comunidade de pesca artesanal: declaração da colônia de pescadores no qual a pessoa está inserida; e

pessoa nômade: declaração da associação ou do movimento social no qual a pessoa está inserida.

Os documentos comprobatórios de pertencimento (Anexo 06) baseiam-se nos modelos adotados por indicação das representações dos povos e comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte. Os diálogos entre a Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Articulação dos Povos Indígenas do RN (APIRN) e com o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPPIR) estabeleceram como processo de aferição dos grupos afirmativos a autodeclaração (na etapa de inscrição) e a declaração comprobatória de pertencimento étnico e de povos e comunidades tradicionais e originários (na etapa de habilitação). Os documentos são determinantes para a validação e a habilitação das propostas enviadas para concorrência das cotas e pontuações extras das pessoas indígenas (aldeados, não aldeados ou em contexto urbano), ciganos, quilombolas e povos de terreiro de matriz afro-ameríndia.

A aferição dos documentos citados no item 7.6 será realizada por uma comissão formada por indígenas, ciganos, quilombolas e lideranças de terreiro de matriz afro-ameríndia contratada para desempenhar o processo de aferição. Os membros dessa comissão não poderão concorrer com propostas nos Editais da Lei Paulo Gustavo RN, de acordo com o item 4.1.

No caso de agente culturais mulheres (cis ou trans/travesti), não será realizada a verificação da autodeclaração na etapa de habilitação.

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas disputarão simultaneamente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionados de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes será destinado para outra categoria de cotas, seguindo a ordem de classificação das propostas.

Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 7.1, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Caso o agente cultural concorrente às cotas seja reprovado na fase de aferição das políticas afirmativas, a proposta será direcionada para a lista da ampla concorrência. A vaga não preenchida será direcionada para outro concorrente da mesma categoria de cotas que será convocado seguindo a ordem de classificação. No caso das pontuações extras, a proposta perderá as pontuações adicionadas.

PONTUAÇÕES EXTRAS

Ficam garantidas pontuações extras cumulativas, em todas as categorias de apoio do Edital, para produtor ou qualquer um dos coprodutores, a partir dos seguintes critérios:

pessoas negras (pretas ou pardas);

mulheres (cis ou trans/travesti);

pessoas de povos e comunidades tradicionais e originários (indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades – artistas circenses, parquistas e pessoas em situação de rua);

pessoas com identidade não cisgênera ou ageneridade (trans, travestis, não binárias, queer/questionando, intersexo, andrógine, fluido ou outra variabilidade);

pessoas com deficiência;

pessoas idosas, em situação de rua e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

pessoas refugiadas, apátridas e/ou migrantes no Rio Grande do Norte, residentes no estado nos últimos 2 (dois) anos; e

pessoas residentes em municípios que não aprovaram projetos na Lei Aldir Blanc RN e/ou proponentes residentes em municípios que receberam até R\$ 65 mil da Lei Paulo Gustavo, conforme o Anexo 08.

As pontuações extras serão aplicadas da seguinte forma:

propostas que atendam de um a dois critérios do item 8.1 receberão um acréscimo de 5 (cinco) pontos em sua nota;

propostas que atendam de três a quatro critérios do item 8.1 receberão um acréscimo de 10 (dez) pontos em sua nota; e

propostas que atendam cinco ou mais critérios do item 8.1 receberão um acréscimo de 20 (vinte) pontos em sua nota.

As pontuações terão um limite máximo de 20 (vinte) pontos por proposta e serão somadas à nota obtida na análise de mérito cultural.

Para as pessoas pertencentes aos grupos afirmativos citados no item 8.1, será requisitada a autodeclaração na inscrição. Na fase de habilitação, a verificação da autodeclaração será realizada, de acordo com o item 7.4 e item 7.6, somente para os agentes culturais: negros (pretos e pardos), de povos e comunidades tradicionais e originários, com deficiência, refugiado, apátrida ou migrante.

SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

A seleção das propostas submetidas a este Edital será composta das seguintes etapas:

análise de mérito cultural: fase de análise da proposta cultural realizada por banca de pareceristas;

habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no Anexo 01;

banca de heteroidentificação: fase complementar à autodeclaração de verificação do perfil étnico-racial dos proponentes negros (pretos ou pardos);

verificação do laudo médico para pessoas com deficiência; e

análise dos documentos comprobatórios de pertencimento para pessoas indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades (artistas circenses, parquistas e pessoas em situação de rua).

As propostas selecionadas atenderão à seguinte proporção, se possível:

50% para os municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN); e

50% para os demais municípios do Rio Grande do Norte.

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 648/2019, a Região Metropolitana de Natal (RMN) é formada pelos municípios de: Extremoz, Macaíba, Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Arês, Bom Jesus, Ceará-Mirim, Goianinha, Ielmo Marinho, Maxaranguape, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Vera Cruz.

A divisão de prêmios será aplicada de acordo com a declaração de residência do proponente cadastrado na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br. A apresentação do comprovante de residência acontecerá apenas na etapa de habilitação.

Após a seleção por divisão territorial, serão aplicadas as cotas com reserva de vagas para os grupos afirmativos, conforme o item 7.1, seguindo a classificação do proponente no processo de seleção.

Caso não seja possível dividir o total de prêmios de uma categoria de forma proporcional entre os territórios, a vaga subsequente será escolhida em concordância com a ordem de classificação das propostas.

Caso a divisão de recursos entre os territórios não seja alcançada, devido ao número insuficiente de candidaturas ou de pontuação, os recursos serão remanejados ao proponente do outro território, observada a ordem de classificação.

ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL

Entende-se por análise de mérito cultural a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes das propostas, concorrentes em uma mesma categoria, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste Edital.

As propostas serão avaliadas e pontuadas com base nos critérios a seguir:

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO					
CRITÉRIOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS	PONTUAÇÃO				
	AUSENTE	POUCO	PARCIAL	BOM	MUITO BOM
I – CURRÍCULO ARTÍSTICO- CULTURAL DO PROPONENTE	0	5	10	15	20
Análise do currículo do proponente, verificando o histórico profissional e a trajetória da obra audiovisual realizada.					
II – RELEVÂNCIA ARTÍSTICA DA OBRA AUDIOVISUAL	0	5	10	15	20
Análise do desenvolvimento conceitual e artístico do filme, a originalidade, assim como a estrutura narrativa e a construção de personagens;					
Análise do potencial da obra em relação a programação da RNCP, que tem por objetivo desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;					
Análise da obra a partir da promoção à diversidade e combate a racismo, capacitismo, etarismo, homofobia e a quaisquer formas de preconceito de origem, etnia, gênero cultural, religioso ou formas de discriminação.					
III – PARTICIPAÇÃO E PREMIAÇÃO EM MOSTRAS E FESTIVAIS	0	5	10	15	20
Obras que comprovem a seleção e participação em até 5 (cinco) mostras ou festivais receberão 5 (cinco) pontos, de forma cumulativa;					
Obras que comprovem pelo menos uma premiação em mostras ou festivais receberão 5 (cinco) pontos, de forma cumulativa.					
IV – ACESSIBILIDADE DA OBRA AUDIOVISUAL	0	5	10	15	20
Obra com recursos de acessibilidade comunicacional: legendagem, Legenda para Surdos e Ensurdecidos (LSE), Audiodescrição (AD) e/ou Língua Brasileira de Sinais (Libras).					
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 80					

O cálculo das pontuações será realizado a partir da média das notas atribuídas pelos membros da banca de pareceristas.

As pontuações de análise de mérito cultural terão um limite máximo de 80 (oitenta) pontos por proposta. Para as propostas que atenderem aos critérios das pontuações extras citadas no item 8.1, a pontuação final poderá atingir 100 (cem) pontos.

As propostas que obtiverem pontuação final inferior a 40 (quarenta) pontos estarão automaticamente desclassificadas do processo seletivo deste Edital.

Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação no Critério II. Persistindo o empate, serão observados os critérios na seguinte ordem: Critério I, Critério III e Critério IV.

Perdurando o empate, o critério de desempate será a idade, dando-se preferência ao proponente de idade mais elevada.

A análise das propostas culturais será realizada por comissão de seleção formada por uma banca de pareceristas de responsabilidade da entidade parceira ou contratada.

A comissão de seleção será coordenada por representante da Secretária Extraordinária de Cultura e da Fundação José Augusto ou da entidade parceira ou contratada para execução dos Editais.

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de propostas e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

tenham interesse direto no projeto cultural;

tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

estejam em conflito de interesses judicial e administrativo com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida comissão, abstando-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

Caso o proponente discorde da pontuação recebida na avaliação da proposta, poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, indicando de forma fundamentada as razões para revisão da nota, destinado à Secretária Extraordinária de Cultura e à Fundação José Augusto.

Os recursos da fase de mérito cultural deverão ser apresentados na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, no Complexo Cultural Rampa, na Fundação José Augusto e nos canais oficiais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

Caso alguma categoria de apoio não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos não utilizados serão remanejados para a categoria que recebeu a maior quantidade de propostas, obedecendo a ordem de classificação.

O remanejamento de que trata o item acima buscará atender a propostas com maior pontuação, em ordem decrescente, até se esgotar o número de apoios remanejados.

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste Edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro Edital de Seleção de Projetos da Lei Paulo Gustavo de Fomento a Ações Culturais para o Audiovisual.

ETAPA DE HABILITAÇÃO

Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente da proposta contemplada deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentar os documentos listados no Anexo 01, conforme a sua constituição jurídica.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado à Secretária Extraordinária de Cultura e à Fundação José Augusto.

Os recursos da fase de habilitação deverão ser apresentados na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após essa fase.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Caso o proponente esteja em débito com o município de sua residência ou sede da empresa, com o estado do Rio Grande do Norte e com a União, não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital. Nesse caso, será convocada a próxima proposta cultural de acordo com a ordem de classificação.

Caso os documentos previamente apresentados demonstrem alguma irregularidade, o proponente pode apresentar recurso justificado em conjunto com os novos documentos.

A Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto poderão, sempre que julgarem necessário, diligenciar o proponente para a verificação dos documentos na fase de habilitação, por meio dos contatos cadastrados na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.

ASSINATURA DO RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual (Anexo 10) e o Recibo de Premiação Cultural (Anexo 07) deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O agente cultural terá o prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOERN) e na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br para encaminhar a cópia da obra audiovisual selecionada para a Fundação José Augusto (FJA), segundo padrões do Anexo 02, e a Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), de acordo com o Anexo 09.

O não envio das cópias da obra audiovisual no prazo estabelecido acima não isenta o proponente das sanções civis, penais e administrativas eventualmente cabíveis, bem como da devolução dos recursos financeiros indevidamente recebidos.

Os proponentes premiados que não assinarem o Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual com a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) serão desclassificados.

Após a assinatura do Recibo de Premiação Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada, em desembolso único até o dia 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado, conforme possíveis alterações na lei.

A conta bancária deverá ser de titularidade do proponente, devendo:

o proponente Pessoa Física indicar uma conta bancária de Pessoa Física para o recebimento do recurso; e

o proponente Pessoa Jurídica indicar uma conta bancária de Pessoa Jurídica para o recebimento do recurso.

A conta bancária poderá enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

conta bancária de instituição financeira pública, preferencialmente isenta de tarifas bancárias; e

conta bancária de instituição financeira privada em que não haja a cobrança de tarifas.

Recomenda-se que a conta bancária do proponente seja preferencialmente do Banco do Brasil, para que o recurso seja desembolsado no mesmo dia do depósito.

Caso a conta bancária da proposta seja de outra instituição financeira, seja pública ou privada, será necessário aguardar os prazos de compensação estabelecidos pelo Banco Central.

Após a convocação, o agente cultural deve assinar o Recibo de Premiação Cultural em até 2 (dois) dias, sob pena de perda da premiação e convocação do suplente para assumir sua vaga.

No caso de identificação, a qualquer tempo, de irregularidades na documentação apresentada nas fases de inscrição e habilitação, o repasse de recursos poderá ser suspenso ou cancelado, mediante prévia comunicação ao proponente, estando sujeito às sanções civis, penais e administrativas eventualmente cabíveis, bem como da devolução dos recursos financeiros indevidamente recebidos e aplicados.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações nos canais oficiais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

O presente Edital e os seus anexos estão disponibilizados na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail lpgrnaudiovisual@fja.rn.gov.br e pelo WhatsApp (84) 99673-7806.

Os casos omissos porventura existentes na Lei Paulo Gustavo RN ficarão a cargo da Secretária Extraordinária de Cultura e da Fundação José Augusto ou da entidade parceira ou contratada.

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto de qualquer responsabilidade civil ou penal.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar n.º 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto n.º 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo), no Decreto n.º 11.453/2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa n.º 5/2023 (regras e procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade) e no Decreto Estadual n.º 33.004/2023 (regulamenta a aplicação e a gestão dos recursos da Lei Paulo Gustavo recebidos pelo Estado do Rio Grande do Norte).

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o dia 31 de dezembro de 2023, conforme o Art. 22 da Lei Complementar n.º 195/2022, e suas possíveis alterações.

Este Edital compõem os seguintes anexos:

ANEXO 01 – LISTA DE DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023

Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo

Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

DEFINIÇÕES

Agente cultural: Pessoa Física ou Pessoa Jurídica com atuação no segmento cultural, podendo ser artistas, produtores culturais, gestores culturais, mestres e mestras da cultura popular, curadores, técnicos, assistentes e outros profissionais dedicados à realização de ações culturais.

Proponente: agente cultural que realizará a inscrição e será responsável pelo projeto no Edital.

Representante legal: agente cultural que representa uma entidade ou empresa, sendo indicado no contrato social ou estatuto social, e responsável legalmente pelo projeto no Edital.

Produtor da obra: agente econômico brasileiro detentor do poder dirigente sobre os direitos patrimoniais da obra audiovisual registrada na Ancine, conforme a Instrução Normativa n.º 104/2012.

Trajetória da obra audiovisual: consiste no projeto cultural que o proponente apresentará no ato da inscrição, contendo o nome da obra audiovisual, características da obra, sinopse completa, trajetória do filme, lista de participação e premiação em mostras e festivais, link de visualização da obra finalizada e quais medidas de acessibilidade comunicacional a obra possui.

Curriculo artístico-cultural: principais trabalhos do agente cultural, instituição, empresa, espaço, grupo ou coletivo contendo as suas formações e experiências artísticas e/ou culturais e que comprovem a sua atuação nas áreas, como, por exemplo, fotos, cartazes, materiais de imprensa ou redes sociais, certificados, diplomas, links, entre outros.

Povos e comunidades tradicionais e originários: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (Decreto n.º 6.040/2007), composta nesta seleção pública pelos segmentos: indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades (artista circenses, parquistas e pessoas em situação de rua).

Grupos afirmativos: são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, sendo integrados nas políticas afirmativas dos Editais da Lei Paulo Gustavo RN com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades. São eles: pessoa negra (preto ou pardo), mulher (cis, trans/travesti), indígena, cigano, quilombola, de terreiro de matriz afro-ameríndia, pescador, pessoa em situação de rua, artista circense, parquista, pessoa com deficiência, idosa, pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica, refugiados, apátridas, migrantes, homem transgênero, travesti, pessoa não binária, queer/questionando, intersexo, andrógine, fluido ou outra variabilidade.

OBSERVAÇÕES

No ato da inscrição, o proponente (seja Pessoa Física ou Pessoa Jurídica) deverá preencher seus dados na plataforma e anexar os documentos exigidos para validação da inscrição. Caso seja selecionado, o proponente deverá anexar outros documentos para análise na fase de habilitação.

No currículo artístico-cultural, os agentes culturais deverão comprovar a sua atuação profissional no Estado do Rio Grande do Norte com, no mínimo, 2 (dois) anos de atuação, consecutivos ou não, ou seja, esses 2 (dois) anos podem ter sido contínuos (seguidos sem interrupção) ou podem ter sido acumulados ao longo do tempo.

Para fins de comprovação da titularidade dos direitos da obra audiovisual, será necessário apresentar na fase de inscrição o Certificado de Produto Brasileiro (CPB). Caso o proponente ainda não tenha emitido o CPB, será aceito o requerimento de registro (print da página do Sistema Ancine Digital, cópia do e-mail etc.) da obra audiovisual apenas na etapa de inscrição. Dessa forma, caso o proponente seja selecionado, deverá apresentar a cópia do CPB durante a fase de habilitação para validar o recebimento da premiação. As informações sobre como solicitar a emissão do CPB podem ser obtidas por meio deste link.

No ato da inscrição, o proponente (seja Pessoa Física ou Pessoa Jurídica) deverá comprovar o seu registro no Sistema ANCINE Digital (SAD). No caso de produtora brasileira independente ou distribuidora brasileira independente, o registro na Ancine deve ser classificado como agente econômico brasileiro independente, pertencente ou não a grupos econômicos. As informações sobre como solicitar o registro na Ancine podem ser obtidas por meio deste link.

A inscrição da proposta poderá ser realizada pelo próprio interessado ou por um representante. Caso o CPB não tenha sido emitido em nome do proponente, o representante deverá apresentar uma cópia do documento legal que comprove a titularidade dos direitos de representação/comercialização da obra audiovisual.

No caso de inscrição realizada por um representante, detentor da titularidade dos direitos de representação/comercialização da obra audiovisual, para ter acesso às cotas é necessário que o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra pertença a um dos grupos afirmativos, pois é ele que irá concorrer às cotas, devendo apresentar a autodeclaração no ato da inscrição.

Os documentos comprobatórios de pertencimento baseiam-se nos modelos adotados por indicação das representações dos povos e comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte. Os documentos são determinantes para a validação e habilitação das propostas enviadas para concorrência das cotas e pontuações extras das pessoas indígenas (aldeados, não aldeados ou em contexto urbano), ciganos, quilombolas e povos de terreiro de matriz afro-ameríndia.

A comprovação de residência será dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana, circense, parquistas ou que se encontrem em situação de rua, de acordo com o Art. 19, § 7º do Decreto n.º 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

O laudo médico apresentado pela pessoa com deficiência deverá comprovar a deficiência informada da pessoa e ter sido emitido nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, anteriores à data de inscrição no edital, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

No caso dos agentes culturais refugiados, apátridas ou migrantes no Rio Grande do Norte, a apresentação do CPF ou de documento de identificação oficial emitido no país de origem serão aceitos para fins de identificação do agente cultural nos editais da Lei Paulo Gustavo RN.

Cada documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB.

INSCRIÇÃO DA PESSOA FÍSICA

Cada documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Preenchimento dos dados do proponente na plataforma;

Documento de identificação do proponente (RG e CPF ou CNH);

Trajatória da Obra (Anexo 11);

Documentos específicos da categoria de apoio (Anexo 02);

Currículo artístico-cultural, com comprovações, do proponente (Anexo 03);

Declaração de disponibilidade de cópia da obra em formato e condições exigidas pela RNCP para exibição (Anexo 09).

PARA OS AGENTES CULTURAIS QUE VÃO CONCORRER ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS (COTAS E PONTUAÇÕES EXTRAS)

Documento de autodeclaração para políticas afirmativas do produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra (Anexo 04);

HABILITAÇÃO DA PESSOA FÍSICA

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (aqui) (validade: 180 dias);

Certidão Negativa de Débitos Estaduais (aqui) (validade: 30 dias);

Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do agente cultural) (validade: 30 dias);

Dados bancários do proponente (conta Pessoa Física);

Cópia digitalizada do comprovante de residência atual (datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição) como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras;

Caso o proponente não seja titular das contas de residência, os responsáveis pelo imóvel podem apresentar uma declaração simples em favor do proponente (Anexo 05), juntamente com o comprovante de residência atual.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS NEGROS

Pessoa negra (pretas e pardas): banca de heteroidentificação.

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS PcD

Apresentação do laudo médico para pessoas com deficiência;

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS DAS COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS

Pessoa indígena: declaração comprobatória de pertencimento étnico assinado por no mínimo 2 (duas) lideranças da aldeia;

Pessoa cigana: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do rancho;

Pessoa quilombola: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do território ou comunidade quilombola;

Povos de terreiro de matriz afro-ameríndia: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do terreiro de matriz afro-ameríndia;

Povos de comunidade de pesca artesanal: declaração da colônia de pescadores no qual a pessoa está inserida;

Pessoa nômade: declaração da associação ou do movimento social no qual a pessoa está inserida.

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

Observação: caso o agente cultural não possua declaração comprobatória de pertencimento étnico assinada pelas lideranças, poderá utilizar o Modelo de Declaração Comprobatória de Pertencimento Étnico e de Povos e Comunidades Tradicionais e Originários (Anexo 06).

INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Cada documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Preenchimento dos dados do proponente na plataforma;

Documento de identificação do proponente (RG e CPF ou CNH);

Trajetória da Obra (Anexo 11);

Documentos específicos da categoria de apoio (Anexo 02);

Currículo artístico-cultural, com comprovações, da empresa e/ou do representante legal (Anexo 03);

Declaração de disponibilidade de cópia da obra em formato e condições exigidas pela RNCP para exibição (Anexo 09).

PARA OS AGENTES CULTURAIS QUE VÃO CONCORRER ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS (COTAS E PONTUAÇÕES EXTRAS)

Documento de autodeclaração para políticas afirmativas do produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra (Anexo 04);

HABILITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Cópia dos atos constitutivos e suas últimas alterações, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (exceto MEI);

Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria (exceto MEI);

Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) (aqui) (validade: 180 dias) (exclusivo para MEI);

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (aqui) (validade: 90 dias);

Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS) (aqui) (validade: 30 dias);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (aqui) (validade: 180 dias);

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (aqui) (validade: 180 dias);

Certidão Negativa de Débitos Estaduais (aqui) (validade: 30 dias);

Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do agente cultural) (validade: 30 dias);

Dados bancários da empresa (conta Pessoa Jurídica);

Cópia digitalizada do comprovante da sede da empresa (datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição) como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras;

Caso o representante legal não seja titular das contas comprobatórias de sede da empresa, os responsáveis pelo imóvel podem apresentar uma declaração simples em favor do proponente (Anexo 05), juntamente com o comprovante de residência atual.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS NEGROS

Pessoa negra (pretas e pardas): banca de heteroidentificação.

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS PcD

Apresentação do laudo médico para pessoas com deficiência;

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS DAS COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS

Pessoa indígena: declaração comprobatória de pertencimento étnico assinado por no mínimo 2 (duas) lideranças da aldeia;

Pessoa cigana: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do rancho;

Pessoa quilombola: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do território ou comunidade quilombola;

Povos de terreiro de matriz afro-ameríndia: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do terreiro de matriz afro-ameríndia;

Povos de comunidade de pesca artesanal: declaração da colônia de pescadores no qual a pessoa está inserida;

Pessoa nômade: declaração da associação ou do movimento social no qual a pessoa está inserida.

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

Observação: caso o agente cultural não possua declaração comprobatória de pertencimento étnico assinada pelas lideranças, poderá utilizar o Modelo de Declaração Comprobatória de Pertencimento Étnico e de Povos e Comunidades Tradicionais e Originários (Anexo 06).

INSCRIÇÃO DO GRUPO OU COLETIVO

Cada documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Preenchimento dos dados do proponente na plataforma;

Documento de identificação do proponente (RG e CPF ou CNH);

Trajetória da Obra (Anexo 11);

Documentos específicos da categoria de apoio (Anexo 02);

Currículo artístico-cultural, com comprovações, do grupo ou coletivo (Anexo 03);

Declaração de representação de grupo ou coletivo (Anexo 12);

Declaração de disponibilidade de cópia da obra em formato e condições exigidas pela RNCP para exibição (Anexo 09).

PARA OS AGENTES CULTURAIS QUE VÃO CONCORRER ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS (COTAS E PONTUAÇÕES EXTRAS)

Documento de autodeclaração para políticas afirmativas do produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra (Anexo 04);

HABILITAÇÃO DO GRUPO OU COLETIVO

PARA O REPRESENTANTE PESSOA FÍSICA

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (aqui) (validade: 180 dias);

Certidão Negativa de Débitos Estaduais (aqui) (validade: 30 dias);

Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do agente cultural) (validade: 30 dias);

Dados bancários do proponente (conta Pessoa Física);

Cópia digitalizada do comprovante de residência atual (datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição) como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras;

Caso o proponente não seja titular das contas de residência, os responsáveis pelo imóvel podem apresentar uma declaração simples em favor do proponente (Anexo 05), juntamente com o comprovante de residência atual.

PARA O REPRESENTANTE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) (aqui) (validade: 180 dias);

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (aqui) (validade: 90 dias);

Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS) (aqui) (validade: 30 dias);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (aqui) (validade: 180 dias);
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (aqui) (validade: 180 dias);
Certidão Negativa de Débitos Estaduais (aqui) (validade: 30 dias);
Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do agente cultural) (validade: 30 dias);
Dados bancários do MEI (conta Pessoa Jurídica);
Cópia digitalizada do comprovante da sede da empresa (datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição) como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras;
Caso o representante legal não seja titular das contas comprobatórias de sede da empresa, os responsáveis pelo imóvel podem apresentar uma declaração simples em favor do proponente (Anexo 05), juntamente com o comprovante de residência atual.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS NEGROS

Pessoa negra (pretas e pardas): banca de heteroidentificação.
Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS PcD

Apresentação do laudo médico para pessoas com deficiência;
Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

PROCESSO DE AFERIÇÃO PARA OS AGENTES CULTURAIS DAS COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS

Pessoa indígena: declaração comprobatória de pertencimento étnico assinado por no mínimo 2 (duas) lideranças da aldeia;
Pessoa cigana: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do rancho;
Pessoa quilombola: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do território ou comunidade quilombola;
Povos de terreiro de matriz afro-ameríndia: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do terreiro de matriz afro-ameríndia;
Povos de comunidade de pesca artesanal: declaração da colônia de pescadores no qual a pessoa está inserida;
Pessoa nômade: declaração da associação ou do movimento social no qual a pessoa está inserida.
Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.
Observação: caso o agente cultural não possua declaração comprobatória de pertencimento étnico assinada pelas lideranças, poderá utilizar o Modelo de Declaração Comprobatória de Pertencimento Étnico e de Povos e Comunidades Tradicionais e Originários (Anexo 06).

ANEXO 02 – DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS E DOCUMENTOS ESPECÍFICOS PARA LICENCIAMENTO DE OBRAS AUDIOVISUAIS

Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

DEFINIÇÕES

Licenciamento de obras audiovisuais: apoio à cessão não onerosa do direito de exibição de obra audiovisual, de diferentes gêneros, duração e formatos, sem exclusividade, por um período de 2 (dois) anos aos canais e emissoras que integram a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), bem como as suas respectivas retransmissoras, plataformas de vídeo sob demanda e/ou serviços de streaming.

Curta-metragem: obra audiovisual produzida nos gêneros de ficção, documentário ou animação com duração máxima de 15 (quinze) minutos.

Média-metragem: obra audiovisual produzida nos gêneros de ficção, documentário ou animação com duração superior a 15 (quinze) minutos e inferior a 70 (setenta) minutos.

Longa-metragem: obra audiovisual produzida nos gêneros de ficção, documentário ou animação com duração superior a 70 (setenta) minutos.

Obra seriada: obra audiovisual dividida em episódios ou capítulos, produzida nos gêneros de ficção, documentário ou animação, com no mínimo 6 (seis) episódios ao total, destinada à exibição em canais de TV, convencionais ou por assinatura, além de plataformas de vídeo e streaming.

Certificado de Produto Brasileiro (CPB): o documento emitido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), para obras audiovisuais não publicitárias, que qualifica a obra como brasileira, inclusive para fins de concessão de tratamento nacional perante a legislação brasileira, constituindo certificado de origem, com base na Instrução Normativa n.º 104/2012.

Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP): Sistema de Comunicação Pública Brasileira gerida pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), que tem por objetivo realizar o intercâmbio e difusão de conteúdos artísticos e jornalísticos de emissoras de TV e Rádio de todo país, conforme previsto na Lei n.º 11.652/2008.

Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual: termo de exibição da obra audiovisual a ser assinado pelo proponente selecionado, no qual cede os direitos à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), de forma não onerosa, com direito a 12 (doze) exibições da obra audiovisual por cada emissora afiliada à RNCP, por um período de 2 (dois) anos.

OBSERVAÇÕES

Todos os proponentes deverão enviar na etapa de inscrição a trajetória da obra audiovisual. O documento é composto pelo nome da obra audiovisual, características da obra, sinopse completa, trajetória do filme, lista de participação e premiação em mostras e festivais, link de visualização da obra finalizada e quais medidas de acessibilidade comunicacional a obra possui.
Juntamente com o plano de trabalho, deverão ser enviados na etapa de inscrição documentos específicos de acordo com a categoria de apoio, quais sejam itens essenciais para a execução e análise da proposta. A elaboração, formatação e apresentação destes documentos são de responsabilidade do proponente.
É proibido neste Edital a premiação de obras audiovisuais de natureza publicitária, institucional ou corporativa, inclusive propaganda política obrigatória e programas de tele vendas, infomerciais e concursos; obra jornalística e programas de auditório ancorados por apresentador; obra promocional; obra pornográfica; programa cuja finalidade principal seja o registro ou transmissão de eventos, ainda que editados, como competições esportivas, shows de música, apresentações de ópera, peças teatrais, espetáculos de dança, entre outros; com base nas definições das Instruções Normativas n.º 95/2011, n.º 104/2012 e n.º 105/2012 da Ancine.

Para fins de comprovação da titularidade dos direitos da obra audiovisual, será necessário apresentar na fase de inscrição o Certificado de Produto Brasileiro (CPB). Caso o proponente ainda não tenha emitido o CPB, será aceito o requerimento de registro (print da página do Sistema Ancine Digital, cópia do e-mail etc.) da obra audiovisual apenas na etapa de inscrição. Dessa forma, caso o proponente seja selecionado, deverá apresentar a cópia do CPB durante a fase de habilitação para validar o recebimento da premiação. As informações sobre como solicitar a emissão do CPB podem ser obtidas por meio deste link.
No ato da inscrição, o proponente (seja Pessoa Física ou Pessoa Jurídica) deverá comprovar o seu registro no Sistema ANCINE Digital (SAD). No caso de produtora brasileira independente ou distribuidora brasileira independente, o registro na Ancine deve ser classificado como agente econômico brasileiro independente, pertencente ou não a grupos econômicos. As informações sobre como solicitar o registro na Ancine podem ser obtidas por meio deste link.
Cada documento específico deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB.

MODALIDADE 1: LICENCIAMENTO DE OBRAS AUDIOVISUAIS

1.1 – LICENCIAMENTO DE CURTA-METRAGEM E MÉDIA-METRAGEM					
AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS	VALOR POR PROJETO			
	NE-GROS	INDÍGENAS	MULHERES	POVOS E COM. TRADICIONAIS	
25	10	5	5	5	R\$ 10.160,00
TOTAL DE VAGAS: 50 / VALOR TOTAL: R\$ 508.000,00					

Definição: prêmio para obras audiovisuais produzidas no Estado do Rio Grande do Norte, de curta-metragem ou média-metragem, inéditas ou não, para o licenciamento à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP).

Proponente:

Pessoa Física ou Pessoa Jurídica de natureza e finalidade cultural.

Documentos específicos para inscrição:

Certificado de Produto Brasileiro (CPB) ou o requerimento de registro da obra audiovisual, emitido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine);
Registro no Sistema ANCINE Digital (SAD);
Declaração de disponibilidade de cópia da obra em formato e condições exigidas pela RNCP para exibição (Anexo 09);
Declaração dos direitos patrimoniais e de comercialização da obra audiovisual, caso o CPB não tenha sido emitido em nome do proponente.

Resultados:

Cópia em formato digital da obra finalizada em alta definição (incluindo as cópias com recursos de acessibilidade comunicacional, quando houver) para a RNCP, de acordo com o Anexo 09;
Cópia em formato digital da obra finalizada em alta definição (incluindo as cópias com recursos de acessibilidade comunicacional, quando houver) para a Fundação José Augusto (FJA), nos seguintes padrões de imagem e som: Resolução: Full HD (1920x1080), 2K (2048x1152) ou 4K (4096x2304);
Áudio: Som 5.1 (48 kHz/24 bits) ou Stereo 2.0 (48 kHz/24 bits);
Formato: MOV (Quicktime) ou MP4 (H.264).
O Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual com a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) (Anexo 10) deve ser impresso, assinado e enviado para o endereço indicado no Termo de Licenciamento.

Observações:

A cópia em formato digital da obra finalizada em alta definição (incluindo as versões com recursos de acessibilidade comunicacional, quando houver) poderá ser entregue por meio do link de armazenamento do arquivo (devendo estar disponível para download por 12 (doze) meses) ou entregue em mídia física (Pendrive ou HD Externo) no endereço indicado posteriormente pela Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto;
Caso o CPB não tenha sido emitido em nome do proponente, deverá ser apresentada cópia do documento legal que comprove a titularidade dos direitos de representação/comercialização da obra audiovisual.

1.2 – LICENCIAMENTO DE LONGA-METRAGEM E OBRA SERIADA					
AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS	VALOR POR PROJETO			
	NE-GROS	INDÍGENAS	MULHERES	POVOS E COM. TRADICIONAIS	
3	1	1	1	-	R\$ 30.000,00
TOTAL DE VAGAS: 6 / VALOR TOTAL: R\$ 180.000,00					

Definição: prêmio para obras audiovisuais produzidas no Estado do Rio Grande do Norte, de longa-metragem ou obra seriada, inéditas ou não, para o licenciamento à Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP).

Proponente:

Pessoa Física ou Pessoa Jurídica de natureza e finalidade cultural.

Documentos específicos para inscrição:

Certificado de Produto Brasileiro (CPB) ou o requerimento de registro da obra audiovisual, emitido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine);
Registro no Sistema ANCINE Digital (SAD);
Declaração de disponibilidade de cópia da obra em formato e condições exigidas pela RNCP para exibição (Anexo 09);
Declaração dos direitos patrimoniais e de comercialização da obra audiovisual, caso o CPB não tenha sido emitido em nome do proponente.

Resultados:

Cópia em formato digital da obra finalizada em alta definição (incluindo as cópias com recursos de acessibilidade comunicacional, quando houver) para a RNCP, de acordo com o Anexo 09;
Cópia em formato digital da obra finalizada em alta definição (incluindo as cópias com recursos de acessibilidade comunicacional, quando houver) para a Fundação José Augusto (FJA), nos seguintes padrões de imagem e som: Resolução: Full HD (1920x1080), 2K (2048x1152) ou 4K (4096x2304);
Áudio: Som 5.1 (48 kHz/24 bits) ou Stereo 2.0 (48 kHz/24 bits);
Formato: MOV (Quicktime) ou MP4 (H.264).
O Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual com a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) (Anexo 10) deve ser impresso, assinado e enviado para o endereço indicado no Termo de Licenciamento.

Observações:

A cópia em formato digital da obra finalizada em alta definição (incluindo as versões com recursos de acessibilidade comunicacional, quando houver) poderá ser entregue por meio do link de armazenamento do arquivo (devendo estar disponível para download por 12 (doze) meses) ou entregue em mídia física (Pendrive ou HD Externo) no endereço indicado posteriormente pela Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto;
Caso o CPB não tenha sido emitido em nome do proponente, deverá ser apresentada cópia do documento legal que comprove a titularidade dos direitos de representação/comercialização da obra audiovisual.

ANEXO 03 – MODELO DE CURRÍCULO ARTÍSTICO-CULTURAL
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 03 – MODELO DE CURRÍCULO ARTÍSTICO-CULTURAL
O proponente Pessoa Jurídica pode optar por anexar o currículo artístico-cultural da empresa e/ou do representante legal;
O currículo artístico-cultural deverá ser enviado com os respectivos comprovantes de trabalhos e experiências citadas, em um único arquivo, em formato PDF de até 10MB.
Obra Audiovisual: [INSERIR O NOME DA OBRA AUDIOVISUAL]
Proponente: [NOME COMPLETO DO PROPONENTE]
CPF ou CNPJ: [INSERIR N.º DO CPF OU CNPJ DO PROPONENTE]
Agente Cultural: [INSERIR NOME DO AGENTE CULTURAL]
Cargo ou Função: [INSERIR CARGO OU FUNÇÃO NA OBRA AUDIOVISUAL]

1. Apresentação do agente cultural: (máximo de 20 linhas)
Cite os principais trabalhos do agente cultural, instituição, empresa, espaço, grupo ou coletivo, contendo as suas formações e experiências artísticas e/ou culturais.
2. Importância social e cultural: (máximo de 20 linhas)
Descreva o histórico de atuação e contribuição do agente cultural para a cultura do Rio Grande do Norte.
3. Documentação obrigatória:
Junte documentos que comprovem a sua atuação cultural, tais como fotos, cartazes, materiais de imprensa ou redes sociais, certificados, diplomas, links, entre outros.

[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura
Nome: [NOME COMPLETO]

ANEXO 04 – AUTODECLARAÇÃO PARA POLÍTICAS AFIRMATIVAS
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 04 – AUTODECLARAÇÃO PARA POLÍTICAS AFIRMATIVAS
O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

(Para os agentes culturais concorrentes às cotas e pontuações extras)

Eu, [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], DECLARO, para fins de participação no projeto cultural [INSERIR NOME DO PROJETO INSCRITO] e no Edital [NOME E NÚMERO DO EDITAL], que sou pessoa [SE É NEGRA, MULHER CISCÊNERO, MULHER TRANSGÊNERO, INDÍGENA, CIGANA, QUILOMBOLA, DE TERREIRO DE MATRIZ AFRO-AMERÍNDIA, PESCADORA, CIRCENSE, PARQUISTA, EM SITUAÇÃO DE RUA, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, COM DEFICIÊNCIA, IDOSA, REFUGIADA, APÁTRIDA, MIGRANTE, HOMEM TRANSGÊNERO, TRAVESTI, NÃO BINÁRIA, QUEER/QUESTIONANDO, INTERSEXO, ANDRÓGINE, FLUIDO OU OUTRA VARIABILIDADE - INDICAR QUAL].

Estou ciente de que, se for comprovada falsidade desta declaração, estarei sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, bem como a classificação será tornada sem efeito, o que implicará em cancelamento da opção para as cotas ou pontuações extras direcionadas às políticas afirmativas.
Esta declaração tem validade apenas para o processo seletivo acima indicado.
[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura
Nome: [NOME COMPLETO]

ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA ATUAL POR TERCEIROS
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA ATUAL
POR TERCEIROS

O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB
Esta declaração deve ser apresentada junto com o comprovante de residência, datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição, no nome do declarante.
Eu, [NOME COMPLETO DO DECLARANTE], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], residente e domiciliado no endereço [INSERIR ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO], [ESTADO], DECLARO, para os devidos fins de comprovação de residência, que [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], é residente e domiciliado no endereço [INSERIR ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO], [ESTADO], desde [DATA DE INÍCIO DA RESIDÊNCIA].
Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar em sanções civis e penais eventualmente cabíveis, assim como o proponente pode sofrer eliminação caso o seu projeto cultural seja selecionado ou devolver o apoio financeiro ou premiação caso tenha recebido.
[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura do Declarante
Nome: [NOME COMPLETO]

ANEXO 06 – MODELO DE DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERTENCIMENTO ÉTNICO E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

DEFINIÇÃO

Povos e comunidades tradicionais e originários: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (Decreto n.º 6.040/2007), composta nesta seleção pública pelos segmentos: indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades.

OBSERVAÇÕES

Os documentos comprobatórios de pertencimento baseiam-se nos modelos adotados por indicação das representações dos povos e comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte.
Os diálogos entre a Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Articulação dos Povos Indígenas do RN (Apirn) e com o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conseppir) estabeleceram como processo de aferição dos grupos afirmativos a autodeclaração (na etapa de inscrição) e a declaração comprobatória de pertencimento étnico e de povos e comunidade tradicional (na etapa de habilitação).
Os documentos são determinantes para a validação e habilitação das propostas enviadas para concorrência das cotas e pontuações extras das pessoas indígenas (aldeados, não aldeados ou em contexto urbano), ciganos, quilombolas e povos de terreiro de matriz afro-ameríndia.
Para os agentes culturais pertencentes aos povos de comunidade de pesca artesanal será exigido como documento comprobatório a declaração da colônia de pescadores no qual a pessoa está inserida.
Para mais informações sobre as políticas afirmativas (cotas e pontuações extras), consultar as regras do Edital.

ANEXO 06 – DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERTENCIMENTO ÉTNICO E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS
O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Nós lideranças da [NOME DA COMUNIDADE, POVO, ALDEIA, RANCHO, TERREIRO OU COLÔNIA], localizada no [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO] e [ESTADO] DECLARAMOS que [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], residente e domiciliado no endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO], [ESTADO], é uma pessoa [INSERIR GRUPO, SE É INDÍGENA, CIGANO, QUILOMBOLA OU DE TERREIRO] pertencente nesta comunidade e mantendo laços familiares, econômicos, sociais e/ou culturais com a referida comunidade.
Estamos cientes de que, se as informações prestadas forem falsas, estamos sujeitos às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, assim como o proponente pode sofrer eliminação caso o seu projeto cultural seja selecionado ou devolver o apoio financeiro ou premiação caso tenha recebido.
Esta declaração é reconhecida e assinada por duas lideranças do povo e comunidade [NOME DA COMUNIDADE, POVO, ALDEIA, RANCHO OU TERREIRO], por ser verdade, assinamos.
[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].
Assinatura da Liderança 1
Nome: [NOME COMPLETO]
RG: [N.º DO RG] e CPF: [N.º DO CPF]
Assinatura da Liderança 2
Nome: [NOME COMPLETO]
RG: [N.º DO RG] e CPF: [N.º DO CPF]

ANEXO 07 – RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 07 – RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL
O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Nome da obra: [INSERIR O NOME DA OBRA AUDIOVISUAL]
Certificado de Produto Brasileiro (CPB): [INSERIR N.º DO CPB]
Inscrição na modalidade: [INSERIR O NOME DA MODALIDADE]
Inscrição na categoria: [INSERIR O NOME DA CATEGORIA]
Nome: [NOME COMPLETO DO PROPONENTE]
CPF ou CNPJ: : [INDICAR N.º DO CPF OU CNPJ DO PROPONENTE]
Dados bancários (a conta bancária deverá ser de titularidade do proponente).
Banco: [NOME DO BANCO]
Agência: [INDICAR AGÊNCIA]
Conta Corrente: [INDICAR CONTA]
DECLARO que recebi a quantia de R\$ [INDICAR VALOR EM NÚMEROS (INDICAR VALOR POR EXTENSO)] reais), na presente data, relativa ao Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo n.º 04/2023.
[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].
Assinatura
Nome: [NOME COMPLETO]

ANEXO 08 – LISTA DE MUNICÍPIOS QUE RECEBERÃO PONTUAÇÃO EXTRA
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 08 – LISTA DE MUNICÍPIOS QUE RECEBERÃO
PONTUAÇÃO EXTRA

Como forma de proporcionar uma melhor descentralização territorial dos recursos da Lei Paulo Gustavo, os proponentes residentes ou empresas com sede nos municípios que não aprovaram projetos na Lei Aldir Blanc RN e/ou municípios que receberam até R\$ 65 mil da Lei Paulo Gustavo ganharão pontuação extra na etapa de avaliação do projeto, de acordo com as regras do Edital.

Água Nova
Almino Afonso
Antônio Martins
Baraúna
Barcelona
Bento Fernandes
Bodó
Caiçara do Norte
Caiçara do Rio do Vento
Coronel Ezequiel
Doutor Severiano
Encanto
Espírito Santo
Felipe Guerra
Fernando Pedroza
Francisco Dantas

Frutuoso Gomes
Galinhos
Ipueira
Itaú
Jaçanã
Jandaira
Jardim de Angicos
Jardim de Piranhas
João Dias
José da Penha
Jundiá
Lagoa de Pedras
Lagoa de Velhos
Lajes Pintadas
Lucrécia
Major Sales
Messias Targino
Monte das Gameleiras
Olho-d’Água do Borges
Ouro Branco
Paraná
Paraú
Passagem
Pedra Grande
Pedra Preta
Pedro Avelino
Pilões
Porto do Mangue
Rafael Godeiro
Riacho da Cruz
Riacho de Santana
Rodolfo Fernandes
Ruy Barbosa
Santana do Seridó
São Bento do Norte
São Bento do Trairi
São Fernando
São Francisco do Oeste
São José do Seridó
São Pedro
Senador Georgino Avelino
Serrinha
Serrinha dos Pintos
Severiano Melo
Taboleiro Grande
Tenente Ananias
Tibau
Timbaúba dos Batistas
Triunfo Potiguar
Upanema
Várzea
Venha-Ver
Viçosa
Vila Flor

ANEXO 09 – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DA OBRA AUDIOVISUAL
EM FORMATO TÉCNICO PARA EXIBIÇÃO
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 09 – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DA OBRA AUDIOVISUAL
EM FORMATO TÉCNICO PARA EXIBIÇÃO
O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Eu, [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], inscrito no Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo n.º 04/2023, com a obra audiovisual de título [INSERIR O NOME DA OBRA AUDIOVISUAL], a ser celebrado por meio do Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual, me comprometo, através da assinatura da presente declaração junto à Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto (FJA), entregar uma cópia da obra audiovisual em formato técnico para exibição exigido pela Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP).

Estou ciente de que devo respeitar os padrões de controle de qualidade técnica para entrega da obra que será veiculada na Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). Os parâmetros abaixo foram definidos para a estrutura de arquivamento, edição e distribuição de conteúdos da Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), gestora da RNCP, desenvolvido pela equipe de engenharia e está amparado pelas normas vigentes no país.

FORMATO DE ENTREGA
Codec e resolução: XDCAM HD422 (1920x1080i non-square pixel)
Taxa de quadros: 29,97 fps / 59,94i;
Tipo de varredura: Entrelaçado; Ordem de varredura: Upper field first;
Time code: Dropframe – sem quebra de contagem;
Relação de aspecto: 16:9
Taxa de bits: 50Mbps
Encapsulamento: MXF ou MOV;
Closed caption: Padrão EIA-708, se possível enviar arquivo SRT separadamente;
Áudio: Codificação de áudio: 24 bits @ 48kHz (24 bits de quantização e 48kHz de amostragem por canal de áudio). Nível de referência de áudio: -20dBFS (dB relativo ao fundo de escala digital). Nível limite de áudio: -10dBFS (dB relativo ao fundo de escala digital). Mixagem: Estéreo. Canais 1 e 2 - Áudio em Portugûes Stereo; Canais 3 e 4 - Audiodescrição.
Também estou ciente de que a Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC) como gestora da RNCP realizará o recebimento, o armazenamento e a distribuição das obras audiovisuais selecionadas para todas as emissoras afiliadas que receberão login e senha para acesso ao sistema. Os proponentes terão 30 (trinta) dias após a publicação do

resultado final no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOERN) e na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br para encaminhar a cópia da obra audiovisual selecionada.

ENDEREÇO DE ENTREGA
A obra audiovisual deverá ser entregue nas seguintes opções de endereço:

MÍDIA FÍSICA
EBC - Gerência de Prospecção de Conteúdos, Parcerias e Coproduções
Rua da Relação, 18 - Centro - 5º andar
Rio de Janeiro (RJ)
CEP: 20231-110

LINK DIGITAL
Solicitar à EBC o acesso ao sistema de upload através do email parcerias.rncp@ebc.com.br.

CONDIÇÕES DE ENTREGA
A Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC) irá examinar e testar as cópias disponibilizadas em até 7 (sete) dias úteis contados da entrega das mesmas no local indicado. Caso verifique que qualquer cópia disponibilizada apresente defeito ou não atenda aos termos da requisição, cumprirá ao proponente substituí-la em até 3 (três) dias úteis, respeitado o prazo limite de 60 (sessenta) após a publicação do resultado da seleção no Diário Oficial. Os custos de retirada de cópia defeituosa e envio da nova cópia correrão por conta do proponente. Se a cópia atender satisfatoriamente aos padrões exigidos pela Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), será emitido o ateste de recebimento a contento via correspondência eletrônica. [LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura Nome: [NOME COMPLETO]

COMUNICAÇÃO PÚBLICA (RNCP)
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo
Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 10 – TERMO DE LICENCIAMENTO DA OBRA AUDIOVISUAL COM A REDE NACIONAL DE
COMUNICAÇÃO PÚBLICA (RNCP)
O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

O presente Termo de Licença Não-Onerosa de Direitos de Exibição para a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) e emissoras afiliadas é realizado de forma unilateral pelo:

Proponente: [NOME COMPLETO DO PROPONENTE]
CPF ou CNPJ: [INSERIR N.º DO CPF OU CNPJ DO PROPONENTE]
Endereço completo: [INSERIR ENDEREÇO COMPLETO COM NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, ESTADO E CEP]
E-mail: [INSERIR E-MAIL PARA CONTATO]
Telefone: [INSERIR TELEFONE PARA CONTATO]

Representante Legal: [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE]
CPF: [INSERIR N.º DO CPF DO REPRESENTANTE]

doravante denominada LICENCIANTE para a:

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. (EBC), empresa pública federal, criada pelo Decreto n.º 6.246/2007, nos termos da Lei n.º 11.652/2008, com Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União (DOU) n.º 231, Seção 1, páginas 67 a 72, em 03 de dezembro de 2020, atualizado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de 2/2/2021 e de 29/4/2021, publicados no Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, páginas 19-20, em 01 de março de 2021 e página 16, em 27 de maio de 2021, respectivamente, de acordo com a Lei Decreto n.º 11.401/2023 13.303/2016, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, nos termos do Decreto n.º 11.401/2023, publicado na Edição Extra do DOU, Seção 1, página 1, em 23/01/2023, com Sede no Setor Comercial Sul, Quadra 08, Lote s/n, loja 1, 1º subsolo, Bloco B-50, Ed. Venâncio 2000, na Asa Sul, em Brasília/DF, CEP 70.333-900, inscrita no CNPJ/MF n.º 09.168.704/0001-42, na qualidade de gestora da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) e representando todas as suas emissoras afiliadas, doravante denominadas simplesmente LICENCIADAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a licença não-onerosa, em relação à RNCP, pela LICENCIANTE às LICENCIADAS dos direitos de exibição para a Rede Nacional de Comunicação (RNCP) e suas emissoras afiliadas da obra audiovisual abaixo especificada, sem exclusividade, para veiculação nos seguintes segmentos de exibição audiovisual e respectivos territórios:
TV ABERTA (RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS): Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP/TV) e emissoras afiliadas, incluindo exibição ao vivo por streaming por meio da WebTV ou plataforma na rede mundial de computadores de propriedade das LICENCIADAS. TERRITÓRIO: Mundo. As LICENCIADAS terão o direito a 12 (doze) exibições da obra audiovisual por cada emissora afiliada à RNCP, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do Termo.
OTT/FVOD (VÍDEO SOB DEMANDA): aplicativo na rede mundial de computadores de propriedade ou explorado pelas LICENCIADAS de disponibilização gratuita de vídeo sob demanda. TERRITÓRIO: Mundo. As LICENCIADAS terão o direito a disponibilizar a obra audiovisual pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do Termo.
A obra audiovisual, objeto do presente Termo possui as seguintes especificações:
Título: [TÍTULO DA OBRA AUDIOVISUAL SELECIONADA]
Certificado de Produto Brasileiro (CPB): [INSERIR N.º DO CPB]
Formato: [SE É CURTA, MÉDIA, LONGA OU OBRA SERIADA]
Número de Episódios/Duração: [EPISÓDIOS/DURAÇÃO DO EPISÓDIO OU DURAÇÃO TOTAL DA OBRA ÚNICA]
Gênero/Tipo: [SE É DOCUMENTÁRIO, FICÇÃO OU ANIMAÇÃO]
Classificação Indicativa: [CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL, INCLUINDO OS DESCRITORES DE CONTEÚDO DA OBRA]
Ano de produção: [ANO]
Direção: [NOME DA PESSOA DIRETORA]
Estado de origem: [ESTADO]
Sinopse: [SINOPSE CURTA DA OBRA]
As LICENCIADAS poderão ainda, dentro do prazo do presente Termo, utilizar trechos da obra audiovisual para ilustrar sua programação, bem como em chamadas e/ou trailers, em todos os seus veículos, incluindo, sendo tais utilizações não contabilizadas como veiculação, desde que tal utilização parcial não distorça ou denigre o conteúdo original da obra licenciada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICENCIANTE

A LICENCIANTE deverá imprimir, assinar e enviar o presente Termo para o endereço indicado neste documento. A LICENCIANTE obriga-se a entregar as LICENCIADAS 1 (uma) matriz da obra audiovisual, conforme as normas de padrões técnicos disponíveis no Anexo 9 (Declaração de Disponibilidade da Obra Audiovisual em Formato Técnico para Exibição) do Edital em até 30 (trinta) dias após assinatura do presente Termo. A LICENCIANTE obriga-se a providenciar, no prazo determinado pelas LICENCIADAS, a substituição da matriz e a realizar os devidos reparos dos defeitos que impeçam ou prejudiquem a veiculação da obra audiovisual. A LICENCIANTE responsabilizar-se-á por todos os custos e formalidades de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e qualquer outra relativa à obrigações assumidas no Edital e no presente Termo. A LICENCIANTE responsabiliza-se por fornecer planilha musical, com os elementos musicais da obra audiovisual, contendo detalhamento do uso das mesmas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS LICENCIADAS

Comunicar à LICENCIANTE e a RNCP, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do presente Termo, para que seja sanado o problema. Notificar à LICENCIANTE da verificação de qualquer defeito que a mídia ou arquivo entregue tenha apresentado, para a sua imediata substituição. Aprovar a matriz da obra audiovisual a ser entregue pela LICENCIANTE, em conformidade com o Edital. As LICENCIADAS serão responsáveis de forma individual responsáveis pelos custos e regularização dos direitos para transmissão junto aos órgãos de arrecadação competentes.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS AUTORAIS

A LICENCIANTE declara ser a legítima titular dos direitos patrimoniais e/ou detentora do correspondente direito de comercialização sobre a obra audiovisual e, ainda, ser detentora de todas as autorizações necessárias e cabíveis, bem como de direitos conexos concernentes a todos os participantes da obra audiovisual. A LICENCIANTE, enquanto titular dos direitos autorais e/ou detentora do correspondente direito de comercialização da obra audiovisual licenciada, responde por sua titularidade e direitos do autor, bem como por questões referentes a direitos conexos. A LICENCIANTE obriga-se a repassar, a quem de direito, eventual participação referente às cotas patrimoniais da obra audiovisual, ficando certa a ausência de responsabilidade das LICENCIADAS.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor pelo licenciamento da obra audiovisual é proveniente do Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo n.º 04/2023, não tendo a EBC ou as LICENCIADAS qualquer responsabilidade financeira em relação à LICENCIANTE, sendo, portanto, uma licença não-onerosa em relação à RNCP.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, DA RESCISÃO E DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

O Termo vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado. O Termo não poderá ser rescindido e sua rescisão judicialmente acarretará para a LICENCIANTE as consequências previstas no Edital, sem prejuízo das demais sanções e multas previstas nas Leis aplicáveis. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, ficando certo que a LICENCIANTE terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da notificação, para exercer o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nas hipóteses de descumprimento das condições previstas nesse termo a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a reparar danos conexos causados em razão da inobservância das cláusulas previstas. A licença dos direitos de exibição, objeto deste Termo, não estabelece entre a LICENCIANTE e as LICENCIADAS qualquer tipo de sociedade, associação, agência, consórcio, mandato de representação ou responsabilidade solidária. A permanente fiscalização não exime a LICENCIANTE de sua exclusiva participação por quaisquer erros que, eventualmente, possam ser cometidos por ela, nem pelas consequências deles advindas. A LICENCIANTE reconhece que sob nenhuma hipótese as LICENCIADAS serão responsabilizadas, ainda que solidariamente, por qualquer pagamento, pleito de indenização ou quaisquer outros encargos que possam ser exigidos em decorrência de toda e qualquer obrigação assumida pela LICENCIANTE. Ficam vedadas quaisquer outras formas de utilização da obra audiovisual não previstas neste termo. A LICENCIANTE está ciente de que a transmissão da programação das LICENCIADAS nos pacotes de TV por assinatura é obrigatória, em razão da lei que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado (Lei n.º 12.485/2011). A LICENCIANTE declara que concorda, integralmente, com os termos e condições previstos no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Natal (RN) para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo, com a renúncia expressa das partes por qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estando de acordo assina o presente Termo de Cessão Não-Onerosa de Direitos de Exibição para a Rede Nacional de Comunicação e emissoras afiliadas. [LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO]. [NOME OU RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE] LICENCIANTE

Assinatura CPF: [INSERIR N.º DO CPF DO REPRESENTANTE] NOME: [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE]
--

ANEXO 11 – TRAJETÓRIA DA OBRA AUDIOVISUAL
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 11 – TRAJETÓRIA DA OBRA AUDIOVISUAL
Cada documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da LPG n.º 04/2023

Modalidade de Apoio: [INSERIR A MODALIDADE DE APOIO DO EDITAL]
Categoria de Apoio: [INSERIR A CATEGORIA DE APOIO DO EDITAL]

Proponente: [NOME COMPLETO DO PROPONENTE]
CPF ou CNPJ: [INSERIR N.º DO CPF OU CNPJ DO PROPONENTE]
Cargo ou Função: [INSERIR CARGO OU FUNÇÃO NO PROJETO]
E-mail: [INSERIR E-MAIL PARA CONTATO]
Telefone: [INSERIR TELEFONE PARA CONTATO]

1. Nome da obra audiovisual: Informe o valor total e o nome da obra audiovisual.

2. Características da obra audiovisual: (máximo de 10 linhas) Informe se a obra audiovisual é de curta-metragem, média-metragem, longa-metragem ou obra seriada. Indicando também o gênero (ficção, documentário ou animação), ano, número de episódios, minutagem e a classificação indicativa (incluindo os descritores de conteúdo da obra, de acordo com o Guia Prático de Classificação Indicativa).
3. Sinopse completa: (máximo de 10 linhas) Apresente a narrativa de forma literal e resumida, assim como as personagens principais e tramas centrais. Indicando também as temáticas e o público-alvo da obra.
4. Trajetória do filme: (máximo de 20 linhas) Apresente uma breve descrição da trajetória da obra audiovisual, incluindo informações sobre a equipe, o impacto no cenário local, regional e/ou nacional, financiamento, estreia, número de espectadores, circulação, licenciamento, comercialização etc.
5. Lista de participação e premiação em mostras e festivais: Apresente uma lista de participação e premiação em mostras e festivais incluindo o material comprobatório (certificados, catálogo de festivais, materiais de imprensa ou redes sociais, entre outros).
6. Link de visualização da obra finalizada: Inserir o link de visualização da obra finalizada (incluindo as cópias com recursos de acessibilidade comunicacional, quando houver).
7. Medidas de acessibilidade: (máximo de 10 linhas) Informe se a obra possui (e quais) medidas de acessibilidade comunicacional.

[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura Nome: [NOME COMPLETO]

ANEXO 12 – DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

ANEXO 12 – DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10MB

Esta declaração deve ser preenchida somente pelos integrantes de grupo ou coletivo representado por Pessoa Física ou por Microempreendedor Individual (MEI).

Grupo artístico: [INSERIR NOME DO GRUPO OU COLETIVO].
Nome do representante integrante do grupo ou coletivo: [INSERIR NOME DO AGENTE CULTURAL OU RAZÃO SOCIAL].
CPF ou CNPJ: [INSERIR N.º DO CPF OU CNPJ DO REPRESENTANTE].

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [INSERIR NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem [INSERIR NOME DO AGENTE CULTURAL OU REPRESENTANTE LEGAL DO MEI] como único representante no Edital [NOME E NÚMERO DO EDITAL], outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do Edital, inclusive assinatura do Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido Edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	RG E CPF	ASSINATURA

[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

ANEXO 13 – TERMO DE REFERÊNCIA

Edital de Chamamento Público de Fluxo Ordinário nº 04/2023
Edital de Prêmio para Licenciamento de Obras Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte

I - DO OBJETO

O objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA é o desenvolvimento de um processo de CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO com fundamento nos art. 9º e 11, II, do Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, visando promover o licenciamento de obras audiovisuais, por meio do apoio à cessão não onerosa do direito de exibição de obra audiovisual, de diferentes gêneros, duração e formatos, sem exclusividade, por um período de 2 (dois) anos aos canais e emissoras que integram a rede nacional de comunicação pública (RNCP), bem como as suas respectivas retransmissoras, plataformas de vídeo sob demanda (VOD) e/ou serviços de streaming, buscando uma reestruturação da economia criativa da linguagem audiovisual e a reativação deste setor importante e emergente da cultura do Rio Grande do Norte, incentivando a criação de novas iniciativas e, por conseguinte, possibilitar a movimentação da cadeia produtiva dos segmentos, gerando renda e trabalho, mediante o pagamento de premiação aos vencedores do pleito, oriundo da descentralização oportunizada pela Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) c/c o Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023 e o art. 3º, I, do Decreto Estadual nº 33.004, de 28 de setembro de 2023, e indexada ao orçamento geral da Fundação José Augusto Destaca-se que o referido Chamamento Público de Fluxo Ordinário será custeado com recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo (LPG) e tem como objetivo ações emergenciais destinadas ao setor cultural em decorrência da pandemia do COVID-19.

II - DA JUSTIFICATIVA

1 – DO CONTEXTO QUE FIGURA COMO PANO DE FUNDO PARA A DEFLAGRAÇÃO DO CERTAME:
É público e notório que aos 30 dias do mês de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus, constituía-se como uma Emergência de Saúde Pública de importância global (o mais alto nível de alerta da Organização), e que na data de 11 de março de 2020, a Organização declarou pandemia mundial do novo coronavírus. A emergência pandêmica acarretou perdas sentidas por todos os brasileiros, visto os mais de 700.000 (setecentos mil) óbitos contabilizados pelo Ministério da Saúde (dados de agosto de 2023), números que posicionam o Brasil como 18º no ranking de mortes por milhão de habitantes, de acordo com o instituto Our World In Data. Mais de 9.000 (nove mil) potiguares estão incluídos nestes números, o que acarretou uma taxa de mortalidade de 9,44 por 100 mil habitantes, posicionando o Rio Grande do Norte como o Estado da Federação com a maior taxa de mortalidade, apesar dos esforços empregados na mitigação do vírus expostos nos 51 (cinquenta e um) decretos normativos

promulgados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte com o intuito de combater a emergência pandêmica, iniciados aos 13 de março de 2020 e tendo a sua última promulgação aos 14 de março de 2022.

O quadro de emergência pandêmica ganhou um novo horizonte em 17 de janeiro de 2021, data que marca o início da campanha de vacinação contra a covid-19 no Brasil. Dados do vacinômetro do Ministério da Saúde, mostram a aplicação de mais de 516.000.000 (quinhentos e dezesseis milhões) de doses aplicadas no desenrolar de uma campanha que ainda se encontra em franca operação, apesar do fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à Covid-19 decretada pela Organização Mundial da Saúde em 5 de maio de 2023.

2 – DO CENÁRIO DO SEGMENTO CULTURAL:

Segundo o IBGE, o PIB brasileiro sofreu uma retração de -3,3% em 2020, sendo o grupo de Outras Atividades de Serviços o segundo mais impactado, com uma retração de -9,3%, perdendo apenas para o grupo de Transporte, Armazenagem e Correios, que registrou uma retração de -12,7%. Já a participação de bens e serviços no consumo final das famílias, observa-se que, em 2020, os serviços apresentaram retração de -10,2% comparado a 2019. Ainda é cedo para um diagnóstico apurado sobre o impacto da emergência pandêmica no setor cultural, mas é público e notório que este segmento foi o primeiro a encerrar suas atividades nas vigências dos lockdowns instituídos por decretos estaduais e municipais entre os anos de 2020 e 2021.

Aos 14 de junho de 2020 foi promulgada a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, popularmente batizada de “Lei Aldir Blanc”, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas por Estados e Municípios na vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Com caráter emergencial, a referida Lei determinou a descentralização de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) aos Estados, DF e Municípios para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, inclusive custeio de renda emergencial mensal para os trabalhadores da cultura, subsídio financeiro para a manutenção de espaços e empresas culturais e fomento à atividades culturais com transmissão pela internet. Em pesquisa nacional que contou com 2.256 (dois mil duzentos e cinquenta e seis) gestores(as) de cultura e trabalhadores(as) da cultura de todas as regiões brasileiras, realizada pelo Observatório da Economia Criativa e publicada em julho de 2022, foram identificados 3 (três) principais benefícios proporcionados à sociedade pelos projetos contemplados, sendo estes: geração de renda/ocupação para profissionais da cultura (apontado por 62,9% dos entrevistados); criação de novos produtos artísticos (41,1% dos entrevistados); e acesso a novas experiências culturais (38,7% dos entrevistados). Na mesma pesquisa também foi questionado o impacto da pandemia no setor cultural, onde foi aferido que metade (50%) dos respondentes acreditam que as consequências da pandemia continuarão a afetar sua atuação profissional pelo ano de 2023, além do que, sem novos auxílios financeiros, a permanência no setor cultural se mostrará improvável ou impossível para 54% dos entrevistados.

3 – DA LEI PAULO GUSTAVO:

A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar 195 de 8 de julho de 2022), tem seu nascedouro no segundo ano de emergência pandêmica (2022), ainda em caráter emergencial, quando a operacionalização da Lei Aldir Blanc demonstra seus resultados positivos. Com recursos superiores à Lei Aldir Blanc - R\$ 3.862.000.000,00 (três bilhões e oitocentos e sessenta e dois milhões de reais) - provenientes do Fundo Setorial do Audiovisual (R\$ 2.797.000.000,00, referentes a 70% do montante) e do Fundo Nacional de Cultura (R\$ 1.065.000.000,00, referentes a 30%), a Lei Paulo Gustavo adota a mesma estratégia de descentralização realizada anteriormente na Lei Aldir Blanc, visando a aplicação em ações emergenciais que busquem combater e mitigar os efeitos sociais e econômicos da emergência pandêmica sobre o setor cultural, mas traz consigo melhorias e inovações não só em seu corpo, mas também nos decretos regulatórios que a sustentam, sendo estes o Decreto de Fomento nº 11.453, de 23 de março de 2023; o Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023 e o Decreto Estadual Nº 33.004, de 28 de setembro de 2023.

Diante do disposto acima, a Lei Paulo Gustavo traz consigo a experiência exitosa que foi a descentralização de recursos para a Cultura proposta pela Lei Aldir Blanc, terceirizando aos entes subnacionais a responsabilidade pelo fomento cultural, viabilizando o suporte às expressões culturais de cada localidade e facilitando o acesso de mestres e artistas vulnerabilizados que não acessam financiamento de forma rotineira. Ademais, após a emergência sanitária atravessada, esta descentralização representa a reativação da cadeia cultural potiguar, possibilitando a retomada de empreendimentos culturais que foram descontinuados, o surgimento de novos projetos e o acesso da população à estas atividades, conferindo, desta forma, o interesse público da Secretaria Extraordinária de Cultura (SECULT) e Fundação José Augusto (FJA) promoverem tais políticas.

Enumerando os aprimoramentos e inovações propostas pela Lei Paulo Gustavo:

Art. 4º, Lei Complementar Federal nº 195/2022 - Ao aderir à operacionalização da Lei Paulo Gustavo, os entes federativos deverão se comprometer a fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC), assinando um termo de adesão em que se comprometem a instituir, caso ainda não tenham instituído, o Plano de Cultura com caráter plurianual, Fundo de Cultura e Conselho de Cultura de sua localidade nos termos do Artigo 216-A da Constituição Federal. O Termo de Adesão foi devidamente assinado pelo ente na Plataforma Transferegov, (incorporação por excesso da Lei Paulo Gustavo, referente ao processo 03610010.003367/2023-06) garantindo a implementação dos dispositivos requeridos pelo artigo.

Art. 4º § 2º, Lei Complementar Federal nº 195/2022 - Os entes federativos deverão promover discussão e consulta com a sua comunidade cultural e demais atores da sociedade civil sobre parâmetros de regulamentos, editais, chamamentos públicos, prêmios ou quaisquer outras formas públicas de seleção pública relativos ao recurso de que trata a referida Lei, cujos resultados deverão ser observados na elaboração dos instrumentos de seleção.

- Complementado pelo § 1º do Artigo 13º do Decreto 11.453/2023, que rege “Na etapa de preparação e prospecção, a elaboração da minuta de edital será realizada a partir de diálogo da administração pública com a comunidade, os Conselhos de Cultura e demais atores da sociedade civil, mediante reuniões técnicas com potenciais interessados em participar do chamamento público, sessões públicas presenciais, consultas públicas ou outras estratégias de participação social, desde que observados procedimentos que promovam transparência e assegurem a impessoalidade”.

Artigo 4º § 3º, Lei Complementar 195/2022 - Os entes federativos deverão regulamentar a criação de cadastro do qual constem todos os beneficiários contemplados com recursos oriundos desta Lei Complementar e da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a partir de suas respectivas administrações.

- complementado pelo inciso XVI do art. 3º do Decreto Federal nº 11.453/2023, que rege “apoiar ações de produção de dados, informações e indicadores sobre o setor cultura”

Artigo 6º, Lei Complementar 195/2022 - Trata das linhas de financiamento e apoio ao audiovisual descritas nos incisos que seguem:

- Inciso I - “O apoio a produções audiovisuais, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, inclusive aquelas com origem em recursos públicos ou financiamento estrangeiro;”

Tendo seu complemento no § 2º, incisos I ao X do Artigo 3º do Decreto 11.525/2023, que rege “serão compreendidos na categoria de apoio à produção audiovisual projetos que tenham como objeto:

- I - desenvolvimento de roteiro;
- II - núcleos criativos;
- III - produção de curtas, mídias e longas-metragens;
- IV - séries e webséries;
- V - telefilmes nos gêneros ficção, documentário e animação;
- VI - produção de games ;
- VII - videocliques; VIII - etapas de finalização;
- IX - pós-produção; e
- X - outros formatos de produção audiovisual.”

- Inciso II - “O apoio a reformas, a restauros, a manutenção e a funcionamento de salas de cinema, incluída a adequação a protocolos sanitários relativos à pandemia da Covid-19, sejam elas públicas ou privadas, bem como cinemas de rua e cinemas itinerantes.”

Tendo seu complemento no § 5º, incisos I ao III do Artigo 3º do Decreto 11.525/2023, que rege:

“I - Considera-se sala de cinema o recinto destinado, ainda que não exclusivamente, ao serviço de exibição aberta ao público regular de obras audiovisuais para fruição coletiva, admitida a possibilidade de ampliação da vocação de outro espaço cultural já existente;

II - são elegíveis ao recebimento dos recursos:

- a) as salas de cinema públicas;
- b) as salas de cinema privadas que não componham redes; e
- c) as redes de salas de cinema com até vinte e cinco salas no território nacional; e

III - o ente federativo poderá optar pela execução direta dos recursos destinados a salas de cinema públicas de sua responsabilidade, observadas as regras de contratação pertinentes à modalidade de contratação pública por ele definida.”

- Inciso III - “A capacitação, a formação e a qualificação no audiovisual, o apoio a cineclubes e à realização de festivais e mostras de produções audiovisuais, preferencialmente por meio digital, bem como a realização de rodadas de negócios para o setor audiovisual, para a memória, a preservação e a digitalização de obras ou acervos audiovisuais, ou ainda o apoio a observatórios, a publicações especializadas e a pesquisas sobre audiovisual e ao desenvolvimento de cidades de locação.”

- Inciso IV - “O apoio às microempresas e às pequenas empresas do setor audiovisual, aos serviços independentes de vídeo por demanda cujo catálogo de obras seja composto por pelo menos 70% (setenta por cento) de produções nacionais, ao licenciamento de produções audiovisuais nacionais para exibição em redes de televisão públicas e à distribuição de produções audiovisuais nacionais;”

Tendo seu complemento no § 10º, incisos I e II do Artigo 3º do Decreto 11.525/2023, que rege:

“I - Poderão ser compreendidas na categoria de apoio à distribuição de produções audiovisuais nacionais as exibições realizadas em circuitos de salas de cinema comerciais, em salas públicas, em circuitos alternativos e em projetos de distribuição de impacto, e as ações de comercialização nos segmentos de TV aberta, TV por assinatura e streaming e nos demais segmentos de mercado; e

II - o apoio se restringirá a:

a) empresas produtoras brasileiras independentes, conforme o disposto no inciso XIX do caput do art. 2º da Lei nº 12.485, de 2011; e

b) empresas distribuidoras constituídas sob as leis brasileiras, com administração no País, com setenta por cento do capital social total e votante de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e que não sejam controladoras, controladas ou coligadas a programadoras, empacotadoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme o disposto no art. 2º da Lei nº 12.485, de 2011.”

Artigo 8º § 7º, Lei Complementar 195/2022 - Trata da busca ativa que deve ser realizada pelos entes federativos, garantindo que os recursos cheguem até os artistas que desenvolvam atividades técnicas e artistas do setor de culturas populares e tradicionais. Coloca, também, que as propostas poderão ser apresentadas por meio oral ou audiovisual e deverão ser reduzidas a termo pelo ente.

Artigo 15º, Lei Complementar 195/2022 - Trata do aditivo por acessibilidade, este artigo foi alterado em sua regulamentação, constante no art 15º do Decreto 11.525/2023, que rege: “Os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, da iniciativa ou do espaço, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, dez por cento do valor do projeto”

Artigo 17º, Lei Complementar 195/2022 - Trata da garantia de cotas, este artigo foi alterado em sua regulamentação, constante nos incisos III e IV do art 16º do Decreto 11.525/2023, que rege:

“III - os mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidades tradicionais, inclusive de terceiro e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente; e

IV - a garantia de cotas com reserva de vagas para os projetos e as ações de, no mínimo: a) vinte por cento para pessoas negras; e o b) dez por cento para pessoas indígenas.”

Artigo 23º, Lei Complementar 195/2022 - Trata da prestação de contas simplificada por parte dos agentes culturais contemplados, que poderão prestar contas através de relatório simples com ênfase na execução do objeto, sem a necessidade de apresentar relatório de despesas detalhado, considerando a possibilidade da solicitação em caso de diligência por parte do ente ou denúncia de má utilização dos recursos públicos.

Capítulo X, Artigos 17º e 18º, Incisos I ao V do Decreto 11.525/2023 - Trata da destinação de até 5% dos recursos, observando o teto de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para a operacionalização da Lei em si, visando garantir qualificação, eficiência, eficácia e efetividade na operação, por meio de parcerias com instituições de ensino e entidades sem fins lucrativos.

Capítulo II, Artigo 3º, § 1º do Decreto 11.525/2023 - Trata da possibilidade de remanejamento de recursos no caso de quantitativo insuficiente de propostas aptas entre os incisos postos para o audiovisual.

Artigo 18º, Lei Complementar 195/2022, § 1º a 3º - Trata da possibilidade de conceder premiações em reconhecimento a personalidades ou a iniciativas que contribuam para a cultura do respectivo ente da Federação, por meio de pagamento, mediante recibo, com natureza jurídica de doação e sem previsão de contrapartidas.

Por último, importante destacar que a Lei Paulo Gustavo afasta a utilização da Lei Federal nº 14.133/2021 em seu artigo 19, abrindo exceções para a contratação de avaliadores, corpo técnico, bens e serviços no Decreto de Fomento nº 11.453/2023. Desta forma, a Lei Paulo Gustavo constitui-se sua própria ferramenta jurídica, amparada em seu corpo e em seus três decretos regulatórios.

Diante dos aprimoramentos e inovações citadas acima, daremos continuidade demonstrando o que foi decidido diante das possibilidades para a deflagração deste certame.

III – DA DISCUSSÃO E CONSULTA À COMUNIDADE CULTURAL:

Diante do proposto pela Lei, foram realizadas uma série de consultas à comunidade cultural e aos gestores de municípios no suporte de aplicação da Lei. Foram 5 meses de diálogos, no período compreendido entre março e julho de 2023, onde parte deste empreendimento se deu presencialmente, com visitas a localidades em reuniões mistas com gestores e artistas; e parte se deu por meio virtual, com diálogos com as 16 Câmaras Setoriais e os segmentos culturais que se interseccionam com as linguagens culturais, além de segmentos específicos da economia criativa. Estes diálogos virtuais totalizaram mais de 100 horas de gravação e estão disponíveis no canal de YouTube “Cultura RN”: <https://www.youtube.com/@culturarn/playlists>.

Como resultado, foi redigido um relatório proveniente destes diálogos, conforme anexo desta Justificativa. O resultado prático destes diálogos com as diversas linguagens culturais e segmentos correlatos será disposta mais adiante neste documento.

IV – DA BUSCA ATIVA:

A busca ativa teve seu início na mobilização para os diálogos e terá sua continuidade com o percentual destinado para a operacionalização da própria Lei.

V – DA ACESSIBILIDADE:

A acessibilidade estará garantida na plataforma de gerenciamento contratada e desenvolvida para este empreendimento, utilizando os 5% destinados para a operacionalização da própria Lei.

Ademais, os projetos culturais devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto, devendo constar na Planilha Orçamentária.

VI – DA GARANTIA DE COTAS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS:

De acordo com o artigo 17 da Lei Complementar 195/2022 e os incisos III e IV do artigo 16 do Decreto 11.525/2023, as cotas devem ser garantidas da seguinte forma:

“III - os mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidades tradicionais, inclusive de terceiro e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente; e

IV - a garantia de cotas com reserva de vagas para os projetos e as ações de, no mínimo:

a) vinte por cento para pessoas negras; e o

b) dez por cento para pessoas indígenas.” Ampliando o mecanismo, o Chamamento Público de Fluxo Ordinário prevê os seguintes critérios de cotas e protagonismo de grupos minorizados socialmente:

a) 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas);

b) 10% das vagas para pessoas indígenas;

c) 10% das vagas para povos e comunidades tradicionais (ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades – artistas circenses, parquistas e pessoas em situação de rua); e

d) 10% das vagas para mulheres (cis ou trans/travesti).

Estas vagas poderão ser preenchidas por Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, desde que o proponente e pelo menos 2 (dois) principais integrantes da proposta – com poder de decisão no projeto: (diretores(as), autores(as), produtores(as), instrutores(as), coordenadores(as), entre outras funções de chefia) – pertençam ao mesmo grupo afirmativo pelo qual desejam acessar as cotas. Para ter acesso às cotas, cada proponente deverá autodeclarar-se, tendo a validade desta autodeclaração avaliada posteriormente por banca de heteroidentificação, apresentação de laudo médico, apresentação e verificação dos documentos comprobatórios de pertencimento, apresentação de declaração da associação ou do movimento social, apresentação de documento oficial reconhecendo o agente cultural como refugiado, apátrida ou migrante, dependendo das características de cada cota.

Ademais, além das cotas, há a garantia de pontuações extras cumulativas em todas as categorias do Chamamento Público de Fluxo Ordinário, a partir dos seguintes critérios:

a) Proponentes negros (pretos ou pardos);

b) Proponentes mulheres (cis ou trans/travesti);

c) Proponentes de povos e comunidades tradicionais e originários (indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades – artistas circenses, parquistas e pessoas em situação de rua);

d) Proponentes com identidade não cisgênera ou ageneridade (trans, travestis, não bináries, queer/questionando, intersexo, andrógine, fluido ou outra variabilidade);

e) Proponentes com deficiência, idosos, em situação de rua e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

f) Proponentes refugiados, apátridas e/ou migrantes no Rio Grande do Norte, residentes no estado nos últimos 2 (dois) anos;

g) Proponentes residentes em municípios que não aprovaram projetos na Lei Aldir Blanc RN e/ou proponentes residentes em municípios que receberam até R\$ 65 mil da Lei Paulo Gustavo, conforme o Anexo 08 do Chamamento Público de Fluxo Ordinário;

Sendo, 5 (cinco) pontos extras em sua nota para projetos que atendam de um a dois critérios listados acima, 10 (dez) pontos extras em sua nota para projetos que atendam de três a quatro critérios listados acima e 20 (vinte) pontos extras em sua nota para projetos que atendam cinco ou mais critérios listados acima. A pontuação extra será de, no máximo, 20 (vinte) pontos por projeto e deverá ser somada à nota obtida.

O cálculo das pontuações será realizado a partir da média das notas atribuídas pelos membros da banca de pareceristas, sendo 80 (oitenta) o limite máximo por projeto que não acesse nenhuma pontuação extra reservada às políticas afirmativas.

Os projetos que obtiverem pontuação final inferior a 40 (quarenta) pontos estarão automaticamente desclassificados do processo seletivo do Chamamento Público de Fluxo Ordinário.

VII – DO PERCENTUAL DESTINADO A OPERACIONALIZAÇÃO DA LEI:

O valor previsto para o pagamento das comissões de seleção e demais despesas operacionais são decorrentes do próprio recurso da Lei Paulo Gustavo destinado ao Rio Grande do Norte, e regulamentado nos artigos 17 e 18, e seus incisos, do Decreto Federal nº 11.525/2023, prevendo a possibilidade de destinação de até 5% dos recursos, observando o teto de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para a operacionalização da Lei em si, visando garantir qualificação, eficiência, eficácia e efetividade na operação, por meio de parcerias com instituições de ensino e entidades sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional.

O percentual operacional foi retirado de forma igualitária dos 4 tipos de ações prevista no art. 6º da LC nº 195/2022, considerando seus 4 incisos, bem como a distribuição dos valores destinados ao audiovisual no RN, prevista no seu art. 5º; como também do Artigo 8º, destinado a outras linguagens.

Este movimento está registrado em plano de trabalho inscrito na plataforma Transferegov (Incorporação por excesso da Lei Paulo Gustavo, referente ao processo 03610010.003367/2023-06) e aprovado pelo Ministério da Cultura.

VIII – DA CRIAÇÃO DE CADASTRO COM CONTEMPLADOS DA LPG E LAB:

Para criação do cadastro previsto no art. 4º, § 3º, da LPG será elaborada plataforma de gerenciamento contratada e desenvolvida para este empreendimento, utilizando os 5% destinados para a operacionalização da própria Lei, por meio de instituição incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, mediante processo licitatório próprio.

IX – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS ENTRE INCISOS do art. 6º, da LC nº 195/2022:

A LC nº 195/2022 prevê no art. 3º, § 8º a possibilidade de remanejamento de recursos ao longo de sua execução. Caso alguma modalidade ou linguagem artística não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos não utilizados serão remanejados para a categoria ou linguagem que recebeu a maior quantidade de propostas, obedecendo a ordem de classificação, buscando contemplar os projetos culturais com maior pontuação, em ordem decrescente, até se esgotar o número de apoios remanejados. Caso não sejam preenchidas todas as vagas do Chamamento Público de Fluxo Ordinário, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro Chamamento Público de Fluxo Ordinário de Projetos da Lei Paulo Gustavo de fomento à ações culturais para o audiovisual.

X – DA DEFLAGRAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO:

A Secretaria Extraordinária de Cultura (SECULT) e a Fundação José Augusto (FJA) são os órgãos responsáveis pela cultura do Rio Grande do Norte e tem como uma de suas atribuições o fomento às atividades artísticas e culturais desenvolvidas no território potiguar. Nesse sentido, a SECULT e a FJA buscam fomentar, subsidiar e viabilizar as atividades culturais das diversas linguagens em todos os seus estágios de desenvolvimento, a formação e qualificação; a fruição, pesquisa, criação, os espaços e apoio aos pontos de cultura, pontos de memória e museus, de acordo com o proposto nos artigos 6º e 8º da Lei Complementar nº 195/2022 e pactuado com a comunidade cultural potiguar, promovendo, assim, a retomada da atividade cultural e economia criativa e solidária ligadas às linguagens culturais potiguares após a emergência pandêmica da COVID-19.

Considerando a Lei Complementar nº 195/2022 e os decretos regulatórios 11.453/2023, 11.525/2023 e 33.004/2023, a Secretária Extraordinária de Cultura e a Fundação José Augusto propõem a elaboração de um Chamamento Público de Fluxo Ordinário voltado para a SELEÇÃO E PREMIAÇÃO DE OBRAS AUDIOVISUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE PARA LICENCIAMENTO À REDE NACIONAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA (RNCP), visando a cessão não onerosa do direito de exibição de obras audiovisuais, de diferentes gêneros, duração e formatos, sem exclusividade, por um período de 2 (dois) anos aos canais e emissoras que integram a RNCP, bem como as suas respectivas retransmissoras, plataformas de Vídeo Sob Demanda (VOD) e/ou serviços de streaming, buscando, assim, a circulação e visibilidade da produção audiovisual potiguar e, por conseguinte, possibilitar a movimentação da cadeia produtiva do segmento do audiovisual, gerando renda e trabalho, mediante o pagamento de premiação aos vencedores do pleito, oriundo da descentralização oportunizada pela Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) e indexada ao orçamento geral da Fundação José Augusto (FJA).

O CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO será direcionado ao fomento de iniciativas artísticas e culturais da linguagem do audiovisual, como estabelecido pela Lei Paulo Gustavo, que como já citado, constitui-se sua própria ferramenta jurídica, amparada em seu corpo e em seus três decretos regulatórios. A modalidade de licitação escolhida, encontra sua previsão legal no art. 11, do Decreto Federal nº 11.525/2023.

XI – DO INSTRUMENTO JURÍDICO:

Tratando-se de procedimento destinado ao fomento cultural e por receber recursos descentralizados pela Lei Complementar nº 195/2022, o Chamamento Público de Fluxo Ordinário deverá ser elaborado estritamente de acordo

com o novo instrumento proposto pelo Decreto 11.453/2023, que estipula as regras de fomento cultural, não só para a Lei Paulo Gustavo, mas também para a Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei nº 13.019/2014) e Lei Aldir Blanc II (14.399/2022), bem como observando os decretos reguladores Federal e Estadual, nº 11.525/2023 e 33.004/2023, respectivamente, com vistas à celebração de Recibo de Premiação Cultural e Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual com a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP)

XII – DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRÊMIOS/FOMENTO:

O fomento se dará por meio de pagamento de prêmios aos vencedores do pleito, com o fim de ceder direitos de obras audiovisuais potiguares, como colocado no Inciso IV do artigo 6º da Lei Complementar 195/2022, com as exibições sendo realizadas num período de até 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do Termo de Licenciamento de Obra Audiovisual, sem exclusividade, com disponibilidade para o segmento de Vídeo Sob Demanda (VOD) com 12 (doze) exibições para cada emissora integrante da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), no segmento de Radiodifusão de Comunicação Pública (TV Aberta). As categorias são:

Licenciamento de Curta-Metragem e Média-Metragem com prêmio para obras audiovisuais produzidas no Estado do Rio Grande do Norte, de curta-metragem ou média-metragem, inéditas ou não, para o licenciamento à Rede Nacional de Comunicação Pública e Licenciamento de Longa-Metragem e Obras Seriadas com prêmio para obras audiovisuais produzidas no Estado do Rio Grande do Norte, de longa-metragem ou obra seriada, inéditas ou não, para o licenciamento à Rede Nacional de Comunicação Pública.

Estas categorias e valores foram dialogados com artistas potiguares das diversas linguagens culturais e de outros segmentos, e, posteriormente, apresentados em consulta pública, chegando ao resultado demonstrado abaixo. A quantidade, valor e categorias dos prêmios estão descritos nos quadros abaixo

Licenciamento de Obras Audiovisuais			
Categorias de apoio	Nº de prêmios	Valor por prêmio	Valor total
Licenciamento de Curta-Metragem e Média-Metragem	50	R\$ 10.160,00	R\$ 508.000,00
Licenciamento de Longa-Metragem e Obras Seriadas	6	R\$ 30.000,00	R\$ 180.000,00
LICENCIAMENTO DE OBRAS AUDIOVISUAIS	56	R\$ 688.000,00	

Para a observar a desconcentração territorial sugerida pela Lei Paulo Gustavo, o Chamamento Público de Fluxo Ordinário estabelecerá que 50% dos projetos contemplados deverão ser da Região Metropolitana e 50% dos demais municípios do Rio Grande do Norte.

Mister consignar que no decorrer do certame licitatório caso não seja possível cumprir com os percentuais previstos, seja em do número insuficiente de candidaturas, seja pela insuficiência de pontuação necessária, é possível haver o remanejamento.

Também há previsão de pontuação extra para municípios que não aprovaram projetos na antiga Lei Aldir Blanc/ RN e/ou proponentes residentes em municípios que receberam até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) da Lei Paulo Gustavo, conforme o Anexo 15 do Chamamento Público de Fluxo Ordinário.

XII - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

De acordo com o artigo 18, da LCP nº 195/2002 e os artigos 41 e 42, do Decreto Federal nº 11.453/2023, a premiação tem natureza jurídica de doação, sem estabelecimento de obrigações futuras. As regras relativas à execução de recursos e à prestação de contas não se aplicam à modalidade de concessão de premiação cultural, dada a natureza jurídica de doação sem encargo.

Já a cessão dos direitos de exibição das obras audiovisuais selecionadas e premiadas será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses após assinatura do Termo de Licenciamento da Obra Audiovisual (Anexo 10), sem exclusividade, com disponibilidade para o Segmento de Vídeo Sob Demanda (VOD) e com 12 (doze) exibições para cada emissora integrante da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) no Segmento de Radiodifusão de Comunicação Pública (TV Aberta).

XIII - COMISSÃO DE SELEÇÃO

A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por uma banca de pareceristas advindos de cadastro formalizado por entidade parceira ou da Secretária Extraordinária de Cultura e Fundação José Augusto.

A comissão de seleção será coordenada por representante da Secretaria Extraordinária de Cultura (SECULT) e da Fundação José Augusto (FJA) ou da entidade parceira ou contratada para execução dos chamamentos públicos.

XIV – CONTRAPARTIDAS

De acordo com o artigo 18, da LCP nº 195/2002 e os artigos 41 e 42, do Decreto Federal nº 11.453/2023, a premiação tem natureza jurídica de doação, sem estabelecimento de obrigações futuras. As regras relativas à execução de recursos e à prestação de contas não se aplicam à modalidade de concessão de premiação cultural, dada a natureza jurídica de doação sem encargo.

XV - ETAPAS BASES DO CERTAME

ETAPA 1 – DA PUBLICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO

O CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO deverá ser divulgado no Diário Oficial do Estado (DOE).

ETAPA 2 – DA INSCRIÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser inscritas em plataforma digital desenvolvida para o gerenciamento dos editais da Lei Paulo Gustavo no Estado do Rio Grande do Norte, contendo todos os itens descritos no Anexo 2 do Chamamento Público de Fluxo Ordinário, divididos entre:

1. Proponentes inscritos através de pessoa física: Preenchimento dos dados do proponente na plataforma; Documento de identificação do proponente (RG e CPF ou CNH); Trajetória da Obra; Documentos específicos da categoria de apoio (Anexo 02); Currículo artístico-cultural, com comprovações, do proponente (Anexo 03); Declaração de disponibilidade de cópia da obra em formato e condições exigidas pela RNCP para exibição (Anexo 09).

2. Proponentes inscritos através de pessoa jurídica: Preenchimento dos dados do proponente na plataforma; Documento de identificação do proponente (RG e CPF ou CNH); Trajetória da Obra (Anexo 11); Documentos específicos da categoria de apoio (Anexo 02); Currículo artístico-cultural, com comprovações, da empresa e/ou do representante legal (Anexo 03); Declaração de disponibilidade de cópia da obra em formato e condições exigidas pela RNCP para exibição (Anexo 09).

ETAPA 3 – DA ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DAS PROPOSTAS

As propostas serão avaliadas e pontuadas com base nos critérios a seguir:

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO					
	PONTUAÇÃO				
CRITÉRIOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS	AUSENTE	POUCO	PARCIAL	BOM	MUITO BOM
I – CURRÍCULO ARTÍSTICOCULTURAL DO PROPONENTE					
Análise do currículo do proponente, verificando o histórico profissional e a trajetória da obra audiovisual realizada.	0	5	10	15	20
II – RELEVÂNCIA ARTÍSTICA DA OBRA AUDIOVISUAL					
Análise do desenvolvimento conceitual e artístico do filme, a originalidade, assim como a estrutura narrativa e a construção de personagens;	0	5	10	15	20
Análise do potencial da obra em relação a programação da RNCP, que tem por objetivo desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;					
Análise da obra a partir da promoção à diversidade e combate a racismo, capacitismo, etarismo, homofobia e a quaisquer formas de preconceito de origem, etnia, gênero cultural, religioso ou formas de discriminação					

III – PARTICIPAÇÃO E PREMIAÇÃO EM MOSTRAS E FESTIVAIS					
Obras que comprovem a seleção e participação em até 5 (cinco) mostras ou festivais receberão 5 (cinco) pontos, de forma cumulativa;	0	5	10	15	20
Obras que comprovem pelo menos uma premiação em mostras ou festivais receberão 5 (cinco) pontos, de forma cumulativa.					
IV – ACESSIBILIDADE DA OBRA AUDIOVISUAL					
Obra com recursos de acessibilidade comunicacional: legendagem, Legenda para Surdos e Ensurdeci-dos (LSE), Audiodescrição (AD) e/ou Língua Brasileira de Sinais (Libras)	0	5	10	15	20
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 80					

Ficam garantidas pontuações extras cumulativas, em todas as categorias do Edital, a partir dos seguintes critérios:

1. Proponentes negros (pretos ou pardos);
2. Proponentes mulheres (cis ou trans/travesti);
3. Proponentes de povos e comunidades tradicionais e originários (indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades – artistas circenses, parquistas e pessoas em situação de rua);
4. Proponentes com identidade não cisgênera ou ageneridade (trans, travestis, não binários, queer/questionando, intersexo, andrógine, fluido ou outra variabilidade);
5. Proponentes com deficiência, idosos, em situação de rua e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
6. Proponentes refugiados, apátridas e/ou migrantes no Rio Grande do Norte, residentes no estado nos últimos 2 (dois) anos;
7. Proponentes residentes em municípios que não aprovaram projetos na Lei Aldir Blanc RN e/ou proponentes residentes em municípios que receberam até R\$ 65 mil da Lei Paulo Gustavo, conforme o Anexo 09 do Edital; Sendo, 5 (cinco) pontos extras em sua nota para projetos que atendam de um a dois critérios listados acima, 10 (dez) pontos extras em sua nota para projetos que atendam de três a quatro critérios listados acima e 20 (vinte) pontos extras em sua nota para projetos que atendam cinco ou mais critérios listados acima. A pontuação extra será de, no máximo, 20 (vinte) pontos por projeto e deverá ser somada à nota obtida.

O cálculo das pontuações será realizado a partir da média das notas atribuídas pelos membros da banca de pareceristas, sendo 80 (oitenta) o limite máximo por projeto que não acesse nenhuma pontuação extra reservada às políticas afirmativas. Os projetos que obtiverem pontuação final inferior a 40 (quarenta) pontos estarão automaticamente desclassificados do processo seletivo do Chamamento Público de Fluxo Ordinário.

ETAPA 4 – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO DA INSCRIÇÃO, DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ANÁLISE DE MÉRITO

O resultado provisório será apresentado na plataforma digital que gerenciará os editais da Paulo Gustavo/RN, e no sítio eletrônico da Fundação José Augusto (FJA) - www.cultura.rn.gov.br, tendo os proponentes o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, para apresentar argumentação recursal.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado na plataforma digital que gerenciará os editais da Paulo Gustavo/RN, e no sítio eletrônico da Fundação José Augusto (FJA) - www.cultura.rn.gov.br, no Complexo Cultural Rampa, na Fundação José Augusto e nos canais oficiais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

ETAPA 5 – HABILITAÇÃO DOS DOCUMENTOS E AFERIÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos listados no Anexo 2, conforme a sua constituição jurídica, sendo estas:

Proponentes inscritos através de pessoa física:

- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (validade: 180 dias);
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais (validade: 30 dias);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do agente cultural) (validade: 30 dias);
- Dados bancários do proponente (conta Pessoa Física);
- Cópia digitalizada do comprovante de residência atual (datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição) como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras;
- Caso o proponente não seja titular das contas de residência, os responsáveis pelo imóvel podem apresentar uma declaração simples em favor do proponente (Anexo 05), juntamente com o comprovante de residência atual.
- Proponentes que buscarem cotas para pessoas negras passarão por banca de heteroidentificação e, para o caso de pontuações extras, participarão do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do Certificado de Produto Brasileiro.

Proponentes inscritos através de pessoa física:

- Cópia dos atos constitutivos e suas últimas alterações, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (exceto MEI);
- Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria (exceto MEI);
- Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) (aqui) (validade: 180 dias) (exclusivo para MEI);
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (aqui) (validade: 90 dias);
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS) (aqui) (validade: 30 dias);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (aqui) (validade: 180 dias);
- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (aqui) (validade: 180 dias);
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais (aqui) (validade: 30 dias);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do agente cultural) (validade: 30 dias);
- Dados bancários da empresa (conta Pessoa Jurídica);
- Cópia digitalizada do comprovante da sede da empresa (datado há pelo menos 60 (sessenta) dias anteriores à inscrição) como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras;
- Caso o representante legal não seja titular das contas comprobatórias de sede da empresa, os responsáveis pelo imóvel podem apresentar uma declaração simples em favor do proponente (Anexo 05), juntamente com o comprovante de residência atual.

Os proponentes que buscarem cotas e pontuações extras passarão por processos de aferição específicos:

Para pessoa negra (pretas e pardas): banca de heteroidentificação.

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

Para pessoa com deficiência: Apresentação do laudo médico para pessoas com deficiência;

Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

Para pessoas das comunidades e povos tradicionais e originários:

Pessoa indígena: declaração comprobatória de pertencimento étnico assinado por no mínimo 2 (duas) lideranças da aldeia;

Pessoa cigana: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do rancho;

Pessoa quilombola: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do território ou comunidade quilombola;

Povos de terreiro de matriz afro-ameríndia: declaração comprobatória de pertencimento reconhecido por no mínimo 2 (duas) lideranças do terreiro de matriz afro-ameríndia;

Povos de comunidade de pesca artesanal: declaração da colônia de pescadores no qual a pessoa está inserida;

Pessoa nômade: declaração da associação ou do movimento social no qual a pessoa está inserida. Observação: no caso das cotas e pontuações extras, participam do processo de aferição o produtor ou qualquer um dos coprodutores da obra audiovisual indicados do CPB.

Observação: caso o agente cultural não possua declaração comprobatória de pertencimento étnico assinada pelas lideranças, poderá utilizar o Modelo de Declaração Comprobatória de Pertencimento Étnico e de Povos e Comunidades Tradicionais e Originários (Anexo 06).

ETAPA 6 – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO DA HABILITAÇÃO, DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ANÁLISE DE MÉRITO

O resultado provisório será apresentado na plataforma digital que gerenciará os editais da Paulo Gustavo/RN, e no sítio eletrônico da Fundação José Augusto (FJA) - www.cultura.rn.gov.br, tendo os proponentes o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado provisório, considerando para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, para apresentar os documentos listados na etapa anterior e presentes no anexo 2 do Edital, conforme sua constituição jurídica.

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado à Secretária Extraordinária de Cultura e à Fundação José Augusto que deverão ser apresentados na plataforma digital que gerenciará os editais da Lei Paulo Gustavo RN no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início de contagem o primeiro dia útil posterior à publicação do resultado provisório. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da habilitação será divulgado na plataforma digital que gerenciará os editais da Paulo Gustavo/RN, e no sítio eletrônico da Fundação José Augusto, no Complexo Cultural Rampa, na Fundação José Augusto e nos canais oficiais do Governo do Rio Grande do Norte.

ETAPA 7 – ASSINATURA DO RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

O contemplado será convocado a assinar Recibo de Premiação Cultural, conforme Anexo 07 do Chamamento Público de Fluxo Ordinário, de forma presencial ou eletrônica. Após a convocação, o agente cultural deve assinar o Recibo de Premiação Cultural em até 10 (dez) dias, sob pena de perda da premiação e convocação do suplente para assumir sua vaga.

ETAPA 8 – REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS

Após a assinatura do Recibo de Premiação, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária exclusiva para premiação, em desembolso único, até o dia 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado, conforme possíveis alterações da lei.

XVI - DO VALOR TOTAL DOS RECURSOS

O valor previsto para este processo licitatório é de R\$ 688.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mil reais) oriundos do orçamento da Fundação José Augusto (FJA), através de incorporação por excesso da Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), decorrentes de Plano de Trabalho aprovado pelo Ministério da Cultura, referente ao processo 03610010.003367/2023-06.

XVII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários ao atendimento deste processo licitatório na modalidade concurso estarão de acordo com a Lei Orçamentária Anual do Estado, consignados à Fundação José Augusto (FJA) e com os recursos específicos transferidos para o Estado do Rio Grande do Norte oriundos da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, referente ao exercício financeiro de 2023, na Dotação Orçamentária informada pela Coordenadoria Financeira da Fundação José Augusto.

XVIII - DAS OBRIGAÇÕES

DA CONTRATANTE São obrigações da Secretária Extraordinária de Cultura e da Fundação José Augusto:

a) transferir os recursos financeiros previstos na premiação para a conta bancária informada pelo(a) Agente Cultural;

DA CONTRATADA:

a) atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretária Extraordinária de Cultura e Fundação José Augusto, bem como responder a eventuais diligências;

b) manter e acessar regularmente os canais de comunicação (e-mail, telefone, plataforma, etc.) informado na inscrição, a fim de ter acesso às notificações da Secretária Extraordinária de Cultura e Fundação José Augusto em relação a esta Premiação Cultural.

XIX - DOS CASOS DE RESCISÃO

Na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa na inscrição, será instaurado procedimento para a sua verificação e, apurada a falsidade, o Recibo de Premiação Cultural será rescindido, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

Ainda na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa após o recebimento da premiação, o proponente deverá devolver o montante recebido, estando sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis.

No caso de identificação, a qualquer tempo, de irregularidades na documentação apresentada nas fases de inscrição e habilitação, o repasse de recursos poderá ser suspenso ou cancelado e o Recibo de Premiação Cultural rescindido, mediante prévia comunicação ao proponente, estando sujeito às sanções civis, penais e administrativas eventualmente cabíveis, bem como da devolução dos recursos financeiros indevidamente recebidos e aplicados.

XX - DAS PENALIDADES E PROVIDÊNCIAS PARA RECOMPOSIÇÃO DO DANO

As penalidades previstas seguirão as propostas pela Lei Complementar 195/2022 e nos decretos 11.525/2023 e 11.453/2023

XXI - DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

De acordo com o artigo 18º da LCP 195/2002 e o Decreto 11.453/2023, artigos 41º e 42º, a premiação tem natureza jurídica de doação, sem estabelecimento de obrigações futuras. As regras relativas à execução de recursos e à prestação de contas não se aplicam à modalidade de concessão de premiação cultural, dada a natureza jurídica de doação sem encargo.

Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - IFESP

PROCESSO SELETIVO CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EDITAL Nº 05/2023

A Diretora Geral do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP), no uso de suas atribuições, torna público a oferta de vagas e as normas do processo seletivo regido pelo Edital Nº 05/2023, relativas aos cursos de pós-graduação lato sensu, nível de especialização, referidos abaixo:

DOS CURSOS E DAS VAGAS:

1) Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa – Vagas: 35; 2) Curso de Especialização em Educação Matemática: Teoria e Prática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Vagas: 35; 3) Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos: Saberes e Práticas na Formação Docente – Vagas: 35; 4) Curso de Especialização em Educação Ambiental – Vagas: 35. Os cursos terão carga horária total de 400 horas e duração aproximada de 15 meses, com aulas presenciais semanais, no IFESP, no turno noturno.

PÚBLICO-ALVO:

Só poderão inscrever-se no processo seletivo regido por este edital, os profissionais de nível superior (docentes e técnicos) vinculados à Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte, os egressos dos cursos de licenciatura do IFESP, demais servidores públicos e profissionais de nível superior que atuam em programas, projetos e ações institucionalizadas vinculadas ao poder público ou a organização não governamental sem fins lucrativos chancelada pelo poder público, conforme os termos do presente edital.

INSCRIÇÕES:
As inscrições serão feitas via internet no endereço www.ifesp.edu.br a partir do dia 14 de novembro até às 23h59min do dia 10 de dezembro de 2023.
OBSERVAÇÃO: O Edital completo encontra-se publicado na página do IFESP na internet, no endereço www.ifesp.edu.br
Natal, 08 de novembro de 2022.
Márcia Maria Alves de Assis
Diretora Geral

SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA

PORTARIA-SEI Nº 306, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, XIII, da Lei Complementar n.º 163, de 05 de fevereiro de 1999, e demais atribuições legais pertinentes; RESOLVE:
Art. 1º - Designar os Servidores José Pereira, matrícula 66.304-02, José Jácome Neto, matrícula 11.899-0, Mário Roberto Sobral da Câmara, matrícula 66.469-3, e Valfredo Queirós, matrícula 11810-9, para atuar como Assistente Técnico, devendo fazer o acompanhamento da perícia judicial a ser realizada nos autos da Ação nº 0000032-09.1997.8.20.0121, que tramita na 1ª Vara da Comarca de Macaíba/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Secretário de Estado da Infraestrutura, em data da assinatura eletrônica.
Publique-se. Cumpra-se.
GUSTAVO FERNANDES ROSADO COELHO
Secretário de Estado da Infraestrutura

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO- SEDEC

Fundação de Amparo e Promoção a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte - FAPERN

PORTARIA-SEI Nº 190, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão responsável pela Seleção de Estagiários relativos ao acordo FAPERN e Escola de Governo/SEAD, e dá outras providências.

A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO RIO GRANDE DO NORTE (FAPERN), no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Complementar Estadual nº 163, de 5 de fevereiro de 1999 e na Lei Complementar Estadual nº 257, de 14 de novembro de 2003, e do Edital Nº 13/2022 - FAPERN, tendo em vista a necessidade de compor a Comissão de Seleção de estagiários relativos ao acordo FAPERN e Escola de Governo/SEAD, RESOLVE:
Art. 1º - Constituir Comissão de Estagiários relativos ao acordo FAPERN e Escola de Governo/SEAD;
Art. 2º A Comissão instituída no Art.1º desta Portaria, será composta por representantes da FAPERN, conforme quadro abaixo:

Nome	Órgão	Matrícula CPF	Situação
Raissa de Medeiros Ribeiro	FAPERN	243772-4	Presidente da comissão
Marina Martins de Carvalho Dantas	FAPERN	325.914-1/2	Titular
Mariana Dantas Cortez Bonifácio	FAPERN	245661-3	Titular
Nara Cibely dos Prazeres Silva	SEAD	197569-2	Titular

Art. 3º - Pela atividade exercida na Comissão, os seus membros não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios. Sendo, porém, considerados relevantes os serviços prestados ao Estado.
Art. 4º - Caberá a Comissão constituída o acompanhamento do processo seletivo, bem como a resolução dos casos omissos e das situações não previstas no presente Edital.
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Natal, 07 de Novembro de 2023

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO E GESTÃO

PORTARIA-SEI Nº 305, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
O Excelentíssimo Senhor GUSTAVO FERNANDES ROSADO COELHO, Secretário de Estado da Infraestrutura - SIN - Coordenador Geral do Projeto Governo Cidadão em Substituição Legal conforme Portaria nº 212, publicada no DOE/RN de 26 de agosto de 2023 - Documento SEI nº 21972800, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Instituir a Comissão de Inventário dos bens permanentes que foram adquiridos pelo Projeto Governo Cidadão e cedidos à SESED, conforme abaixo:
01) RONYPETSON LIMA DE ANDRADE - mat. 208.203-9 - SESED;
02) FLÁVIO HENRIQUE GONDIM DE MELO - mat. 165.153-6 - SESED;
03) JADSON SANTIAGO PACHECO - mat. 153.902-7 - SESED;
04) DANIEL RODRIGUES DO LAGO MOURA - mat. 176.072-6 - PMRN;
05) CARLOS ANDRÉ LOPES DE OLIVEIRA - mat. 164.323-1 - PMRN;
06) MARCOS ANDRÉ DIAS DE SOUZA - mat. 206.404-9 - PMRN;
07) MARILENE CARDOSO DA SILVA - mat. 098.833-5 - PCRN;
08) CAROLINA DE SOUZA CAMPOS MOURA - mat. 207.493-1 - PCRN;
09) FLAVIO ANTONIO DE CARVALHO FAGUNDES - mat. 219.800-2 - PCRN;
10) MANOEL EDUARDO FEITOSA COUTINHO - mat. 170.251-3 - PCRN;
11) LAURA BREYDZA CAVALCANTE DE ARAÚJO - mat. 223.451-3 - ITEP/RN;
12) HELOISA FERREIRA DE SOUZA VARELLA BARCA - mat. 244.899-8 - ITEP/RN;
13) RION MATEUS SILVA ALMEIDA - mat. 244.680-4 - ITEP/RN;
14) DENILSON SIQUEIRA DO NASCIMENTO - mat. 113.002-1 - CBMRN;
15) LÚCIO WOLFF - mat. 169.696-3 - CBMRN;
16) DANIEL MAGNO SOUZA DO NASCIMENTO - mat. 224.191-9 - CBMRN.
Art. 2º - Compete à Comissão de Inventário dos bens permanentes que foram adquiridos pelo Projeto Governo Cidadão e cedidos à SESED, especialmente:
01) A verificação da localização física de todos os bens patrimoniais dos órgãos beneficiários e de controle patrimonial;
02) A avaliação do estado de conservação destes bens;

03) A identificação de bens permanentes eventualmente sem tombo;
04) A identificação de bens patrimoniados que eventualmente não possam ser localizados; e
05) A emissão de relatório final acerca das observações anotadas ao longo do processo do inventário, constando as informações quanto aos procedimentos realizados, à situação geral do patrimônio adquirido pelo Projeto Governo Cidadão, e as recomendações para corrigir as irregularidades apontadas, assim como eliminar ou reduzir o risco de sua ocorrência futura, se for o caso.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se.
GUSTAVO FERNANDES ROSADO COELHO
Secretário de Estado da Infraestrutura - SIN
Coordenador Geral do Projeto Governo Cidadão em Substituição Legal
Portaria nº 212, publicada no DOE/RN de 26 de agosto de 2023 - Documento SEI nº 21972800

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Instituto de Gestão das Águas do RN - IGARN

PORTARIA-SEI Nº 73, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADESAO A ARP 06/2023 FIRMADO ENTRE O IGARN E A EMPRESA CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELLI.

O Diretor-Presidente do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte - IGARN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar n.º 483, de 03 de janeiro de 2013, considerando a fundamentação legal disposta na Lei Federal nº. 8.666/93, visando a contratação de empresa CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELLI, inscrita sob o CNPJ de n.º 02.567.270/0001-04, para a prestação do serviço de mão de obra terceirizada, com vistas à disponibilização de 03 motoristas habilitados na categoria “B”; de 01 Auxiliar de Serviços Gerais de limpeza asseio e conservação (ASG); e de 01 Supervisor, visando atender as demandas do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte - IGARN, conforme especificações, quantitativo e exigências técnicas descritas no Termo de Referência, nos autos do processo nº. 10110019.001278/2023-24.
Art. 1º - Designar a servidora JORDANIA CARLOS DE MEDEIROS, registrada sob a matrícula n.º 2436400, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante no processo acima qualificado, no qual o IGARN é contratante;
Art. 2º. Determinar que o fiscal, ora designado, deverá:
I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua exceção, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter os seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassem a sua competência, nos termos da lei.
II - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
III - Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.
Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor nesta data.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Natal/RN, 08 de novembro de 2023.
Paulo Sidney Gomes Silva
Diretor-Presidente do IGARN

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS
PORTARIA Nº 388/2023 – DG/HRNIS

A Diretora Geral da Unidade Administrativa – Hospital Regional Dr. Nelson Inácio dos Santos- Assú/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no ato governamental e publicado no diário oficial nº15.504 de, 07 de setembro de 2023.
CONSIDERANDO a competência do Sistema Único de Saúde para ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde, prevista no art. 200, III, da Constituição e no art. 6º, III, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
CONSIDERANDO as ações de fortalecimento do ensino-serviço no Sistema Único de Saúde do Rio grande do Norte previstas na Portaria Normativa SESAP nº 001/2018;
CONSIDERANDO a Portaria-SEI nº 3300, de 19 de novembro de 2020, que Instituiu a Rede Estadual de Educação Permanente em Saúde, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte, que consiste numa rede articulada de ensino, serviço, pesquisa e extensão para potencializar ações de Educação Permanente em Saúde de forma descentralizada e regionalizada, com vistas a melhoria da qualidade assistência aos usuários do SUS-RN;
CONSIDERANDO a PORTARIA-SEI Nº 3630, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022, que institui a Política Potiguar de Educação Permanente em Saúde;
CONSIDERANDO a PORTARIA-SEI Nº 3072, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020, que Institui e regulamenta no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte das unidades hospitalares da rede SUS, de Referência e Regionais de Saúde Pública, as diretrizes para implantação dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde.
RESOLVE:
Art. 1º - Hospital Regional Dr. Nelson Inácio dos Santos, resolve implantar o Núcleo de Educação Permanente (NEP) de acordo com as portarias já citadas acima;
Art. 2º - Nomear a coordenadora do NEP, servidora: Sirlene Batista Cavalcante – Matrícula nº 229.845-7, Fisioterapeuta;
Art. 3º - Fica REVOGADA a Portaria nº 386/2023 – DG/HRNIS/SESAP, de 22 de maio de 2023.
Art. 4º- Essa Portaria tem efeito Retroativo a 22 de maio de 2023.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Assu-RN, 13 de Novembro de 2023
Kecia Maria Eufrasio de Aquino Maia
Diretora Geral
CPF: 050.762.114-06

PORTARIA-SEI Nº 2961, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 03(TRÊS) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610184.001579/2023-42	DANYELE MYLENA LOPES DE ANDRADE AZEVEDO DIAS	209.765-6V.1	24/09/2010 a 24/09/2015	01/12/2023	28/02/2024

Publique-se e Cumpra-se.
LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2962, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 03(TRÊS) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610184.001605/2023-32	MARCOS JOSE DOS SANTOS	155.780-7V.1	26/02/1996 a 26/03/2001	01/12/2023	28/02/2024

Publique-se e Cumpra-se.
LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2963, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 03(TRÊS) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) HOSPITAL REGIONAL NELSON INÁCIO DOS SANTOS.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610189.000595/2023-78	JOAO MARIA GONCALVES DE MELO	3.420-7V.1	01/04/2004 a 01/04/2009	01/12/2023	28/02/2024

Publique-se e Cumpra-se.
LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2964, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 02(DOIS) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) LABORATÓRIO CENTRAL - LACEN.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610292.000275/2023-31	JANAINA SONALE CAVALCANTE NOGUEIRA DE OLIVEIRA	204.830-2V.1	28/01/2015 a 28/01/2020	01/12/2023	28/02/2024

Publique-se e Cumpra-se.
LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2965, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 03(TRÊS) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR ANTONIO BARROS.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610264.000536/2023-50	MARIA DE FATIMA SILVA	156.107-3V.1	14/03/2001 a 14/03/2006 08/03/2016 a 08/03/2021	01/12/2023	28/02/2024

LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2966, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 06(SEIS) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) VI URSAP.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610309.000284/2023-03	RAIMUNDO CARLOS DE AQUINO	155.651-7V.1	14/03/2001 a 14/03/2006 14/03/2006 a 14/03/2011	01/12/2023	28/05/2024

LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2967, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 03(TRÊS) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR ANTONIO BARROS.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610264.000529/2023-58	POLLIANNA MARYS DE SOUZA E SILVA	224.922-7V.1	26/07/2018 a 26/07/2023	01/12/2023	28/02/2024

LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2968, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 01(HUM) mês(es), ao(s) servidor(es) abaixo especificado(s), pertencente(s) ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde Pública, com lotação no(a) LABORATÓRIO CENTRAL - LACEN.

Processo	Nome do Servidor	Matrícula	Período Concessivo (A usufruir)	Início/ usufruto	Término/ usufruto
00610743.000035/2023-81	CLAUDIO MARCIO DE MEDEIROS MAIA	198.403-9V.2	25/08/2014 a 25/08/2019	01/12/2023	30/12/2023

LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

PORTARIA-SEI Nº 2971, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 102, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994, tendo em vista o que consta no processo nº 00610788.000379/2023-73,
RESOLVE:
Art. 1º. Retificar a concessão da licença prêmio de que trata a portaria SEI Nº 2.884/2023-GS-Sesap, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.539, de 02/11/2023, do(a) servidor(a) DENIZE MELO MARTINS, Matrícula nº 97.008-5V.1, lotado no(a) HOSPITAL GERAL JOÃO MACHADO.

Onde se lê: Início 01/12/2023 Término 28/02/2024
Leia-se: Início 01/01/2024 Término 30/03/2024
LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária de Estado Adjunta-SESAP/RN

HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS
PORTARIA Nº 387/2023 – DG/HRNIS

A Diretora Geral da Unidade Administrativa – Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos – Assu-RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Ato Governamental publicado no DOE nº 15.504, em 07 de setembro de 2023, em Conformidade com o Decreto Estadual nº 33.073, de 23 de Outubro 2023, na sua Seção IV – Do Inventário de Bens - Constituição de comissão para proceder ao inventário dos bens existentes sob guarda ou Responsabilidade da unidade gestora.

R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR os seguintes servidores para compor a comissão para proceder ao inventário dos bens permanentes existentes sob guarda ou responsabilidade da unidade gestora, como também dos bens de consumo e permanentes existentes no seu almoxarifado.

SERVIDOR:	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA
Francisco das Chagas Soares	Técnico Administrativo em Saúde	154.638-4
Ilka Tamara Rebouças Gomes	Assistente Técnico em Saúde	89.217-3
Allan Victor Moraes Silva	Assistente Técnico em Saúde	243.222-6

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Assu-RN, 10 de novembro de 2023
Kecia Maria Eufrasio de Aquino Maia
Diretora Geral
CPF: 050.762.114-06

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ATO DECLARATÓRIO DE INAPTIDÃO Nº 148/2023 - SUCADI, 10 DE NOVEMBRO DE 2023
O Subcoordenador da SUBCOORDENADORIA DE CADASTRO ITINERANCIA – SUCADI, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no artigo 103, do Regulamento do ICMS, Decreto nº 31.825, de 18 de agosto de 2022. Considerando o persistente trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte, no tocante a atualizar a situação cadastral de seus contribuintes;
Considerando o que consta do Processo nº 00310026.004687/2023-56 - SUCADI, bem como pelo disposto no inciso VIII, alínea “c”, do artigo 102, do Regulamento do ICMS, Decreto nº 31.825, de 18 de agosto de 2022, que diz:

Art. 102. Dar-se-á a inaptidão da inscrição, por iniciativa da repartição fiscal quando:
VIII - o contribuinte deixar de apresentar, por um ou mais exercícios:
c) Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI);
Tendo em vista que as empresas abaixo relacionadas deixaram de apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI), por ao menos um exercício, descumprindo, assim, com o inciso XIX e XXIII, ambos do artigo 77, do Decreto nº 31.825/2022, do RICMS, acima citado,
RESOLVE:

1-DECLARAR INAPTA as Inscrições Estaduais constantes no Cadastro de Contribuintes do Estado do Rio Grande do Norte, das empresas abaixo relacionadas.

INSCRIÇÃO ESTADUAL	NOME EMPRESARIAL
206017871	ALBANIZA FRANCA GOMES 01245425498
206161000	MARIA VALERIA DE ASSIS REGIO 08580703409
205828132	JAIANE KELLY LEMOS DA COSTA 70007701470
205951716	MARIA ELZA DA SILVA 01058026461
202715159	RAIMUNDO PAULINO FERNANDES 25458779487
204773229	ANNA SUELY CARLOS DE OLIVEIRA 79259022487
204540836	25.233.571 JULYAN RODRIGO MAGALHAES COELHO
202856704	PORTAL GRAFICA E COMUNICACAO VISUAL LTDA
202579670	RODRIGO DA SILVA SOUZA 05718948445
205163742	MARINALDO XAVIER DA SILVA 04809804461
205415903	ERWIN BOHNKE JUNIOR 03731299470
204681553	MAGNA JANYNE SANTOS DE CARVALHO 09192902480
204394538	ANTONIA TEODORIA DUARTE 01204413495
204253691	DAIANE PINTO E SILVA 05764212430
204887445	29.825.127 MARCOS ANTONIO DANTAS DE FIGUEREDO
204822220	LEIDE MARI DE SOUZA DANTAS 04385870497
202961990	JOSEILMA DA SILVA SANTOS 06875729407
202695808	VIVIANE GOMES DE SOUSA ARAUJO 03004707462
205670377	CARLOS ZWEVER DE MORAIS VIEIRA 70014048450
204995108	ALEKSON DA SILVA MEDEIROS 81411413415
204454964	SEVERINO PONCIANO DE ARAUJO 90400100487
202885933	18.304.494 SELMA DA SILVA
202732940	16.550.772 RICARDO CELSO MATIAS RODRIGUES
206163789	PRISCILLA DAYSE ROCHA DE ARAUJO DANTAS 08302339466
204937540	JACONIAS ASSUERO DA SILVA 11074181433
204816394	28.922.518 ANTONIO FRANCISCO DANTAS FILHO

204222257	21.735.701 DANIEL FERNANDES DE MELO
204528763	ANTONIO CLADEMIR CAMARGO DA SILVA JUNIOR 05949074971
204612640	RAFAEL BRUNO GURGEL DE CASTRO 01200373430
202449289	JULIANA PRISCILA SOARES 07412400410
204574498	WELLINGTON DIAS DOS SANTOS 09254403458
205175635	ISABEL DAYANE SOUZA DOS SANTOS 10640054463
204196540	JOSELIA DAS VITORIAS DE OLIVEIRA 02811338403
204831091	MARIA DE FATIMA PEREIRA DE OLIVEIRA 27688330459
204642817	JOSE BORGES FILHO 35947420406
204892767	29.901.669 VERA LUCIA DA SILVA
205169716	33.734.442 ANA LUCIA DA SILVA SOARES
204848245	RENIA LIMA 04696889475
204806690	FRANCISCO ADAO DE OLIVEIRA NETO 61623164400
205572944	FRANCISCO CANINDE FERREIRA LIMA 09129854458
204878861	LUIZ ELES TAVARES DE LIMA 41347692487
205710859	41.436.725 FRANCISCO LENALDO DA SILVA MARTINS
204999243	MARILIA CEZYANE DA SILVA 08283955438
205798675	42.687.845 MARCIO LOPES ALVES
202968766	ADRIANA SAPUCAI CAVALCANTI LINS 88932400415
204737915	LUIZ NERIVAN DE ANDRADE 70299463400
205094392	THIAGO SILVA BARBOSA 70828316414
205033520	EMILLY SILVA DA ROCHA COELHO 04658810336
202306410	ZILMA DA SILVA CAMPELO 37839721400
205504019	38.085.562 JAKSON JOEL BEZERRA
204431581	CARLA SYLVANA GOMES DE OLIVEIRA 04623792480
204773474	ANA LUCIA ARAUJO CAVALCANTE DANTAS 03028541424
204763606	MIRIAN GALDINO DE OLIVEIRA 07593607402
204759331	NARIELTON MAIA BEZERRA 04601268494
204723434	ALENCAR DO NASCIMENTO LACERDA 05631261405
202953394	CASSIO RICARDO ZUZA ALVES 08987200442
205506852	FERNANDA SAIONARA VERAS DE MELO ARAUJO 01218430419
204834899	ELZA MARIA DA SILVA 02078113425
204861128	SIRIO JOSE DA CRUZ 13660392898
204966876	SEBASTIAO SUELDO MENEZES DA COSTA 48940976487
204588871	MARIA GESSIANY DE BRITO 06633297440
202662730	FRANCISCO ERIVAL DA COSTA 81403496404
205021816	DAVI BRAGA CERVEIRA 09096281497
204322987	SAVIO JOSE DE SOUZA COSTA 70237318490
205513867	38.201.425 SHEILA TEIXEIRA BORGES
204754763	ITAMAR JOSE DO NASCIMENTO 96816694449
206083696	LIDIANE LUCAS DE PAULA 01218455403
204865417	GESSICA HAMILLY DE MOURA CARVALHO 09509504408
204062519	CICERO LEITE SAMPAIO 27132521802
206110294	RAFAELA NUNES FREITAS SILVA 08912137409
204465591	24.368.560 SIMONE ARAUJO MACIEL
206424248	51.975.674 ANDRE LUIZ DIAS MOREIRA
205552854	ESTER COSTA DE ANDRADE 32265158453
205544630	CLAUDIO FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA FILHO 08712242403
202148130	10.250.446 HENRIQUE EDUARDO DE FRANCA RAMOS
204297575	LEODILSON CARVALHO DE MEDEIROS 05374827413
205133070	ZENAIDE PATRICIA SANTANA DA SILVA 06318570446
204777666	FRANCISCO ANGELO DE MEDEIROS NETO 02576016430
204355745	ARTEMIO THARLES NICODEMOS VIDAL 07958914407
205445209	WESTERLEY GOMES 02794389408
202688666	JURACICLEIDE DA SILVA OLIVEIRA 00060196416
204527503	JOSIMAR PEREIRA DA SILVA 87774313400
204893054	JHONATAN COSTA DO NASCIMENTO 06334057448
204506859	JOSE JAILSON DE MACEDO 54813352472
202027341	A M L DE MOURA
204552010	ANA MARIA AQUINO DE ARAUJO 49815512404
205652387	CLAUDIO DE OLIVEIRA E SILVA 01099599490
204295840	TEREZINHA LOURDES DE OLIVEIRA PAIVA 28905377491
204940087	30.577.865 PABLO ROBERTO PINTO DE MEDEIROS
205900798	44.007.485 MARIA DOS PRAZERES DO NASCIMENTO SOUZA
202656071	TALITA DE SOUSA BEZERRA 07161320445
204833990	ODAILSON RODRIGUES DE SOUZA 09886130423
204342767	YVONETE MACIEL DE ALMEIDA 83774157472
205220746	FRANCISCA NORMA DE ALMEIDA JUSTINO 00818468432
205871410	32.585.099 FABIO GOMES FERNANDES
205488501	ROSENEIDE DE PAULA COSTA 32395857823
204848040	SORAIA SUELY JANUARIO PEREIRA 49823477434
204824710	GEYMISSON ARAUJO GOMES 70471340421
206017952	LUCIMAR DOMINGUES BORGES SANTINI 69618682153
205232647	EDILANY CRISTINA DE SOUZA 08856482428
204766605	VALERIA TEOTONIO DA SILVA 03509015460
202884775	HUGO LEONARDO DE QUEIROZ 08118054411
204027705	ELIZONEIDE ALVES DE SA 01093419458
204376050	JANE FLOR DE OLIVEIRA SOUZA 03476351483
202640957	MARIA ALICE SILVA DOS SANTOS 49094580420
204501555	LAURA MARIA DE SOUZA LUCIO 51163586404
205527604	LUIZ EDUARDO FREITAS DE ARAUJO 70086828401
205359892	RAIFF BRAZ PORTO DE MOURA 06974865406
206156839	LUCIANO CAETANO DA SILVA 22160397806
204994543	GISELLE DE ARAUJO LIMA 05023861422
204762880	MARCIA MARIA SILVA SANTOS 10249728443
202665070	JOSE RODRIGUES NETO 62682725449
204466539	MARIA LUIZA DE MEDEIROS DANTAS 07330128414
205210066	RAIMUNDA GOMES BARBOSA 01121763480
202888908	ANTONIO FRANCISCO BATISTA DA SILVA 05185415410
204306701	PAULO DA SILVA AZEVEDO 08439309422
205925928	JOSE PAULO RODRIGUES DE OLIVEIRA 40660625806
202229750	07.702.313 REJANE BENICIO DA COSTA SILVA
204090067	ILMA MARIA FONSECA DA SILVA 02161083490
205737579	41.833.776 RAMANA BATISTA DA SILVA
205939937	NATALIA OLIVEIRA DOS SANTOS 70389879410
206132328	47.413.368 GEORGIO CARLOS DUARTE
204707072	BARBARA MATIAS CALHEIROS 11947488481
204481015	GIVALDO MEDEIROS JUNIOR 08922050403
204306892	WASHINGTON JOSE DE LIMA 91318025400
205117902	MARIA EDIJANI OLIVEIRA DA COSTA 00959768416
206087284	SIDNEY DE AVELAR BONIFACIO 09469027477
205270573	LIEGIO MAXIMO GALVAO 03676101405

206004842	VANDERLUCIO COSTA DE LIMA 06837066404
204932475	BERCLEY GOMES BEZERRA 01339816490
205330606	LUIZ GONZAGA BENTO 77062698415
204779006	28.491.458 JOSE GARIBALDI DA SILVA FILHO
204697786	27.577.955 LUCIANA KAROLINA CARLOS DA SILVA
205797580	TONY JANDSON BOTELHO RAMOS 90378008404
206131119	47.393.655 ANDRIELY NIGINA VIANA REBOUCAS MELO
205862012	MILLER NELSON DE FREITAS COSTA 06350412435
204174767	LANE KATYUSCIA DOS SANTOS MACIEL E SILVA 02535622440
205319750	GILVANIA DOS SANTOS DA SILVA 03695648473
206147236	ELIVELTON MARTINS DE AZEVEDO 08906456476
204216060	VICTOR PALHANO SILVA DE FRANCA 09734891464
205202586	CLAUDIA CRISTINA ALBANO DA SILVA 00891114432
206169108	47.977.761 ELIZANGELA LAURINDA PINHEIRO
204574412	ANITA LOUISE SOARES DE MACEDO GOMES 05821698448
204758262	28.247.246 SARAH FERNANDA ALMEIDA DE ARAUJO
202809048	MARIA APARECIDA LOPES 05108221428
204697476	27.573.854 JAQUELINE MARAFIGO DE AMICIS
205706770	SANDRA LUZIA DE MOURA SILVA 70204263441
205539467	THAMIRES CELY DA CUNHA FERREIRA 09005727446
205928749	F. J. CAMPOS
204881854	MARIA JOSE FERNANDES 87722674453
202347206	MARIA JOSE GOMES DE MEDEIROS 59909838400
204691443	MARIA GORETHE MUNIZ CAVALCANTE 37882643491
204202906	FABIO PEREIRA DA SILVA 89823761434
206315384	22.016.256 FLAVIA LETTICIA AZEVEDO DA SILVA
205361102	VALDERLI DE OLIVEIRA LIMA 93771312434
205714927	ALESSANDRO OLIVEIRA LEITE 81235895491
202380017	EDMARIO FERREIRA DE OLIVEIRA 05481056429
205390307	FRANCIVALDO MENDES DA SILVA 06781974408
204772729	MARKSUELIA DE SOUZA E SILVA PAIVA 02109820470
200984691	ANTONIO LEANDRO MELO CARVALHO
204029481	19.591.847 GELSON LIMA DE SOUZA JUNIOR
205772285	MAGNA FRANCISCA DA SILVA 06772970411
204598591	26.440.844 ROSANGELA FERREIRA DA COSTA
204113792	MIKAEL FELIX DA COSTA 03597641342
204475899	22.373.405 RICARDO RIBEIRO FERREIRA
205637752	40.425.067 JEAN DA SILVA RODRIGUES
204987288	MARINA LIMA DA COSTA FELIPE 24336190330
202926281	ERINEIDE PEREIRA DA SILVA 48988308549
205777830	ANTONIA KARINA DA SILVA 04861034477
202954633	ELPIDIO ANTONIO BEZERRA NETO 52373649420
205646379	JOILSON BARBOSA DO NASCIMENTO 59552832420
204324874	ANTONIO EVANDRO TORRES DE PAIVA 77816668449
204391768	CLEYTON MEDEIROS DA CUNHA 02057600408
204987490	MARCIUS MARCELO PEREIRA CARNEIRO SILVA 70779875400
204659310	CLAUDETE FERREIRA BATISTA 08513533475
204482364	GECIONY JOSE DA SILVA 05432066459
205086306	JOSE SILVINO DO MONTE 10728732491
205687806	MARIA DO ROSARIO SILVA DE OLIVEIRA 01059187418
206010010	GLEYDSON LUAN ARAUJO SILVA 70900471484
205919413	FABIANA NUNES DE LIMA 01795334444
202039897	J GUILHERME LOPES ELETROMOVEIS
204128366	ELIZANDRA ALEXANDRINO DE MEDEIROS 03188622473
204648700	VALTEIR JUNIOR DA SILVA 03335713478
205582176	39.704.817 EDSON GABRIEL FERREIRA GOMES
205001114	MARCELO LUIZ DE LIMA 81253036420
205762301	JONATHAN MAGNUS FONTES DE OLIVEIRA 10993777490
204779715	JOSE DAMIAO DE SOUZA 08001362418
204068142	MARIA SANDRA DE CASTRO ZUZA 36983551400
204073847	GENIVAL VIEIRA DOS SANTOS 01029524424
205184359	BRUNO EDUARDO SILVA GARCIA DE OLIVEIRA 05654978470
204469325	VANUSIA PEREIRA DE ARAUJO ANDRADE 04932385498
202588386	ELIONEIDE BARBOSA SILVA 02107547459
205211585	EDSON ROGERIO PESSOA DE LIMA 09378633439
205847927	43.314.760 MARIA DE FATIMA MAIA
205805396	ERICA MONIELLE DE FREITAS FREIRE TEIXEIRA 10692317465
202690369	GISELIA PINHEIRO DE MOURA 63849909468
205178022	EDERSON MOTA DA CRUZ 07301892446
204588324	BRUNA DAYANE SOUZA DE OLIVEIRA SILVA 10268763461
202671500	MARCILIO JERONIMO PEREIRA 05207697404
205229689	ALLAN DELON DA SILVA DANTAS 09955737433
205063675	JEAN ALVES DE OLIVEIRA 04029751466
205566502	TANIA MARIA PIRES DO NASCIMENTO 03481081766
204591120	WAGNER BRUNO FERNANDES ROCHA 07432043442
204767032	JOSE EDUARDO TRINDADE CARNEIRO 09504603467
202337189	FLAVIO BATISTA DE ANDRADE 02362507440
202855562	LUIZ TARGINO DA SILVA 07098016454
205633625	40.377.912 MANOEL GONCALO ANDRADE MARTINS
202759245	JOANA DARCI FERNANDES LOPES PAULA 02079773488
204679486	ERNANI RAMOS DA SILVA 77948220763
202635538	DANIEL LIMA DE SOUZA 05696706401
204758718	NOEMIA NEVES DE SOUSA SILVA 33059632472
205571093	39.551.332 CLEYTON JOSE FERNANDES DA SILVA
204908701	FRANCISCO SANDRO PAULINO VIEIRA FILHO 70640853480
20525619	JOZICLEBIO LINHARES LOURENCO DE ALCANTARA 66477662434
206197373	NAZARENO CARDOSO DA SILVA 87526298487
204256720	22.120.873 JOSE LEANDRO VIEIRA DE MOURA
202448037	MARIA DE JESUS 23050322420
204883768	ADALBERTO GOMES DE SOUSA JUNIOR 70988838320
204949564	ERIBALDO PEREIRA DE SOUZA 12688851420
204780993	28.510.602 PATRICIO SUASSUNA DE OLIVEIRA
205281060	DANIEL DANTAS DE OLIVEIRA 01742294103
204726050	ANDREZA DOS SANTOS CORDEIRO ARAUJO 09999758460
205801390	IVANALDO FILGUEIRA DOS ANJOS 01143202414
206228830	48.872.289 FLAVIO JUNO DA SILVA
205738435	MILENA VALESCA DE OLIVEIRA 06722770427
206336454	50.584.197 VINICIUS DAVID CASTRO DE SOUZA
204942713	VICENTE SEVERIANO DA CAMARA FILHO 06906030450
204660319	MELQUIZEDEQUE MONTEIRO ALVES 90447743449
204165520	FABIANA FERNANDES DE ALMEIDA CABRAL 01248737407
204770629	HERCULANO MEDEIROS DE MOURA 09358968486

204853966	RENNARA COSTA MORAIS 01784446424
205862659	MOISES DOS SANTOS 33922453805
205071791	ANTONIO CLARES RIBEIRO 44282079304
204593476	AMANDA MICAELI BORGES DA SILVA 10665915470
205365019	36.251.408 RICARDO GOMES DA SILVA
206304234	50.076.196 RENATO ALVES DA SILVA
204114560	ANDREIA GALVAO DO NASCIMENTO 01233911481
204066328	ELIANE TARGINO MOREIRA MAIA 50309447453
205910343	HERICK JOHNY GONCALVES DA SILVA 12598314425
204335817	JULIANA MARIA QUEIROZ DOS SANTOS 30427180856
204729530	27.915.528 FRANCISCA FABIOLA DE LUNA
205361897	36.205.922 LISSA CAVALCANTI DE LIMA BERNARDINO
204500001	JOMAR DE SENA MEDEIROS 96878070406
206177810	ROBERTA KHADJA MELO DE OLIVEIRA 07976490427
204854032	CAMILA ARAUJO RODRIGUES 07552767448
202686108	JOSEFA MEDEIROS DA ROCHA DANTAS 62612409491
205618316	TUNAZIA FREIRE DE MORAIS 07585618492
205798632	JOSE LOURENCO NETO 34556362415
204150590	SAULO RAULINO DE QUEIROZ 75119307434
202340333	JOSE VALDIR DE SOUZA COSTA 57756376404
204734886	FRANCINALDO MONTEIRO DA SILVA 02959229312
204028086	JANAINA GOMES DE ARAUJO 04305956462
205752969	GYZELLY CHRYSTINNY SOUZA DE OLIVEIRA 12387067460
204675588	27.303.399 DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA
202986829	ANDREZA PAIXAO DA CUNHA 07354965448
205694403	FELIPE GUSTAVO RAMOS MELLER 01042798931
205183980	FRANCISCA CARLISVANIA DE CARVALHO 03540908366
204698383	27.584.852 THAISY CICERA ROCHA DA COSTA
204681936	ROSIMERE TEOTONIO DA SILVA INACIO 87595060400
204515947	CARLOS DA SILVA AMARAL 96793830406
205016740	ANDRESSA JERONIMO DE ALBUQUERQUE GOMES 01821197429
206138164	47.510.940 JOSE ALCIR DE MEDEIROS MOREIRA DA SILVA
202683435	PEDRO JOSE DA SILVA 70250898420
202390276	EDILSON PORTO CORREIA 23296720553
202804020	17.352.231 ALEXANDRA SUELIA GALVAO DE MEDEIROS ACIOLE DA SILVA
204767580	CINTIA AMARAL SATURNINO WAWGINIAK 04733773900
205343007	FRANCILENE ANTONIA ELOI DA SILVA OLIVEIRA 00747638497
204981590	PRISCILLA DAIANY DANTAS MATIAS 07393271435
204088801	JOAO LAURO DA SILVA 20172338468
204220513	MARIA EDINALVA FERREIRA DA SILVA 59553200400
205454445	MARCUS THIAGO XAVIER VIEIRA 01760059439
204935709	JAQUELINE SILVA GRACIANO 08161781435
206360533	50.963.849 THALLES ANDERSON DA SILVA MIRANDA
204416710	CLEITON ALVES FERDERLE SANTOS 31117824845
204496683	ANTONIA KATIA NOGUEIRA DE QUEIROZ PINHEIRO 65539290410
205292496	ENIA MARTINS PEREIRA 03642811469
205627200	KARINNA DA LUZ MEDINA 01396025421
205493530	FRANCISCO JOSEVAN FURTADO FELIX 81698801300
204885752	JOAIS RUI BARBOSA 05821172403
206237359	48.999.632 JOSE CELIO DUARTE
204602726	26.484.450 MARLENE CRISPIM
204642230	ERICA DAIANA LOPES 09192533426
205061559	THAYSE THASSIANA BARROS DA SILVA 07963539481
205228259	MARIA ELIDIANNE SILVA DE MELO 10153443480
204657300	FERNANDA RAYSSA LUCAS DE SANTANA GOMES 07945273459
202270386	FRANCISCO RICARDO DA SILVA 00072530448
205501443	38.055.128 ANA CAROLLINE CARNEIRO DOS SANTOS REBOUCAS
206335822	50.575.503 VALESKA CAETANO LACERDA
205925154	FERNANDA LAIS DE OLIVEIRA DIAS 70477750486
205641261	SAFIRA DA SILVA SANTOS 67060927468
205641881	EURIDES BURITI DOS SANTOS 26193523472
204839840	MARIA JOSE CRISANTO TAVARES 77910907400
204157820	JONAS VICTOR DA SILVA 03083839405
205797890	RENALLY SARONY TORRES PIO 10956712436
204434157	ELIVANIA CABRAL DE LIMA 49835394415
204717515	ARIELITON GENISSON LIMA LOPES 01120569460
205280560	FRANCISCO DE OLIVEIRA 06223225407
205006515	31.508.124 PAULO RICARDO RODRIGUES DE MELO

2. DECLARAR tributariamente ineficaz e e nulo de pleno direito, não produzindo qualquer efeito, o documento fiscal cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato Declaratório.

Natal- RN, 10 de novembro de 2023.

TARCIO CABRAL DE MEDEIROS

Subcoordenador da SUCADI , Mat.203.929-0

ATO DECLARATÓRIO DE INAPTIDÃO Nº 149/2023 - SUCADI, 13 DE NOVEMBRO DE 2023

O Subcoordenador DA SUBCOORDENADORIA DE CADASTRO ITINERANCIA – SUCADI, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no artigo 103, do Regulamento do ICMS, Decreto nº 31.825, de 18 de agosto de 2022.

Considerando o disposto nos incisos III e XXIII do Artigo 77, do Regulamento do ICMS, Decreto nº 31.825, de 18 de agosto de 2022, e o que consta do Processo nº 00310026.004729/2023-59, SUCADI/SEFAZ, bem como o disposto no Artigo 102, inciso I, do mesmo diploma legal, que diz:

Art. 102: Dar-se-á a inaptidão da inscrição, por iniciativa da Repartição Fiscal, quando:

I - Ficar comprovado, através de diligência fiscal, que o Contribuinte não exerce atividades no endereço.

Considerando que a empresa abaixo citada não esta exercendo suas atividades no endereço constantes no Cadastro de Contribuinte do Estado, bem como não apresentou pedido de baixa ou alteração de endereço no prazo regulamentar, tendo assim, infringido o artigo 77, inciso II, c/c o artigo 98, todos do Regulamento do ICMS, Decreto nº 31.825, de 18 de agosto de 2022.

RESOLVE:

1-DECLARAR INAPTA a~Inscrição Estadual constantes no Cadastro de Contribuintes do

Estado do Rio Grande do Norte, da empresa abaixo relacionada

INSCRIÇÃO ESTADUAL	NOME EMPRESARIAL	ORIGEM DA SOLICITAÇÃO
20.497.411-9	JOSIEL DANTAS REBOUÇAS	PS Nº 82920/2023 –SUFISE

2. DECLARAR tributariamente ineficazes e nulos de pleno direito, não produzindo quaisquer efeitos, os documentos fiscais, cuja emissão seja posterior à data da publicação deste Ato Declaratório

Natal- RN, 13 de novembro de 2023.

TARCIO CABRAL DE MEDEIROS

Subcoordenador da SUCADI

Mat.203.929-0

PROGRAMA DE INCENTIVO FISCAL NOTA POTIGUAR
DIVULGAÇÃO PRELIMINAR DOS DADOS PARA APURAÇÃO DOS GANHADORES DOS PRÊMIOS EM DINHEIRO DO 53º PERÍODO

Período da apuração	01/10/2023 à 31/10/2023
Data do concurso da Loteria Federal que servirá de base para a apuração dos ganhadores	22/11/2023
Número do concurso da Loteria Federal que servirá de base para a apuração dos ganhadores	05819
Data prevista para a divulgação dos ganhadores da Nota Potiguar	29/11/2023
Total de bilhetes gerados	4314988
Total de pontos gerados	4763071
Arquivo comprimido (zip) contendo o relatório dos bilhetes de sorteio gerado em múltiplos PDFs	https://api.set.m.gov.br/nfp/v2/campanha/sorteio-bilhetes/81
Arquivo de assinatura (signature) do arquivo ZIP contendo os múltiplos PDFs comprimidos do relatório dos bilhetes de sorteio	https://api.set.m.gov.br/nfp/v2/campanha/sorteio-bilhetes/81/assinatura
Hash MD5 do arquivo de assinatura do arquivo ZIP contendo os múltiplos PDFs comprimidos do relatório dos bilhetes de sorteio	7187451df2113ceda6875e93196bad803
Arquivo texto comprimido (zip) com detalhes dos bilhetes de sorteio gerados	https://api.set.m.gov.br/nfp/v2/campanha/sorteio-bilhetes/81/txt
Arquivo de assinatura (signature) do arquivo texto comprimido com detalhes dos bilhetes de sorteio gerados	https://api.set.m.gov.br/nfp/v2/campanha/sorteio-bilhetes/81/txtassinatura
Hash em MD5 do arquivo de assinatura do arquivo texto comprimido com detalhes dos bilhetes de sorteio gerados	d99cecc5d3aa2caa374ba88fc79bec14
Arquivo de auditoria da distribuição da premiação das instituições	https://api.set.m.gov.br/nfp/v2/campanha/premiacao-instituicoes/53

DISTRIBUIÇÃO DOS BILHETES POR REGIÃO

	Número do Bilhete Inicial	Número do Bilhete Final	Total de Bilhetes
1a REGIÃO	1	3331698	3331698
2a REGIÃO	3331699	3426860	95162
3a REGIÃO	3426861	3519781	92921
4a REGIÃO	3519782	3583536	63755
5a REGIÃO	3583537	3743404	159868
6a REGIÃO	3743405	4169958	426554
7a REGIÃO	4169959	4270391	100433
Cidadãos com CEP inexistente no RN	4270392	4314988	44597

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS PELO DESEMPENHO NA CAMPANHA

SEQ.	INSTITUIÇÃO	CNPJ	PONTOS	QUALIFI- CADA?	RATEIO FIXO (R\$)	RATEIO PROPORCIONAL (R\$)	TOTAL (R\$)
0001	AMICO - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO CORAÇÃO DA CRIANÇA	07940906000135	399.917	Sim	897,89	2.755,04	3.652,93
0002	HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO	08337586000196	384.185	Sim	897,43	2.646,28	3.543,71
0003	CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CâNCER DURAL PAIVA	01396800000136	341.383	Sim	897,43	2.351,46	3.248,89
0004	LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CâNCER	08428765000139	340.433	Sim	897,43	2.344,92	3.242,35
0005	INSTITUTO JUVINO BARRETO	70035126000187	250.092	Sim	897,43	1.722,64	2.620,07
0006	GRUPO DE APOIO À CRIANÇA COM CâNCER	41007923000152	188.385	Sim	897,43	1.297,60	2.195,03
0007	ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ENVIADOS DE JESUS - LAR DA VOVOZINHA	08430951000102	126.131	Sim	897,43	868,79	1.766,22
0008	INSTITUTO AMANTINO CÂMARA	08261992000112	113.939	Sim	897,43	784,81	1.682,24
0009	ABRIGO DEUS E CARIDADE	08213332000166	100.099	Sim	897,43	689,48	1.586,91
0010	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/NATAL	08453920000177	96.470	Sim	897,43	664,49	1.561,92
0011	ADEVIRN- ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE	35302520000133	92.042	Sim	897,43	633,99	1.531,42
0012	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CANCER DE MOSSORO E REGIÃO	03665498000108	87.450	Sim	897,43	602,36	1.499,79
0013	ABRIGO DISPENSARIO PROFESSOR PEDRO GURGEL	08066896000113	87.313	Sim	897,43	601,41	1.498,84
0014	ARPI - ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE PRÓ-IDOSOS	24193153000160	84.023	Sim	897,43	578,75	1.476,18
0015	ALBEM - ALBERGUE DE MOSSORÓ	12703179000122	82.255	Sim	897,43	566,57	1.464,00
0016	CIADE - CENTRO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO RN	08712127000145	73.518	Sim	897,43	506,39	1.403,82
0017	ABRIGO ANÍZIA PESSOA	08483323000195	63.595	Sim	897,43	438,04	1.335,47
0018	ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES - ADOTE	08679011000151	58.999	Sim	897,43	406,38	1.303,81
0019	CASA DO MENOR TRABALHADOR DE NATAL	24192643000142	55.041	Sim	897,43	379,12	1.276,55
0020	LIGA MOSSOROENSE DE ESTUDOS E COMBATE AO CâNCER	04026039000139	52.943	Sim	897,43	364,67	1.262,10
0021	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DO RIO GRANDE DO NORTE	01583811000125	52.336	Sim	897,43	360,49	1.257,92
0022	LAR ESPÍRITA ALVORA NOVA - LEAN	24518334000110	50.324	Sim	897,43	346,63	1.244,06
0023	ABECA - ASSOCIAÇÃO BREJINHENSE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTES	29736769000154	48.842	Sim	897,43	336,42	1.233,85
0024	APAE - PAU DOS FERROS	01995456000100	47.159	Sim	897,43	324,83	1.222,26
0025	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CAICÓ-RN	08094195000198	45.999	Sim	897,43	316,84	1.214,27
0026	CASA DA CRIANÇA	21263098000140	43.849	Sim	897,43	302,03	1.199,46
0027	ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL	35797364000986	43.826	Sim	897,43	301,87	1.199,30
0028	ABIL - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE IRMÃ LINDALVA	10854907000171	42.678	Sim	897,43	293,96	1.191,39
0029	ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE NATAL	02058988000175	42.101	Sim	897,43	289,99	1.187,42
0030	ACDF: ASSOCIAÇÃO CURRAISNOVENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS	70139852000140	33.496	Sim	897,43	230,72	1.128,15
0031	AGINAT - ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE NATAL	23245677000195	32.266	Sim	897,43	222,24	1.119,67
0032	SOCIEDADE DE PROTEÇÃO E ABRIGO DOS VELHOS MONSENHOR PAULO HERÔNIO	08106627000133	31.197	Sim	897,43	214,88	1.112,31
0033	ACAPORD ASSOCIAÇÃO CAMARENSE DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	04232861000156	30.556	Sim	897,43	210,47	1.107,90
0034	AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO NORDESTE - ADRA	15778957000645	29.021	Sim	897,43	199,89	1.097,32
0035	ASSOCIAÇÃO CASA DE CARIDADE AUTA DE SOUZA	05507797000131	26.484	Sim	897,43	182,42	1.079,85
0036	CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO	12978003000183	26.190	Sim	897,43	180,39	1.077,82
0037	NÚCLEO DE AMPARO AO MENOR	70035050000190	26.094	Sim	897,43	179,73	1.077,16
0038	ASSOCIAÇÃO CARAVANA NATAL FELIZ	14525417000182	25.987	Sim	897,43	178,99	1.076,42
0039	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	08360505000179	25.676	Sim	897,43	176,85	1.074,28
0040	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A PESSOA IDOSA	08253930000169	25.108	Sim	897,43	172,94	1.070,37
0041	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO NORTE	08049504000108	23.305	Sim	897,43	160,52	1.057,95
0042	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA CRUZ	04133877000101	20.816	Sim	897,43	143,38	1.040,81
0043	CENTRO SUVAG DO RN	08587107000190	19.853	Sim	897,43	136,74	1.034,17
0044	SOCIEDADE AMIGOS DO DEFICIENTE FÍSICO DO RN	00471150000183	19.656	Sim	897,43	135,39	1.032,82
0045	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PASTOR EUGENIO MARTINS PIRES - CASEMP	00786867000114	18.743	Sim	897,43	129,10	1.026,53
0046	CASA ASSISTENCIAL NOSSO LAR	40772717000176	18.603	Sim	897,43	128,13	1.025,56
0047	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS	03399956000104	18.316	Sim	897,43	126,16	1.023,59
0048	CASA IRMA ANANILIA	01518595000134	17.972	Sim	897,43	123,79	1.021,22
0049	CENTRO ESPÍRITA IRMÃOS DO CAMINHO	12640991000156	17.772	Sim	897,43	122,41	1.019,84
0050	LAR SAO CAMILO DE LELLIS	09116120000123	17.677	Sim	897,43	121,76	1.019,19
0051	ASSOCIACAO CASA DE AMPARO E PROTECAO DE IDOSOS JOSE BERNARDO MARIMBA	05593659000112	17.018	Sim	897,43	117,22	1.014,65

0052	APAE MOSSORÓ	0828736000199	16.706	Sim	897,43	115,07	1.012,50
0053	MATERNIDADE DR. GRACILIANO LORDÃO	08464166000170	16.376	Sim	897,43	112,79	1.010,22
0054	APABB- ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE	58106519001372	15.891	Sim	897,43	109,45	1.006,88
0055	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO / CASA ABRIGO SANTA RITA DE CÁSSIA	04867162000182	15.518	Sim	897,43	106,88	1.004,31
0056	FUNDAÇÃO LAR CELESTE AUTA DE SOUZA	08533556000155	13.978	Sim	897,43	96,28	993,71
0057	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE	12871675000195	13.927	Sim	897,43	95,92	993,35
0058	FUNDAÇÃO OIKOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	07582705000103	13.852	Sim	897,43	95,41	992,84
0059	CENTRO SOCIAL LECI CAMARÁ	08119638000310	13.805	Sim	897,43	95,08	992,51
0060	CENTRO SOCIAL HERÓIS DA FÉ	08546269000180	13.291	Sim	897,43	91,54	988,97
0061	GRUPO DE ASSISTÊNCIA AS PESSOAS COM CâNCER MARIA DAS GRAÇAS DA SILVEIRA - GASPEC	18901935000104	13.069	Sim	897,43	90,01	987,44
0062	CENTRO SOCIO PASTORAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	09428764000157	12.923	Sim	897,43	89,01	986,44
0063	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ASSÚ	02568257000170	12.885	Sim	897,43	88,75	986,18
0064	LAR DA PESSOA IDOSA PEDRO EPAMINON- DAS LOPES	70033931000171	12.726	Sim	897,43	87,65	985,08
0065	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE/ MACAÍBA	12641072000105	12.716	Sim	897,43	87,58	985,01
0066	ASSOCIAÇÃO SHALOM	07044456001921	12.414	Sim	897,43	85,50	982,93
0067	ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL - PROGRAMA ALDEIA SOS NATAL	35797364001010	12.014	Sim	897,43	82,75	980,18
0068	HOSPITAL MATERNIDADE DR RUY MARIZ	08086498000169	11.747	Sim	897,43	80,91	978,34
0069	ASSOCIACAO PROTETORA DOS ANIMAIS AMOR POR TODA A VIDA	32057253000198	11.618	Sim	897,43	80,02	977,45
0070	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CEARA MIRIM	24371189000197	11.447	Sim	897,43	78,84	976,27
0071	ASSOCIAÇÃO CASA VIDA CUIDADOS PALIATIVOS	12378217000119	10.719	Sim	897,43	73,83	971,26
0072	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE SANTO ANTÔNIO DO POTENGI - AMSAP	03216226000112	10.626	Sim	897,43	73,19	970,62
0073	ACDVALE - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DE CEARA-MIRIM	11507049000151	10.398	Sim	897,43	71,62	969,05
0074	INSTITUTO HOPE-INSTITUTO DE PROTEÇÃO ANIMAL	39356292000135	10.311	Sim	897,43	71,02	968,45
0075	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO - AMAR	10844922000139	10.203	Sim	897,43	70,27	967,70
0076	ASPOSBERN - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E PESSOAS COM A SÍNDROME DE BERARDINELLI DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	03365461000156	9.826	Sim	897,43	67,68	965,11
0077	INSTITUTO RENATA PRAXEDES	39367759000142	9.652	Sim	897,43	66,48	963,91
0078	CÁRTAS DIOCESANA DE CAICÓ	08066854000182	9.597	Sim	897,43	66,10	963,53
0079	ASSOCIAÇÃO CAICOENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E MEIO AMBIENTE ACAPAM	20326345000147	9.103	Não	0,00	0,00	0,00
0080	LAR FABIANO DE CRISTO	33948381000607	9.028	Não	0,00	0,00	0,00
0081	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANGICOS - APAE ANGICOS/RN	13888587000169	9.003	Não	0,00	0,00	0,00
0082	ASSOC DAS PESSOAS COM DEFIC VISUAIS DO SERIDO - APADEVIS	08087043000168	8.581	Não	0,00	0,00	0,00
0083	GRUPO REVIVER NATAL	17695047000110	8.423	Não	0,00	0,00	0,00
0084	CENTRO DE RECUPERAÇÃO ESPIRITUAL PARA DEPENDENTES DE DROGAS	06949542000191	7.641	Não	0,00	0,00	0,00
0085	CASA DE CARIDADE MARIA DE NAZARÉ	09248334000153	7.317	Não	0,00	0,00	0,00
0086	OBRAS SOCIAIS DOM BOSCO	24517757000115	7.063	Não	0,00	0,00	0,00
0087	ASSOCIAÇÃO SHALOM	07044456001255	7.000	Não	0,00	0,00	0,00
0088	FEDERAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE ATLETISMO	08479677000166	6.695	Não	0,00	0,00	0,00
0089	FUNDAÇÃO CASA DO CAMINHO	05364676000188	6.446	Não	0,00	0,00	0,00
0090	AMJUS - ASSOCIAÇÃO DE MEIO AMBIENTE, CULTURA E JUSTIÇA SOCIAL	11111001000120	6.311	Não	0,00	0,00	0,00
0091	CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO	40772568000145	6.255	Não	0,00	0,00	0,00
0092	PROJETO O 10 DA BOLA É O 10 DA ESCOLA	20743872000157	6.055	Não	0,00	0,00	0,00
0093	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICO MUSICAL MANOEL FELIPE NERY	03807646000173	6.034	Não	0,00	0,00	0,00
0094	ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES E AMIGOS DAS CAUSAS ANIMAL E DO MEIO AMBIENTE DO RN	35295265000149	5.951	Não	0,00	0,00	0,00
0095	28º GRUPO DE ESCOTEIROS NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	07842717000120	5.884	Não	0,00	0,00	0,00
0096	ASSOCIAÇÃO DOS OSTOMIZADOS DO RN	40997843000129	5.755	Não	0,00	0,00	0,00
0097	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE LAJES	08202459000180	5.628	Não	0,00	0,00	0,00
0098	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIRGEM DOS POBRES	01020413000109	5.611	Não	0,00	0,00	0,00
0099	ASSOCIAÇÃO MACAIBENSE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - AMAI	19214427000110	5.591	Não	0,00	0,00	0,00
0100	GRUPO ESPÍRITA RENASCEr	24518730000147	5.543	Não	0,00	0,00	0,00
0101	ASSOCIAÇÃO BOA NOVA	35327816000451	5.540	Não	0,00	0,00	0,00
0102	CENTRO MODELO DE AJUDA E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS - ABRIGO MOSSORÓ	22705881000189	5.505	Não	0,00	0,00	0,00
0103	SOCIEDADE FILARMÔNICA PAUFERRENSE - SFP	15362120000106	5.461	Não	0,00	0,00	0,00
0104	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS AMIGOS DE CHIQUINHO	21203452000140	4.966	Não	0,00	0,00	0,00
0105	SOCIEDADE PROFESSOR HEITOR CARRILHO	08587099000262	4.934	Não	0,00	0,00	0,00
0106	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARELHAS	10872711000100	4.931	Não	0,00	0,00	0,00
0107	FUNDAÇÃO JOSÉ MATIAS DE ARAÚJO	03860817000128	4.902	Não	0,00	0,00	0,00
0108	ASSOCIAÇÃO BOA NOVA	35327816000532	4.866	Não	0,00	0,00	0,00
0109	ESPACO SÓCIO CULTURAL GALERIA BIOMBO DAS ARTES	28516264000111	4.855	Não	0,00	0,00	0,00
0110	ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA CASA SÃO VICENTE DE PAULO - CASA DA CARIDADE	08221285000100	4.839	Não	0,00	0,00	0,00
0111	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT	19176461000148	4.827	Não	0,00	0,00	0,00
0112	CEDECA CASA RENASCEr	24517922000139	4.636	Não	0,00	0,00	0,00
0113	ONG POLICIAIS AGENTES DA PAZ - PROJETO SOCIAL POLÍCIA MIRIM - CURRAIS NOVOS	16972206000113	4.354	Não	0,00	0,00	0,00
0114	ASSOCIAÇÃO FUTURO CAMPEÃO	33157518000192	4.298	Não	0,00	0,00	0,00
0115	ASSOCIAÇÃO AMOR VIDA SAÚDE ARTE - AVISA	24775242000115	4.194	Não	0,00	0,00	0,00
0116	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RAIMUNDA RODRIGUES - ABRAIRO	08077965000194	4.033	Não	0,00	0,00	0,00
0117	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO BASQUETE-APAB-RN (DESPORTIVO RIO GRANDE)	20393884000107	3.965	Não	0,00	0,00	0,00
0118	FEDERAÇÃO NORTE RIOGRANDENSE DE HANDEBOL	70144688000169	3.900	Não	0,00	0,00	0,00
0119	ASSOCIACAO CURRAISNOVENSE DE DIABETES - ACD	24325811000120	3.899	Não	0,00	0,00	0,00
0120	SAR - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL E URBANO	08344459000114	3.884	Não	0,00	0,00	0,00
0121	SPORT CLUB DE NATAL-ESCOLA DE REMO OLÍMPICO	09078148000113	3.815	Não	0,00	0,00	0,00
0122	COMUNIDADE TERAPÉUTICA MANAN- CIAL DE VIDAS	26352817000112	3.737	Não	0,00	0,00	0,00
0123	AUGUSTA E RESPEITAVEL LOJA SIMBOLICA LIBERDADE NR 33	27661961000101	3.727	Não	0,00	0,00	0,00

	ASSOCIACAO DE PROTETORES DOS ANIMAIS DE SANTA CRUZ-RN	36005792000134	3.695	Não	0,00	0,00	0,00
0125	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E A INFÂNCIA	08122186000163	3.644	Não	0,00	0,00	0,00
0126	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE CIDADANIA	07708428000132	3.554	Não	0,00	0,00	0,00
0127	GRUPO MULHERES EM AÇÃO	05233922000162	3.548	Não	0,00	0,00	0,00
0128	PATRONATO DA MEDALHA MILAGROSA	08427734000163	3.546	Não	0,00	0,00	0,00
0129	GRUPO CARITATIVO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	06292760000104	3.525	Não	0,00	0,00	0,00
0130	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA FEMININA DE BODYBOARDING	14666963000133	3.460	Não	0,00	0,00	0,00
0131	INSTITUTO EDUCAR PARA MUDAR - IEPM	28946235000190	3.431	Não	0,00	0,00	0,00
0132	ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA SANTA DELMIRA	20685556000176	3.316	Não	0,00	0,00	0,00
0133	SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS - SEAPAC	70035209000176	3.211	Não	0,00	0,00	0,00
0134	ASSOCIAÇÃO SWELL SURF BAÍA FORMOSA	35054838000142	3.162	Não	0,00	0,00	0,00
0135	ASSOCIACAO BENEFICENTE CASA DA UNIAO LUZ DE MARIA	30599555000162	3.117	Não	0,00	0,00	0,00
0136	ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	10703023000116	3.045	Não	0,00	0,00	0,00
0137	NUCLEO ORGANIZACIONAL DE REABILITACAO E AMPARO SOCIAL DA PESSOA COM TEA - NORTEAR	32434998000129	3.024	Não	0,00	0,00	0,00
0138	ASSOCIAÇÃO DOS CANTORES, COMPOSITORES E ARTISTAS SEMELHANTES	07678755000199	2.900	Não	0,00	0,00	0,00
0139	GRUPO DE ESCOTEIROS MAXWELL BARROS MACHADO	08306149000105	2.858	Não	0,00	0,00	0,00
0140	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DA INFÂNCIA ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE DE IPANGUAÇU	27370616000100	2.846	Não	0,00	0,00	0,00
0141	ATTITUDE COOPERAÇÃO	08691587000134	2.780	Não	0,00	0,00	0,00
0142	ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA SÍTIO FLORÂNIA	05663624000102	2.648	Não	0,00	0,00	0,00
0143	FEDERAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DE VOLEIBOL	40799603000110	2.648	Não	0,00	0,00	0,00
0144	ASSOC DOS VET E AMIGOS DO BASQUETE DO R G N - AVAB/RN	70302112000182	2.590	Não	0,00	0,00	0,00
0145	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIROS FRUTILÂNDIA I, II E FULÔ DO MATO	40984593000192	2.509	Não	0,00	0,00	0,00
0146	FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL	46250411000993	2.444	Não	0,00	0,00	0,00
0147	COLETIVO DE DIREITOS HUMANOS, ECOLOGIA, CULTURA E CIDADANIA - CDHEC	06053410000187	2.405	Não	0,00	0,00	0,00
0148	AMBAPAM - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO PAIZINHO MARIA	17140977000107	2.352	Não	0,00	0,00	0,00
0149	PROJETO BAYERNZINHO	40496439000171	2.348	Não	0,00	0,00	0,00
0150	CLUBE DE ATLETISMO DO RIO GRANDE DO NORTE	08257811000184	2.345	Não	0,00	0,00	0,00
0151	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE SÃO MIGUEL - ACESM	39141368000105	2.342	Não	0,00	0,00	0,00
0152	FEDERAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	24519951000130	2.326	Não	0,00	0,00	0,00
0153	FEDERAÇÃO AQUÁTICA NORTERIOGRANDENSE	08230351000109	2.325	Não	0,00	0,00	0,00
0154	FEDERAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DE BADMINTON	08858572000118	2.216	Não	0,00	0,00	0,00
0155	BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE DA VILA DE PONTA NEGRA	12702015000180	2.186	Não	0,00	0,00	0,00
0156	CENTRO SOCIAL SANTA ZITA	08137325000122	2.100	Não	0,00	0,00	0,00
0157	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL HANDEBOL CLUBE RN	22233083000100	2.067	Não	0,00	0,00	0,00
0158	SOCIEDADE ESPORTIVA UNIÃO	08693665000130	2.051	Não	0,00	0,00	0,00
0159	FEDERAÇÃO NORTE RIOGRANDENSE DE GINÁSTICA	02987603000154	2.043	Não	0,00	0,00	0,00
0160	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO DO RGN - AACR RN	09390295000124	2.029	Não	0,00	0,00	0,00
0161	ASSOCIAÇÃO MOSSOROENSE DE PROTEÇÃO ANIMAL E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	41068950000135	1.976	Não	0,00	0,00	0,00
0162	ASSOCIACAO CULT E ESPORT UNIVERSIT DE ALEXANDRIA ACEUA	08491219000142	1.971	Não	0,00	0,00	0,00
0163	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA GOL NA VIDA	30987639000173	1.861	Não	0,00	0,00	0,00
0164	ASSOCIAÇÃO ONCOEVIDA DE ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO DO CâNCER	22397840000172	1.851	Não	0,00	0,00	0,00
0165	ASSOCIAÇÃO RENASCEr CONSTRUINDO O FUTURO - ARCF	27190390000166	1.817	Não	0,00	0,00	0,00
0166	ASSOCIAÇÃO FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR JAIR JOSE CAMPOS DA COSTA	27390122000198	1.776	Não	0,00	0,00	0,00
0167	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TRIUNFO POTIGUAR-ASDECOM	24530412000100	1.776	Não	0,00	0,00	0,00
0168	AMAAVA	36407505000112	1.750	Não	0,00	0,00	0,00
0169	ASSOCIAÇÃO FIRMO ANTONIO CHAVES	24516908000110	1.609	Não	0,00	0,00	0,00
0170	ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DO GAÚCHO	28427493000160	1.536	Não	0,00	0,00	0,00
0171	FEDERAÇÃO DE CLUBES DE FUTEBOL 7 SOCIETY DO RIO GRANDE DO NORTE	11276733000170	1.511	Não	0,00	0,00	0,00
0172	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL JOSUE ARAUJO - FADESJA	06301291000134	1.504	Não	0,00	0,00	0,00
0173	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VOLUNTÁRIOS DA LEITURA	19190254000148	1.467	Não	0,00	0,00	0,00
0174	FEDERAÇÃO NORTERIOGRANDENSE DO DESPORTO ESCOLAR - FNDE	04191173000195	1.463	Não	0,00	0,00	0,00
0175	INSTITUTO SOCIAL IRIS	10282714000193	1.449	Não	0,00	0,00	0,00
0176	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	08712440000183	1.440	Não	0,00	0,00	0,00
0177	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANTANENSE	28857422000105	1.432	Não	0,00	0,00	0,00
0178	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE NATAÇÃO PAUÇARA	33650606000121	1.398	Não	0,00	0,00	0,00
0179	ASSOCIACAO DESPORTIVA E CULTURAL ESCOLINHA DO NINHA	33863419000126	1.392	Não	0,00	0,00	0,00
0180	CENTRO ESPORTIVO E CULTURAL LUIS ANTÔNIO	29979505000121	1.295	Não	0,00	0,00	0,00
0181	FEDERAÇÃO DE WRESTLING DO ESTADO DO RN	25004090000110	1.271	Não	0,00	0,00	0,00
0182	O UNIAO DO VALE DO APODI (UNIVAP)	06237191000196	1.168	Não	0,00	0,00	0,00
0183	SOCIEDADE EUNICE WEAVERDO RIO GRANDE DO NORTE	08563660000192	1.145	Não	0,00	0,00	0,00
0184	ASSOCIAÇÃO CRICIÚMA FUTEBOL CLUBE	31609174000180	1.128	Não	0,00	0,00	0,00
0185	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOVA PATU FUTSAL CLUBE	41744726000116	1.098	Não	0,00	0,00	0,00
0186	ORGANIZAÇÃO VOLUNTARIAS NUCLEO MUNICIPAL JARDIM DO SERIDO	08386013000152	1.074	Não	0,00	0,00	0,00
0187	COMPANHIA CULTURAL CIRANDUÍS	04061386000100	1.027	Não	0,00	0,00	0,00
0188	ASSOCIAÇÃO SCORPIONS DE FUTEBOL AMERICANO	49867937000158	906	Não	0,00	0,00	0,00
0189	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR - CECOP	10873370000197	833	Não	0,00	0,00	0,00
0190	ASSOCIACAO MISSAO NOVO TEMPO	34832185000112	829	Não	0,00	0,00	0,00
0191	CENTRO ESPÍRITA E ASSISTENCIA ALVORADA CRISTÁ	43797149000156	827	Não	0,00	0,00	0,00
0192	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SHIRO SAIGO	17836986000137	816	Não	0,00	0,00	0,00
0193	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FÊNIX- ADESF	34289333000102	693	Não	0,00	0,00	0,00
0194	CENTRO DESPORTIVO CONJUNTO GRAMORE CD CG	24520231000194	631	Não	0,00	0,00	0,00
0195	NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	04656212000182	550	Não	0,00	0,00	0,00
0196	ASSOCIACAO DESPORTIVA INDEPENDENTE DA BARRIGUDA	08766940000106	526	Não	0,00	0,00	0,00
0197	ASSOCIAÇÃO CASA FORMOSA	37197844000184	520	Não	0,00	0,00	0,00
0198	ASSOCIAÇÃO RAIMUNDA DIÓGENES	44558470000140	482	Não	0,00	0,00	0,00

0199	ASSOCIACAO CULTURAL MAESTRO ROMILDO BATISTA DOS SANTOS	07500048000108	466	Não	0,00	0,00	0,00
0200	ASSOCIAÇÃO CULTURAL CIDADE VIVA	24027796000134	373	Não	0,00	0,00	0,00
0201	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA FELIPENSE	11035568000164	316	Não	0,00	0,00	0,00
0202	ASSOCIACAO NASCIDOS DA CULTURA MACAIBENSE DE TEATRO-ANDCMT	29641615000189	299	Não	0,00	0,00	0,00
0203	ASSOCIAÇÃO GRUPO BONITAS	38112276000134	238	Não	0,00	0,00	0,00
0204	ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE CIDADÃ	45250312000191	192	Não	0,00	0,00	0,00
0205	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JK DE FUTSAL	46572175000174	180	Não	0,00	0,00	0,00
0206	ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO SIAP GOLDEN	47124644000155	122	Não	0,00	0,00	0,00
0207	ASSOCIACAO COMUNITARIA ARIZONENSE F.C	25901135000159	97	Não	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-	-	4.763.071	78	R\$70.000,00	R\$30.000,00	R\$100.000,00

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS ÀS INSTITUIÇÕES PELO DESEMPENHO NA CAMPANHA

Percentual qualificador	0,20%
Mínimo qualificador	9.526
Prêmio	R\$100.000,00
Rateio fixo – 70%	R\$70.000,00
Rateio proporcional – 30%	R\$30.000,00
Pontos qualificados	4.763.071

O conjunto dos pontos gerados pelos usuários que declararam afinidade por uma determinada instituição beneficiante é a base para o rateio dos prêmios entre elas, da seguinte forma:

- 70% do valor da premiação das entidades será rateado de forma equitativa dentre aquelas instituições que alcançaram pelo menos 0,20% do total de pontos gerados no mês; (*)
- 30% do valor da premiação das entidades será rateado proporcionalmente ao número de pontos alcançado dentre aquelas que ultrapassaram o percentual imposto no item anterior; (*)

(*) Conforme Portaria 369/2020, de 27 de Março de 2020.

Gabinete do Secretário da Secretaria de Estado da Fazenda, em Natal, domingo, 5 de novembro de 2023.

CARLOS EDUARDO XAVIER
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA Nº 853/2023* - GS/SEAP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no exercício de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 75, parágrafo único, da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994 e tendo em vista o conteúdo manifesto no Processo SEI nº 06010048.001732/2023-41:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, “ex officio” a GRATIFICAÇÃO DE ADICIONAL QÜINQUËNAL POR TEMPO DE SERVIÇO, à servidora:

NOME	MATRÍCULA	PERCENTUAL	VIGÊNCIA	
SOLANGE COUTINHO FONTOURA	82.511-5/1	ANTERIOR	ATUAL	26/10/2022
		30%	35%	

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Penitenciária, em Natal/RN, 04 de agosto de 2023.

Publique-se e Cumpra-se.

*Republicada por incorreção

Helton Edi Xavier Da Silva
Secretário de Estado da Administração Penitenciária

PORTARIA Nº 1272/2023 - GS/SEAP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no exercício das atribuições legais que lhe confere o art. 4º, Inciso XII, do Decreto nº 29.084, de 15 de agosto de 2019 e tendo em vista o conteúdo manifesto no Processo SEI nº 06010004.001425/2023-77:

CONSIDERANDO, atender aos princípios de individualização e efetividade do cumprimento penal;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 7º da Lei de Execução Penal;

RESOLVE:

Art. 1º. CRIAR a Comissão para Implementação de Classificação das pessoas Privadas de Liberdade do Estado do Rio Grande do Norte;

Art. 2º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Gestão:

I - ALESSANDRA DE SOUZA RAMOS; CPF: 723.477.911-68;

II - ANA LÍVIA FONTES DA SILVA; 068.228.804-70;

III - ANA MARIA BRAGA DE LIMA; CPF: 812.167.261-91;

IV - JÉSSICA LEAL E SILVA MACÊDO; CPF: 036.070.363-14;

V - JUCIANE PRADO LOURENÇO DA SILVA; CPF: 976.542.051-04;

VI - SELMA DA SILVA VIANA; 415.508.112-15.

Art. 3º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe Instrumental de Apoio:

I - ALESSANDRA CRISTINA DA SILVA PIMENTEL ISHIGAMI; CPF: 714.912.602-20; GERENTE DE CLASSIFICAÇÃO/ SEJUS/RO;

II - CLODOALDO DIAS BARROS VIEIRA; CPF: 408.557.162-15; CHEFE DE NÚCLEO DE CLASSIFICAÇÃO/ SEJUS/RO.

Art. 4º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe da Comissão Técnica Especial de Classificação:

I - ADRIANE MARIA DOS SANTOS CAVALCANTE; CPF: 415.977.612-49; PSICÓLOGA PENITENCIÁRIA;

II - ANA CAROLINA BALLIANA MARTINS SANTOS; CPF: 105.349.377-05; SERVIÇO SOCIAL;

III - ANA PAULA VIEIRA RAMOS; CPF: 579.662.901-82; ENFERMEIRA;

IV - ANTÔNIO DOS REIS SANTIAGO; CPF: 016.699.195-36; ASSISTENTE SOCIAL;

V - CARLA MARCELA TRINDADE DE ASSIS; CPF: 508.096.872-91; ENFERMEIRA;

VI - CIROMAR LOUREIRO DA SILVA; CPF: 031.992.257-05; PSICÓLOGO;

VII - CRISTIANE LOPES; CPF: 606.514.231-04; ASSISTENTE SOCIAL;

VIII - ELIANA ADRIANO DE FREITAS; CPF: 763.777.336-15; ENGERMEIRA;

IX - ELIDA CRISTINA CAMBRAIA; CPF: 388.355.222-53; PSICÓLOGA;

X - FERNANDA DA SILVA MOREIRA; CPF: 151.779.167-74; ASSISTENTE SOCIAL;

XI - FLÁVIA CRISTIANE LEITE DOS SANTOS; CPF: 645.506.562-04; PSICÓLOGA;

XII - GABRIELLA FIGUEIREDO COSTA; CPF: 899.031.962-53; ASSISTENTE SOCIAL;

XIII - HILKA BORGES DO NASCIMENTO; CPF: 610.503.772-49; ASSISTENTE SOCIAL;

XIV - JOSIELE ALVES AMANCIO; CPF: 119.123.257-30; ASSISTENTE SOCIAL;

XV - JULIANA CECÍLIA DO ESPÍRITO SANTO; CPF: 121.983.577-39; ASSISTENTE SOCIAL;

XVI - KELLY NOGUEIRA BATISTA; CPF: 776.277.252-91; TÉCNICA EM ENFERMAGEM;

XVII - LARA SENTIA BARBOSA BANDEIRA; CPF: 892.210.101-63; ENFERMEIRA;

XVIII - LUCIANA BECO MADUREIRA; CPF: 511.477.263-53; PSICÓLOGA;

XIX - LUCÍOLA LOPES MORAIS PEREIRA; CPF: 809.815.567-29; PSICÓLOGA;

XX - MARIZA GOMES DE OLIVEIRA; CPF: 610.210.242-87; ENFERMEIRA;

XXI - NADIA FERREIRA DE SOUZA; CPF: 762.866.062-20; ENFERMEIRA;

XXII - NEYDIANY RAMONY LIMA E SILVA LAMBORGUINI; CPF: 125.036.297-09; ASSISTENTE SOCIAL;

XXIII - RENATO BATISTA DE ARAÚJO; CPF: 817.052.712-00; ASSISTENTE SOCIAL;

XXIV - ROSANA RODRIGUES DE SOUZA; CPF: 556.094.491-20; TÉCNICA EM ENFERMAGEM;

XXV - SIMONE KATHIA DE SOUZA; CPF: 730.269.566-00; ENFERMEIRA;

XXVI - THATIANE AYRES DA SILVA; CPF: 119.293.717-13; PSICÓLOGA;

XXVII - VANIA FOGASSA; CPF: 756.201.622-49; TÉCNICO EM ENFERMAGEM;

XXVIII - VERA LÚCIA DA COSTA; CPF: 893.712.407-68; PSICÓLOGA;

XXIX - WILSON SEVERIANO TRAJANO CPF: 095.921.357-03; PSICÓLOGO;

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Penitenciária, em Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

Publique-se. Cumpra-se.

Helton Edi Xavier da Silva
Secretário de Estado da Administração Penitenciária

Contratos, Editais e Avisos

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

Trata o presente processo de pagamento no valor de R\$ 1.203,60 (mil, duzentos e três reais e sessenta centavos), a empresa Nacional Veículos e Serviços LTDA, referente a contratação de empresa concessionaria para prestação de serviços de revisão programada para fins de garantia de fábrica de veículo desta Controladoria Geral do Estado.

A presente despesa foi declarada a inexigibilidade de licitação com fundamento no Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Danielle Carvalho Assunção
Controladora-Geral do Estado Adjunta

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Aviso de Abertura Pregão Eletrônico 63/2023

A Secretaria de Estado da Administração do Estado do Rio Grande do Norte (SEAD/RN) comunica a ABERTURA do Pregão Eletrônico 63/2023, tipo (menor preço item), processo SEI/RN 00810040.001204/2022-25, cujo objeto: contratação de empresa especializada em manutenção de aeronaves, homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, conforme RBAC 145, a fim de prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças, componentes e acessórios, quando necessário, para as aeronaves modelos Bandeirante - EMB-110P1, prefixo PP-ERN e Xingu - EMB-121A1, prefixo PT - FRG. O início do acolhimento das propostas é 14/11/2023. Sessão Pública às 09h (Brasília/DF) no dia 30/11/2023 e será realizada através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, UASG 925538. Retirada de Edital acessando a página: <http://compras.rn.gov.br/> ou <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Tel: 3190-0600, ramal 1725, e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br. Luiz Eduardo Ferreira da Silva - Pregoeiro da SEAD.

Processo: 00110033.003319/2022-21 - SEAD. Espécie: Ata de Registro de Preços nº. 9.3/2023 9CPA/SEAD). Pregão Eletrônico nº 17/2022 (RP/SEAD). Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para eventual contratações de empresas prestadoras de serviço de locação de mão de obra, compreendendo as categorias de Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) e Supervisor de ASG, visando atender as necessidades dos Órgãos da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Contratada: LEANDRO F TOMÉ - CNPJ: 04.251.091/0001-99, vencedora do Lote 03, Itens: 05, Valor total do Lote: R\$ 10.984.396,80 (dez milhões, novecentos e oitenta e quatro mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos). Data da Homologação do Pregão: 02/11/2023. Signatário: LEANDRO F TOMÉ pela Contratada e o Estado do Rio Grande do Norte por meio da Secretaria de Estado da Administração - SEAD pela Contratante.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 74/2023.

Processo n.º 03910048.002459/2022-96

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor preço por item.

A Secretaria de Estado da Administração - SEAD/RN, nos autos acima descritos, oriundos da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social – SESED/RN, através da Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 716/2023 - GS/SEAD, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade acima, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE CARTUCHO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS , SÉRIE 6003, COM CA, conforme faculta o inciso I, do Art. 15, do Decreto Estadual n.º 20.103/2007, consoante as disposições constantes do Termo de Referência (Anexo I) e da Minuta do Contrato (Anexo II), partes integrantes do Edital. Este se encontra à disposição dos interessados, na internet, no site: www.licitacoes-e.com.br, sob o n.º 1021766. e www.compras.rn.gov.br/ . Data da sessão: 29/11/2023, horário (Brasília/DF): às 15:00 horas, local: www.licitacoes-e.com.br.

Qualquer informação será prestada no setor da Coordenadoria de Compras Governamentais, na Secretaria de Estado da Administração - SEAD, Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901, no horário das 08h às 17h ou pelo e-mail: cplsesed@gmail.com. Natal/RN, 13/11/2023. Maretânea Medeiros de Araújo - Pregoeira.

EXTRATO AO CONTRATO Nº 46/2023

PROCESSO Nº 00110024.003931/2023-94.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD/RN).

CONTRATADO: COMODORO COMERCIAL E NUTRIÇÃO LTDA

CNPJ: 10.461.277/0001-75.

ENDEREÇO: Av. Guanabara, 367, Bairro Aviso, Linhares/ES. CEP: 29.901-160.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais em papel para expediente, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Projeto de atividade: 16101 04 122 0100 2138 213801

Descrição: Manutenção e Funcionamento

Elementos de Despesas: 33.90.30 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500 - Recursos não vinculados de Impostos

Valor: R\$ 54.760,00 (cinquenta e quatro mil setecentos e sessenta reais)

Projeto de atividade: 16131 04 128 0100 2830 283001

Descrição: Manutenção da Escola de Governo

Elementos de Despesas:33.90.30 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 759 - Recursos Vinculados a Fundos

Valor: R\$ 6.571,20 (seis mil quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos)
VALOR:R\$ 61.331,20 (sessenta e um mil trezentos e trinta e um reais e vinte centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato ficará adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, a contar da data de assinatura, podendo ser renovado, nos termos da legislação em vigor.
DATA DA ASSINATURA: 13 de Novembro de 2023.
ASSINATURAS: Pela SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, Sr. Iranildo Germano dos Santos, pela COMODORO COMERCIAL E NUTRIÇÃO LTDA , pelo Sr .ARLINDO MELO .

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 87/2023
Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE- CNPJ nº 08.096.372/0001-75.
VIGÊNCIA: prazo indeterminado a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do RN, automaticamente prorrogado por igual período.
PROCESSO Nº 02010041.000520/2020-12– SETHAS
OBJETO: Estabelecer mútua cooperação entre a SETHAS e a Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte, visando a implementação, no âmbito do território municipal de Serra Negra do Norte/RN, do Programa do Leite Potiguar – PLP, conforme edital de chamamento público nº 02/2019.
ESPÉCIE: Termo de Cooperação nº 87/2023 – Processo administrativo nº 02010041.000520/2020-12.
VALIDADE: Após publicação no Diário Oficial do Estado/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 25.447/2015.
Natal, 10 de Novembro de 2023.
IRIS MARIA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SERGIO FERNANDES DE MEDEIROS
PREFEITO DE SERRA NEGRA DO NORTE

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 101/2023
Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ - CNPJ nº 08.173.502/0001-26.
VIGÊNCIA: prazo indeterminado a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do RN, automaticamente prorrogado por igual período.
PROCESSO Nº 02010008.001063/2020-90 – SETHAS
OBJETO: Estabelecer mútua cooperação entre a SETHAS e a Prefeitura Municipal de Cerro Corá, visando a implementação, no âmbito do território municipal de Cerro Corá/RN, do Programa do Leite Potiguar – PLP, conforme edital de chamamento público nº 02/2019.
ESPÉCIE: Termo de Cooperação nº 101/2023 – Processo administrativo nº 02010008.001063/2020-90
VALIDADE: Após publicação no Diário Oficial do Estado/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 25.447/2015.
Natal, 10 de novembro de 2023.
IRIS MARIA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
RAIMUNDO MARCELINO BORGES
PREFEITO DE CERRO CORÁ

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 113/2023
Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA - CNPJ nº 01.612.369/0001-18.
VIGÊNCIA: Indeterminada a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do RN, automaticamente prorrogado por igual período.
PROCESSO 02010008.001313/2020-91 – SETHAS
OBJETO: Estabelecer mútua cooperação entre a SETHAS e a Prefeitura municipal de Fernando Pedroza visando a implementação, no âmbito do território municipal, do Programa do Leite Potiguar – PLP, conforme edital de chamamento público nº 02/2019.
ESPÉCIE: Termo de Cooperação nº 113/2023– Processo administrativo nº 02010008.001313/2020-91.
VALIDADE: Após publicação no Diário Oficial do Estado/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 25.447/2015.
Natal, 13 de Novembro de 2023.
IRIS MARIA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 113/2023
Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA - CNPJ nº 01.612.369/0001-18.
VIGÊNCIA: Indeterminada a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do RN, automaticamente prorrogado por igual período.
PROCESSO 02010008.001313/2020-91 – SETHAS
OBJETO: Estabelecer mútua cooperação entre a SETHAS e a Prefeitura municipal de Fernando Pedroza visando a implementação, no âmbito do território municipal, do Programa do Leite Potiguar – PLP, conforme edital de chamamento público nº 02/2019.
ESPÉCIE: Termo de Cooperação nº 113/2023– Processo administrativo nº 02010008.001313/2020-91.
VALIDADE: Após publicação no Diário Oficial do Estado/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 25.447/2015.
Natal, 13 de Novembro de 2023.
IRIS MARIA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 112/2023
Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETHAS, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL - CNPJ nº 08.348.963/0001-92.

VIGÊNCIA: indeterminada a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do RN.
PROCESSO Nº 02010041.000567/2020-86 – SETHAS
OBJETO: Estabelecer mútua cooperação entre a SETHAS e a Prefeitura municipal de UMARIZAL visando a implementação, no âmbito do território municipal, do Programa do Leite Potiguar – PLP, conforme edital de chamamento público nº 02/2019.
ESPÉCIE: Termo de Cooperação nº 06/2021 – Processo administrativo nº 02010041.000567/2020-86
VALIDADE: Após publicação no Diário Oficial do Estado/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 25.447/2015.
Natal, 13 de novembro de 2023.
IRIS MARIA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
RAIMUNDO NONATO DIAS PINHIERO
PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL

Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN - EMATER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2023
PROCESSO: 02610015.004913/2023-32
DAS PARTES: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER. CNPJ: 08.281.073/0001-05 e a empresa MOTORDIESEL SERVIÇOS E AUTOPEÇAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.527.573/0001-66
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de óleo lubrificante de veículos para atender as necessidades da frota de veículos da EMATER/RN
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme Termo de Dispensa 37/2023
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Ano Financeiro: 2023
Função programática: 20.606.4010.3192 – 319201 Subação: 319201 - Realizar contratação de entidade prestadora de serviços de ATERElemento de Despesa: 33.90.30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
Fonte: 0.7.04.000122
Valor: R\$ 14.865,40 (quatorze mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)
Assinatura do Ato: 13/11/2023
Natal, 13 de novembro de 2023
Cesar José de Oliveira - Diretor Geral - Emater/RN

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA - SAPE

RESULTADO DO CONVITE-004/2023
PROCESSO N. 00710014.000632/2023-94– CONVITE nº 004/2023
OBJETO: Escolha de proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de engenharia que visam a recuperação de partes críticas do prédio da SAPE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A Comissão Permanente de Licitação da SAPE-RN, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados o resultado do CONVITE 004/2023 a seguir: a empresa PRIME ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 41.447.198/0001-33, HABILITADA E CLASSIFICADA do certame acima, fica declarada VENCEDORA com o valor total de R\$ 54.415,08 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e oito centavos), por ter atendido aos requisitos do Edital.
Natal, 13 de novembro de 2023.
Sonia Maria Holanda Melo
PRESIDENTE DA CPL-SAPE

AVISO AOS LICITANTES
PROCESSO N. 00710008.003018/2023-63– CONVITE nº 005/2023
A Comissão Permanente de Licitação da SAPE, torna público que realizará no dia 22/11/2023, às 10:00 (DEZ) horas, na sua sede, o CONVITE 005/2023, cujo objeto é a escolha de proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Junto ao o Portal de Convênios do Governo Federal (SICONV) e Plataforma Mais Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O edital com as demais especificações encontra-se à disposição dos interessados na sede da SAPE, com a CPL, situada no Centro Administrativo do Estado, Bloco IV – Lagoa Nova – Natal/RN, no horário de 8:00 às 13:00 horas, podendo ser adquirido pelo email: cplsape.m@gmail.com.
Natal, 13 de novembro de 2023.
Sonia Maria Holanda Melo
Presidente da CPL

RESULTADO DO CONVITE-004/2023
PROCESSO N. 00710014.000632/2023-94– CONVITE nº 004/2023
OBJETO: Escolha de proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de engenharia que visam a recuperação de partes críticas do prédio da SAPE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A Comissão Permanente de Licitação da SAPE-RN, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados o resultado do CONVITE 004/2023 a seguir: a empresa PRIME ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 41.447.198/0001-33, HABILITADA E CLASSIFICADA do certame acima, fica declarada VENCEDORA com o valor total de R\$ 54.415,08 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e oito centavos), por ter atendido aos requisitos do Edital.
Natal, 13 de novembro de 2023.
Sonia Maria Holanda Melo
PRESIDENTE DA CPL-SAPE

AVISO AOS LICITANTES
PROCESSO N. 00710008.003018/2023-63– CONVITE nº 005/2023

A Comissão Permanente de Licitação da SAPE, torna público que realizará no dia 22/11/2023, às 10:00 (DEZ) horas, na sua sede, o CONVITE 005/2023, cujo objeto é a escolha de proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Junto ao o Portal de Convênios do Governo Federal (SICONV) e Plataforma Mais Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O edital com as demais especificações encontra-se à disposição dos interessados na sede da SAPE, com a CPL, situada no Centro Administrativo do Estado, Bloco IV – Lagoa Nova – Natal/RN, no horário de 8:00 às 13:00 horas, podendo ser adquirido pelo email: cplsape.m@gmail.com.
Natal, 13 de novembro de 2023.
Sonia Maria Holanda Melo
Presidente da CPL

Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte - CEASA

EXTRATO DO TERMO RESCISÃO DO CONTRATO – 24/2023 - CEASA
A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE - CEASA/RN, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAPE e ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, torna pública a formalização do Termo Aditivo abaixo descrito:
Processo Administrativo de nº 03110004.000690/2023-76.
Contrato Nº: 24/2023-CEASA
Contratante: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A – CEASA/RN.
Contratada: AMBIENTE LIMPO SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 14.475.635/0001-50, localizada na avenida Manoel Martins dos santos, nº 1301 - VIDA NOVA, PARNAMIRIM/RN.
Objetivo: Rescisão do contrato de nº 24/2023 a contar de 25/10/2023.
Fundamento Legal: cláusula quinta do contrato de nº 24/2023.Local e Data: Natal/RN, 07 de novembro de 2023.
Pela CEASA/RN: FLÁVIO MORAIS – Diretor Presidente e AQUEUS ELIAQUIM ALMEIDA DE MACEDO – Diretor Financeiro.
Pela Contratada: IVANEIDE LOPES DE MEDEIROS– Representante Legal.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

Processo nº 00510050.000038/2020-25-SESED/RN
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2023
PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL (CONTRATANTE) E A EMPRESA TOYOTA DO BRASIL LTDA (CONTRATADA)
OBJETO: A prorrogação do prazo de entrega do bem, ao Contrato nº 058/2023, publicado em DOE/RN, na edição nº 15.447, de 16 de junho de 2023,...., passando a ter a seguinte redação:
6. CLÁUSULA SEXTA – ENTREGA DO OBJETO
6.1 - O prazo previsto no subitem 6.1 do presente contrato será prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 18/10/2023, encerrando-se em 17/11/2023, conforme autorização do Ordenador de Despesas
FUNDAMENTO LEGAL – Inciso II do § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 - Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos e alterações; e, supletivamente, Contrato nº 058/2023-SESED/RN, mais especificamente a Cláusula Sexta - Entrega do Objeto; Solicitação de Prorrogação do Prazo de entrega do bem (Id.22849052) e Relatório de Termo Circunstanciado do Fiscal do Contrato
DATA/LOCAL: Natal/RN, 07 de novembro de 2023
ASSINATURAS: OSMIR DE OLIVEIRA MONTE - Secretário Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social (Contratante) e NELSON RESCALLI JUNIOR, TOYOTA DO BRASIL LTDA (Contratada)
Testemunhas: Leonardo da Silva Romeiro e EDILSON CHACON FREITAS

PROCESSO Nº: 00510106.000359/2023-80
ASSUNTO: CONTRATO Nº 147/2023-SESED
INTERESSADO: Ofício nº 44/2022–SPC/SESED
PARTES: Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a empresa JR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME
OBJETO: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para reaparelhar e modernizar as unidades de repressão ao tráfico de drogas do Sistema de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, sendo esta adstrita ao respectivo crédito orçamentário, com início a partir de sua assinatura e eficácia legal a contar da publicação de seu extrato na imprensa oficial, conforme preceituum o art. 57, da Lei nº 8.666/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21132 - 06 - 181 - 1002 - 1488 - 148801 - 0.700 - 33.90.30 - 27 Material de Manobra e Patrulhamento e Treinamento de Segurança
VALOR TOTAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
LOCAL E DATA: Natal/RN, 13 de novembro de 2023
ASSINATURA DAS PARTES: OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social (CONTRATANTE) e LUIZA PINHEIRO FERNANDES MALHEIRO (CONTRATADA)
TESTEMUNHAS: Edilson Chacon Freitas e Wilson Luiz Ribeiro

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023
Processo nº 00510099.000830/2022-95
Interessado: CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES AÉREAS
A Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social, por seu representante legal e no uso de suas atribuições, RATIFICA, por este termo, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para com as despesas decorrentes da contratação de empresa especializada na execução de serviços no motor ARRIEL ID1, PN: 0292005220 e SN: 9820 instalado no helicóptero do CIOPAER-RN, modelo AS350 B2, prefixo PR-YFF, no valor de R\$ 982.730,04 (novecentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta reais e quatro centavos), junto à SAFRAN HELICOPTER ENGINES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 48.090.120/0001-53, representante exclusiva no Brasil, para as operações nos motores da marca SAFRAN, das famílias Makila, Arriel e Arrius, no setor aeronáutico, conforme Declaração de Exclusividade - Ref. AIAB-019/2022, emitida pela Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil-AIAB, a presente contratação terá seu prazo de vigência de 12 (doze) meses. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, com início a partir da data de assinatura e com eficácia legal a contar da sua publicação na imprensa oficial, sendo esta adstrita ao respectivo crédito orçamentário, conforme preceitua o art. 57, da Lei nº 8.666/93.
O procedimento possui fundamento nos arts. 25, caput, e 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações, de acordo com o Parecer da Assessoria Técnica desta Secretaria, e tendo em vista os documentos que instruem o processo eletrônico em epígrafe. Publique-se.
Natal/RN, 10 de novembro de 2023.
OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social

PROCESSO Nº: 00510106.000356/2023-46
ASSUNTO: CONTRATO Nº 144/2023-SESED
INTERESSADO: Ofício nº 44/2022–SPC/SESED
PARTES: Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a empresa B & S SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA
OBJETO: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para reaparelhar e modernizar as unidades de repressão ao tráfico de drogas do Sistema de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, sendo esta adstrita ao respectivo crédito orçamentário, com início a partir de sua assinatura e eficácia legal a contar da publicação de seu extrato na imprensa oficial, conforme preceituum o art. 57, da Lei nº 8.666/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21132 - 06 - 181 - 1002 - 1488 - 148801 - 0.700 - 44.90.52 - 33 Equip para Áudio Vídeo e Foto

VALOR TOTAL: R\$ 35.596,27 (trinta e cinco mil quinhentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos)
LOCAL E DATA: Natal/RN, 13 de novembro de 2023
ASSINATURA DAS PARTES: OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social (CONTRATANTE) e GABRIEL SAAD CUNHA DIB (CONTRATADA)
TESTEMUNHAS: Edilson Chacon Freitas e Wilson Luiz Ribeiro

PROCESSO Nº: 00510106.000357/2023-91
ASSUNTO: CONTRATO Nº 145/2023-SESED
INTERESSADO: Ofício nº 44/2022–SPC/SESED
PARTES: Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social e a empresa IGM COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS
OBJETO: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para reaparelhar e modernizar as unidades de repressão ao tráfico de drogas do Sistema de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, sendo esta adstrita ao respectivo crédito orçamentário, com início a partir de sua assinatura e eficácia legal a contar da publicação de seu extrato na imprensa oficial, conforme preceituum o art. 57, da Lei nº 8.666/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21132 - 06 - 181 - 1002 - 1488 - 148801 - 0.700 - 44.90.52 - 33 Equip para Áudio Vídeo e Foto
VALOR TOTAL: R\$ 36.979,84 (trinta e seis mil novecentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)
LOCAL E DATA: Natal/RN, 13 de novembro de 2023
ASSINATURA DAS PARTES: OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social (CONTRATANTE) e ITALO GOES MENEZES (CONTRATADA)
TESTEMUNHAS: Edilson Chacon Freitas e Wilson Luiz Ribeiro

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000718/2023-27 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E ALCINARA GUTINEIA DA SILVA BEZERRA CPF nº 050.698.524-50, ESCOLA ESTADUAL VALE DO PITIMBU - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 26/09/2023 a 25/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 025.891.024-02
CPF nº 465.838.314-49

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000734/2023-10 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E APARECIDA LOPES DE MEDEIROS LIMA CPF nº 065.526.284-98, CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENADOR JESSÉ PINTO FREIRE - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ÁREA DE INFORMÁTICA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 19/09/2023 a 18/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 094.734.614-70
CPF nº 503.193.024-15

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410043.002906/2023-07 - 15ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E TAIS CRISTINA NUNES PEREIRA GURGEL CPF nº 092.001.584-04, ESCOLA ESTADUAL GILNEY DE SOUZA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: GEOGRAFIA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 12/09/2023 a 11/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 008.318.884-31
CPF nº 010.858.854-88

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002938/2023-24 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E WENIA FERNANDA CAVALCANTE FERREIRA CPF nº 088.684.074.00, ESCOLA ESTADUAL MANOEL JUSTINIANO DE MELO - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

FUNÇÃO: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 04/10/2023 a 03/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 032.935.974-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002955/2023-61 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E KATIA DAYANA DE AVELINO AZEVEDO CPF nº 074.208.434-57, ESCOLA ESTADUAL JERÔNIMO ROSADO - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 29/09/2023 a 28/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 032.935.974-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002917/2023-17 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E ELINEUZA SOARES DE SOUSA CPF nº 030.931.864.55, ESCOLA ESTADUAL PROF. HERMÓGENES NOGUEIRA DA COSTA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 02/10/2023 a 01/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 967.965.374-91

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000821/2023-77 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E TATIANA DE SOUZA BARBOSA CPF nº 009.621.114-81, ESCOLA ESTADUAL PEREGRINO JÚNIOR - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: HISTÓRIA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 17/10/2023 a 16/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 474.488.144-00
CPF nº 025.891.024-02

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002931/2023-11 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E MARTA MAIA PEDROSA CPF nº 480.582.384-49, ESCOLA ESTADUAL ANTONIO BEZERRA DE SALES - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
FUNÇÃO: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 28/09/2023 a 27/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 967.965.374-91

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000794/2023-32 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E IDINARIA FAUSTINO PEREIRA CPF nº 035.039.934-44, ESCOLA ESTADUAL BELÉM - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA

PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: HISTÓRIA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 26/09/2023 a 25/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 094.734.614-70
CPF nº 503.193.024-15

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410043.003189/2023-22 - 15ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E MARIA EMILIA FREITAS CPF nº 029.026.584-35, ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO ANTÔNIO DE MOURA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 16/10/2023 a 15/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 008.318.884-31
CPF nº 010.858.854-88

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.003062/2023-33 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E CLAUDÉCIO ALMEIDA DOS SANTOS CPF nº 566.075.394-91, ESCOLA ESTADUAL JOÃO DE ABREU - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 17/10/2023 a 16/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 967.965.374-91

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410041.001848/2023-14 - 14ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E SILANDIA DE OLIVEIRA FONTES BARBOZA CPF nº 019.817.924-30, ESCOLA ESTADUAL SERRINHA DOS PINTOS - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 30/10/2023 a 29/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 874.927.504-63
CPF nº 301.122.494-34

EXTRATO DE CONTRATO Nº00410031.001864/2023-18 - 3ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, ALINE MONIQUE LIMA CHAVES GOMES CPF nº 097.443.094-31, ESCOLA ESTADUAL DELZUITE MARIA SOARES DA COSTA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 31/08/2023 a 30/08/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 851.995.674-20
CPF nº 897.824.704-06

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002860/2023-48 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, SILVIA ZILMARA MAIA CPF nº 056.314.374-65, ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR RAIMUNDO GURGEL - DE

ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 26/09/2023 a 25/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 032.935.974-67
CPF nº 597.877.244-49

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002864/2023-26 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, LEANDRO BATISTA DE ARAUJO , CPF nº100.825.644-77 ,ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ DE FREITAS NOBRE - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: HISTÓRIA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 29/09/2023 a 28/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 967.965.374-91

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002854/2023-91 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, GRAZIELLA MACÊDO BATISTA , CPF nº034.284.963-88 , ESCOLA ESTADUAL GILBERTO ROLA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 26/09/2023 a 25/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 967.965.374-91

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000736/2023-17 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, LUCIANA SILVA FIGUEIREDO CPF nº 967.046.910-49, CEJA PROFESSORA LIA CAMPOS - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 06/09/2023 a 05/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 094.734.614-70
CPF nº 503.193.024-15

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002872/2023-72 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, MARCOS DANIEL ROSA DE FREITAS CPF nº 101.570.114-02, ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR RAIMUNDO GURGEL - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: HISTÓRIA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 26/09/2023 a 25/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 032.935.974-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410040.002883/2023-52 - 12ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, JO-

SIELLE RAQUEL DANTAS DA SILVA CPF nº 107.017.134-45, ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: LINGUA PORTUGUESA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 27/09/2023 a 26/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 597.877.244-49
CPF nº 032.935.974-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000724/2023-84 -1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, REGILENE SOARES DA SILVA CPF nº 089.305.754-12, ESCOLA ESTADUAL JOÃO FLORÊNCIO DA HORA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 27/09/2023 a 26/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 094.734.614-70
CPF nº 025.891.024-02

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000735/2023-64 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, JANAINA DA SILVA GOMES CPF nº082.426.764-88, ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: QUÍMICA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 16/10/2023 a 15/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 025.891.024-02
CPF nº 474.488.144-00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410042.003389/2023-95 - 13ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, FELIPE FERNANDES DE MENEZES CPF nº 017.527.344-83, ESCOLA ESTADUAL SEVERIANO MELO - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: MATEMÁTICA
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 06/10/2023 a 05/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 254.596.274-00
CPF nº 595.136.404-34

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000747/2023-99 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, KAIONARA CYBELLE FERNANDA CARER CPF nº 059.892.474-43, ESCOLA ESTADUAL CAFÉ FILHO - DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 16/10/2023 a 15/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 026.978.064-58 - CPF nº 465.838.314-49

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00410133.000773/2023-17 - 1ª DIREC DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, SUZAN

KELLY DANTAS CARNEIRO CPF nº 057.570.404-75, CEJA PROFESSORA LIA CAMPOS DE ACORDO COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, E ALTE- RADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.
DISCIPLINA: ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 23/10/2023 a 22/10/2024
CLAUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO, O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 474.488.144-00
CPF nº 150.368.124-68

1ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410133.000679/2022-87 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E FRANCISCO HAROLDO DA SILVA, CPF nº 051.953.054-39, ESCOLA ESTADUAL DOM JOSÉ ADELINO DANTAS - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.
DISCIPLINA:LÍNGUA INGLES
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 17/11/2023 até 16/11/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (Quatro mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subse- quente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 474.488.144-00
CPF nº 150.368.124-68

6ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410035.002231/2022-14 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E EDJANE MIRANDA DE QUEIROZ SILVA, CPF nº 023.499.034-19, ESCOLA ESTADUAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA CLARA TETÉO - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERA- DA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.
DISCIPLINA:EDUCAÇÃO ESPECIAL
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 08/06/2023 até 07/06/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (Quatro mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subse- quente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 282.479.654-53
CPF nº 359.278.281-91

6ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410035.002192/2022-47 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E MARIA MARTA NEPOMUCENO RODRIGUES CANDIDO, CPF nº 100.010.994-18 , ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA DE LOURDES BEZERRA - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, AL- TERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.
DISCIPLINA:EDUCAÇÃO ESPECIAL
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 14/06/2023 até 13/06/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (Quatro mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subse- quente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 282.479.654-53 - CPF nº 359.278.281-91

2ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410030.001396/2022-19 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E MOZART DANTAS DA SILVA XAVIER, CPF nº 100.010.994-18 , ESCOLA ESTADUAL DE EMAÚS - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

DISCIPLINA:HISTÓRIA
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 03/06/2023 até 02/06/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (Quatro mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subse- quente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 297.247.834-72
CPF nº 032.669.304-10

12ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁ- RIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410040.002279/2022-45 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E JORDANA LORENA NOGUEIRA DE SOUZA, CPF nº 094.577.734-54 , ESCOLA ESTADUAL MANOEL JOÃO - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.
DISCIPLINA:ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 28/07/2023 até 27/07/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (Quatro mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subse- quente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 967.965.374-91
CPF nº 597.877.244-49

2ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410030.001374/2022-41 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E MARDEN DANTAS DA SILVA, CPF nº 692.526.614-68 , ESCOLA ESTADUAL MARIA CRISTINA - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.
DISCIPLINA:LÍNGUA PORTUGUESA
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 02/06/2023 até 01/06/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (Quatro mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subse- quente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 032.669.304-10
CPF nº 029.560.034-96

13ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁ- RIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410042.002906/2022-28 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E RAÍSA QUEIROGA BARRETO, CPF nº 096.866.294-32, ESCOLA ESTADUAL FERREIRA PINTO - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.
DISCIPLINA:SUPORTE PEDAGÓGICO
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 28/09/2023 até 27/09/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.420,55 (Quatro mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) até o décimo dia do mês subse- quente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 254.596.274-00
CPF nº 595.136.404-34

7ª DIREC
RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEM- PO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410034.001622/2022-13 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E ALAN JUNIOR BEZERRA DE LIMA, CPF nº 017.712.414-89, ESCOLA ESTADUAL PREFEITO JOÃO ATAÍDE DE MELO - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.
DISCIPLINA:EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 11/11/2023 até 10/11/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.486,27 (Quatro mil e quatrocentos e Oitenta e seis e vinte e sete centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 021.542.764-58
CPF nº 607.613.934-04

7ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410034.001620/2022-24 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E HELOISA KALINE CARDOSO DANTAS, CPF nº 085.645.434-60, ESCOLA ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL COSME FERREIRA MARQUES - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018. DISCIPLINA:EDUCAÇÃO ESPECIAL
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 07/11/2023 até 06/11/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.486,27 (Quatro mil e quatrocentos e Oitenta e seis e vinte e sete centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 535.754.234-15
CPF nº 021.542.764-58

7ª DIREC – RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO RENOVAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR TEMPO DETERMINADO DE 12 MESES, IMPRORROGÁVEIS, A PARTIR DA DATA DO FIM DO CONTRATO ORIGINAL. REFERENTE AO PROCESSO Nº 00410034.001604/2022-31 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER E FÁBIO MACEDO DE ARAÚJO, CPF nº 039.370.244-84, ESCOLA ESTADUAL MANOEL FERNANDES - COM A LEI Nº 9.353 DE 19/08/2010, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 9.737, DE 26.06.2013, COM PUBLICAÇÃO NO DOE DE 27.06.2013 E ALTERADA PELA LEI Nº 10.149 DE 24 DE JANEIRO DE 2017 E PELA LEI Nº 10.323 DE 09 DE JANEIRO DE 2018. DISCIPLINA:ATIVIDADE POLIVALENTE
CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O presente contrato terá vigência de 07/11/2023 até 06/11/2024
CLAUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO
O CONTRATANTE obriga-se a pagar, como retribuição pelos serviços prestados pelo (a) o valor mensal de R\$ 4.486,27 (Quatro mil e quatrocentos e Oitenta e seis e vinte e sete centavos) até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.
Natal/RN 13.11.2023
MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA
Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer
Testemunhas:
CPF nº 535.754.234-15
CPF nº 021.542.764-58

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

AVISO DE LICITAÇÃO
Assunto: Pregão Eletrônico nº 44/2023 – UASG 925543
Processo nº: 04410005.000817/2023-16. Objeto: Registro de Preços das propostas mais vantajosas para futuras aquisições de equipamentos e materiais de áudio e vídeo e similares, em atendimento aos convênios nº 8526 81/2017, 873021/2018, 903149/2020, 913350/2021, 928383/2022, 929385/2022 firmados para atendimento das demandas da Unidades internas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Abertura às 09:00 de 07/12/2023 no COMPRASNET. Edital disponível em COMPRASNET e www.uern.br. Dúvidas pelo (84) 3315-2113 ou pregao@uern.br.
Mossoró/RN, 13/11/2023.
Raissa Carla Fernandes Lobato Marques
Agente de Contratação
Portaria nº 1581/2023 - GP/FUERN

Fundação José Augusto - FJA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 370/2023
PROCESSO Nº. 03610043.003411/2023-92
O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.
OBJETO: contratação do tenor SAULO PEREIRA ALVES DE SOUSA, CPF: 700.029.014-55 para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023, evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.
JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: SAULO PEREIRA ALVES DE SOUSA CPF: 700.029.014-55. Opera com exclusividade os serviços.
INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), tem nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.90 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.
CONTRATADO: SAULO PEREIRA ALVES DE SOUSA CPF: 700.029.014-55.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
JOSE GILSON MATIAS BARROS,
Diretor Geral

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 363/2023
PROCESSO Nº. 03610043.003403/2023-46
O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.
OBJETO: contratação da MARCELA MARIA SILVA DE LIMA, CPF: 077.225.564-42 para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023,evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.
JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: MARCELA MARIA SILVA DE LIMA MEDEIROS CPF: 077.225.564-42. Opera com exclusividade os serviços.
INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), tem nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.90 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.
CONTRATADO: MARCELA MARIA SILVA DE LIMA MEDEIROS CPF: 077.225.564-42.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
JOSE GILSON MATIAS BARROS,
Diretor Geral

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2023.
O processo abaixo relacionado, de interesse da FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, teve reconhecida e ratificada sua dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, em sua redação atualizada que permite tal procedimento. Dentro em vista que o valor dos serviços não ultrapassa os 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do Art. 23 da referida Lei, dispondo especialmente sobre:
PROCESSO: 03610034.001041/2023-68
INTERESSADO: JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO CPF:010.727.324-16
OBJETO: Contratação de um profissional especializado na prestação de serviços gráficos em impressão de matrizes de textos e imagens para atender as necessidades do parque gráfico da Gráfica e Editora Manimbu, equipamento esse não disponível no parque gráfico, pelo período de 60 dias.
VALOR: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais.
LOCAL E DATA: Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
JOSÉ GILSON MATIAS BARROS, DIRETOR GERAL DA FJA
REPUBLIQUE-SE POR INCORREÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2023.
O processo abaixo relacionado, de interesse da FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, teve reconhecida e ratificada sua dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, em sua redação atualizada que permite tal procedimento. Dentro em vista que o valor dos serviços não ultrapassa os 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do Art. 23 da referida Lei, dispondo especialmente sobre:
PROCESSO: 03610034.001042/2023-11
INTERESSADO: FRANCISCO ALVES DA SILVA CPF:107.700.114-20
OBJETO: Contratação de um profissional especializado na prestação de serviços gráficos em acabamento para atender as necessidades do parque gráfico da Gráfica e Editora Manimbu, equipamento esse não disponível no parque gráfico, pelo período de 60 dias.
VALOR: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)
Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais.
LOCAL E DATA: Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
JOSÉ GILSON MATIAS BARROS, DIRETOR GERAL DA FJA
REPUBLIQUE-SE POR INCORREÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 360/2023
PROCESSO Nº. 03610043.003400/2023-11
O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.
OBJETO: contratação do tenor JÔNATAS MEIRELES DE SOUZA, CPF: 087.323.184-80 - PORTADOR DO CNPJ: 29.524.689/0001-35, para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023,evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.
JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: JONATAS MEIRELES DE SOUZA CNPJ: 29.524.689/0001-35. Opera com exclusividade os serviços.
INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são de Informamos que as despesas do presente processo, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), têm nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Elemento de Despesa: 33.90.39.18 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.
CONTRATADO: JONATAS MEIRELES DE SOUZA CNPJ: 29.524.689/0001-35.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
JOSE GILSON MATIAS BARROS,, Diretor Geral

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 365/2023
PROCESSO Nº. 03610043.003406/2023-80
O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.
OBJETO: contratação do baixo SEVINALDO DA SILVEIRA BARRETO, CPF:271.758.634-20 para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023,evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.
JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: SEVINALDO DA SILVEIRA BARRETO CPF: 271.758.634-20. Opera com exclusividade os serviços.

INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), tem nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.90 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CONTRATADO: SEVINALDO DA SILVEIRA BARRETO CPF: 271.758.634-20.

Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

JOSE GILSON MATIAS BARROS,

Diretor Geral

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 366/2023

PROCESSO Nº. 03610043.003407/2023-24

O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.

OBJETO: contratação do tenor THEMIS ROCHA DA SILVA, CPF: 595.508.564-53, para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023,evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: THEMIS ROCHA DA SILVA CPF: 595.508.564-53. Opera com exclusividade os serviços.

INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), tem nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.90 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CONTRATADO: THEMIS ROCHA DA SILVA CPF: 595.508.564-53.

Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

JOSE GILSON MATIAS BARROS,

Diretor Geral

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 367/2023

PROCESSO Nº. 03610043.003408/2023-79

O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.

OBJETO: contratação do tenor VENÍCIUS ALVES VIANA, CPF: 012.081. 924-42, para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023,evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: VENICIUS ALVES VIANA CPF: 012.081.924-42. Opera com exclusividade os serviços.

INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), tem nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.90 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CONTRATADO: VENICIUS ALVES VIANA CPF: 012.081.924-42.

Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

JOSE GILSON MATIAS BARROS,

Diretor Geral

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 369/2023

PROCESSO Nº. 03610043.003410/2023-48

O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.

OBJETO: contratação do tenor CAIO CESAR DE SOUZA MEDEIROS, CPF: 101.631.164-82, para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023,evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: CAIO CESAR DE SOUZA MEDEIROS CPF: 101.631.164-82. Opera com exclusividade os serviços.

INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), tem nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.90 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CONTRATADO: CAIO CESAR DE SOUZA MEDEIROS CPF: 101.631.164-82.

Natal/RN, 10 de novembro de 2023.

JOSE GILSON MATIAS BARROS,

Diretor Geral

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 368/2023

PROCESSO Nº. 03610043.003409/2023-13

O Processo abaixo relacionado de interesse da Fundação José Augusto, teve reconhecida sua inexigibilidade de licitação.

OBJETO: contratação de VILMA ARAUJO DA COSTA, CPF: 829.023.724-34, para realização de uma apresentação musical junto à Camerata de Vozes do RN a ser realizada no 21º Festival Paraibano de Coros – Fepac 2023,evento de caráter internacional, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira - Fundação Espaço Cultural – Funesc, em João Pessoa – Paraíba.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que: VILMA ARAUJO DA COSTA CPF: 829.023.724-34. Opera com exclusividade os serviços.

INFORMAÇÃO FINANCECIRA E VALOR: Informamos que as despesas do presente processo são 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), tem nesta data, a seguinte Dotação Orçamentária: 18.201.13.392.022.227201 - Manutenção e Funcionamento. Natureza de Despesa: 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Elemento de Despesa: 33.90.36.90 Serviços de Promoções Artística, culturais, turísticas, recreativas e desportivas. Fonte de Recurso: 0.500.000000 - Recursos não vinculados de Impostos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CONTRATADO: VILMA ARAUJO DA COSTA CPF: 829.023.724-34.

Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

JOSE GILSON MATIAS BARROS,

Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 022/2023-SIN

O Secretário de Estado da Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações do Relatório emitido pela Comissão Especial de Licitação que a presidiu (23300937), resolve homologar o resultado da licitação relativa à CONCORRÊNCIA Nº 022/2023-SIN, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA - RPMON, LOCALIZADO NA AVENIDA MARIA ANGÉLICA DE ARAÚJO (RN-160) – JUNDIAÍ, MACAÍBA, RN, nos autos do processo 01510303.000038/2022-11, da seguinte forma: classificar e declarar vencedora a licitante HB ENGENHARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 16.992.154/0001-47, com o valor apresentado na proposta de R\$ 8.528.342,83 (oito milhões, quinhentos e vinte e oito mil trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos).

Natal/RN, (data da assinatura eletrônica).

GUSTAVO FERNANDES ROSADO COELHO

Secretário de Estado da Infraestrutura

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2023-SIN

PROCESSO Nº: 00610046.000757/2022-11

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE OFICINA ORTOPÉDICA FIXA VINCULADA AO CENTRO DE REABILITAÇÃO INFANTIL E ADULTO (CRI/CRA), LOCALIZADO ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR, 1900, BARRO VERMELHO.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL/SIN, no uso de suas atribuições, torna público que após análise da documentação de propostas de preços, DECIDE CLASSIFICAR as licitantes por cumprirem todas as exigências do Edital, conforme relatório de análise de Propostas de Preços (ID. 23289125), na seguinte ordem: 1º M DOIS ENGENHARIA LTDA, R\$ 1.048.548,39 (um milhão, quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos); 2º APIAN ENGENHARIA EIRELI R\$ 1.141.384,78 (um milhão, cento e quarenta e um mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos); 3º ETC - EMPRESA TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO EIRELI; R\$ 1.149.021,31 (um milhão, cento e quarenta e nove mil vinte e um reais e trinta e um centavos); 4º ENGEVAC ENGENHARIA LTDA R\$ 1.160.898,00 (um milhão, cento e sessenta mil oitocentos e noventa e oito reais); 5º HB ENGENHARIA LTDA - EPP, R\$ 1.176.211,51 (um milhão, cento e setenta e seis mil duzentos e onze reais e cinquenta e um centavos).

Conforme o resultado da classificação das licitantes, esta Comissão DECLARA como vencedora do Certame a licitante M DOIS ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.338.988/0001-40, com o valor apresentado de R\$ 1.048.548,39 (um milhão, quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos); Considerando o prazo recursal disposto no art. 109, I, alínea a da Lei 8.666/93, o processo encontra-se com vistas às interessadas para requererem o que couber, na forma da lei.

Natal/RN, data da assinatura eletrônica.

MÁRCIO FERREIRA DO NASCIMENTO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA CPL/SIN-RN

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO E GESTÃO

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 011/2023

Processo Administrativo nº 00210062.000047/2023-96

Cedente: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN

Cessionária: Departamento de Estradas de Rodagens do Rio Grande do Norte

Objeto: Cessão de uso de bens móveis.

Amparo Legal: A Lei nº 8.333/93, o Decreto Estadual nº 22.539/11 e o Contrato de Acordo de Empréstimo nº 8276 – BR celebrado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento–BIRD.

Vigência: O termo de cessão terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30 de dezembro de 2023

Data de Assinatura: 10 de janeiro de 2023

Assinaturas: Gustavo Fernandes Rosado Coelho pela Cedente e Natécia Shirley Nunes pela Cessionária.

ANEXO ÚNICO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 011/2023						
ITEM	DESCRIÇÃO	PROCESSO	QUANTIDADE	TOMBO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Veículo SUV VW T Cross Sense	00110024.005060/2022-62	02	34266 e 34265	130.090,00	260.180,00
2	Veículo Fiat Cronos Drive 1.3	00110060.002175/2022-69	01	34256	120.000,00	120.000,00
TOTAL GERAL		380.180,00				

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 015/2023

Processo Administrativo nº 00210062.000062/2023-34

Cedente: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN

Cessionária: Secretária de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SESED

Objeto: Cessão de uso de bens móveis.

Amparo Legal: A Lei nº 8.333/93, o Decreto Estadual nº 22.539/11 e o Contrato de Acordo de Empréstimo nº 8276 – BR celebrado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento–BIRD.

Vigência: O termo de cessão terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30 de dezembro de 2023

Data de Assinatura: 13 de janeiro de 2023

Assinaturas: Gustavo Fernandes Rosado Coelho pela Cedente e Francisco Canindé de Araújo Silva pela Cessionária

ANEXO ÚNICO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 015/2023						
ITEM	DESCRIÇÃO	PROCESSO Nº	QUANT.	TOMBO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Veículo VW SUV - T Cross Sense TSI	00210038.007213/2020-00	13	34292, 34295, 34289, 34290, 34296, 34294, 34288, 34297, 34299, 34291, 34300, 34298 e 34293	132.090,00	1.717.170,00
TOTAL GERAL		1.717.170,00				

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 035/2023

Processo Administrativo nº 00210062.000288/2023-35

Cedente: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN

Cessionária: Assessoria de Comunicação Social do Governo do Estado do RN,

Objeto: Cessão de uso de bens móveis.

Amparo Legal: A Lei nº 8.333/93, o Decreto Estadual nº 22.539/11 e o Contrato de Acordo de Empréstimo nº 8276 – BR celebrado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento–BIRD.

Vigência: O termo de cessão terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30 de dezembro de 2023
Data de Assinatura: 08 de fevereiro de 2023
Assinaturas: Maria Virginia Ferreira Lopes pela Cedente e Daniel Cabral de Oliveira pela Cessionária.

ANEXO ÚNICO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS 035/2023						
ITEM	DESCRIÇÃO	PROCESSO Nº	QUANT.	TOMBO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Veículo VW SUV T-Cross Sense	00110024.005060/2022-62	03	34261, 34279 e 34287	132.090,00	132.090,00
TOTAL GERAL		396.270,00				

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 078/2023
Processo Administrativo nº 00210062.001785/2022-70
Cedente: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN
Cessionária: Secretaria de Turismo - SETUR
Objeto: Cessão de uso de bens móveis.
Amparo Legal: A Lei nº 8.333/93, o Decreto Estadual nº 22.539/11 e o Contrato de Acordo de Empréstimo nº 8276 – BR celebrado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento–BIRD.
Vigência: O termo de cessão terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30 de dezembro de 2023
Data de Assinatura: 15 de dezembro de 2022
Assinaturas: Gustavo Fernandes Rosado Coelho pela Cedente e Ana Maria da Costa pela Cessionária.

ANEXO ÚNICO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 078/2022						
ITEM	DESCRIÇÃO	PROCESSO Nº	QUANT.	TOMBO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Automóvel VW T CROSS SENSE TSI	00110024.004040/2022-74	02	34059 e 34072	132.090,00	264.180,00
02	Automóvel Cronos Drive 1.3	00110060.001862/2022-67	02	34096 e 34103	120.000,00	240.000,00
TOTAL GERAL		504.180,00				

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23.01970 - SEI: 03210327.000208/2023-08 – CONTRATANTE: CAERN. CONTRATADA: FIEL COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA – OBJETO: Aquisição de rolamentos e buchas de fixação, conforme Processo Licitatório nº 0081/2023. VALOR: R\$ 18.351,04 (dezoito mil trezentos e cinquenta e um reais e quatro centavos). PRAZO: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura da Ordem Inicial de Fornecimento. FONTE DE RECURSOS: Reserva Orçamentária nº 000959/2023. VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado – DOE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC.
Natal/RN, 10 de novembro de 2023.
Diogo Breno Oliveira Moraes - Assessor de Editais e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23.01941 - SEI: 03210327.000485/2023-11 – CONTRATANTE: CAERN. CONTRATADA: AJA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – OBJETO: Aquisição de materiais em ferro fundido e aço carbono, conforme Processo Licitatório nº 0059/2023 e Ata de Registro de Preços 0051/2023. VALOR: R\$ 373.737,16 (trezentos e setenta e três mil setecentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos). PRAZO: 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura da Ordem Inicial de Fornecimento. FONTE DE RECURSOS: Reserva Orçamentária nº 000945/2023. VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado – DOE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
Diogo Breno Oliveira Moraes
Assessor de Editais e Contratos

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21.02257 – SEI: 03210005.002474/2021-38 – CONTRATANTES: CAERN / AÇÃO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA. OBJETO: Retificação da Cláusula Primeira do II, renovação do prazo, reajuste e estabelecer valor, para o contrato cujo objeto é Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em redes coletoras e ramais de esgoto no Sistema de Esgotamento Sanitário de Parnamirim - Lote 01, em caráter contínuo, sob demanda. PRAZO: Prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados de 17 de novembro de 2023 a 16 de novembro de 2024. VALOR: R\$ 807.019,95 (oitocentos e sete mil dezenove reais e noventa e cinco centavos). FONTE DE RECURSOS: Reserva Orçamentária nº 000906/2023. VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado – DOE e no Portal da Transparência da CAERN. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 71 e 81, §7º da Lei 13.303/2016 c/c artigos 164 e 178 do RILCC e lei 10.192/2001.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
Diogo Breno Oliveira Moraes
Assessor de Editais e Contratos

PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
CAERN – Cia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte, localizada na AV. Sen. Salgado Filho, 1555 Natal/RN CGC nº 08.334.385/0001-35, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente o Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença Simplificada do Sistema Subadutor de Boa Cica, contemplando poços e subadutora, no Município de Nísia Floresta/RN, no Estado do Rio Grande do Norte.
Eng.º Sergio Eduardo Rodrigues da Silva
Diretor de Empreendimentos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23.02065 - SEI: 03210298.000055/2023-85– CONTRATANTE: CAERN. CONTRATADA: ELECTRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES – OBJETO: Prestação dos serviços de serviços de gestão, consultoria, assessoria e representação no ambiente de contratação livre de energia, conforme Processo Licitatório nº 0083/2023. VALOR: R\$ 525.892,96 (quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). PRAZO: 59 (cinquenta e nove) meses, a contar da assinatura da Ordem Inicial de Serviços. FONTE DE RECURSOS: Reserva Orçamentária nº 000624/2023. VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado – DOE e no Portal da Transparência da CAERN. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 13.303/2016 do Regulamento Interno das Licitações Contratos e Convênios – RILCC.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
Diogo Breno Oliveira Moraes
Assessor de Editais e Contratos

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

Agência Transfusional do Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra (HJPB)
Extrato de compromisso/ Processo nº 00610537.000148/2023-11
Compromitente: Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra
Compromissário: Hospital Maternidade Presidente Café Filho
Objeto: Execução de atividades hemoterápicas referentes ao fornecimento de hemocomponentes por parte do comprometente para utilização terapêutica do compromissário.
Vigência: 24 meses, com validade a partir da data da assinatura e eficácia com a publicação do extrato.
Fundamento legal: RDC n º34 de 11/06/2014-ANVISA, e as que se sucederem, RDC nº306 de 07/12/2014- Portaria conjunta com ANVISA/SAS nº 370 de 07/05/2014, e as que se sucederem.
Signatários: Compromitente- José Carlos leão da Silva (Diretor geral Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra), compromissário- Vinicius Igor Alexandre Cavancante Silva (Diretor Geral Hospital Maternidade Presidente Café Filho)
Responsável tecnico: Andressa Christyne silva rebouças (Agência transfusional do Hospital Dr. Pedro Bezerra)
Natal,11 de Novembro de 2023.

Hospital Giselda Trigueiro
Extrato do 1º Termo Aditivo ao contrato nº 004/2023 - Processo: 00610495.000008/2023-87.
Contratada: CONSTAG – Construções e Serviços LTDA – CNPJ: 41.005.786/0001-17.
Objetivo: Prorrogação de Vigência e Validade do Contrato nº 004/2023 SESAP/HGT – referente à prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos de radiologia médica raios-X portátil, marca Lotus, modelo Pegaso 500, Serial 0124, patrimônio 33.973.
Do Valor: Fica estabelecido para os serviços objeto deste Termo Aditivo o valor global de R\$ 40.556,00 (quarenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), para custear o período compreendido entre 25/03/2024 à 24/03/2025. Sendo, R\$ 4.604,00 (quatro mil, seiscentos e quatro reais) destinados à manutenção preventiva, e, R\$ 35.952,00 (trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais) para fins de manutenção corretiva.
Dotação orçamentária: 241315 24131 238201 – Manutenção das Unidades Hospitalares.
Elemento de Despesa¹: 33.90.39.17 – Manut. Conserv. Máquinas e Equipamentos.
Elemento de Despesa²: 33.90.30.25 – Material para Manutenção de Bens Móveis.
Fonte de Recurso: 0.5.00.000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos.
Da Validade e Vigência: O presente aditivo terá validade e vigência de 25/03/2024 à 24/03/2025, eficácia com publicação do extrato no DOE, permanecendo em vigor as demais cláusulas anteriormente pactuadas e não alteradas.
Da Fundamentação Legal: art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
Da fiscalização e gestão do contrato: O referido instrumento será gerenciado e fiscalizado pelo servidor João Paulo Gomes de Oliveira, mat. nº 205.112-6 - ocupante do cargo de Responsável pelo Setor de Radiologia do HGT.
Signatários: André Luciano de Araújo Prudente, pela Contratante, e João Maria de Jesus Chaves, pela Contratada.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
Aviso de Licitação – PE Nº 28/2023
OBJETO: Aquisição de elevadores de transferência de pacientes
A Pregoeira do HMWG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização da Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item. A abertura e disputa se dará no dia 28/11/2023 às 09:00h (horário de Brasília-DF) no provedor: www.comprasnet.gov.br, UASG: 926086. Informações: (84)3232-7610. O Edital disponível no referido site e no www.compras.m.gov.br.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
Ana Cleide Costa Fernandes, Pregoeira

Agência Transfusional do Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra (HJPB)
Extrato de compromisso/ Processo nº 00610537.000148/2023-11
Compromitente: Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra
Compromissário: Unidade de Pronto Atendimento Potengi
Objeto: Execução de atividades hemoterápicas referentes ao fornecimento de hemocomponentes por parte do comprometente para utilização terapêutica do compromissário.
Vigência: 24 meses, com validade a partir da data da assinatura e eficácia com a publicação do extrato.
Fundamento legal: RDC n º34 de 11/06/2014-ANVISA, e as que se sucederem, RDC nº306 de 07/12/2014- Portaria conjunta com ANVISA/SAS nº 370 de 07/05/2014, e as que se sucederem.
Signatários: Compromitente- José Carlos leão da Silva (Diretor geral Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra), compromissário: Swami Bezerra (Diretor Geral Unidade de Pronto Atendimento Potengi)
Responsável tecnico: Andressa Christyne silva rebouças (Agência transfusional do Hospital Dr. Pedro Bezerra)
Natal, 11 de Novembro de 2023.

Agência Transfusional do Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra (HJPB)
Extrato de compromisso/ Processo nº 00610537.000148/2023-11
Compromitente: Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra
Compromissário: Hospital Maternidade Belarmina Monte
Objeto: Execução de atividades hemoterápicas referentes ao fornecimento de hemocomponentes por parte do comprometente para utilização terapêutica do compromissário.
Vigência: 24 meses, com validade a partir da data da assinatura e eficácia com a publicação do extrato.
Fundamento legal: RDC n º34 de 11/06/2014-ANVISA, e as que se sucederem, RDC nº306 de 07/12/2014- Portaria conjunta com ANVISA/SAS nº 370 de 07/05/2014, e as que se sucederem.
Signatários: Compromitente- José Carlos leão da Silva (Diretor geral Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra), compromissário: Maria Miranda Paula de Souza(Diretora geral Hospital Maternidade Belarmina Monte)
Responsável tecnico: Andressa Christyne silva rebouças (Agência transfusional do Hospital Dr. Pedro Bezerra)
Natal, 11 de Novembro de 2023.

Agência Transfusional do Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra (HJPB)
Extrato de compromisso/ Processo nº 00610537.000148/2023-11
Compromitente: Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra
Compromissário: Hospital Dr. Percílio Alves de Oliveira
Objeto: Execução de atividades hemoterápicas referentes ao fornecimento de hemocomponentes por parte do comprometente para utilização terapêutica do compromissário.
Vigência: 24 meses, com validade a partir da data da assinatura e eficácia com a publicação do extrato.
Fundamento legal: RDC n º34 de 11/06/2014-ANVISA, e as que se sucederem, RDC nº306 de 07/12/2014- Portaria conjunta com ANVISA/SAS nº 370 de 07/05/2014, e as que se sucederem.
Signatários: Compromitente- José Carlos leão da Silva (Diretor geral Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra), compromissário: Gisele catro de Moraes Ribeiro (Diretora Geral Hospital Dr. Percílio Alves de Oliveira)
Responsável tecnico: Andressa Christyne silva rebouças (Agência transfusional do Hospital Dr. Pedro Bezerra)
Natal, 11 de Novembro de 2023.

Agência Transfusional do Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra (HJPB)
Extrato de compromisso/ Processo nº 00610537.000148/2023-11
Compromitente: Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra

Compromissário: Instituto do Rim
Objeto: Execução de atividades hemoterápicas referentes ao fornecimento de hemocomponentes por parte do compromitente para utilização terapêutica do compromissário.
Vigência: 24 meses, com validade a partir da data da assinatura e eficácia com a publicação do extrato.
Fundamento legal: RDC n º34 de 11/06/2014-ANVISA, e as que se sucederem, RDC nº306 de 07/12/2014- Portaria conjunta com ANVISA/SAS nº 370 de 07/05/2014, e as que se sucederem.
Signatários: Compromitente- José Carlos leão da Silva (Diretor geral Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra), compro-
missário: Artur Quintiliano Bezerra da Silva (Diretor do Instituto do Rim)
Responsável tecnico: Andressa Christyne silva rebouças (Agência transfusional do Hospital Dr. Pedro Bezerra)
Natal, 11 de Novembro de 2023.

Agência Transfusional do Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra (HJPB)
Extrato de compromisso/ Processo nº 00610537.000148/2023-11
Compromitente: Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra
Compromissário: Hospital Municipal da Mulher e Maternidade Leide Moraes
Objeto: Execução de atividades hemoterápicas referentes ao fornecimento de hemocomponentes por parte do compromitente para utilização terapêutica do compromissário.
Vigência: 24 meses, com validade a partir da data da assinatura e eficácia com a publicação do extrato.
Fundamento legal: RDC n º34 de 11/06/2014-ANVISA, e as que se sucederem, RDC nº306 de 07/12/2014- Por-
taria conjunta com ANVISA/SAS nº 370 de 07/05/2014, e as que se sucederem.
Signatários: Compromitente- José Carlos leão da Silva (Diretor geral Hospital Dr. Jose Pedro Bezerra), compro-
missário: Graco Dorneles Cunha Junior (Hospital Municipal da Mulher e Maternidade Leide Moraes)
Responsável tecnico: Andressa Christyne silva rebouças (Agência transfusional do Hospital Dr. Pedro Bezerra)
Natal, 11 de Novembro de 2023.

HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA
EXTRATO DE DISPENSA Nº 20.2023 - Processo nº 00610763.000051/2023-35
OBJETO: aquisição de Dispenser para álcool, sabonete, papel toalha e papel higiênico, para atender as necessidades do Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena.
Fundamento Legal: Inciso II do Artigo 24 da Lei 8.666/93.
Valor Global: R\$: 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais).
Beneficiários: J. FERNANDES NETO LTDA, CNPJ 40.783.060/0001-42.
Maria José de Pontes
Diretora Geral
Natal, 13 de novembro de 2023.

Extrato de Termo de Adesão da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 028/2022 - SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN/MJSP; Processo: 00610091.000634/2023-16;
Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle da manutenção preventiva, corretiva, plotagem e adesivagem de veículos (Quarteirização), incluindo fornecimento de peças, acessórios e transporte por guincho - com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para atender a frota de veículos da SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE;
Fundamento: art. 15 da Lei nº 8.666/93, lei 10.520/2002;
Valor Total: R\$ 1.119.504,20 (um milhão, cento e dezenove mil quinhentos e quatro reais e vinte centavos);
Beneficiário: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30;
Lyane Ramalho Cortez
Secretária de Estado da Saúde Pública

Extrato de Termo de Dispensa de Licitação nº 48/2023/SCS – Processo: 00610909.000579/2022-21;
Objeto: contratação emergencial de serviços médicos, em escalas de plantões, de caráter ininterrupto, para atuar na regulação das portas de urgências dos serviços de saúde monitorados pela Coordenadoria de Regulação em Saúde e Avaliação (CORSa), através da Central de Acesso às Portas Hospitalares (CAPH), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme especificação e quantitativo estimado no quadro 1;
Fundamento: Artigo 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93;
Valor Total: R\$ 511.632,00 (quinhentos e onze mil, seiscentos e trinta e dois reais);
Beneficiário: COOPMED/RN–COOPERATIVA MÉDICA DO RN, CNPJ 05.651.380/0001-48;
Lyane Ramalho Cortez
Secretária de Estado da Saúde Pública

Extrato de Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 71/2023/SCS – Processo 00610091.000850/2023-61;
Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, incluindo substituição de peças, acessórios e serviços especializados de veículos pertencente a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte;
Fundamento: Artigo 25 da Lei nº 8.666/93;
Valor Total: R\$ 49.107,96 (quarenta e nove mil, cento e sete reais e noventa e seis centavos);
Beneficiário: NACIONAL VEICULOS E SERVICOS LTDA, CNPJ: 04.770.238/0006-61;
Lyane Ramalho Cortez
Secretário de Estado da Saúde Pública

SESAp/CES/RN
O Plenário do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte/CES/RN, conforme deliberações na 321ª Reunião Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2023, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei Complementar nº 346, de 04 de julho de 2007;
APROVA:
Nota sobre a Proposta de Emenda Constitucional/PEC do Plasma - Sangue
PEC da venda do plasma: a privatização chega ao sangue Constitucionalmente instituído para atender a todos de forma integral e universal, o Sistema Único de Saúde não tem conseguido atender aos seus princípios fundamentais em decorrência de graves equívocos conceituais na sua condução e execução. Atenção básica sem resolutividade e relegada a um plano secundário, força de trabalho precarizada e desvalorizada, financiamento insuficiente e inadequado e um forte processo de privatização, que tornam o Sistema inviável, inadmissível e insustentável, estão na raiz das suas históricas dificuldades. Depois da privatização da assistência, através da contratação do privado de forma substitutiva ao público; da força de trabalho, através das terceirizações, cooperativas, contratos precários e de pessoas jurídicas; e da própria gerência e gestão da Rede, através das organizações sociais, OSCIPs, Serviços Sociais Autônomos, Fundações de Direito Privado, Ebserh e congêneres, a sanha privatista chega agora diretamente à vida das pessoas, através da PEC 12/2022 que propõe alterar o artigo 199 e parágrafos da Constituição Federal, que veda todo tipo de comercialização de partes do corpo humano, órgãos e tecidos, no qual se inclui, como tecido humano, o sangue. O incentivo financeiro a que pessoas pratiquem o comércio do seu próprio sangue - ao invés de estimular o altruísmo e a solidariedade entre as pessoas - não está em sintonia com uma sociedade humanista e voltada para atender aos interesses coletivos. As dificuldades que hoje existem no atendimento às demandas da população, no que diz respeito aos hemoderivados, como os Fatores VIII e IX, o complexo protrombínico, o fator de Von Willebrand, a albumina e as imunoglobulinas, são consequência da falta de investimentos na plena estru-

turação do SUS. Para atendermos às reais necessidades da população e do SUS hoje, calculadas em três toneladas de plasma, precisamos captar 600 mil litros de plasma qualificado por ano, quando hoje dispomos de apenas 200 mil litros. Não será, com certeza, privatizando o sangue/plasma das pessoas que essa demanda será atendida. Em nenhuma das citadas áreas do SUS em que a privatização se assenhorou do nosso Sistema, a população foi beneficiada, todos os números mostram isso. A privatização precarizou a força de trabalho com impacto negativo direto na qualidade dos serviços, tornou mais difícil o acesso aos serviços e transformou o SUS numa política financeira e politicamente insustentável. A tendência natural da PEC que estabelece a privatização do sangue/plasma, é de uma exacerbação da mercantilização da vida das pessoas, do enfraquecimento do SUS e do aumento da exclusão no atendimento das pessoas. Em defesa do SUS e da vida, o Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte, ao tempo que manifesta sua total discordância com a referida proposta legislativa, defende investimentos públicos na hemorrede, na qualificação dos hemocentros e serviços de hemoterapia, bem como a conclusão definitiva da HEMOBRÁS, que nos possibilitem superar a dependência que tem nos custado vidas incalculáveis e US\$ 500 milhões em importações de hemoderivados, de modo a dessa forma atender de forma plena, universal, integral e democrática, a população que do SUS necessita.
Natal/RN, 01 de novembro de 2023
Pleno do Conselho Estadual de Saúde/CES RN

SESAp/CES/RN
O Plenário do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte/CES/RN, conforme deliberações na 321ª Reunião Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2023, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei Complementar nº 346, de 04 de julho de 2007;
APROVA:
Nota Sobre o Piso da Saúde em 2023:
Desde a criação e regulamentação do SUS que seu Controle Social, traduzido na atuação dos Conselhos de Saúde e demais instâncias de participação como Plenárias e Conferências de Saúde, têm desenvolvido permanente e incansável luta na defesa de um financiamento que possibilite a plena estruturação do Sistema e lhe permita as condições para o cumprimento dos seus ditames constitucionais.
Apesar de ser um pleito que unifica todos os atores independente de orientação ideológica, embora saibamos bem que os objetivos não são necessariamente os mesmos, essa demanda nunca foi convenientemente encaminhada em função das políticas restritivas socialmente falando, impostas pelos sucessivos governos que têm conduzido os destinos do nosso país.

Após um dos mais difíceis momentos da sua história, com a famigerada EC do “teto de gastos” garroteando violentamente as políticas públicas e muito particularmente o SUS, vislumbramos no ano em curso a retomada desse debate com reais chances de evolução, à partir de um novo Arcabouço Fiscal que extinguiu “teto de gastos” e principalmente de um novo governo com outra orientação naquilo que diz respeito às políticas públicas e à área social. O fim do teto de gastos, que diga-se, retirou cerca de R\$ 70 bi entre 2018 e 2022, significa na prática a volta da validade do artigo 198 da Constituição Federal, especificamente os 15% das Receitas Correntes Líquidas do exercício, que corresponde ao apurado após a arrecadação do último dia do exercício financeiro.
A emenda parlamentar que incluiu o artigo 15 no Projeto de Lei Complementar 136, que dispõe sobre as compensações tributárias para estados e municípios, é um assunto estranho totalmente ao conteúdo do referido projeto de lei, ao tempo em que, de forma inconstitucional, impõe ao orçamento do SUS no ano em curso, a subtração de aproximadamente R\$ 20 bilhões, ao estabelecer o piso do SUS para 2023 em 15% do valor estimado na Lei Orçamentária de 2023, ou seja, observando as Receitas Correntes Líquidas originalmente estimada, e não ao efetivamente arrecadado.
Por ser inconstitucional, enquanto altera a Constituição através de lei complementar, reduz significativamente um orçamento que já é historicamente insuficiente, e por criar um grave precedente com imprevisíveis consequências a depender da evolução dos movimentos políticos e da conjuntura econômica, o Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte vem a público manifestar sua total e absoluta discordância com o conteúdo do PLP 136 aprovado na Câmara Federal no que diz respeito ao piso constitucional do SUS, ao tempo em que convoca e conclama todo o controle social do SUS a denunciar e continuar na luta ininterrupta em defesa do financiamento justo, correto e adequado que o SUS necessita para bem cumprir seu papel constitucional.
Natal/RN, 01 de novembro de 2023. Pleno do Conselho Estadual de Saúde/CES RN

Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 032/2023 – Processo nº. ° 00610337.000193/2023-22.
Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais de consumo (Material de expediente) destinados a manutenção das atividades administrativas do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTM, EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Lei Complementar nº 123/2006, com alterações dadas pela LC nº 147/2014, LC nº 675/2020, com a modificação feita pelo Art.42 da Lei Complementar nº 675/2020.
A CPL/HRTM, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, a qual se regerá pelas disposições das Leis e Decretos de Licitações vigentes. A abertura das propostas será no dia 28/11/2023, às 09:00hs e a sessão de disputa será no mesmo dia às 10:00hs no site www.licitacoes-e.com.br (Horário de Brasília).
O edital se encontra à disposição dos interessados no referido site com o nº. de Identificação 1024142, informações na CPL/HRTM – e-mail cpl.hrtm@saude.rn.gov.br – no horário das 08:00 às 12:00hs. de segunda à sexta-feira.
Mossoró/RN, 13 de novembro de 2023.
Manoel Jácome de Lira - Pregoeiro/HRTM

RETIFICAÇÃO
Retificamos a matéria publicada no DOE nº 15.538, de 01 de novembro de 2023, à página 44.
Onde se Lê: R\$ 17.662,48 (dezesete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos);
Leia-se: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);
Lyane Ramalho Cortez, Secretária de Estado da Saúde Pública

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA – PROCESSO Nº 00610909.000179/2023-05
Na condição de ordenador de despesa, e em conformidade com a legislação em vigor, reconheço o débito no valor de R\$ 193.204,31 (Cento e noventa e três mil, duzentos e quatro reais e trinta e um centavos) relativo a dívida que esta SESAP possui com a empresa SAMA - Serviços de Assistência Médica e Ambulatorial Ltda, CNPJ 14.775.280/0001-14, conforme abaixo discriminado:

NOTAL FISCAL	VALOR (R\$)	DOCUMENTO
9788	R\$ 193.204,31	19767299

Lyane Ramalho Cortez, Secretária de Estado da Saúde Pública
Natal/RN, 05 de setembro de 2023.

Pregão Eletrônico nº 113/2023 | Processo nº: 00610256.000351/2023-44
Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de PRODUTOS PARA SAÚDE - SOLUÇÕES ANTISSEPTICAS a fim de abastecer a rede Hospitalar do Estado do Rio Grande do Norte.
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais, torna pública a SUSPENSÃO do pregão 113/2023, em razão da existência de pedido de esclarecimento ainda em análise. Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
MAYRA DOS SANTOS PEREIRA DA CAMARA, Pregoeira - CPL/SESAp



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COMPOSIÇÃO SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA: Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO: Glaucio Pinto Garcia | CORREGEDORA-GERAL: Iadya Gama Maio, CORREGEDORA-GERAL ADJUNTA: Naide Maria Pinheiro | CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Presidente: Procuradora-Geral de Justiça - Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira; Corregedora-Geral – Iadya Gama Maio; 1º Procurador de Justiça - Anísio Marinho Neto; 10ª Procuradora de Justiça - Myrian Coeli Gondim D’Oliveira Solino; 17º Procurador de Justiça - Herbert Pereira Bezerra; 9º Procurador de Justiça - José Braz Paulo Neto; 5º Procurador de Justiça – Carlos Sérgio Tinoco Cortez Gomes; 12º Procurador de Justiça - Fernando Batista de Vasconcelos; 4º Procurador de Justiça - José Alves da Silva; 3ª Procuradora de Justiça - Naide Maria Pinheiro; 13º Procurador de Justiça - Raimundo Sílvio Dantas Filho. | COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA | CÂMARA CRIMINAL: 1º Procurador de Justiça - Anísio Marinho Neto; 2ª Procuradora de Justiça - Darci de Oliveira; 4º Procurador de Justiça - José Alves da Silva; 3ª Procuradora de Justiça - Naide Maria Pinheiro; 5º Procurador de Justiça - Carlos Sérgio Tinoco Cortez Gomes. | PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL: 9º Procurador de Justiça - José Braz Paulo Neto; 14ª Procuradora de Justiça - Sayonara Café de Melo; 15ª Procuradora de Justiça – Jeane Maria de Carvalho Rodrigues; 17º Procurador de Justiça - Herbert Pereira Bezerra | SEGUNDA CÂMARA CÍVEL: 10ª Procuradora de Justiça - Myrian Coeli Gondim D’Oliveira Solino; 12º Procurador de Justiça – Fernando Batista de Vasconcelos; 13º Procurador de Justiça; 16º Procurador de Justiça - Arly de Brito Maia | TERCEIRA CÂMARA CÍVEL: 6ª Procuradora de Justiça – Carla Campos Amico; 7ª Procuradora de Justiça - Iadya Gama Maio; 8ª Procuradora de Justiça - Rossana Mary Sudário; 11ª Procuradora de Justiça - Darci Pinheiro.

Procuradoria-Geral de Justiça

COMUNICADO

1. Cumprindo o que determina o item 7 do EDITAL N. 14/2023 – Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica/ PGJ, torno pública a lista de Classificação Final da seleção regida pelo supracitado edital.

	Candidato	Etapa 2	Etapa 3	Classificação Final	Reserva de vagas pessoas negras	Reserva de vagas pessoas com deficiência
1	João Pedro Oliveira da Silva	9	9,5	9,25	Não	Não
2	Rita de Cassia de França Silva	9,5	8,5	9	Não	Não
3	Victor Matheus Pinheiro da Silva	7	8	7,5	Sim	Não
4	Amanda Santos da Silva	7,5	7	7,25	Não	Não
5	Suzy Silva da Silveira	7	7	7	Sim	Não
6	Debora Cavalcanti da Silva	7,5	6	6,75	Não	Não
7	Jaylan Marlom Ferreira de Macedo	7,5	5,5	6,5	Não	Não
8	Gilvan de Moura Ferreira Junior	7	5,5	6,25	Sim	Não
9	Carla Camila Romeiro Rodrigues	7	5,5	6,25	Não	Não
10	Miréa Januário de Almeida Machado	7	5,5	6,25	Não	Não
11	Uanderson José da Silva Alves	7,5	4,5	6	Sim	Não
12	Marcella Semeão Alves	7,5	4,5	6	Não	Não
13	Rodrigo Magnus Santos de Moraes	7,5	4,5	6	Não	Não
14	Fabiana Moraes Lima	7	4,5	5,75	Não	Não

2. Conforme estabelece o artigo n. 25 da Resolução n. 74/2023-PGJ, os candidatos poderão formular pedido de revisão de nota, por intermédio do email dpge@mprn.mp.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado. O pedido será individual e abordará as razões do inconformismo.
Natal/RN, 10/11/2023.
Carine Tapia Da Silva, Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica

AVISO DE LICITAÇÃO*
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2023-PGJ
PGEA nº 20.23.0498.0000003/2023-08
A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925603), por meio de seu Pregoeiro, torna público que realizará licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE NOTEBOOKS DESTINADOS A PREMIAÇÃO DE CONCURSO DE REDAÇÃO. A Sessão Pública para disputa de preços terá início às 14h (Horário de Brasília/DF) do dia 27 DE NOVENBRO DE 2023. O Edital poderá ser adquirido nos seguintes endereços eletrônicos: www.mprn.mp.br e https://www.gov.br/compras/pt-br. Qualquer informação poderá ser fornecida por meio do telefone (84) 99972-1651, no horário das 8h às 17h (de segunda a quinta-feira) e das 8h às 14h (sexta-feira) ou pelo correio eletrônico cpl@mprn.mp.br.
Natal/RN, 09 de novembro de 2023.
JORGE ÁLVARES NETO, Pregoeiro da PGJ/RN
(*) Republicado por incorreção

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2023-PGJ
PGEA nº 20.23.0498.0000009/2023-40
A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925603), por meio de seu Pregoeiro, torna público que realizará licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE NOTEBOOKS. A Sessão Pública para disputa de preços terá início às 9h (Horário de Brasília/DF) do dia 29 DE NOVENBRO DE 2023. O Edital poderá ser adquirido nos seguintes endereços eletrônicos: www.mprn.mp.br e https://www.gov.br/compras/pt-br. Qualquer informação poderá ser fornecida por meio do telefone (84) 99972-1651, no horário das 8h às 17h (de segunda a quinta-feira) e das 8h às 14h (sexta-feira) ou pelo correio eletrônico cpl@mprn.mp.br.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
JORGE ÁLVARES NETO, Pregoeiro da PGJ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2023-PGJ
PGEA nº 20.23.0469.0000022/2023-27
A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), torna público o resultado da análise e julgamento da documentação de habilitação do certame em tela. A CPL decidiu pela HABILITAÇÃO das licitantes: CONSTRUTORA DANTAS E SERVIÇOS RAFAEL MOREIRA LTDA e ECCL - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA; e pela INABILITAÇÃO das empresas: NEO ENGENHARIA LTDA, IDEAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS E CONSTRUÇÕES LTDA e BR ENGENHARIA LTDA. Os autos encontram-se com vista franqueada aos interessados. Outrossim, faz saber que, fica aprazada para o dia 24 DE NOVENBRO de 2019, às 9h (horário local), a abertura dos envelopes de proposta de preços. Qualquer informação poderá ser fornecida por meio do telefone (84) 99972-1651, no horário das 8h às 17h (de segunda a quinta-feira) e das 8h às 14h (sexta-feira) ou pelo correio eletrônico cpl@mprn.mp.br.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023
JORGE ALVARES NETO, Presidente da CPL/PGJ/RN

15ª Promotoria de Justiça de Mossoró

Procedimento nº: 02.23.2035.0000264/2023-88
PORTARIA (numeração gerada automaticamente)
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por seu Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 84, III, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/93, no art. 68, I, da Lei Complementar Estadual nº 141/96, RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, para apurar fato que enseja a tutela de interesses individuais indisponíveis, nos seguintes termos: FATO: Apurar possível situação de risco e/ou vulnerabilidade vivenciada pelo idoso, J. A B, conhecido por Cearense, aproximadamente 75 anos. FUNDAMENTO LEGAL: Constituição Federal (arts. 127 e 227, caput), Resolução nº 174/2017 CNMP (art. 8º, III e art. 14) e art. 74, I, do Estatuto do Idoso. DILIGÊNCIAS INICIAIS: 1 – Publique-se esta Portaria no Diário Oficial do Estado e afixe-se no local de costume, com a devida abreviatura do nome dos interessados, para fins de preservação da imagem e da intimidade destes, conforme Recomendação nº 001/2014– CGMP; 2 – Considerando que não há nos autos elementos que permitam aferir se existe situação de risco ou violação de direitos que enseje a intervenção do Ministério Público no caso em referência, determino a expedição de ofício ao CRAS de referência da área de moradia da pessoa idosa, encaminhando a representação inicialmente direcionada ao MP, para fins de conhecimento e solicitando que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, se a família da pessoa idosa recebe acompanhamento por algum equipamento socioassistencial do município, remetendo-se, em caso positivo, o(s) correspondente(s) relatório(s) a esta Promotoria de Justiça. Caso seja negativa a resposta, o órgão socioassistencial deverá avaliar a inserção desse(s) usuário(s) ou núcleo familiar no conjunto de suas proteções no âmbito do SUAS neste Município, enviando, no prazo de 30 (trinta) dias, a descrição das providências ou dos encaminhamentos adotados. Mossoró, 12 de novembro de 2023.
Guglielmo Marconi Soares de Castro
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Promotoria de Justiça da Comarca de Angicos
Rua Expedito Alves, nº 43, Centro, Angicos CEP:59515-000

Ref.: Inquérito Civil nº 04.23.2012.0000227/2023-40 - PmJ Angicos/RN
Portaria nº 4855626/2023
O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através da Promotoria de Justiça de Angicos, com fulcro no art. 67, IV, “a”, da Lei Complementar 141/96 resolve instaurar Inquérito Civil, com amparo nos seguintes fatos e fundamentos: FATOS: Investigar a situação contratual dos atuais agentes de endemias do Município de Afonso Bezerra, especialmente quanto à ausência de processo seletivo para suas admissões. FUNDAMENTOS: Constituição da República, art. 37, caput, e art. 198, §4º; PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA INVESTIGADAS: Município de Afonso Bezerra, REPRESENTANTES: atuação de ofício. DILIGÊNCIAS INICIAIS: 1. Encaminhe-se ao CAOP Patrimônio Público, por meio eletrônico, a presente portaria; 2. Encaminhe-se, por meio eletrônico, a presente portaria à Gerência de Documentação, para publicação no Diário Oficial; 3. Após, conclusos.
Angicos/RN, 09 de novembro de 2023
Augusto Carlos Rocha de Lima
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Promotoria de Justiça da Comarca de Angicos
Rua Expedito Alves, nº 43, Centro, Angicos CEP:59515-000

Ref.: Procedimento Administrativo nº 32.23.2012.0000228/2023-22 - PmJ Angicos/RN
Portaria nº 4857586/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, pelo Promotor de Justiça de Angicos, com amparo no 8º, II, da Resolução 174/17, do Conselho Nacional do Ministério Público1 , resolve instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com amparo nos seguintes fundamentos: OBJETO: Acompanhar as providências para instauração e conclusão de procedimento de apuração de ato disciplinar da servidora MARIA JOSÉ DA SILVA AZEVEDO, da Prefeitura de Afonso Bezerra. BASE NORMATIVA: art. 37 da CF/88. DILIGÊNCIAS INICIAIS: 1. Publique-se a presente Portaria. Remeta-se cópia ao CAOP-PP. 2. Requisite-se ao Presidente da Comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar de Afonso Bezerra que informe, em 20 dias, o prazo estimado para conclusão do PAD instaurado pela Portaria 002/2023 (remeter cópia).
Angicos/RN, 09 de novembro de 2023
Augusto Carlos Rocha de Lima
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Promotoria de Justiça da Comarca de Angicos
Rua Expedito Alves, nº 43, Centro, Angicos CEP:59515-000

Ref.: Inquérito Civil nº 04.23.2012.0000229/2023-83 - PmJ Angicos/RN
Portaria nº 4857872/2023
O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através da Promotoria de Justiça de Angicos, com fulcro no art. 67, IV, “a”, da Lei Complementar 141/96 resolve instaurar Inquérito Civil, com amparo nos seguintes fatos e fundamentos: FATOS: Investigar eventual ato de improbidade administrativa, consubstanciado por uso de bem público em propriedade atribuída ao Prefeito de Pedro Avelino/RN. FUNDAMENTOS: art. 9º, da Lei 8.429/92 e art. 37 da Constituição Federal. PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA INVESTIGADAS: José Alexandre Sobrinho,

Prefeito de Pedro Avelino/RN. REPRESENTANTE: atuação de ofício, em substituição legal, após o provimento de recurso pelo e. Conselho Superior do Ministério Público, reformando decisão da Promotoria de Lajes. DILIGÊNCIAS INICIAIS: 1. Encaminhe-se ao CAOP Patrimônio Público, por meio eletrônico, a presente portaria; 2. Encaminhe-se, por meio eletrônico, a presente portaria à Gerência de documentação, para publicação no Diário Oficial; 3. Após, determino seja designada data para oitiva do investigado, conforme pauta disponível. Angicos/RN, 09 de novembro de 2023
Augusto Carlos Rocha de Lima
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Promotoria de Justiça da Comarca de Angicos
Rua Expedito Alves, nº 43, Centro, Angicos CEP:59515-000

Ref.: Procedimento Administrativo nº 30.23.2012.0000222/2023-24- PmJ Angicos/RN
Aditamento da Portaria nº 4824344/2023
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, pelo Promotor de Justiça de Angicos, com amparo no 8º, I, da Resolução 174/17, do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, pelos seguintes fundamentos: OBJETO: Acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com a Prefeitura Municipal de Angicos, no Inquérito Civil nº 04.23.2289.0000001/2014-95, com a finalidade de sanar os danos ambientais causados pelas fossas sépticas localizadas no bairro Vilma de Faria. BASE NORMATIVA: art. 37, da Constituição da República. DILIGÊNCIA INICIAL: Publique-se a presente portaria. Remeta-se cópia, por e-mail, ao CAOP MEIO AMBIENTE. Angicos/RN, 08 de novembro de 2023
Augusto Carlos Rocha de Lima
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JARDIM DO SERIDÓ

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 31.23.2004.0000125/2023-30
PORTARIA Nº 4861142
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio do Promotor de Justiça em substituição na Comarca de Jardim do Seridó/RN, no uso das atribuições conferidas pelo art. 129, II, III e VI, da Constituição Federal, combinado com o art. 26, I, da Lei nº 8.625/93 e o art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 141/96, e ainda;
CONSIDERANDO que, por ocasião da inspeção realizada no CREAS de Ouro Branco/RN, nos moldes da Recomendação CNMP nº 60, de 05 de julho de 2017, verificou-se que a unidade não executa o Serviço Especializado em Abordagem Social, sob a seguinte justificativa: “tendo em vista a inexistência desse serviço por ser incomum essa demanda no município, não temos um fluxo de atendimento específico para esse fim. No entanto, havendo um eventual surgimento dessa demanda adotaremos as mesmas estratégias de articulação em rede, através dos equipamentos existentes no município, que executamos nas demais situações de violações de direitos”;
CONSIDERANDO, ainda, que o Procedimento Administrativo é instrumento próprio da atividade-fim, destinado ao acompanhamento e fiscalização do cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado, de políticas públicas ou instituições, bem como, apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis e embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;
RESOLVE
INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, objetivando acompanhar a falta de execução do Serviço Especializado em Abordagem Social pelo CREAS do Município de Ouro Branco/RN.
Determino, para tanto, o que segue:
1. Comunique-se o CAOP Cidadania acerca da presente instauração;
2. Encaminhe-se cópia da presente portaria para publicação no Diário Oficial;
3. Junte-se aos autos o relatório da inspeção realizada no CREAS de Ouro Branco;
4. Formule-se consulta ao CAOP Cidadania acerca da obrigatoriedade dos municípios de pequeno porte em que não haja demanda específica implantarem e executarem o Serviço Especializado em Abordagem Social.
5. Em atenção à Nota Orientativa nº 004/2021 da Corregedoria do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e de acordo com a classificação de prioridade definida na Portaria Administrativa nº 2090079 classifico o presente feito como PRIORIDADE NÍVEL 5.
Cumpra-se.
Jardim do Seridó/RN, data da assinatura eletrônica.
(assinado eletronicamente)
FLÁVIO NUNES DA SILVA, Promotor de Justiça em substituição

Documento nº 4861142 do procedimento: 312320040000125202330
Validação em <https://consultapublica.mprn.mp.br/validacao> através do Código nº b21424861142.
Assinado eletronicamente por FLAVIO NUNES DA SILVA, COORDENADOR GAECO SERIDO, em 13/11/2023 às 06:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na MP 983/2020 de 16/06/2020 e Res. nº 037/2019-PGJ/RN.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Cruz/RN
99972-3557-e-mail-02pmj.santacruz@mprn.mp.br

AVISO nº 038/2023/2ªPmJSC
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da Promotora de Justiça da Comarca de Santa Cruz, Dra. Sandra Angélica Pereira Santiago, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 44, § 2º, da Resolução nº 012/2018-CPJ/MPRN, torna pública, para os devidos fins, a promoção de arquivamento do Inquérito Civil n. 04.23.2380.0000107/2018-06, instaurado com o fim de “Apurar irregularidade na situação funcional da servidora pública municipal da Prefeitura de Santa Cruz/RN Rita Alves de Souza, a partir de informações prestadas pela própria em seu depoimento audiovisual colhido nos autos do processo nº 0100802-62.2015.8.20.0126”.
Nos termos do artigo 44, §5º, da Resolução nº 012/2018, os interessados poderão, até a data da sessão de julgamento da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito.
Santa Cruz/RN, 13 de novembro de 2023.
(Assinatura Eletrônica)
Sandra Angélica Pereira Santiago, Promotora de Justiça

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Cruz/RN
99972-3557-e-mail-02pmj.santacruz@mprn.mp.br

AVISO nº 039/2023/2ªPmJSC
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da Promotora de Justiça da Comarca de Santa Cruz, Dra. Sandra Angélica Pereira Santiago, no uso de suas atribuições legais, nos

termos do art. 44, § 2º, da Resolução nº 012/2018-CPJ/MPRN, torna pública, para os devidos fins, a promoção de arquivamento do Inquérito Civil n. 04.23.2169.0000019/2022-06, instaurado com o fim de “ Apurar possível prática de atos de improbidade administrativa por parte do professor de artes maciais José Antônio, tendo em vista a utilização de prédio público e bens móveis pertencentes ao município de Jaçanã/RN”.
Nos termos do artigo 44, §5º, da Resolução nº 012/2018, os interessados poderão, até a data da sessão de julgamento da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito.
Santa Cruz/RN, 13 de novembro de 2023.
(Assinatura Eletrônica)
Sandra Angélica Pereira Santiago
Promotora de Justiça

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Cruz/RN
99972-3557-e-mail-02pmj.santacruz@mprn.mp.br

AVISO nº 040/2023/2ªPmJSC
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da Promotora de Justiça da Comarca de Santa Cruz, Dra. Sandra Angélica Pereira Santiago, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 44, § 2º, da Resolução nº 012/2018-CPJ/MPRN, torna pública, para os devidos fins, a promoção de arquivamento do Inquérito Civil n. 04.23.2169.0000088/2023-80, instaurado com o fim de “Apurar a ausência de dados das prestações de contas de verbas indenizatórias recebidas pelos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Cruz no respectivo Portal da Transparência”.
Nos termos do artigo 44, §5º, da Resolução nº 012/2018, os interessados poderão, até a data da sessão de julgamento da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito.
Santa Cruz/RN, 13 de novembro de 2023.
(Assinatura Eletrônica)
Sandra Angélica Pereira Santiago
Promotora de Justiça

AVISO DE ARQUIVAMENTO – 1PmJ de CANGUARETAMA/RN.
Inquérito Civil nº 04.23.2167.0000019/2019-45
A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canguaretama/RN, nos termos do art. 44, § 2º, da Resolução nº 012/2018-CPJ, torna pública, para os devidos fins, a Promoção de Arquivamento do(a) Inquérito Civil nº 04.23.2167.0000019/2019-45, objeto: “Verificar a adequação da estrutura física e organizacional do Hospital Maria do Carmo Bezerril Costa.”.
Aos interessados, fica concedido o prazo até a data da sessão de julgamento da Promoção de Arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público para, querendo, apresentarem razões escritas ou documentais nos autos. Canguaretama, 9 de Novembro de 2023
Clayton Barreto de Oliveira
Promotor de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CANGUARETAMA/RN
Rua Princesa Isabel, nº 190, Centro, Canguaretama/RN. CEP 59.190-000
Fone: (84) 9 9972-4630. E-mail: pmj.canguaretama@mprn.mp.br

AVISO DE ARQUIVAMENTO nº 4854565
Referente ao IC nº 04.23.2293.0000046/2020-57
A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canguaretama/RN, nos termos do art. 44, § 2º, da Resolução nº 012/2018-CPJ, torna pública, para os devidos fins, a Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil nº 04.23.2293.0000046/2020-57, objeto: “Apurar suposto superfaturamento na aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar pelo Município de Canguaretama através do Pregão Presencial nº 29/2019”.
Aos interessados, fica concedido o prazo até a data da sessão de julgamento da Promoção de Arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público para, querendo, apresentarem razões escritas ou documentais nos autos. Canguaretama/RN, 13 de novembro de 2023.
(assinado eletronicamente)
Clayton Barreto de Oliveira
Promotor de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CEARÁ-MIRIM
Rua Benildes Dantas, 50, Bela Vista, Cep 59570-000, Ceará-Mirim/RN
Telefone(s): (84) 99994-0523 E-mail: 04pmj.cearamirim@mprn.mp.br

AVISO DE ARQUIVAMENTO: 4859924
A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN, nos termos do art. 44, §2º da Resolução nº 012/2018-CPJ, torna pública, para os devidos fins, a promoção de arquivamento do procedimento extrajudicial que se segue: 1) Notícia de Fato: 02.23.2280.0000164/2023-83 – Objeto: Notícia de Fato nº 1.28.000.001421/2023-16, instaurada pelo MPF que trata de possíveis irregularidades na CADEIA PÚBLICA DINORÁ SIMAS DEODATO.
Aos interessados fica concedido o prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste aviso para, querendo, apresentarem recurso ao Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte, devendo ser protocolado na secretaria desta Promotoria de Justiça.
Ceará-Mirim/RN, 10 de novembro de 2023.
Roger de Melo Rodrigues
Promotor de Justiça

Aviso de Arquivamento n.º 4831768 – 1ª PmJSGA
A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gonçalo do Amarante, torna público, para os devidos fins, a Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil n.º 04.23.2155.0000020/2023-89, registrado com o objetivo de acompanhar o processo administrativo que visa apurar a legalidade da acumulação de cargo pelo servidor ISAAC REINALDO CAVALCANTI.
Aos interessados, fica concedido prazo até a data da sessão de julgamento da Promoção de Arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, para, querendo, apresentarem razões escritas ou documentos nos referidos autos.
São Gonçalo do Amarante, 06 de Novembro de 2023.
FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA NÓBREGA
Promotor de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA CRUZ

AVISO DE ARQUIVAMENTO – Inquérito Civil nº 04.23.2166.0000006/2020-20
O 2º Promotor de Justiça da Comarca de Nova Cruz/RN, nos termos do artigo 44 da Resolução nº 012/18 – CPJ, torna pública, para os devidos fins, a Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Nº 04.23.2166.0000006/2020-20, tendo como objeto “: Averiguar eventuais irregularidades concernentes à execução do contrato firmado entre o

Município de Montanhas/RN e Marcos Inácio Advocacia (CNPJ nº 08.983.619/0001-75)”. Podendo os interessados, querendo, apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a data da sessão de julgamento da promoção de arquivamento.
Nova Cruz/RN, 13 de novembro de 2023
José Roberto Torres da Silva Batista
Promotor de Justiça

AVISO Nº. 4868505 - 60ª PmJ Patrimônio Público de Natal/RN
A 60ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Comarca de Natal/RN, nos termos do art. 31, § 1º da Resolução nº 002/2008-CPJ, torna pública, para os devidos fins, a Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil nº. 04.23.2121.0000032/2023-81 – instaurado com o seguinte objeto: - Suposta irregularidade relacionada à Dispensa de Licitação nº 051/2022, da Secretaria Municipal de Educação de Natal, que tem por objetivo a contratação da Federação Norte Riograndense de Desporto Escolar - FNDE para a prestação de serviços de arbitragem (diversas modalidades) para a realização do evento esportivo XXXIV JEM’S – Jogos Escolares Municipais 2022. Fica concedido o prazo até a data da sessão de julgamento da Promoção de Arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público para, querendo, apresentarem razões escritas ou documentais nos autos.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
Afonso de Ligório Bezerra Júnior
Promotor(a) de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FLORÂNIA
Praça Tenente Coronel Fernando Campos, 95, Centro. Tel. (84) 3435-2385

Procedimento Administrativo 33.23.2002.0000214/2023-48
Documento nº 4840241
PORTARIA
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Florânia, com fundamento no artigo 8º, inciso III, e artigo 9º, caput, ambos da Resolução n. 012/2018-CPJ/MPRN, resolve INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, por conversão da Notícia de Fato n. 02.23.2002.0000105/2023-26, nos seguintes termos:
OBJETO: Apurar suposta omissão do Poder Público em relação ao fornecimento de exame médico à munícipe Josias Cassiano Neto, residente em Florânia.
FUNDAMENTO LEGAL: Resolução n. 012/2018-CPJ/MPRN.
DILIGÊNCIAS INICIAIS:
a) Comunique-se a instauração do presente Procedimento Administrativo ao CAOP Saúde, remetendo cópia desta Portaria;
b) Remeta-se cópia da presente Portaria ao setor competente, para fins de publicação no DOE/RN;
c) Oficie-se à SESAP/RN, requisitando desta que, em 10 (dez) dias úteis, informe se o procedimento cirúrgico radiação para cross linking comeano foi agendado;
d) Junto ao expediente, encaminhar cópia do Documento n. 4757078;
e) Inclua-se o marcador de Prioridade 2, nos termos do procedimento n. 14.23.2002.0000357/2021-08.
Cumpra-se.
Florânia/RN, 07 de novembro de 2023.
CARLOS HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL
Rua Nelson Geraldo Freire, nº 255, Lagoa Nova, Natal/RN
CEP: 59064-160, Telefone: (84) 99691-0233, e-mail: sec.pjinfancianatal@mprn.mp.br

Inquérito Civil nº 04.23.2082.0000218/2023-09
PORTARIA Nº 060/2023 (e-MP nº 4841985)

Objeto: Fiscalizar as providências tomadas pela Semtas para restabelecimento dos serviços de telefonia e internet ao celular institucional do Conselho Tutelar Sul Interessados: Município de Natal - Semtas

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Promotor de Justiça subscritor, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo no art. 127 da Constituição Federal e no art. 201, VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
CONSIDERANDO que cabe ao Promotor de Justiça, em matéria da Infância e Juventude, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados a crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, nos termos do art. 55, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996;
CONSIDERANDO que é atribuição da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal fiscalizar as condições de funcionamento dos serviços e programas da Assistência Social do Município de Natal, bem como dos conselhos tutelares da capital (art. 1º, XXI, alíneas “d” e “f”, da Resolução nº 012/2009-CPJ);
CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 131 do ECA), por meio do desempenho das atribuições do órgão, descritas no art. 136 do ECA;
CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, cujo orçamento anual deverão constar os recursos necessários a seu contínuo financiamento, inclusive os subsídios e demais vantagens devidas a seus membros (art. 32-A, §3º, da Lei Municipal nº 5.759/2006);
CONSIDERANDO que, conforme preconiza o art. 4º, §1º, da Resolução nº 231/2022-CONANDA, dentre as despesas a serem consideradas para fins de dotação orçamentária específica para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, encontra-se o custeio com telefone fixo e móvel (alínea “a”);
CONSIDERANDO que no PA n.º 089/2022-29, por meio do Ofício n; ° 474/2023, constante no Doc. 4760803, o CT Sul informou que o conselho está há mais de 120 (cento e vinte) dias sem acesso à internet, bem como sem linha de telefone ativa no celular institucional, o que prejudica os atendimentos do conselho, especialmente para fins de SOBREAVISO e PLANTÕES;
CONSIDERANDO que o inquérito civil ora instaurado tem como finalidade garantir o restabelecimento dos serviços de telefonia e internet ao celular institucional do Conselho Tutelar Sul;
CONSIDERANDO que a estratégia traçada, para alcançar o objetivo acima definido, é de, sucessiva ou paralelamente: (i) oficial à Semtas para verificar as medidas em curso; (ii) expedir recomendação para o restabelecimento dos serviços de telefonia e internet ao celular institucional do Conselho Tutelar Sul em até trinta dias; (iii) acompanhar o cumprimento das medidas; (iv) se não atendida a recomendação nem devidamente justificada a demora, ajuizar;
CONSIDERANDO que o(s) indicador(es) de resultado(s) eleito(s) para este procedimento é/são: (i) resposta da Semtas indicando as medidas que serão tomadas; (ii) realização do restabelecimento dos serviços de telefonia e internet ao celular institucional do Conselho Tutelar Sul;
RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL Objeto: Fiscalizar as providências tomadas pela Semtas para restabelecimento dos serviços de telefonia e internet ao celular institucional do Conselho Tutelar Sul Assunto: Serviço assistencial Interessados: Município de Natal – Semtas

PROVIDÊNCIAS INICIAIS:
1. Cadastre-se a presente portaria no sistema e-MP, observando o disposto na Resolução nº 012/2018-CPJ;
2. Remeta-se, por meio eletrônico, a presente portaria para publicação no Diário Oficial do Estado e se encaminhei ao CAOP (arts. 22, V, e 24, todos da Resolução nº 012/2018-CPJ);
3. Oficie-se à Semtas, com cópia desta Portaria em anexo, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informe as ações em curso para o restabelecimento dos serviços de telefonia e internet ao celular institucional do Conselho Tutelar Sul;
4. Encaminhe-se cópia desta Portaria ao Conselho Sul, para conhecimento.
Natal/RN, 07 de novembro de 2023.
Marcus Aurélio de Freitas Barros
21º Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARCELINO VIEIRA
Rua Neco Nonato, nº 300, Marcelino Vieira/RN, CEP 59.970-000
Telefone: (84) 99684-2838.
E-mail: pmj.marcelinovieira@mprn.mp.br

AVISO nº 4835671
A Promotoria de Justiça da Comarca de Marcelino Vieira/RN, no uso de suas atribuições legais, torna pública, para os devidos fins, a promoção de arquivamento do seguinte procedimento extrajudicial:
- Inquérito Civil nº 04.23.2177.0000027/2022-58, que versa sobre supostos desvios de vacinas ou inobservância dos grupos prioritários de vacinação no município de Marcelino Vieira/RN durante a pandemia do COVID-19, haja vista constar na lista de pessoas vacinadas, CPF’s de pessoas já falecidas.
Aos interessados, fica concedido o prazo até a data da sessão de julgamento da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, para, querendo, apresentarem razões escritas ou documentos no referido procedimento.

Assinado eletronicamente por EUGENIO CARVALHO RIBEIRO, PROMOTOR DE 2a ENTRANCIA, em 07/11/2023 às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na MP 983/2020 de 16/06/2020 e Res. nº 037/2019-PGJ/RN.

Diretoria de Gestão de Pessoas

RESOLUÇÃO Nº 152/2023 – PGJ/RN
A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do artigo 10, inciso VII, da Lei nº 8.625, de 12/02/1993, DOU de 15/02/1993; do artigo 22, incisos IV e VII, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09/02/1996, DOE de 10/02/1996; do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 690/2021, de 09/12/2021, DOE de 10/12/2021;
RESOLVE nomear os Servidores abaixo mencionados para exercerem os respectivos cargos de provimento em comissão de Assistente Ministerial, do Quadro de Servidores dos Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

NOME	CPF	ORIGEM DO CARGO	PgeA Nº
Lucas Felipe Galvão Silva	064.607.674-40	Oriundo da exoneração de José Gustavo do Rego Alves, Resolução nº 142/2023-PGJ/RN, de 31/10/2023, DOE de 1º/11/2023	20.23.0486.0000049/2023-13, de 06/11/2023
Walter Soares Barbosa Rocha Filho	034.317.804-40	Oriundo da exoneração de Ana Flávia Cocentino Azevedo, Resolução nº 142/2023-PGJ/RN, de 31/10/2023, DOE de 1º/11/2023	20.23.0486.0000051/2023-56, de 07/11/2023

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal, 13 de novembro de 2023.
ELAINE CARDOSO DE MATOS NOVAIS TEIXEIRA
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1432/2023 – PGJ/RN
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09/02/1996, DOE de 10/02/1996, tendo em vista o que consta no chamado de nº 70335417, de 13/11/2023.
RESOLVE designar os servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para, para exercício de suas funções de acordo com o quadro a seguir, revogando-se parcialmente as designações constantes nas seguintes Portarias: Portaria nº 901/2023– PGJ/RN de 20/07/2023 em relação a servidora Luciana Izabel Carneiro Silva; Portaria nº 357/2023 – PGJ/RN de 27/03/2023 em relação ao servidor Mauro Azevedo Inácio.

Servidor(a) Designado(a)	Matrícula	Cargo/Lotação	Designação	Período	NAV
LUCIANA IZABEL CARNEIRO SILVA	202.473-0	Núcleo de Apoio Volante III - Mossoró	Procuradoria Geral de Justiça	06/11/2023 até ulterior deliberação	III
MAURO AZEVEDO INÁCIO	202.477-2	Núcleo de Apoio Volante I - Natal	Secretaria Administrativa Extrajudicial - 1, 6 e 10 PmJ de Parnamirim	06/11/2023 a 31/12/2023-	
LARISSA MASCARENHAS SOUZA	200.129-9	Núcleo de Apoio Volante I - Natal	Secretaria Administrativa 58, 61, 78 PmJ Educação	02/08/2023 a 13/11/2023-	
LARISSA MASCARENHAS SOUZA	200.129-9	Núcleo de Apoio Volante I - Natal	Secretaria Administrativa 1ª e 2ª PmJ de Extremoz	A partir de 14/11/2023	-

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal, 06 de novembro de 2023.
GLAUCIO PINTO GARCIA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO

PORTARIA Nº 1477/2023 – PGJ/RN
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09/02/1996, DOE de 10/02/1996, tendo em vista o que constam nos Chamados de nos 70333700, de 24/10/2023; 70335428, de 13/11/2023, 70335454, de 13/11/2023.
RESOLVE designar os servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para, sem prejuízo de suas funções, exercerem os cargos comissionados, durante o afastamento dos respectivos titulares, de acordo com o quadro abaixo:

Servidor(a) Designado(a)	Matrícula	Cargo/Lotação	Titular Substituído(a)	Período
KEYLA SUERDA SOARES DA SILVA	167.919-8	Técnica do MPE/Sec. Patrimônio Público 22ª, 35ª, 44ª, 46ª, 60ª PmJ de Natal	LUIZA CARLA MENEZES DE FARIAS, matrícula nº 199.711-4, Assessora Jurídica Ministerial, 49ª PmJ de Natal	04 a 15/12/2023
KEYLA SUERDA SOARES DA SILVA	167.919-8	Técnica do MPE/Sec. Patrimônio Público 22ª, 35ª, 44ª, 46ª, 60ª PmJ de Natal	SÍLVIA CARINA PEREIRA MARQUES DANTAS, matrícula nº 199.847-1, Chefe de Secretaria II, Sec. Patrimônio Público 22ª, 35ª, 44ª, 46ª, 60ª PmJ de Natal	06 a 15/11/2023

RAIMUNDO RIGOBERTO NORONHA LIMA	199.399-2	Técnico do MPE/Diretoria-Geral	JULIA ARAUJO BARBOSA DE ALMEIDA, matrícula nº 199.399-2, Assessora Técnica, Diretoria Geral	20 a 29/11/2023
---------------------------------	-----------	--------------------------------	---	-----------------

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal, 13 de novembro de 2023.
GLAUCIO PINTO GARCIA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO

PORTARIA Nº 1478/2023-PGJ/RN
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09/02/1996, DOE de 10/02/1996, RESOLVE conceder Gratificação Especial aos servidores relacionados no quadro abaixo, exercendo suas funções neste Órgão, em consonância com os critérios estatuidos na Lei Complementar Estadual nº 713, de 15/06/2022, DOE de 16/06/2022, revogando a concessão de gratificação 6 ao servidor EDMARCIO DO AMARAL SOARES; de gratificação 10 aos servidores THIAGO LANIER LOPES DA SILVA E NAYARA VIEIRA DE ALMEIDA ESTRELA RESENDE; e de gratificação 11 à servidora IZANETE LAUNE MIRANDA DE ANDRADE, a partir de 01/11/2023, constantes da Portaria nº 13/2023-PGJ/RN, de 09/01/2023, publicada no DOE de 12/01/2023;

Tabela anexa à Portaria nº 1478/2023-PGJ/RN					
NOME	CARGO	MATRÍCULA	UNIDADE	TIPO	SIMB.
GIGLIOLA SOARES VICENTE	CEDIDA AO MPE	199.923-0	SECRETARIA ADMINISTRATIVA 1,2 - PmJ CANGUA-RETAMA	SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	GAE 9
MARIA DANIELLA BEZERRA MAIA DE HOLLANDA	TÉCNICA DO MPE	168.664-0	SECRETARIA DEFESA INFÂNCIA E JUVENTUDE 5,21,65 e 81 PMJ NATAL	SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	GAE 9
ADRIANA MARIA FONSECA ALBUQUERQUE	TÉCNICA DO MPE	199.834-0	GERÊNCIA DE CONTABILIDADE	MUDANÇA DE TITULARIDADE	GAE 6
FRANCISCO ALYSSON TRAJANO BEZERRA	CEDIDO AO MPE	202.030-0	SETOR DE ANÁLISE - GAECO	SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	GAE 10
JOSE OLIMPIO DA SILVA	CEDIDO AO MPE	202.547-7	SECRETARIA ADMINISTRATIVA - GAECO	SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	GAE 10
DAGUIA NARIELLY GALVAO	CEDIDA AO MPE	202.849-2	SETOR DE ANÁLISE - GAECO	SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	GAE 10
LIVYA CONCEICAO COSTA DE MEDEIROS PAIVA	TÉCNICA DO MPE	199.672-0	SECRETARIA CORREICIONAL - CGMP	MUDANÇA DE TITULARIDADE	GAE 10
ADELOTTI MICHELLE FERREIRA DE ALMEIDA	TÉCNICA DO MPE	199.456-5	SECRETARIA CORREICIONAL - CGMP	MUDANÇA DE TITULARIDADE	GAE 11
BRUNA BRAGA DA SILVA	TÉCNICA DO MPE	199.862-5	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	MUDANÇA DE TITULARIDADE	GAE 10

YURI ALEXANDER CRUZ ANGELO	TÉCNICO DO MPE	200.428-3	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA	GAE 10	01/11 a 31/12/2023
----------------------------	----------------	-----------	--------------------------------	-------------------------	--------	--------------------

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal, 13 de novembro de 2023.
GLAUCIO PINTO GARCIA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO

PORTARIA Nº 1479/2023 – PGJ/RN
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09/02/1996, DOE de 10/02/1996, RESOLVE designar a Bela. MICHELLE DANTAS DE CARVALHO, matrícula nº 157.173-7, 75ª Promotora de Justiça da Comarca de Natal, de 3ª entrância, para atuar nas audiências aprazadas para o turno matutino do dia 17/11/2023, na 12ª Vara Criminal, junto à 76ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, de igual entrância, sem prejuízo das suas funções e com todas as prerrogativas asseguradas ao Ministério Público.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal, 13 de novembro de 2023.
GLAUCIO PINTO GARCIA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO

Colégio de Procuradores de Justiça

PAUTA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA A SE REALIZAR ÀS QUATORZE HORAS DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2023 (QUINTA-FEIRA), NO PLENÁRIO PROCURADOR WILLIAM UBIRAJARA PINHEIRO.
I – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ATAS:
II – ORDEM ADMINISTRATIVA:
Leitura de expediente;
Comunicações da Presidência;
Comunicações da Corregedoria;
Comunicações dos Procuradores.
III – ORDEM DO DIA:
Procedimento de Gestão Administrativa: 20.23.0034.0000100/2023-81 – PGJ
Objeto: Alteração da Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Norte
Comissão Permanente de Regimento, Normas e Assuntos Administrativos.
Relatoria: Jeane Maria de Carvalho Rodrigues.
IV – ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Aviso sobre reuniões ordinárias do Colégio de Procuradores de Justiça para o ano de 2024;
Tabela de assentos nas Câmaras Cíveis e Criminais do Tribunal de Justiça para o ano de 2024.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
ELAINE CARDOSO DE MATOS NOVAIS TEIXEIRA, Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

O QUE É ASSÉDIO MORAL?

ASSÉDIO MORAL:

Humilhar ou constranger

Delegar tarefas impossíveis

Gritar ou ameaçar com violência

Ignorar ou isolar o profissional

Divulgar boatos ou dificultar promoção

NÃO É ASSÉDIO MORAL:

Comportamento isolado ou eventual

Cobranças e críticas construtivas

Repreensão com abertura à defesa

Transferência justificada

Senado Federal

Fonte: MPF



Defensoria Pública do Estado

Defensor Público Geral do Estado: Dr. Clístenes Mikael de Lima Gadelha; Subdefensor Público Geral: Dr. Marcus Vinicius Soares Alves; Corregedor Geral: Dr. Bruno Henrique Magalhães Branco;

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado: Clístenes Mikael de Lima Gadelha (Defensor Público-Geral do Estado – Presidente – Membro nato); Marcus Vinicius Soares Alves Dr. (Subdefensor Público-Geral – Membro nato); Bruno Henrique Magalhães Branco (Corregedor-Geral – Membro nato); Rodrigo Gomes da Costa Lira (membro eleito); Igor Melo Araújo (membro eleito); Alexander Diniz da Mota Silveira (membro eleito); Cláudia Carvalho Queiroz (membro eleito) e Pedro Amorim Carvalho de Souza (membro eleito).

RESULTADO DO EDITAL Nº 11/2023-DPE/RN CHAMAMENTO PÚBLICO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ: 07.628.844/0001-20, com sede administrativa localizada à Rua Sérgio Severo, n. 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.063-380, neste ato representada por seu Defensor Público-Geral, Clístenes Mikael de Lima Gadelha, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.389.014-**, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Edital de Chamamento Público com o intuito de viabilizar possível locação de imóvel para abrigar o Núcleo Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte de Natal/RN, foi considerado FRACASSADO, conforme dados a seguir, cujos documentos constam nos autos do Processo Administrativo nº 874/2021-DPE/RN:

Proponente	Imóvel e Preço	Situação
01 - CAPUCHE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ 70.142.278/0001-89).	Av. Roberto Freire, 3132, Capim Macio Área: 2047,50m2 Preço R\$ 143.325,00	Desistente e desclassificado por não atendimento aos requisitos do Edital.
02 - ELMO RONALDO TEXEIRA DE CARVALHO (CPF 064.229.934-04).	Rua Lafayette Lamartine, nº 1921, bairro de Candelária Área: 1.148,39 m2 Preço: R\$ 57.652,77	Classificado, mas não atendeu a integralidade da documentação necessária para cumprimento dos requisitos de habilitação jurídica.
03 - VITRINE DA ROUPA COMÉRCIO LTDA (CNPJ 70.314.166/0001-68).	Rua Anísio de Souza, nº 2545, Lagoa Nova Área: 1.661 m2 Preço: R\$ 39.500,00	Desistente e desclassificado por não atendimento aos requisitos do Edital.
04 - M.S.P. CAMELO CONSTRUTORA - EIRELI (CNPJ 08.814.048/0001-45).	Av. Antônio Basílio, 1043, Lagoa Nova Área: 1.000 m2 Preço: R\$ 25.000,00	Desistente e desclassificado por não atendimento aos requisitos do Edital.
05 - EFC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA (CNPJ 03.697.840/0001-43).	Av. Nevaldo Rocha, 3491, Loja A, Lagoa Seca Área: 733,28 m2 Preço R\$ 43.996,80 sem adaptações	Classificado, com posterior desistência por não concordância com o preço de avaliação.
06 - HL NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ 77.346.989/0001-14).	Av. Rio Branco, nº 503, Cidade Alta Área: 2.950 m2 Preço: 120.000,00	Desclassificado por não atendimento aos requisitos do Edital.
07 - MONTANA CONSTRUÇÕES (CNPJ 08.475.436/0001-49).	Av. Marechal Deodoro Fonseca, 935, Cidade Alta Área: 6.632,55 m2 Preço: R\$ 120.000,00	Desclassificado por não atendimento aos requisitos do Edital.
08 – L&O MERCADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA, posteriormente substituído pelo proprietário do imóvel OZENILDO SEABRA DA SILVA (CNPJ 033.717.434-20).	Rua Amintas Barros, 3078, Lagoa Nova Área: 700 m2 Preço proposto: R\$ 99.223,41	Classificado, mas não concordou com o preço de avaliação.
09 - BASE PROPAGANDA LTDA (CNPJ 05.601.650/0001-06).	Rua dos Tororós, 2240, Lagoa Nova Área: 700 m2 Preço: R\$ 45.000,00	Desclassificado por não atendimento aos requisitos do Edital.
10 - GUELMIM ADMINISTRAÇÃO DE BENS EIRELI (CNPJ 08.561.074/0001-09) E BIOFA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA (CNPJ08.894.627/0001-45).	Av. Marechal Floriano Peixoto, 295, Petrópolis Área: 2.439 m2 Preço: R\$ 121.950,00	Desclassificado por não atendimento aos requisitos do Edital.

Natal/RN, 13 de novembro de 2023

Clístenes Mikael de Lima Gadelha, Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 18/2023 - DPE/RN

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ: 07.628.844/0001-20, com sede administrativa localizada à Rua Sérgio Severo, n. 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.063-380, através de sua Coordenadoria de Administração Geral, torna público para conhecimento dos interessados o presente Chamamento Público para prospecção do mercado imobiliário na cidade de Natal/RN, preferencialmente nas regiões centrais ou próximas aos prédios do Poder Judiciário Estadual, visando futura locação de imóvel, nos termos deste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

- 1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto a prospecção do mercado imobiliário de Natal/RN, com o fito de viabilizar possível futura locação de imóvel para funcionamento do Núcleo da Defensoria Pública do Estado em Natal/RN, no qual será instalado o Núcleo Sede Natal – Unidade I (Núcleo Especializado de Gestão do Primeiro Atendimento Cível, Núcleo Especializado de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência, Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor, Núcleo Especializado de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis, Núcleo Especializado de Demandas da Saúde, Núcleo Especializado de Tratamento Extrajudicial de Conflitos e Núcleo Especializado de Tutelas Coletivas), mediante coleta de propostas de eventuais interessados, pessoas físicas ou jurídicas, que atendam os requisitos mínimos especificados neste Edital.
- 1.2. Este Edital de Chamamento Público não implica obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas.
- 1.3. O presente Edital, assim como a contratação de serviço de locação de imóvel pela administração, tem como fundamentação legal a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.
- 1.4. No momento da entrega, o imóvel deverá estar em condições de operação, devidamente adaptado ao layout da unidade e aos padrões exigidos neste Edital e seus Anexos, e de acordo com os termos da proposta apresentada.

2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 2.1. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas deverão encaminhar, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do dia seguinte à publicação do Edital de Chamamento Público no Diário Oficial do Estado, para o e-mail administracaogeral@dpe.rn.def.br, a Carta Proposta de Locação, conforme anexo do edital, devidamente acompanhada dos documentos de habilitação.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS

- 3.1. O imóvel a ser locado em Natal/RN, deverá possuir, como referência, área construída mínima de 950,00 m².
- 3.2. Será permitido que os proponentes apresentem área distinta daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que comprovem a exequibilidade da proposta, demonstrada por meio do estudo de layout/memorial descritivo da área.

- 3.4. As demais especificações e exigências estão descritas no item 4.1 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL, que deverá ser o LOCADOR, para fins de habilitação jurídica, na forma disciplinada pelo art. 28 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os documentos contidos no item 4.5.4.1 do Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 4.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os documentos contidos no item 4.5.4.2 do Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 4.3. DO IMÓVEL, os documentos contidos no item 4.5.4.3 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 5.1. Não serão aceitas propostas de empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:
 - 5.1.1. Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);
 - 5.1.2. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);
 - 5.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 5.1.4. A Administração consultará em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6. DAS VISITAS E INFORMAÇÕES:

- 6.1. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte reserva-se o direito de visitar os imóveis ofertados, ou solicitar informações complementares e, para tanto, os interessados deverão fazer constar da proposta telefone(s) e nome(s) da(s) pessoa(s) responsáveis pelo imóvel e em condições de fornecer os elementos solicitados.

7. DA AVALIAÇÃO:

- 7.1. Após atendimento das exigências do chamamento público, o imóvel será avaliado por profissional habilitado pela Defensoria Pública do Estado para verificação da adequação da proposta técnica.
- 7.2. O imóvel ou imóveis escolhidos serão objeto de avaliação imobiliária, em consonância com as normas técnicas especificadas na NBR 14.653-2, para verificação de compatibilidade com o valor de mercado.
- 7.3. Após a avaliação, se o preço indicado for inferior ao da proposta, o proponente será notificado para, no prazo máximo de 03 (três) dias, informar se concorda com o preço de avaliação ou, querendo, apresentar impugnação ao laudo de avaliação, com as justificativas e contraprovas que entender pertinentes ao caso.
- 7.4. Após a prospecção do mercado imobiliário pretendido, avaliação do(s) imóvel(is) e concordância do preço, será iniciado o procedimento de contratação.

8. DA ESCOLHA DA ADMINISTRAÇÃO:

- 8.1. As propostas apresentadas serão submetidas à instituição ou órgão indicado por esta Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte para aprovação ou sugestão de alteração no croqui/layout, bem como emissão de parecer e laudo de avaliação individualizado. Em seguida, as propostas serão submetidas à decisão da Administração, que levará em conta os preceitos contidos no artigo 24, X, e no artigo 26 da Lei n. 8.666/93.
- 8.2. A classificação e a seleção da melhor proposta dentre as pré-qualificadas levará em consideração, especialmente, a conveniência e a adequação do imóvel à finalidade pretendida pela Defensoria Pública do Estado, a sua localização, a qualidade do seu acabamento, a segurança do imóvel e do seu entorno, as condições de acessibilidade, o valor pretendido para a locação e o atendimento aos requisitos técnicos e legais deste Edital e Anexos, com destaque aos requisitos e características descritas no Termo de Referência (Anexo II do presente Edital).

9. DA CONTRATAÇÃO:

- 9.1. Os termos da contratação, do período de vigência e da prorrogação contratual encontram-se estabelecidos nos documentos anexos ao presente Edital.

10. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO:

- 10.1. O resultado do Chamamento será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no site da Defensoria Pública do Estado.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 11.1. Esclarecimentos de dúvidas a respeito desse Edital poderão ser obtidas por meio dos seguintes canais, das 08:00 às 15:00 de segunda a sexta feira:
 - 11.1.1. Coordenadoria de Administração Geral (COAG) – E-mail: administracaogeral@dpe.rn.def.br / Telefone: (84) 99931-0560.
 - 11.2. O presente chamamento público não resulta necessariamente em contratação, podendo a Defensoria Pública optar pela realização de outro procedimento para a consecução do interesse público pretendido.
 - 11.3. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
 - 11.4. Constituem anexos deste edital:
 - 11.4.1. ANEXO I – MODELO DE CARTA PROPOSTA;
 - 11.4.2. ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA;
 - 11.4.3. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO.
- Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
- Kerolaine Vanderley Moreira
- Coordenadora de Administração Geral

ANEXO I - MODELO DE CARTA PROPOSTA

Excelentíssimo Senhor Defensor Público-Geral do Estado
Clístenes Mikael de Lima Gadelha
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte - DPE/RN.

Senhor Defensor Público Geral do Estado,

A empresa ou pessoa física _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ ou CPF nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e de CPF nº _____, em atendimento ao Chamamento Público nº 18/2023-DPE/RN, vem apresentar a seguinte proposta de locação de imóvel destinado a abrigar o Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte situada na cidade de Natal/RN:

1. Dados do proponente:
Nome do proponente (proprietário do imóvel):
RG:
CPF:
Estado civil:
Endereço do locador:
Telefone para contato:
E-mail:

2. Dados do imóvel:
Endereço:
Número da matrícula imobiliária:
Área Útil disponível da edificação (em m²):
Área Construída disponível da edificação (em m²):
Unidade/Andares disponíveis (especificar quais):
Valor mensal da locação para 60 (sessenta) meses: R\$
Valor do IPTU: R\$

A localização do terreno está marcada no mapa que segue anexo (georreferenciamento);
Prazo para a entrega do imóvel: ____ dias.

3. Outras Informações referentes à proposta a ser apresentada:
Ar Condicionado: () Central () Split Dutado () Self Contained () Outro: _____
Bwc´s: _____ (quantidade por pavimento) – especificar os de uso coletivo e de uso privativo.
Copa: _____ (quantidade por pavimento)
Estacionamento para veículos e vagas de garagem privativas e cobertas: _____ (número de vagas fixas + avulsas)
Quantidade de Elevadores/plataforma elevatória: _____ (se houver mais de um pavimento)
A edificação cumpre às exigências de acessibilidade (NBR 9050)? () Sim () Não
O imóvel possui “Habite-se”? () Sim () Não. Se o imóvel estiver em reforma, deverá ser indicado o prazo de previsão para conclusão da obra.
O imóvel possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros – CLCB. () Sim () Não. Se o imóvel estiver em reforma, deverá ser informado se já foi iniciado o processo administrativo para obtenção da licença.

Declaro que:

() Informações complementares poderão ser obtidas por meio dos contatos do proponente.
() O imóvel preenche todos os requisitos de acessibilidade ou poderá ser adaptado, às expensas do locador, para tal.
() O imóvel ofertado estará adequado e disponível à Defensoria Pública conforme requisitos e prazo previsto no Edital de Chamamento Público;
() Estou ciente de que, o preço proposto para formalização do possível contrato de locação engloba o valor de IPTU e todas as manutenções prediais e de redes lógica, elétrica, hidráulica, de internet e/ou telefônica.

Local, data e assinatura.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente documento tem por objeto a locação de imóvel comercial situado na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, para funcionamento do Núcleo da Defensoria Pública do Estado em Natal-RN, no qual será instalado o Núcleo Sede Natal – Unidade I (Núcleo Especializado de Gestão do Primeiro Atendimento Cível, Núcleo Especializado de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência, Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor, Núcleo Especializado de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis, Núcleo Especializado de Demandas da Saúde, Núcleo Especializado de Tratamento Extrajudicial de Conflitos e Núcleo Especializado de Tutelas Coletivas).
1.2. A atuação dos Núcleos Sede da Defensoria Pública e dos Núcleos Especializados está regulamentada nas Resoluções nº 211/2020 – CSDP e nº 212/2020 – CSDP, respectivamente, deliberadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública em Sessão Ordinária realizada em 10 de julho de 2020.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte tem como função institucional a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos assistidos, em todos os graus, de forma integral e gratuita.
2.2. Desta forma, com vistas a atender tal função social, o adensamento populacional em Natal motivou a locação de imóvel para atender às finalidades institucionais da Defensoria Pública do Estado.
2.3. Atualmente, o Núcleo Sede Natal – Unidade I, onde funcionam os núcleos descritos no item 1.1, está situado na Avenida Senador Salgado Filho, nº 2868b, bairro de Lagoa Nova, Natal-RN, com área construída de 536,00m², cujo imóvel é objeto do contrato de locação nº 020/2015-DPE/RN, instrumentalizado por meio do Processo Administrativo nº 31.262/2015-DPE/RN, entretanto o prazo de vigência ultimarà no dia 31 de dezembro de 2023, sem interesse de prorrogação pela locadora.
2.4. Diante da proximidade de finalização do atual contrato dos Núcleos Sede Natal – Unidade I, além do fato da área construída atual do imóvel ser insuficiente para a continuidade dos serviços de atendimento ao público, se faz necessária nova locação para sediar o Núcleo Sede Natal – Unidades I, que abrange o Núcleo Especializado de Gestão do Primeiro Atendimento Cível (NUPACIV-Natal), o Núcleo Especializado de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência (NUPID), o Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUDEM), o Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor (NUDECON), Núcleo de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis (NUDEV), o Núcleo Especializado de Demandas da Saúde (NUDESA), o Núcleo Especializado de Tratamento Extrajudicial de Conflitos (NUTEC), Núcleo Especializado de Tutelas Coletivas (NTC), Defensorias Cíveis, assim perfazendo-se a necessidade de reestruturação física visando um imóvel com maior área em relação ao atualmente locado e, assim, dar continuidade às atividades que objetivam o cumprimento da função social da instituição.
2.5. De acordo com os relatórios funcionais do sistema de registro de atendimentos da Defensoria Pública, o Núcleo do Primeiro Atendimento Cível de Natal efetuou, no ano de 2022, 11.754 atendimentos ao público; o Núcleo

de Defesa de Saúde, 6.644 atendimentos; o Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor, 879 atendimentos; o Núcleo de Tratamento Extrajudicial de Conflitos, 2.189 atendimentos, de forma que, no Núcleo Sede Natal - Unidade I foram realizados, em média, 1.788 atendimento/mês, o que demonstra a necessidade de um amplo local para funcionamento, a fim de melhor atender ao interesse público e garantir um atendimento humanizado e eficiente aos usuários dos serviços da Defensoria Pública do Estado1.
2.6. Some-se que a equipe de atendimento do referido núcleo é composta por Defensores Públicos, servidores, estagiários de graduação e pós-graduação e colaboradores da instituição, os quais necessitam de espaço apropriado para desenvolvimento das atividades funcionais, com condições mínimas de infraestrutura, acessibilidade e segurança para o desempenho diário e contínuo de suas atividades funcionais, incluindo o atendimento aos assistidos.
2.7. Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE2, a população do Município de Natal, atualizada até o ano de 2022, é de 751.932 (setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e duas) pessoas.
2.8. Resta, pois, imperiosa a locação de imóvel como forma de evitar a interrupção dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita prestados à população financeiramente hipossuficiente, observada a legislação que rege a matéria, a qual dispõe sobre a necessidade de ser precedida de licitação e avaliação prévia do bem e do seu estado de conservação.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A escolha do imóvel a ser locado deverá observar as necessidades de atendimento ao público e acolhimento aos assistidos, bem como as características do trabalho, com espaço adequado para instalação de mobiliário e equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade-fim de assistência jurídica, observados os critérios de acessibilidade, infraestrutura e segurança.

4. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:

4.1. REQUISITOS DO IMÓVEL:

4.1.1. O imóvel a ser locado em Natal/RN necessitará atender, no mínimo, às seguintes características:
a) Possuir escritura pública em nome do(a) Locador(a), como também estar livre e desembaraçado de quaisquer impedimentos judiciais, tributários, ou demais litígios;
b) Estar, preferencialmente, localizado nos bairros centrais ou nas proximidades dos prédios onde funcionam o Poder Judiciário Estadual, com acesso facilitado à população, haja vista que o público-alvo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte é de pessoas financeiramente hipossuficientes ou que integram grupos sociais vulneráveis;
c) Estar disponível para instalação do Núcleo institucional até o dia 31 de dezembro de 2023, incluído neste prazo o período para realização de eventuais reformas ou adaptações necessárias às instalações de rede lógica, elétrica, hidráulica, de internet e/ou telefônica, de acordo com o croqui/layout apresentado e devidamente aprovado por esta instituição, com possibilidade de prorrogação, caso a Administração assim o entenda possível.
d) Possuir, como referência, área construída mínima de 950,00m², estimadas a partir de somatória de áreas mínimas dos ambientes requisitados.
e) Quanto à representação gráfica a ser apresentada, o proponente deverá elaborar documentação técnica, em escala adequada, desenvolvida por profissional habilitado, contendo informações de cotas legíveis dos ambientes e simulação de instalação de mobiliário existente utilizado pelo Núcleo Sede da Defensoria Pública na Cidade de Natal (Unidade I) atual. A documentação de desenho técnico deverá ser disponibilizada em formato PDF e arquivo em extensão digital, contendo, no mínimo, os seguintes documentos:
- Planta de Locação contendo a projeção da edificação dentro do lote, dimensões externas da edificação e das divisas do lote, nome de logradouros contíguos ao lote;
- Planta Baixa da edificação proposta, considerando cada pavimento existente, contendo cotas de medidas, áreas e finalidades de todos os compartimentos;
- Planta Baixa de Layout considerando cada pavimento existente, contendo disposição de mobiliário existente utilizado pelo Núcleo Sede da Defensoria Pública na Cidade de Natal (Unidade I);
- Planta Baixa de Reforma com marcação de convenção de partes/elementos da edificação a serem mantidos, a demolir e a executar, para entendimento da realidade atual e situação proposta para a edificação.
f) Será permitido que os proponentes apresentem área distinta daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que comprovem a exequibilidade da proposta, demonstrada por meio do estudo de layout/memorial descritivo da área.
g) A título referencial, o imóvel deverá possuir espaço, medido em área útil coberta para ambientes, devendo comportar a seguinte estrutura administrativa para funcionamento da Defensoria Pública:

Núcleo Sede Natal - Unidade I

QUADRO DE ÁREAS PARA AMBIENTES					
SETORES / AMBIENTES	Quantidade	Dimensões aproximadas ambiente (M)	Área útil mínima (M²)	Área útil total mínima (M²)	Especificações para o ambiente
SETOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO					
ÁREA DE RECEPÇÃO/ ESPERA DO PÚBLICO ASSISTIDO	01	-	100,00	100,00	- Capacidade para, no mínimo, 100 (cem) pessoas sentadas em cadeiras/longarinas no mesmo horário; - Previsão de área para, no mínimo, 02 (duas) estações de trabalho (recepção de entrada), sendo uma adaptada; - Previsão de espaço para instalação de bebedouro; - Área para detector de metais em acesso.
ÁREA DE GUICHÊS DE ATENDIMENTO	18	1,40 x 4,00	5,60	100,80	- Cada guichê com espaço para 01 cadeira para atendente e 02 (duas) cadeiras para assistidos; - A área de guichês, preferencialmente, deverá estar com parede ou divisórias de vedação, com visor de vidro transparente, em relação à área de espera, conferindo maior isolamento acústico aos atendentes e privacidade aos assistidos, mas sem comprometer a visibilidade.
SALA NÚCLEO DE DEFESA DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS (NUDEV)	01	3,00 x 4,00	12,00	12,00	- Espaço para, no mínimo, 02 (dois) conjuntos de mesa e cadeira para atendente e 02 (duas) cadeiras para assistidos cada mesa. - Esse ambiente deverá estar locado próximo à entrada, mas após acesso/passagem do assistido pelo detector de metais.
SALA DE COORDENAÇÃO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	01	3,50 x 4,50	15,75	15,75	- Esse ambiente deverá estar locado diretamente junto à área de espera do público, dispondo de visor transparente (visibilidade para área de espera); - Espaço para, no mínimo, 03 (três) conjuntos de mesa e cadeira para atendente e 02 (duas) cadeiras para assistidos cada mesa.
SALA DE ATENDIMENTO DO DEFENSOR PÚBLICO	01	3,00 x 3,50	10,50	10,50	- Esse ambiente, preferencialmente, deverá estar locado próximo à área de espera do público; - Espaço para conjunto de mesa formato “L” e cadeiras e mobiliário padrão Defensoria
SALA DE INFORMÁTICA (T.I.)	01	2,50 x 3,00	7,50	7,50	- Capacidade para 01 (uma) estação de trabalho e mobiliário; - Previsão de locação de hack de cabeamento estruturado.
SANITÁRIOS ACESSÍVEIS DE USO PÚBLICO	02	1,50 (largura mínima)	3,00	6,00	- Instalação de lavatório e sanitário; instalação das barras de apoio conforme legislação vigente; atendimento aos requisitos das normas de acessibilidade.
SANITÁRIOS COMUNS	02	-	2,50	5,00	Instalação de, no mínimo, 01 lavatório e 01 sanitário.
SETOR NÚCLEOS ESPECIALIZADOS E SALAS DIVERSAS					

SALA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO NÚCLEO DE TRATAMENTO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS (NUTEC)	01	-	25,00	25,00	- Espaço para, no mínimo, 05 (cinco) conjuntos de mesa e cadeira para atendente e 02 (duas) cadeiras para assistidos cada mesa e mobiliário padrão Defensoria; - Esse ambiente, preferencialmente, estará locado no início de sequência de disposição em relação aos demais núcleos;
SALA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO DO NÚCLEO DE TRATAMENTO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS (NUTEC)	02	3,00 x 3,50	10,50	21,00	- Espaço para 01 (uma) mesa redonda com acomodação de 04 (quatro) cadeiras e mobiliário padrão Defensoria; - Esse ambiente, preferencialmente, estará locado em sequência/próximo à sala de “Atendimento ao Público do Núcleo de Tratamento Extrajudicial de Conflitos (NUTEC)”.
SALA DE APOIO INSTITUCIONAL	01	-	25,00	25,00	- Espaço para, no mínimo, 03 (três) conjuntos de mesa e cadeira para atendente e 02 (duas) cadeiras para assistidos cada mesa e mobiliário padrão Defensoria;
SALA DE NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DA SAÚDE (NUDESA)	01	-	25,00	25,00	- Espaço para, no mínimo, 04 (quatro) estações tipo guichê de atendminento e mobiliário padrão Defensoria;
SALA DE NÚCLEO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (NUPID)	01	-	25,00	25,00	- Espaço para, no mínimo, 02 (dois) conjuntos de mesa e cadeira para atendimento e 03 (três) cadeiras para assistidos cada mesa e mobiliário padrão Defensoria; - Previsão de espaço para 01 (uma) mesa redonda com acomodação de 04 (quatro) cadeiras.
SALA DE NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DA MULHER (NUDEM)	01	-	35,00	35,00	- Espaço para, no mínimo, 05 (cinco) estações de atendimento, sendo: 03 (três) conjuntos de mesa e cadeira para atendimento e 02 (duas) cadeiras para assistidas cada mesa; 02 (duas) estações tipo guichê de atendimento; e mobiliário padrão Defensoria.
SALA DE NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (NUDECON)	01	-	16,00	16,00	- Espaço para, no mínimo, 03 (três) conjuntos de mesa e cadeira para atendente e 02 (duas) cadeiras para assistidos cada mesa e mobiliário padrão Defensoria;
SANITÁRIOS ACESSÍVEIS PARA SERVIDORES	02	1,50 (largura mínima)	3,00	6,00	- Instalação de, no mínimo, 02 lavatórios (sendo 01 adaptado), 02 sanitários (sendo 01 adaptado); atendimento aos requisitos das normas de acessibilidade; - A localização desses sanitários deve estar, preferencialmente, próxima da área de atendimento ao público e da área de “núcleos especializados e salas diversas”, configurando local estratégico e de fácil acesso a todos os funcionários.
SETOR GABINETES DOS DEFENSORES PÚBLICOS					
GABINETE DE DEFENSORIA PÚBLICA	09	3,00 x 3,50	10,50	94,50	- Ambiente de atendimento do defensor ao(s) assistido(s); Cada gabinete terá sua antessala (estagiário e residente) pela qual ocorrerá o acesso ao gabinete.
ANTESSALA DE GABINETE PARA ESTAGIÁRIO E RESIDENTE	09	3,00 x 3,00	9,00	81,00	- Espaço para, no mínimo, 02 estações de trabalho para estagiário e residente; - Esse ambiente deverá estar vinculado diretamente ao gabinete do defensor respectivo.
SANITÁRIOS COMUNS	02	-	2,50	5,00	Instalação de, no mínimo, 01 lavatório e 01 sanitário.
SETOR CONFERÊNCIAS					
SALA DE REUNIÕES	01	-	25,00	25,00	- Capacidade para, no mínimo, 10 pessoas sentadas ao redor de mesa oval, considerando circulação ao redor de mesa.
AUDITÓRIO	01	-	35,00	35,00	- Capacidade para, no mínimo, 30 cadeiras e espaço para acomodação de, mesa de palestras e mobiliário.
SETOR SERVIÇO					
COPA	01	-	12,00	12,00	Com bancada e espaço para acomodação de refrigerador e eletrodomésticos.
DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA	01	-	4,00	4,00	- Acesso independente de copa/despensa; - Previsão de instalação de lavanderia para higienização de materiais de limpeza.
ALMOXARIFADO	01	-	10,00	10,00	Área para armários/arquivos
ÁREA ÚTIL MÍNIMA (AMBIENTES)	702,05 m²				
* Área útil de circulação: Na estimativa de área útil mínima acima não estão inclusas as áreas úteis de circulações necessárias para conexões entre ambientes, devendo ser considerada uma maior otimização conforme realidade de espaços e layout da edificação, bem como atendimento às normas pertinentes a tais espaços, especialmente quanto a requisitos de acessibilidade e prevenção e combate a incêndio.					
** Vagas de estacionamento: A área de vagas destinadas ao estacionamento deverá ter disponibilidade para implantação de, no mínimo, 15 (quinze) vagas demarcadas conforme medidas e características convencionais estabelecidas na legislação municipal e nas normas de acessibilidade vigentes. Dentre o número de vagas de estacionamento, deverá apresentar, no mínimo, 01 (uma) vaga acessível e 01 (uma) para pessoa idosa. A área de estacionamento poderá, ser coberta ou aberta (sem cobertura). Á área útil destinada ao estacionamento é independente da área útil mínima dos ambientes disposta no cálculo acima.					

h) A disposição espacial do imóvel, quanto à distribuição das funções dos ambientes deverá estar ou ser adequada, preferencialmente, à sequência de setorização em conformidade com a tabela acima, considerando o acesso e início da utilização do espaço pelo setor de atendimento ao público assistido, seguindo de articulação com o setor de núcleos/salas especializados e seguindo com setor de gabinetes de defensorias. O setor de serviço, preferencialmente, deverá estar implantado de modo a não interromper a sequência lógica de distribuição do setor salas e gabinetes. Porém, o setor de serviço poderá estar articulado com o setor de salas e gabinetes, desde que não prejudique o funcionamento desses.

i) Todas as áreas, inclusive sanitários e estacionamento privativo, devem atender às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes ao uso público (Lei nº 10.048/2000; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 5.296/2004; Norma Técnica ABNT NBR 9050/2020);

j) Caso a edificação possua mais de 01 (um) pavimento, deverá conter 01(uma) plataforma de elevação vertical, com características em atendimento à ABNT NBR ISO 9386-1;

k) Ter sistema de combate a incêndio com auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB) ou certificado de licença do corpo de bombeiros (CLCB) válidos. Em se tratando de imóvel que necessite de reforma substancial, o documento poderá ser apresentado em até 90 (noventa) dias da assinatura do instrumento contratual, mediante comprovação de protocolização de requerimento administrativo perante o órgão competente, sob pena de rescisão do instrumento firmado. O referido prazo poderá ser prorrogado mediante apresentação de requerimento fundamentado, desde que o atraso na entrega não decorra de fato atribuível ao proprietário do imóvel;

l) Possuir “HABITE-SE” emitido pelo órgão competente. Em se tratando de imóvel que necessite de reforma substancial, o documento poderá ser apresentado em até 90 (noventa) dias da assinatura do instrumento contratual, mediante comprovação de protocolização de requerimento administrativo perante o órgão competente, sob pena de rescisão do instrumento firmado. O referido prazo poderá ser prorrogado mediante apresentação de requerimento fundamentado, desde que o atraso na entrega não decorra de fato atribuível ao proprietário do imóvel;

m) Possuir toda infraestrutura de instalações de rede lógica, elétrica, telefônica e estrutural para receber aparelhos de ar-condicionado do tipo “split”, de acordo com o padrão utilizado pela instituição, com apresentação de croqui/layout, a ser devidamente aprovado pela Defensoria Pública do Estado.

4.1.2. As vagas de estacionamento devem ser devidamente demarcadas e, no caso das vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, identificadas conforme a NBR9050, podendo a referida demarcação ser realizada na fase de formalização do instrumento contratual.

4.1.3. Deve, ainda, o proprietário investir recursos próprios para fazer as adaptações arquitetônicas e de instalações de acessibilidade que se julguem necessárias para sediar o Núcleo Sede Natal – Unidades I, inclusive quanto às recomendações técnicas advindas dos órgãos competentes.

4.1.3.1. A DPE/RN não será responsável por arcar com qualquer custo relativo à comissão devida a corretor de imóveis que porventura seja intermediário ou representante do imóvel a ser locado.

4.1.4. Será necessária a apresentação pelo(a) pretenso(a) LOCADOR(A) de declaração do órgão municipal competente indicando o quantitativo de linhas de transporte público, quando houver, que trafegam na área da localização do imóvel.

4.1.5. O(A) LOCADOR(A) deve assegurar a contínua e permanente manutenção da edificação em todos os aspectos tais como: manutenção das redes elétricas, lógicas, hidráulicas, sanitárias, pluviais, de combate a incêndio (inclusive recarga de extintores), telefônicas e de ar-condicionado, vedações, esquadrias e estrutural do imóvel, de serviços de jardinagem (se existir) e a pintura anual do imóvel ou sempre que necessária, além de arcar com o pagamento anual do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

4.1.6. A proposta deverá possuir, de forma expressa, as especificações do objeto em razão das exigências deste Termo de Referência e Caderno de Especificações, bem como a identificação do proprietário e/ou do representante legal, devidamente acompanhada de cópia dos documentos de identificação civil.

4.2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.2.1. O contrato de locação de imóvel pela Administração Pública, além de ser regido pela Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, também deverá obedecer às normas gerais de licitação, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, podendo o procedimento licitatório ser dispensado na forma do art. 24, inciso X, da referida norma.

4.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1. O objeto da presente contratação trata de disponibilização de bem imóvel mediante locação de natureza continuada, para utilização pela CONTRATANTE/LOCATÁRIA, com vistas a atender a necessidade pública de forma contínua, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades administrativas e finalísticas do órgão ou entidade, de modo a evitar que a ausência de local adequado venha a comprometer a prestação do serviço público de assistência jurídica integral e gratuita à população financeiramente hipossuficiente.

4.3.2. A locação continuada de bem imóvel não residencial, para utilização da CONTRATANTE/LOCATÁRIA, será na modalidade de locação tradicional, modelo no qual aluga-se apenas o espaço físico, com contratação independente de serviços adicionais.

4.4. DA SUBCONTRATAÇÃO E SUBLOCAÇÃO

4.4.1. Não será permitida a subcontratação e sublocação do respectivo imóvel a ser locado, haja vista a necessidade de ampliar a competitividade dos preços de mercados e a dificuldade de realizar rígida fiscalização contratual por se tratar de locação de natureza continuada.

4.4.2. Os serviços inerentes à manutenção da estrutura interna e externa do imóvel, custeados exclusivamente pelo(a) CONTRATADO(A)/LOCADOR(A), a exemplo de manutenções prediais, poderão ser subcontratados.

4.5. FORMA DE SELEÇÃO

4.5.1. Será adotado o Chamamento Público para seleção do imóvel, a fim de conferir transparência à contratação e oportunizar ao mercado a apresentação de propostas que atendam às necessidades e pré-requisitos descritos no presente Termo de Referência.

4.5.2. A classificação e a seleção da melhor proposta dentre as pré-qualificadas levarão em consideração, especialmente, a adequação do imóvel à finalidade pretendida pela Defensoria Pública do Estado, a sua localização, a qualidade da construção, a segurança, as condições de acessibilidade, o valor pretendido para a locação e o atendimento aos requisitos técnicos e legais descritos no presente termo de referência.

4.5.3. O aviso de Chamamento Público deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de permitir o acesso de todos(a) os(a) locadores(as) interessados(as) e aptos(as) a participarem do certame, por meio do envio de proposta.

4.5.4. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas deverão encaminhar, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do dia seguinte à publicação do edital de chamamento público no diário oficial do Estado, para o e-mail administracaogeral@dpe.rn.def.br, a Carta Proposta de Locação, em conformidade com o modelo apresentado no anexo do edital, devidamente acompanhada dos documentos solicitados, manifestando seu interesse em celebrar contrato com esta Defensoria Pública, conforme estipulado em edital, devendo apresentar:

4.5.4.1 Documentos referentes ao proprietário do imóvel, que deverá ser o LOCADOR, para fins de habilitação jurídica, na forma disciplinada pelo art. 28 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

- a) cédula de identidade e prova de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF), se o proprietário for pessoa física, ou de os sócios representantes, se o locador for pessoa jurídica;
 - b) se o proprietário for representado por procurador, instrumento procuratório com firma reconhecida em cartório e poderes para subscrever o instrumento contratual, firmar e assinar recibos, transacionar o valor locatício, entre outros;
 - c) registro comercial, no caso de empresa individual;
 - d) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - e) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - f) certidão comprobatória de inexistência de registro no cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - g) certidão negativa de licitante inidôneo expedida pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 4.5.4.2 Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do locador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do locador, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- f) Certidão negativa dos impostos incidentes sobre o imóvel.

4.5.4.3. Documentos relacionados ao imóvel:

Certidão de propriedade do registro de imóveis com negativa de ônus reais;

Declaração da administração imobiliária quanto à quitação das taxas de administração (artigo 22, inciso VII, da Lei nº 8.245/1991), se houver; e

Declaração da administração imobiliária quanto à quitação das despesas de condomínio, incluindo as extraordinárias (artigo 22, inciso X, da Lei nº 8.245/1991), se houver;

Auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB) ou certificado de licença do corpo de bombeiros (CLCB) válidos. Em se tratando de imóvel que necessite de reforma substancial, o documento poderá ser apresentado, em até 90 (noventa) dias, da assinatura do instrumento contratual mediante comprovação de protocolização de requerimento administrativo perante o órgão competente, sob pena de rescisão do instrumento firmado. O referido prazo poderá ser prorrogado mediante apresentação de requerimento fundamentado, desde que o atraso na entrega não decorra de fato atribuível ao proprietário do imóvel;

Carta de “HABITE-SE” emitido pelo órgão competente. Em se tratando de imóvel que necessite de reforma substancial, o documento poderá ser apresentado, em até 90 (noventa) dias, da assinatura do instrumento contratual mediante comprovação de protocolização de requerimento administrativo perante o órgão competente, sob pena de rescisão do instrumento firmado. O referido prazo poderá ser prorrogado mediante apresentação de requerimento fundamentado, desde que o atraso na entrega não decorra de fato atribuível ao proprietário do imóvel;

- f) Caderno com memorial/croqui/layout do imóvel, de acordo com as especificações mínimas contidas no edital de chamamento e seus anexos;
- g) Declaração do órgão municipal competente indicando o quantitativo de linhas de transporte público, quando existente o serviço de transporte público no Município, que trafegam na área da localização do imóvel;

4.5.5. A fim de permitir a análise das condições dos imóveis habilitados e suas adequações às especificações exigidas pela CONTRATANTE/LOCATÁRIA, os interessados deverão apresentar PROPOSTA com a seguinte especificação:

a) Valor mensal e anual de locação;

b) Informação acerca do valor de despesas condominiais (se existente), do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, da Taxa de Limpeza Pública - TLP e dos demais tributos e tarifas incidentes sobre o imóvel, cuja responsabilidade pelo pagamento será da CONTRATADA;

c) As especificações do imóvel, com indicação da área total, área útil e área construída, em razão das exigências desse Termo de Referência, prazo de entrega do imóvel com as adaptações e reformas necessárias, discriminando os responsáveis legais para assinatura de contrato;

4.5.6. A não apresentação dos documentos exigidos ou a não comprovação dos requisitos estabelecidos para a pré-qualificação importarão na desqualificação do proponente.

4.5.7. Será aceita proposta que comprovar o atendimento das exigências mínimas desse termo de referência e das especificações contidas em anexo do edital de chamamento.

4.5.8. Após vistoria inicial dos imóveis habilitados, as propostas apresentadas serão submetidas à instituição ou órgão indicado por esta Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte para aprovação ou sugestão de alteração no croqui/layout, bem como emissão de parecer e laudo de avaliação do imóvel. Em seguida, as propostas serão submetidas à decisão da Defensoria Pública-Geral do Estado.

4.5.9. Esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone: (84) 99931-0560 – Coordenação de Administração Geral - COAG.

5. DA AVALIAÇÃO:

5.1. Após atendimento das exigências do chamamento público, o imóvel será avaliado por profissional habilitado pela Defensoria Pública do Estado para verificação da adequação da proposta técnica.

5.2. O imóvel ou imóveis escolhidos serão objeto de avaliação imobiliária, em consonância com as normas técnicas especificadas na NBR 14.653-2, para verificação de compatibilidade com o valor de mercado.

5.3. Após a avaliação, se o preço indicado for inferior ao da proposta, o proponente será notificado para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, informar se concorda com o preço de avaliação ou, querendo, apresentar impugnação ao laudo de avaliação, com as justificativas e contraprovas que entender pertinentes ao caso.

5.4. Após a prospecção do mercado imobiliário pretendido, avaliação do(s) imóvel(is) e concordância do preço, será iniciado o procedimento de contratação.

6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1 Após as fases de habilitação, avaliação e cumprimento dos requisitos e condições previstos nesse termo de referência, o contrato de locação será firmado na forma estabelecida na minuta do edital de chamamento, com indicação das obrigações da contratada e da contratante.

6.2. Ocorrendo a recusa injustificada do vencedor da proposta em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, reserva-se ao órgão requisitante o direito de acatar a proposta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, desde que tenha sido considerado como habilitado e preenchidos todos os requisitos legais para contratação, pela Coordenadoria de Administração Geral da Defensoria Pública do Estado.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1 A CONTRATADA ficará obrigada a entregar/executar fielmente o objeto deste Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;

7.2 A simples apresentação de proposta indica, e fica assim entendido, que O(a) LOCADOR(A) dá plena concordância com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3 A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos previstos no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das sanções legais e contratuais cabíveis.

7.4. Qualquer tolerância por parte da LOCATÁRIA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, sob qualquer hipótese, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

7.5. Eventual contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela contratada para a execução do objeto contratual, sendo a essa a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

7.6. A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte ou obtidos em razão da futura locação, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções deles, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

Natal/RN, 13 de novembro de 2023.

Kerolaine Vanderley Moreira

Coordenadora de Administração Geral

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - REQUISITOS MÍNIMOS DO IMÓVEL

A carta de proposta do imóvel deverá observar aos requisitos abaixo indicados, além daqueles indicados no item 4.1 do termo de referência. Caso o imóvel não atenda plenamente aos itens detalhados abaixo, o proponente deverá executar as adequações necessárias antes de sua entrega, com possibilidade de prorrogação do referido prazo, caso a Administração assim o entenda possível.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL
1	O imóvel deve estar pronto para fins de ocupação até o dia 31 de dezembro de 2023, atendendo a todas as prescrições estabelecidas nas normas federais, estaduais e municipais, nos normativos e padrões das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, água e telefonia.
2	O imóvel deve ser atendido por infraestrutura de rede elétrica, de dados e voz, telefônica, hidráulica, sanitária, águas pluviais, combate a incêndio e coleta de lixo.
3	No caso de o imóvel possuir mais de um pavimento, a área ofertada para locação deve apresentar plataforma de elevação e todos os pavimentos devem observar as normas de acessibilidade vigentes.
4	O imóvel deve apresentar iluminação e ventilação em todos os compartimentos de permanência prolongada.
5	O imóvel deve possuir vias de acesso pavimentadas e ser de fácil acesso à população.
6	As paredes do imóvel devem ser totalmente estanques, não devem possuir imperfeições em suas superfícies, não devem apresentar patologias tais como: trincas, rachaduras ou fissuras. Quanto ao revestimento, não devem apresentar patologias tais como: bolhas, eflorescência, saponificação, desagregamento, enrugamento, mofo, descolamento de placas cerâmicas, deterioração das juntas ou quaisquer outras patologias. As paredes devem ser emassadas e pintadas com tintas em cores claras.
7	As áreas molhadas devem ter paredes revestidas até a altura de teto com revestimento cerâmico ou outro material resistente à umidade, de cor clara e de fácil limpeza.
8	As fachadas devem estar em perfeitas condições de apresentação (limpas, sem rachaduras ou infiltrações).
9	As esquadrias devem estar em perfeito estado de funcionamento e não apresentar defeitos tais como: rachaduras, peças faltantes, trincas, ferrugem, empenamento etc.
10	As instalações elétricas devem estar de acordo com as normas e padrões exigidos pela concessionária de energia elétrica e atender à norma técnica da ABNT NBR 5410:2004 Versão Corrigida: 2008
11	O imóvel deve possuir medição individual de energia para as áreas ofertadas, por meio de relógio medidor.
12	O imóvel deve possuir instalações elétricas com capacidade compatível às cargas instaladas, aprovado pela Concessionária de energia elétrica, contemplando alimentação dos quadros de edificação que poderá ser derivada diretamente da subestação, circuitos parciais e circuitos terminais de iluminação (interna e externa) e tomadas; circuitos preparados para rede estabilizada, para computadores, copiadoras, impressoras e servidores de rede; local apropriado para instalação de circuitos alimentadores para No Breaks de propriedade do órgão ou do(a) Locador(a); sistema de aterramento indicado para equipamentos eletrônicos sensíveis/microcomputadores/central telefônica integrados com a malha de terra do sistema de força; capacidade de expansão da carga futura do sistema elétrico.

13	A carga prevista para alimentar os equipamentos de TI e demais equipamentos elétricos deve permitir uma reserva para expansão de no mínimo 20% (vinte por cento).
14	As instalações de rede lógica devem ser Categoria 6, certificadas, e atender à ABNT NBR 14.565:2019 – Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers.
15	O imóvel deverá conter equipamentos de prevenção e proteção contra incêndio, como extintores de incêndio, sinalização de saída, iluminação de emergência e demais elementos aplicáveis conforme ABNT NBR 9077:2001, Lei Federal nº 13.425/2017, Lei Complementar nº 601/2017 (atualizada até a Lei Complementar nº 704/2022) e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros. Deve ter AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) emitido e vigente.
16	O imóvel deve possuir sistema de ar-condicionado central ou equipamentos do tipo split ou de janela, em boas condições de funcionamento e, preferencialmente, com menor consumo de energia (selo Procel A). Caso contrário, o imóvel deverá ser adaptado para receber os equipamentos da DPE/RN, do tipo split com capacidade entre 9.000-30.000 BTUs.
17	O imóvel deve atender à ABNT NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e à ABNT NBR 16537/2016 (Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).
18	Circulação externa: - As calçadas devem ter um faixa livre para a circulação de pedestres sem degraus, com largura mínima de 1,20 m e altura livre de 2,10 m; - Os materiais de revestimento e acabamento do piso devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante; - A inclinação transversal da faixa livre (passeio) da calçada deve ser igual ou inferior a 3% e a inclinação longitudinal deve acompanhar a inclinação das vias lindeiras; - Deve haver rebaixamentos de calçadas na direção do fluxo de travessia de pedestres, com inclinação longitudinal máxima de 8,33%, largura mínima de 1,20 m e sinalização tátil de alerta; - Deve haver sinalização tátil direcional no eixo da faixa livre da calçada e transversalmente marcando as áreas de travessia, conforme ABNT NBR 16537/2016.
19	Acesso e circulação: - A entrada da edificação deve ser acessível; - Os acessos devem ser vinculados através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência; - O piso interno deve ter inclinação transversal da superfície máxima de 2% e inclinação longitudinal inferior a 5%, possuir superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante; - Os corredores de uso comum com extensão de até 4 m devem ter largura mínima de 0,90 m, com extensão de até 10 m devem ter largura mínima de 1,20 m e com extensão superior a 10 m devem ter largura de 1,50 m; - Os corredores de uso público devem ter largura mínima de 1,50 m.
20	Portas: - Quando abertas, devem ter vão livre com no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura; - Quando houver portas em sequência é necessário um espaço de transposição de um círculo de 1,50 m de diâmetro mínimo, além das medidas de varredura das portas abertas, conforme itens 6.11.2.1 da ABNT NBR 9050/2020; - Nos deslocamentos frontal e lateral deve ser garantido espaço livre ao lado da porta, conforme itens 6.11.2.2 e 6.11.2.3 da ABNT NBR 9050/2020; - As maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas entre 0,80 e 1,10 m do piso.
21	Rampa (quando houver): - Em desníveis máximos de 1,50 m (em cada segmento de rampa), é admissível a inclinação de 5%; - Em desníveis máximos de 1 m (em cada segmento de rampa), é admissível inclinação maior que 5% e menor ou igual a 6,25%; - Em desníveis máximos de 0,80 m (em cada segmento de rampa), é admissível inclinação maior que 6,25% e menor ou igual a 8,33%; - Em rampas internas, a inclinação transversal deve ser de no máximo 2%; - Em rampas externas, a inclinação transversal deve ser de no máximo 3%; - Deve ter largura mínima de 1,20 m, sendo o mínimo recomendável 1,50 m, e possuir corrimãos de duas alturas (0,70 m e 0,92 m) nos dois lados; - Quando não houver paredes laterais, deve possuir guarda-corpos e guias de balizamento com altura mínima de 5 cm; - Deve haver sinalização tátil de alerta no piso no início e término da rampa.
22	Escada (quando houver): - Não deve possuir espelhos vazados quando fizer parte de uma rota acessível; - A escada e patamares devem possuir largura mínima de 1,20 m; - Deve possuir corrimãos em duas alturas (0,70 e 0,92 m) em ambos os lados; - Os corrimãos devem ser contínuos, inclusive nos patamares, e prolongando-se por 0,30 m nas extremidades; - Deve haver sinalização tátil de alerta no piso no início e término da escada; - Os degraus devem possuir sinalização visual em suas bordas laterais.
23	Elevador/plataforma elevatória (quando houver): - Deve haver sinalização visual e tátil (caracteres em relevo e em Braille), externa e internamente, com informações sobre as instruções de uso, indicação da posição para embarque e desembarque e indicação dos pavimentos atendidos; - O elevador deve ter sinalização tátil também nos comandos e pavimentos; - Devem possuir sinalização tátil de alerta no piso junto à porta; - Devem possuir sinalização visual de condição de utilização; - Devem possuir dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio; - Deve haver sinalização sonora falada informando o pavimento, portas abrindo ou fechando, elevador subindo ou descendo, em equipamentos com mais de duas paradas; - A sinalização sonora deverá ser precedida de mensagem com prefixo ou de um ruído característico para alertar o ouvinte. - O elevador vertical deve atender à ABNT NBR NM 313; - A plataforma de elevação vertical deve atender à ABNT NBR ISO 9386-1.
24	Sanitários: - Devem estar localizados em rotas acessíveis e possuir entrada independente; - Nas edificações existentes, deve haver no mínimo um sanitário acessível por pavimento, onde houver sanitários; - Nas edificações a serem construídas, deve haver sanitários acessíveis em quantidade mínima de 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários; - As medidas do sanitário acessível devem possibilitar a rotação de 360° de uma cadeira de rodas (círculo com diâmetro de 1,50m) e o espaço necessário para a transferência lateral, perpendicular e diagonal à bacia sanitária; - O piso deve ser antiderrapante, não ter desníveis junto à soleira e ter grelhas e ralos fora das áreas de manobra e transferência; - A porta deve abrir para o lado externo do sanitário e possuir puxador do lado interno; - O lavatório deve permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas (com coluna suspensa ou sobre um tampo) e ter altura limite de 0,80 m; - As bacias sanitárias não devem possuir abertura frontal e devem ter altura (com assento) de no máximo 0,46 cm; - Devem ser instaladas barras de apoio junto ao lavatório e à bacia sanitária; - O acionamento da válvula de descarga, torneira, barras, puxadores, trincos e demais acessórios devem estar dentro da faixa de alcance manual em conformidade com a ABNT NBR 9050/2020; - Os espelhos devem estar dentro da faixa de alcance visual, entre 0,90 m do piso no máximo e 1,80 m do piso no mínimo; - Devem possuir alarme de emergência (visual, tátil e/ou sonoro) próximo à bacia sanitária.
25	Sinalização de emergência: - Deve indicar as rotas de fuga e saídas de emergência através de sinalizações visuais, sonoras e táteis; - Junto às portas corta fogo das escadas e nos corrimãos, deve haver sinalização tátil, visual e /ou sonora informando o número do pavimento; - A porta de acesso à área de resgate e a área de resgate para pessoa com deficiência devem ser sinalizadas.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2023.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL Nº XXXXX/2023-DPE/RN QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E XXXXX, NA FORMA ABAIXO PACTUADA.

Pelo presente instrumento, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.628.844/0001-20, com sede à Rua Sérgio Severo, n. 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, neste ato representada por seu Defensor Público-Geral, Clístenes Mikael de Lima Gadelha, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.389.014-**, com residência nesta capital, no uso de suas atribuições, doravante denominada LOCATÁRIA, e do outro lado XXXXX, inscrito no CNPJ/CPF/MF sob o nº XXXXX, com endereço XXXXX, doravante denominado LOCADOR(A), resolvem celebrar o presente Contrato de Locação de Imóvel, com fundamento legal no art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e demais normas aplicáveis a espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente contratação é a locação de imóvel não residencial com área construída de XXXXX m2 (XXXXX), conforme descrição em projeto arquitetônico de fls. XXXXX do Processo Administrativo n. XXXXX-DPE/RN, situado na Rua XXXXX, registrado perante o XXXXX, sob a matrícula de nº XXXXX, onde funcionará o Núcleo Sede de Natal da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

- 1.2. O imóvel locado deverá apresentar, durante toda o período de locação, as condições de habitabilidade, infraestrutura, acessibilidade e especificações descritas no Edital de Chamamento público nº XXXXX– DPE/RN.
- 1.3. Faz parte do presente Contrato:
- 1.3.1. Anexo I – Layout aprovado;
- 1.3.2. Anexo II – Modelo de Termo de Vistoria de Recebimento/Devolução de Imóvel.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

2.1. O presente termo de contrato é formalizado com fundamento no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual autoriza a dispensa de licitação para “compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.”

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA LOCAÇÃO E REAJUSTE:

3.1. O presente contrato terá o valor mensal de R\$ XXXXX (XXXXX), perfazendo para o período de 12 (doze) meses o valor total de R\$ XXXXX (XXXXX), totalizando em R\$ XXXXX (XXXXX) seu valor global para os 60 (sessenta) meses.

3.1.1. Os valores devidos pelo LOCATÁRIO ao LOCADOR(A) serão os estabelecidos na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA	PREÇO POR METRO QUADRADO (aprox.)	VALOR MENSAL DO ALUGUEL	VALOR GLOBAL DO ALUGUEL (60 meses)
1	Aluguel	XXXXXm²	R\$	R\$	

- 3.2. Na hipótese de prorrogação da vigência do Contrato Administrativo, o preço mensal da locação se mantém, com os reajustes aplicáveis na forma disciplinada no presente instrumento.
- 3.3. O valor mensal do aluguel começará a ser pago somente após a emissão, pela LOCATÁRIA, do termo de recebimento definitivo do imóvel, com as adequações necessárias.
- 3.4. As despesas de energia elétrica, água/esgoto são de responsabilidade da contratante e serão assumidas após o recebimento do imóvel.
- 3.5. As despesas de condomínio (se existentes), IPTU e prêmio de seguro imobiliário serão de responsabilidade do(a) LOCADOR(A)/contratado(a).
- 3.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.7. O valor de locação poderá ser reajustado, mediante prévia solicitação do CONTRATADO, por meio de negociação entre as partes e dentro do percentual máximo estabelecido pelo Índice Geral de Preços do Mercado–IGP-M/FGV ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o que se apresentar mais favorável à Administração Pública, ou outros que venham a substituí-los.
- 3.7.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 3.8. O primeiro reajuste só será permitido após o interregno de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato ou da data de início da vigência do último reajuste aplicado, mediante provocação formal do LOCADOR.
- 3.9. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se efetivado de forma concomitante ao aditivo para prorrogação da vigência do instrumento contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 4.1. Para o aluguel, o prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, contados da data de recebimento definitivo do imóvel pelo LOCATÁRIO.
- 4.1.1. O Contrato poderá ser prorrogado de comum acordo entre as partes, através de Termos Aditivos, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, se demonstrado, ademais, nos respectivos autos, mediante pesquisa de mercado, que o valor mensal do imóvel locado continua sendo mais vantajoso para a LOCATÁRIA, e que o imóvel ainda atende às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.
- 4.1.2. Caso não tenha interesse na prorrogação, o(a) LOCADOR(A) deverá enviar comunicação escrita com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término da vigência do contrato, sob pena de aplicações das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.
- 4.2. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega definitiva do imóvel, mediante Termo, procedido de vistoria do imóvel.
- 4.3. Findo o prazo previsto no item 4.1 desta Cláusula, a LOCATÁRIA deverá, independente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, restituir ao LOCADOR(A) o imóvel completamente livre, desocupado e em perfeito estado de conservação, ressalvado os desgastes naturais do uso regular.
- 4.4. A vigência do presente Contrato perdurará em caso de alienação do imóvel, conforme art. 8º da Lei n. 8.245/91 e do art. 576 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, como também continuará em vigor no caso de transferência a terceiros, a qualquer título de domínio ou posse do imóvel locado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO, DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO:

- 5.1. O CONTRATADO se compromete a efetuar a entrega do imóvel até o dia 31 dezembro, com possibilidade de prorrogação, caso a Administração assim o entenda possível.
- 5.2. O imóvel será recebido pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos – CEAP, da seguinte forma:
- 5.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega das chaves, para verificação das adaptações estabelecidas em contrato e do seu estado de conservação;
- 5.2.2. Definitivamente, após a emissão do Termo de Vistoria, elaborado pela CEAP, favorável ao recebimento.
- 5.2.3. A vistoria do imóvel será realizada pela CEAP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a entrega das chaves pelo LOCADOR, acompanhada de representante do locador, cujo TERMO DE VISTORIA E RECEBIMENTO, descreverá as condições em que o imóvel está sendo entregue e recebido.
- 5.3. A LOCATÁRIA realizará a ocupação do imóvel, com autonomia na utilização dos espaços ofertados.
- 5.4. O imóvel locado destina-se à instalação e funcionamento do Núcleo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte na cidade de Santa Cruz/RN, sendo vedada a sublocação, no todo ou em parte, o empréstimo ou a cessão, no todo em parte, sem a prévia autorização do LOCADOR(A).
- 5.5. Havendo necessidade, durante a vigência contratual, de deslocamento das instalações para outra edificação, poderá a LOCATÁRIA abrigar no imóvel locado qualquer outro núcleo ou unidade administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, sem que seja necessária a prévia autorização do LOCADOR(A).
- 5.6. Assinado o Contrato, fica estabelecido que, enquanto a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte não emitir o Termo de Recebimento Definitivo do imóvel, o que deverá ser feito em até 05 (cinco) dias úteis, todos os eventuais equipamentos e materiais instalados ficarão sob a inteira responsabilidade da LOCADOR(A).

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DO ALUGUEL:

- 6.1. Fica convencionado, entre as partes signatárias, que a locação do imóvel objeto do presente contrato somente passará a ser remunerada a partir do dia que se suceder a entrega definitiva do imóvel, emitido o respectivo TERMO DE VISTORIA E RECEBIMENTO.
- 6.2. O pagamento será realizado mediante prévio empenho, através da apresentação de nota fiscal/recibo/fatura, devidamente conferida e atestada pelo fiscal e/ou gestor do contrato designado pela Defensoria Pública do Estado.
- 6.2.1. O LOCADOR(A) não poderá apresentar nota fiscal/fatura/recibo com CPF/CNPJ diverso do registrado no certame.

- 6.2.2. O prazo para pagamento apenas terá início após o aceite e atesto definitivo do fiscal/gestor responsável, bem como respeitada a ordem cronológica de pagamento e as normas dispostas na Resolução nº 296/2023 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
- 6.3. A LOCATÁRIA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, impostos, taxas e tributos devidas pelo LOCADOR(A).
- 6.4. O pagamento pela locação será creditado em conta bancária de titularidade do LOCADOR(A), através de ordem bancária.
- 6.5. Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura/recibo, o LOCADOR(A) deverá fazer prova da sua regularidade fiscal com a apresentação da documentação e certidões municipal, estadual e federal, bem como comprovar a regularidade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, quais sejam INSS, FGTS etc., nos termos do art. 31, da Lei nº 8.212/90.
- 6.6. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o procedimento ficará suspenso até que o LOCADOR(A) providencie as medidas sancionadoras, não acarretando qualquer ônus para a LOCATÁRIA.
- 6.7. Caso o LOCADOR(A) seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições.
- 6.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.9. A LOCATÁRIA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR(A) e que não tenha sido previamente pactuada no Termo de contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/LOCATÁRIA:

- 7.1. São obrigações da CONTRATANTE/LOCATÁRIA:
- 7.1.1. Pagar o aluguel convencionado, atendendo às normas vigentes e à ordem cronológica de pagamentos, na forma estabelecida pela Resolução nº 296/2023-CSDPE/RN, de 27 de janeiro de 2023, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte;
- 7.1.2. Pagar pelos serviços de água e energia elétrica, a partir da data de recebimento definitivo do imóvel, mediante Termo de Vistoria e Recebimento;
- 7.1.3. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo;
- 7.1.4. Comunicar o LOCADOR(A) o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ele incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- 7.1.5. Cientificar ao LOCADOR(A) da cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como de qualquer intimação/notificação, multa ou exigência de autoridade pública;
- 7.1.6. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR(A) ou por seus mandatários, mediante prévia designação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei Federal nº 8.245/1991;
- 7.1.7. Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme Termo de Vistoria realizado no recebimento do imóvel, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;
- 7.1.8. Fiscalizar a execução do Contrato, bem como o cumprimento de suas cláusulas;
- 7.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.12. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.13. A LOCATÁRIA está expressamente autorizada a colocar cartazes, letreiros, placas e demais itens análogos na parte externa do imóvel, de modo a identificar e facilitar a localização da Defensoria Pública do Estado pelos usuários do serviço.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR(A):

- 8.1. São obrigações do CONTRATATADO/LOCADOR(A):
- 8.1.1. Entregar à LOCATÁRIA o imóvel objeto da locação em perfeito estado de conservação, apto a servir ao adequado uso a que se destina, conforme as condições e exigências constantes no Termo de Referência, bem como a documentação com a proposta de habilitação;
- 8.1.2. Fornecer certidão imobiliária e/ou escritura pública atestando a propriedade e que não recai sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da LOCATÁRIA;
- 8.1.3. Auxiliar à LOCATÁRIA na descrição do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;
- 8.1.4. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;
- 8.1.5. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador;
- 8.1.6. Quitar os impostos e taxas e ainda o prêmio de seguro complementar contrafogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, inclusive o pagamento das despesas anuais de IPTU do imóvel;
- 8.1.7. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 8.1.8. Pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Por despesas extraordinárias de condomínio se entendem aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente:
- 8.1.8.1. obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
- 8.1.8.2. pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;
- 8.1.8.3. obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;
- 8.1.8.4. instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;
- 8.1.8.5. despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;
- 8.1.9. No caso de alienação do imóvel ora locado durante a vigência do contrato, informar previamente à LOCATÁRIA e fazer constar na respectiva Escritura de Compra e Venda a existência do instrumento contratual de locação, bem como a obrigação de o adquirente respeitá-lo em todas as suas cláusulas;
- 8.1.10. A responsabilidade, sem qualquer ônus para a LOCATÁRIA, pelo custeio dos serviços necessários dos projetos, layout e croqui apresentados à LOCATÁRIA para reforma/adequação do imóvel, como também outros serviços que se fizerem necessários à sua recuperação;
- 8.1.11. Entregar o imóvel em perfeito estado, com toda infraestrutura de climatização, elétrica, lógica, telefônica e hidráulica, com disponibilidade imediata;
- 8.1.12. A responsabilidade pela contínua e permanente manutenção elétrica (incluindo reposição de lâmpadas), de segurança (incluindo fornecimento e recarga de extintores), hidráulica, estrutural, pintura do imóvel (a ocorrer anualmente, preferencialmente no período de recesso forense, de 20 de dezembro a 05 de janeiro) e serviços de jardinagem (se existir no local), bem como as alterações necessárias para o uso da Defensoria Pública do Estado, inclusive, aquelas decorrentes de recomendações advindas dos órgãos técnicos competentes;
- 8.1.13. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação de qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;
- 8.1.14. Apresentar o “HABITE-SE” emitido pelo órgão competente e o Auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB) ou certificado de licença do corpo de bombeiros (CLCB) válidos em até 90 (noventa) dias corridos após

a assinatura do instrumento contratual, se for o caso, conforme consta no item 6, “n”, do Termo de Referência, mediante comprovação de protocolização de requerimento administrativo perante o órgão competente, sob pena de rescisão do instrumento firmado. O referido prazo poderá ser prorrogado mediante apresentação de requerimento fundamentado, desde que o atraso na entrega não decorra de fato atribuível ao proprietário do imóvel;

8.1.15. Excepcionalmente, quanto ao pagamento dos serviços relativos à energia elétrica e de água e esgoto, nos casos em que a primeira fatura de tais serviços básicos (água e energia elétrica) englobe valores anteriores à data de recebimento definitivo do imóvel, o LOCADOR(A) assumirá a responsabilidade integral sobre essa despesa, em virtude da impossibilidade de fracionamento dos valores.

8.1.16. Qualquer tolerância por parte da LOCATÁRIA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, sob qualquer hipótese, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

8.1.17. Autorizar a retirada, pela LOCATÁRIA, quando do encerramento da vigência do contrato de locação, todas as benfeitorias desmontáveis e/ou voluptuárias, tais como lambris, biombos, cofres, persianas e lustres.

9. CLÁUSULA NONA – DAS BENFEITORIAS:

9.1. Se o LOCATÁRIO pretender fazer reformas ou benfeitorias úteis ou voluptuárias no imóvel, deverá obter o prévio consentimento expresso do LOCADOR(A) e, uma vez concedido, a LOCATÁRIA deverá observar os aspectos de solidez e estética;

9.2. A LOCATÁRIA, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, fica autorizada a fazer, no imóvel locado, as alterações ou benfeitorias que tiver por úteis (Art. 96, § 2º, do Código Civil) aos seus serviços.

9.3. Se as alterações ou benfeitorias consideradas úteis forem feitas com prévio consentimento do LOCADOR(A), a juízo da LOCATÁRIA, poderão vir a integrar o imóvel, sendo a LOCATÁRIA desobrigada do que dispõe o parágrafo anterior.

9.4. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, persianas, tapetes e lustres, poderão ser retirados pela LOCATÁRIA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de termo aditivo e/ou de apostilamento, na forma prevista no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, vedada a alteração do objeto, assim como quaisquer modificações na destinação ou utilização do imóvel.

10.2. As alterações poderão ocorrer nas hipóteses previstas na forma prevista no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que haja interesse da LOCATÁRIA e LOCADOR(A), com a apresentação das devidas justificativas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO:

11.1. A contratante designará fiscal, titular e substituto, e gestor, titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, exigindo seu fiel e total cumprimento;

11.2. A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da parte contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

11.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato e termo de referência deverão ser atendidas pela parte contratada no prazo estabelecido pela contratante.

11.4. O fiscal do contrato não permitirá, sob qualquer hipótese, que empregados ou prestadores de serviços, contratados pelo LOCADOR(A), executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual e legislação aplicável.

11.5. Caberá também ao responsável pela fiscalização do contrato:

11.5.1. Solicitar/notificar à parte Contratada, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

11.5.2. Documentar as ocorrências havidas, em registro próprio;

11.5.3. Emitir pareceres/informações/relatórios em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e reajuste de preços.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada: I. Gestão/Unidade: xxxx; II - Fonte de Recursos: xxxx; Programa de Trabalho: xxxx; Elemento de Despesa: xxxxx.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.5. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.6. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.7. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

14.6. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, caso constatado algum dos motivos expressos no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, notadamente se:

14.6.1. O(A) LOCADOR(A)(A) atrasar, injustificadamente, a entrega do imóvel;

14.6.2. O(A) LOCADOR(A)(A) falir ou dissolver-se;

14.6.3. O(A) LOCADOR(A)(A) transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem a expressa anuência da LOCATÁRIA;

14.7. Por acordo entre as partes, amigavelmente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a LOCATÁRIA;

14.8. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.9. São também causas de rescisão do instrumento contratual:

14.9.1. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da LOCATÁRIA, por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente, do pagamento obrigatório de indenizações sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e imobilizações e outras previstas, assegurado a(o) LOCADOR(A)(A), nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

14.9.2. atraso superior a 90 (noventa) dias corridos dos pagamentos devidos pela LOCATÁRIA, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao(à) LOCADOR(A)(A), o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

14.10. Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de multa, desde que notifique a(o) LOCADOR(A)(A), por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.11. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. A recusa injustificada do vencedor da proposta em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos proponentes remanescentes de que tratará o Edital.

15.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a parte CONTRATADA à multa de mora na forma estabelecida a seguir:

15.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias; e

15.2.2. 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato.

15.3. As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato com a Administração Pública, poderá essa aplicar as seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias após o prazo na alínea “b”, do subitem 15.2, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

15.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e

15.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Único: A aplicação da sanção prevista no item 15.4.2, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas 15.4.1, 15.4.3 e 15.4.4, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente prevista, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

15.5. Ocorrendo a inexecução de que trata o subitem 15.1., reserva-se ao órgão requisitante o direito de acatar a proposta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, desde que tenha sido considerado como habilitado e preenchidos todos os requisitos legais para contratação, pela Coordenadoria de Administração Geral da Defensoria Pública do Estado.

15.6. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula é de competência exclusiva do Ordenador de Despesa - Defensor Público-Geral do Estado.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à LOCATÁRIA, observando o princípio da proporcionalidade.

15.8. As penalidades poderão ser registradas no SICAF, com a devida comunicação, sempre que ocorrer ato administrativo determinador da “suspensão do direito de licitar”, da “declaração de inidoneidade” e da “reabilitação do infrator” fundamentados no inciso III e IV do art. 87 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na parte final do § 3º do citado artigo da Lei em referência, respectivamente, ao Tribunal de Contas do Estado, conforme preconiza resolução n. 23/2020-TCE/RN em seu artigo 17.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, será providenciada pela LOCATÁRIA até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.2. Publicado o extrato do instrumento contratual, deverá ser encaminhado, pelo portal do gestor, para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS:

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245/91 – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E por estarem às partes, justas, combinadas e contratadas, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais. Natal/RN, xx de xxxxx de 2023.

Clístenes Mikael de Lima Gadelha, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LOCATÁRIA
XXXXXX
LOCADOR(A)
TESTEMUNHAS:
1) _____ 2) _____
NOME: NOME:
CPF N. CPF N.

ANEXO I DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX – LAYOUT APROVADO

ANEXO II DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX – MODELO DE TERMO DE VISTORIA DE RECEBIMENTO/DEVOLUÇÃO DE IMÓVEL

TERMO DE VISTORIA DE RECEBIMENTO/DEVOLUÇÃO DE IMÓVEL

Ref. ao Contrato Administrativo nº XX/2023-DPE/RN

Imóvel	
Data	
Representante do LOCADOR	Nome: CPF:
Representante do LOCATÁRIO	Nome: CPF:
Anexo com fotos	Relatório fotográfico no item 9.

Estado do imóvel:
() Novo () Excelente () Bom () Regular () Mal conservado

As perguntas abaixo devem ser marcadas como: S (sim), N (não) ou N/A (não se aplica)

Planta

Questão	S	N	N/A
a) Verificação dos cômodos e acessórios que foram acordados			
b) Verificação das vagas de garagem			
c) Verificação das chaves e/ou dispositivos de acesso			

Observações:

Estado geral aparente do imóvel

Questão	S	N	N/A
a) Os pisos estão em bom estado de conservação?			
b) Os forros estão em bom estado de conservação?			
c) As paredes/divisórias estão em bom estado de conservação?			
d) As portas estão em bom estado de conservação?			
e) As janelas estão em bom estado de conservação?			
f) Há sinais de vazamentos e/ou infiltrações?			

Observações:

Pinturas e revestimentos

Questão	S	N	N/A
a) Revestimento das paredes em bom estado de conservação?			
b) Revestimento das portas em bom estado de conservação?			
c) Revestimento dos pisos em bom estado de conservação?			
d) A pintura está em bom estado de conservação?			

Observações:

Medidas

Questão	S	N	N/A
a) As portas e paredes estão com medidas corretas?			
b) A metragem do imóvel está conforme acordado?			

Observações:

Instalações elétricas, lógica, telefonia e ar-condicionado

Questão	S	N	N/A
a) O quadro elétrico está identificado com adesivos e lacrados?			
b) Todos os bocais e interruptores estão em perfeito estado?			
c) Campainha e/ou interfone em perfeito estado?			
d) O quadro de telefonia está identificado com adesivos e lacrado?			
e) Todas as tomadas de lógica e telefonia estão em perfeito estado?			
f) O ar condicionado está funcionando perfeitamente em todos os ambientes?			

Observações:

Instalações sanitárias

Questão	S	N	N/A
a) Caimento e escoamento bons?			
b) Vasos sanitários estão impermeabilizados ao redor?			
c) Há vazamentos visíveis em torneiras e/ou duchas?			
d) O fechamento dos registros com torneiras abertas está funcionando?			
e) A altura das louças e equipamentos está correta (vasos, duchas, pias, chuveiros...)?			
f) As louças e equipamentos estão em bom estado de conservação e funcionando perfeitamente?			

Observações:

Esquadrias, persianas e vidros

Questão	S	N	N/A
a) Estão bem vedados com silicone?			
b) Estão fechando, correndo e travando corretamente?			

c) Os vidros estão riscados, trincados, empenados ou quebrados?			
d) As portas estão alinhadas, no prumo, sem empenamento?			
e) As ferragens e fechaduras estão em bom estado?			

Observações:

Observações do estado de cada compartimento:

Ambiente 1 –

Ambiente 2 –

Ambiente 3 –

Ambiente 4 –

Ambiente 5 –

Ambiente 6 –

Ambiente 7 –

Ambiente 8 –

Ambiente 9 –

Ambiente 10 –

Relatório Fotográfico:

Anexar fotos que demonstrem a situação do imóvel.

Natal/RN, ____ de _____ de _____.
XXXXX

Representante da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LOCATÁRIA
XXXXX

Representante de XXXXXXXX
LOCADOR

1 qtd_procedimentos.pdf (rn.def.br)
2 https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios.pdf

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 039–CGDP/2023

O Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, nos termos dos artigos 13 e 15 inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 251 de 07 de julho de 2003, c/c Art. 41, inciso III e Art. 48 da Resolução nº 136/2016 – CSDP, que fora designado o dia 16 de novembro de 2023, para a realização de Correição Ordinária, de forma presencial, do Núcleo Sede de Campo Grande/RN, para a qual ficam convidados os Magistrados, Promotores de Justiça, Advogados, Serventuários, demais autoridades e público em geral interessados, oportunidade em que serão recebidas sugestões e eventuais reclamações sobre as atividades dos membros da Instituição, mediante envio de e-mail institucional, corregedoriageral@dpe.rn.def.br ou pessoalmente, por escrito e em caráter sigiloso, na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, com endereço na Rua Sérgio Severo, nº 2037, Lagoa Nova, Natal/RN.

Registre-se que, em caráter excepcional, a correição se dará através da presença do respectivo membro titular a Sede da Corregedoria- Geral, o que restara definido em razão de ainda se encontrar em curso o processo de implementação do Núcleo Sede junto a referida localidade.

Para conhecimento geral, foi expedido o presente Edital, que será publicado em Diário Oficial do Estado, dando conhecimento da Correição no Núcleo Sede de Campo Grande/RN.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023.
Bruno Henrique Magalhães Branco
Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte

PORTARIA nº 012/2023 - NUPACIV-DPE/RN Natal, 13 de novembro de 2023.
A COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO DO PRIMEIRO ATENDIMENTO CÍVEL DE NATAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução de nº 226/2020, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado,
R E S O L V E:
Art. 1º. P U B L I C A R a escala de dias de atendimento dos órgãos de atuação que compõem o Núcleo do Primeiro Atendimento Cível de Natal, no período de 01 a 19 de dezembro de 2023, ficando o Defensor Público titular ou seu respectivo substituto legal responsável pelas orientações jurídicas a serem prestadas aos assistidos e à equipe multidisciplinar.

Dia	Órgão de atuação	Defensor Público
01	3ª Defensoria Cível de Natal	Fabricia Conceição Gomes Gaudêncio
04	10ª Defensoria Cível de Natal	Cláudia Carvalho Queiroz ou substituto legal
05	17ª Defensoria Cível de Natal	Rodrigo Gomes da Costa Lira
06	18ª Defensoria Cível de Natal	Felipe de Albuquerque Rodrigues Pereira
07	19ª Defensoria Cível de Natal	Maria Tereza Gadelha Grilo
08	FERIADO	FERIADO
11	1ª Defensoria Cível de Natal	Brena Miranda Bezerra
12	2ª Defensoria Cível de Natal	Jeanne Karenina Santiago Bezerra
13	3ª Defensoria Cível de Natal	Fabricia Conceição Gomes Gaudêncio
14	10ª Defensoria Cível de Natal	Cláudia Carvalho Queiroz ou substituto legal
15	17ª Defensoria Cível de Natal	Rodrigo Gomes da Costa Lira
18	18ª Defensoria Cível de Natal	Felipe de Albuquerque Rodrigues Pereira
19	19ª Defensoria Cível de Natal	Maria Tereza Gadelha Grilo

JEANNE KARENINA SANTIAGO BEZERRA
Defensora Pública do Estado
Coordenadora do NUPACIV Natal

PORTARIA Nº 032/2023-CGDP, de 13 de novembro de 2023.

Reapraza a Correição Ordinária no Núcleo da Defensoria Pública do Estado, na cidade de Campo Grande /RN.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, insertas nos art. 15, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 251/2003, no art. 105, inciso I, da Lei Complementar Federal de no 80/94 c/c Art. 41, inciso III e Art. 48 da Resolução nº 136/2016 – CSDP,
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do calendário correicional anteriormente publicado, em especial, quanto ao Núcleo da Defensoria Pública do Estado na cidade de Campo Grande/RN;
RESOLVE:
Art. 1º REAPRAZAR, excepcionalmente, a realização de Correição Ordinária junto ao Núcleo de Campo Grande da Defensoria Pública do Estado, que estava prevista para o dia 09 de agosto de 2023, conforme Portaria nº 001-CGDP/2023, republicada em 16 de fevereiro de 2023 no Diário Oficial do Estado, para o dia 16 de novembro de 2023, mantendo-se os demais termos.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Bruno Henrique Magalhães Branco
Corregedor-Geral a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte

Portaria nº 429/2023-GDPGE
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 9º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 251/2003, e no art. 56, da Resolução nº 136/2016- CSDP,
CONSIDERANDO o teor do despacho de fl. 122, proferido nos autos do Processo Administrativo n.º 2.085/2023-DPE/RN;
RESOLVE:
Art. 1º. Designar o Defensor Público do Estado Felipe de Albuquerque Rodrigues Pereira, matrícula nº 197.768-7, para, na condição de presidente, integrar a comissão sindicante constituída através da portaria de nº 376/2023-GDP-GE, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.500, na data de 01 de setembro de 2023.
Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº 419/2023-GDPGE, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.536.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se. Cumpra-se.
Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.
Clístenes Mikael de Lima Gadelha
Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

SUBDEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Edital nº 001 de 2023 - DPE Caraúbas/RN, de 13 de novembro de 2023.

A DEFENSORIA PÚBLICA DE CARAÚBAS, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA RESOLUÇÃO DE Nº 250/2021 – CSDP, DE 19 DE MARÇO DE 2021, TORNA PÚBLICO O EDITAL E REGULAMENTO DA SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, PARA A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, NA FORMA ABAIXO DESCRITA:

DAS VAGAS

Art. 1º. É oferecida 01 (uma) vaga para estagiário de graduação em direito, havendo classificação até o 20º colocado, para efeito de cadastro de reserva, a fim de suprir eventuais necessidades de substituição ou mesmo para preenchimento de futuras vagas, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.
§ 1º. Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas que vierem a surgir no prazo de validade da seleção, na forma da Lei n. 11.788/2008.
§ 2º. Haverá duas listas de classificação para cada seleção, conforme a escolha do candidato no momento da inscrição, uma com classificação geral, incluídos os candidatos com deficiência, e outra exclusivamente composta por esses.

§ 3º. Se o candidato que concorreu como portador de deficiência obtiver média final que o classifica, na lista geral de concorrentes, em colocação superior à vaga reservada que lhe seria destinada, deve tomar posse na situação mais vantajosa para si, não se considerando, porém, preenchida a vaga de deficiente que a ele seria destinada.
§ 4º. Quando da nomeação e da contratação, a ordem de convocação dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga. (Nos certames em que o número de classificados for superior a 10, a 2ª vaga será a 11ª vaga, a 3ª vaga será a 21ª, a 4ª vaga será a 31ª, e assim sucessivamente).
§ 5º. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
§ 6º. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do estágio é obstativa à inscrição no concurso.
§ 7º. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá no ato da inscrição:
a) Declarar-se pessoa com deficiência no espaço reservado no formulário de inscrição;
b) Apresentar no ato da inscrição laudo médico original ou cópia simples deste expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, em que conste a identificação do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) ou da Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF), bem como a provável causa da deficiência;
§ 8º. Não será admitido recurso relativo à condição de pessoa com deficiência de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição no formulário de inscrição e/ou não apresentar a documentação comprobatória dessa.

DOS REQUISITOS PARA O INGRESSO COMO ESTAGIÁRIO

Art. 2º. Poderá participar desta seleção simplificada todo acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito devidamente matriculado.
§ 1º. Somente poderão firmar o termo de compromisso os candidatos aprovados que comprovarem, à época da convocação, através de declaração fornecida pela Secretaria da Instituição de Ensino Superior, estarem cursando o 3º, 4º ou 5º ano do curso de Direito, ou semestre equivalente.
§ 2º. Os aprovados que, quando convocados, ainda não estiverem cursando o 3º, 4º ou 5º ano do curso ou semestre equivalente poderão, mediante requerimento escrito dirigido ao Defensor Público Geral do Estado, solicitar o remanejamento para o final da lista de aprovados, cujo procedimento só será admitido por uma única vez.
Art. 3º. A bolsa mensal de complementação educacional decorrente do Estágio é de R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais), acrescida do auxílio-transporte, não originando qualquer espécie de vínculo empregatício entre o estagiário e a Defensoria Pública do Estado.
Art. 4º. A carga horária do Estágio será, na forma do art. 10, inciso II, da Lei n. 11.788/2008, de até 30 (trinta) horas semanais, distribuída em jornadas diárias de até 06 (seis) horas, nos turnos matutino ou vespertino, a depender do funcionamento do Núcleo da Defensoria Pública.
§ 1º. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência, não podendo exceder, em todo caso, a conclusão do curso.
§ 2º. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, sem perda da bolsa estágio, observada a conveniência do serviço público, sendo permitido o fracionamento em até duas etapas com o mínimo de 10 (dez) dias, na forma disciplinada por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
§ 3º. Haverá recesso obrigatório remunerado no período de 20 de dezembro de um ano a 08 de janeiro do ano subsequente.
§ 4º. Nos períodos de avaliação e aprendizagem, mediante a apresentação de calendário oficial da Instituição de ensino, com o fim de possibilitar melhor desempenho nas atividades discentes, o estagiário fará jus à redução de metade da jornada diária, sem prejuízo da bolsa de estágio.
§ 5º. É lícito ao estagiário se afastar das atividades regulares, sem prejuízo da bolsa de estágio, quando o horário da disciplina de prática jurídica coincidir com o turno do estágio, mas desde que comprovada a impossibilidade de cursá-la em turno diverso, mediante a apresentação de declaração da Instituição de ensino.
§ 6º. É vedada ao estagiário a realização de serviço extraordinário ou superior ao limite de horas fixadas no caput deste artigo, exceto com autorização expressa do Defensor Público a que esteja vinculado e desde que para compensar período de ausência.
Art. 5º. Não poderá realizar estágio remunerado na Defensoria Pública do Estado:

I – Estudante que possuir vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados;
II – Ocupante de cargo, emprego ou função vinculados a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
III – Militar da União, dos Estados ou do Distrito Federal;
IV – Titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal
V – Estudante que estiver realizando estágio em outra instituição pública ou privada cuja carga horária diária de estágio, quando somada à da Defensoria Pública, exceder seis horas;
VI – Estudante que se enquadrar em quaisquer outras situações consideradas impeditivas pela administração da Defensoria Pública.
Parágrafo único. O estudante, no ato da assinatura do termo de compromisso de estágio e de posteriores aditamentos, deve firmar declaração de que não possui quaisquer dos vínculos mencionados neste artigo, na forma disciplinada por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

Art. 6º. É vedado ao estagiário, sob pena de desligamento:
I – O exercício de atividades concomitantes ou estágio em programas similares em qualquer outro órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, estadual ou Municipal;
II – O uso de insígnias privativas ou prerrogativas legais de membros da Defensoria Pública;
III – A prática, de forma isolada ou conjunta, de ato privativo de membros da Defensoria Pública;
Parágrafo único. A atuação do estudante, nos casos vedados nos incisos deste artigo, obsta a certificação do estágio, por perda de aproveitamento, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
Art. 7º. É vedada a contratação de estagiário para atuar/servir subordinado a Defensor Público ou a servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
Parágrafo único. O estudante, no ato da assinatura do termo de compromisso de estágio e de posteriores aditamentos, deve firmar declaração de parentesco, na forma disciplinada por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
Art. 8º. O início do estágio será precedido da assinatura de termo de compromisso, em que deverá constar, sem prejuízo de outras exigências contidas na legislação de regência, o seguinte:
I – A identificação do estagiário, da Instituição de ensino de sua vinculação, do curso ou série;
II – O valor mensal da bolsa e a menção de que o estágio não acarretará nenhum vínculo empregatício;
III – A carga horária, distribuída no horário de funcionamento da unidade de estágio, que deverá ser compatível com o horário escolar;
IV – A dotação orçamentária para custeio das despesas necessárias a realização do seu objeto e a duração do estágio;
V – A assinatura do estagiário, do Defensor Público-Geral e do responsável na Instituição de ensino.
§ 1º. O termo de compromisso de estágio deverá seguir modelo definido pela Defensoria Pública, que observará a legislação de regência e as orientações pedagógicas da Instituição de ensino ao qual o estagiário está vinculado.

§ 2º. As atividades desenvolvidas no estágio serão compatíveis com aquelas previstas com as funções institucionais e a proposta pedagógica do curso.

Art. 9º O termo de compromisso de estágio será celebrado com duração inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por apenas mais 01 (um) ano, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, não podendo exceder, em todo caso, à conclusão do curso.

Art. 10. O termo de compromisso de estágio poderá ser encerrado antes de decorrido o prazo de sua duração, nas seguintes hipóteses:

I- A pedido do estagiário, a qualquer tempo, devendo protocolizar pedido de desligamento para o Defensor Público-Geral, instruído com ciente do Defensor Público a que esteja vinculado;

II – Automaticamente, ao término do prazo de validade do Termos de Compromisso de Estágio;

III – Por truncamento da matrícula, abandono ou conclusão do curso na Instituição de Ensino;

IV – Por interesse e conveniência da Defensoria Pública do Estado;

V – Por baixo rendimento nas avaliações de desempenho a que for submetido;

VI – Por descumprimento, pelo estagiário, de qualquer das cláusulas do Termo de compromisso de Estágio;

VII – Por conduta incompatível com a exigida pela Defensoria Pública do Estado, suas normas internas, legislações específicas e geral, aplicadas aos servidores públicos estaduais;

VIII – Por reprovação acima de 50% (cinquenta por cento) dos créditos disciplinares em que o estagiário se encontrar matriculado no semestre anterior ou por reprovação no último período cursado.

§ 1º. Os estagiários serão avaliados mensalmente pelo supervisor do estágio acerca dos fatores de desempenho, na forma disciplinada por Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

§ 2º. A cada trimestre serão somados os pontos das avaliações de desempenho, sendo causa de desligamento se o estagiário não atingir, em somatório, pontuação total mínima de 105 (cento e cinco), assegurado o contraditório com direito a recurso da decisão para o Defensor Público-Geral do Estado do Estado.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 11. As inscrições serão realizadas de forma PRESENCIAL.

§ 1º. Para realizar a inscrição, o candidato deverá comparecer ao Núcleo da Defensoria Pública de Caraúbas/RN, no seguinte endereço: Rua Agacio Laurentino de Medeiros - Conjunto Nestor, Caraúbas/RN (Central do Cidadão de Caraúbas), Contato: (84) 98106-7390, no período de 17 de novembro de 2023 a 27 de novembro de 2023, observando os dias de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h.

§ 2º. Serão consideradas tempestivas as inscrições realizadas até às 11h59min do dia 27 de novembro de 2023, sendo as demais indeferidas pela intempestividade.

§ 3º. OBRIGATORIAMENTE, os candidatos devem apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos originais seguidos de cópias:

RG e CPF;

Certidão de nascimento ou casamento;

Histórico ou cópia da declaração de matrícula atualizados fornecida pela instituição de ensino;

Documento emitido pela instituição de ensino onde é cursada a graduação, no qual conste o índice de desempenho acadêmico do candidato;

Os documentos descritos no § 7º, do art. 1º, no caso de candidatos que pretendam concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;

Curriculo contendo eventuais estágios já realizados e outras experiências acadêmicas ou profissionais, e/ou projeto de extensão ou de pesquisa, acompanhado de declarações e certidões comprobatórias;

§ 4º. Para efeitos de inscrição, serão considerados documentos de identificação:

Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens ou conselhos profissionais, dentre outros), desde que contenham foto e assinatura;

Carteira Nacional de Habilitação;

Carteira de Trabalho e Previdência Social;

Certificado de Alistamento Militar; e

Passaporte.

Art. 12. A inscrição será GRATUITA.

Art. 13. Ao se inscrever, o candidato manifesta a aquiescência integral às disposições, normas e instruções constantes neste instrumento editalício, assim como na legislação que rege o estágio e Resoluções da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas, quando da inscrição no certame respondendo, inclusive, penalmente, por qualquer falsidade, nos termos dos arts. 299 e 304 do Código Penal.

DA SELEÇÃO

Art. 14. O Processo Seletivo regido por este edital será composto pelas seguintes etapas:

I – Etapa 1 – Avaliação de Documentos - eliminatória – será analisado se os candidatos apresentaram os documentos obrigatórios descritos no art. 11 deste edital.

II – Etapa 2 – Avaliação Curricular - classificatória - consistirá na avaliação curricular dos seguintes itens:

a) Desempenho acadêmico (nota): indicado pelo índice de rendimento acadêmico (IRA) ou outro indicador similar adotado pela instituição de ensino, o qual será considerado em unidades de dezenas, havendo ajuste lógico, se necessário, para estabelecê-lo no intervalo entre 0 a 100, adotando-se as regras abaixo: a.1) o candidato cuja universidade adote IRA ou índice de desempenho correlato entre 0 e 10 terá o quantitativo multiplicado por 10; a2.) O candidato cuja universidade adote IRA ou índice de desempenho correlato entre 0 e 100 não suportará qualquer ajuste em sua média; a3.) O candidato cuja universidade adote IRA ou índice de desempenho correlato entre 0 e 1000 terá o quantitativo dividido por 10.

b) Estágio durante o curso de graduação com duração mínima de 6 meses;

c) Participação com duração mínima de 20h em projeto de ensino, pesquisa ou de extensão.

1. A pontuação atribuída e a comprovação dos itens “b” e “c” obedecerá a seguinte tabela:

Item	Nota	Limite aceito	Documento comprobatório
Estágio durante curso de graduação com duração mínima de 6 meses.	100	01 estágio	Termo de compromisso de Estágio ou declaração emitida pela instituição concedente contendo a carga horária e o período de duração do estágio.
Participação com duração mínima de 20h em projeto de ensino, pesquisa ou de extensão	100	01 projeto	Declaração ou certificado emitido pela instituição ou departamento ao qual o projeto é vinculado ou pelo(a) coordenador(a) do projeto.

2. A classificação para a etapa subsequente obedecerá à ordem decrescente da nota final de cada candidato aprovado conforme a fórmula a seguir:

Nota da avaliação curricular = ((D.A. * 8) + (N.E.G. * 1) + (N.P * 1))/100

*D.A. = Nota do desempenho acadêmico.

*N.E.G. = Nota por estágio de graduação.

*N.P. = Nota por participação em projeto de pesquisa ou de extensão.

3. Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato de maior idade.

III – Etapa 3 – Entrevista - eliminatória:

1. Até o 20º colocado selecionado na etapa de avaliação curricular será oportunamente convocado para entrevista, a ser realizada de forma PRESENCIAL, a data da entrevista será divulgada no site da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

2. Durante a entrevista, os currículos dos candidatos aprovados serão analisados, esclarecendo-se dúvidas acerca de interesses, expectativas e experiências profissionais anteriores.

3. Na entrevista, o candidato será conceituado como apto ou não apto. Nesta última hipótese, mediante decisão fundamentada, escrita e reservada, sendo viabilizado o acesso à cópia das razões apenas e tão somente ao candidato.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O resultado final da seleção será divulgado no site da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 16. Serão indeferidas as inscrições dos candidatos que apresentarem documentação incompleta ou em desacordo com as normativas deste Edital.

Art. 17. Somente serão cabíveis eventuais recursos dos resultados das etapas descritas no art. 14 deste edital, os quais devem ser interpostos no prazo de até 02 dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação daqueles na imprensa oficial.

Art. 18. Os recursos devem ser interpostos pelo (a) candidato (a) de forma PRESENCIAL, no seguinte endereço: Rua Agacio Laurentino de Medeiros - Conjunto Nestor, Caraúbas/RN (Central do Cidadão de Caraúbas), Contato: (84) 98106-7390.

Art. 19 A validade do procedimento seletivo é de 01 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado final, prorrogável por igual período, podendo ser realizado novo certame antes de findo o prazo, caso exaurido o cadastro de reserva.

Art. 20. Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pelo supervisor do estágio.

Art. 21. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Caraúbas/RN, 13 de novembro de 2023.

Bruno Bispo de Freitas, Defensor Público Coordenador do Núcleo de Caraúbas/RN

Edital nº 09/2023 – DPE Ceará-Mirim, de 13 de novembro de 2023.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da Defensora infra-assinada, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela resolução de nº 250/2021-CSDP, de 19 de março de 2021, e em conformidade com o Edital nº 01/2023 – DPE Ceará-Mirim, de 05 de julho de 2023, e diante da ausência de recursos interpostos, torna público o RESULTADO DEFINITIVO da Seleção Simplificada para Estagiários de Pós-graduação em Direito para a Defensoria Pública de Ceará-Mirim/RN, na forma abaixo:

I - LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1º	Anni Monalisa Alves de Moraes
2º	Elderlane Silva dos Santos
3º	Igo de Souza Oliveira
4º	Alynnne Cristina Santiago da Silva
5º	Lisarb da Silva Souza

II – DISPOSIÇÕES FINAIS:

II.1. A validade do procedimento seletivo é de 1 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado definitivo, prorrogável por igual período, podendo ser realizado novo certame antes de findo o prazo, caso exaurido o cadastro de reserva.

Ceará-Mirim/RN, 13 de novembro de 2023.

ANDREZZA MELO FERNANDES, Defensora Pública

Coordenadora do Núcleo de Ceará-Mirim – em substituição legal

EDITAL Nº 061/2023 - SDPGE, de 13 de novembro de 2023.

A Subdefensoria Pública-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do prazo de inscrição para seleção de Defensores(as) Públicos(as) que atuarão extraordinária e voluntariamente nos atendimentos jurídicos no “Mutirão da Redinha”, no dia 27 de novembro de 2023, das 08 às 12 horas, na Escola Estadual Professora Dulce Wnaderley, de forma presencial.

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 99, § 1º da Lei Complementar Federal de n. 80/94, no art. 10, inciso II, da Lei Complementar Estadual de n. 251, de 7 de julho de 2003 e Portaria nº 019/2018 – GDPG, de 15 de janeiro de 2018, CONSIDERANDO ser a Defensoria Pública instituição essencial à função Jurisdicional do Estado, incumbida da orientação jurídica e a defesa dos necessitados, prestando-lhes assistência jurídica integral e gratuita, na forma do artigo 134 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Ofício nº 286/2023, enviado pelo Gabinete do Vereador Daniel Valença, solicitando a participação da Defensoria Pública no “Mutirão da Redinha”, no dia 27 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar pública a abertura de vagas para atuação voluntária de Defensores(as) Públicos(as) deste Estado para integrarem a escala para atuação extraordinária e voluntariamente na realização de atendimentos jurídicos no “Mutirão da Redinha”, que ocorrerá no dia 27 de novembro de 2023, presencialmente, das 8h00 às 12h00, observando-se a disponibilização de 02 (duas) vagas.

Art. 2º. No prazo de 03 (três) dias, a contar da publicação deste edital, as(os) interessadas(os) apresentarão requerimento endereçado à Subdefensoria Pública Geral do Estado, protocolizado via e-mail, a ser encaminhado ao endereço eletrônico inscricoes@dpe.rn.def.br, manifestando o desejo de atuarem voluntariamente na ação.

Parágrafo único. Se houver mais inscritos do que o número de vagas por forma de atuação, em cada data, a escolha do(a) Defensor(a) Público(a) a ser designado(a) se dará por sorteio.

§ 1º. Ao subscrever o requerimento de inscrição, a(o) interessada(o) declara que tem ciência de que a atuação extraordinária para tal atividade não implicará sua remoção e que se compromete, dentro da escala de distribuição organizada, a participar dos atendimentos, observado eventual conflito com atividade inadiável de sua atribuição ordinária, hipótese em que deverá ser dada preferência a esta.

§ 2º. Após a designação do(a) Defensor(a) Público(a) inscrito(a) para participar do evento, não se admitirá desistência ou interrupção de suas atribuições quanto a esse, salvo motivo de força maior.

§ 3º. As faltas não justificadas por escrito, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias após a sua verificação, serão remetidas à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, para fins de apuração.

§ 4º. A participação no projeto dará ensejo à licença compensatória, na forma do art. 34, da Lei Complementar Estadual n. 251, de 7 de julho de 2003, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual n. 645, de 26 de dezembro de 2018, e em conformidade com os termos do Ato Normativo nº 001/2023-GDPGE/RN.

Art. 3º. Os casos omissos serão resolvidos pela Subdefensoria Pública Geral do Estado.

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Marcus Vinicius Soares Alves

Subdefensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

Portaria nº 1.642/2023 - SDPGE

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 99, § 1º da Lei Complementar Federal de n. 80/94, no art. 10, II da Lei Complementar Estadual de n. 251, de 7 de julho de 2003 e Portaria nº 035/2022 – GDPG, de 11 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, com anuência, o Defensor Público PEDRO PHILLIP CARVALHO BARBOSA, matrícula nº 215.380-7, titular da Defensoria Pública de Alexandria/RN, para atuar em sessão plenária do Tribunal do Júri, referente ao processo n.º 0101273-62.2015.8.20.0002, no dia 14 de novembro de 2023, às 8h, perante a 1ª Vara Criminal de Natal.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Subdefensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Marcus Vinicius Soares Alves, Subdefensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

Extrato do Termo de Cooperação Técnica e Administrativa DPGE/CE n. 46/2023.
Partícipe: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrita no CNPJ sob o n. 07.628.844/0001-20, com sede estabelecida à Rua Sérgio Severo, n. 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP n. 59.063-380, neste ato representada pelo Subdefensor Público-Geral do Estado, Marcus Vinicius Soares Alves.
Partícipe: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o n. 02.014.521/0001-23, com sede estabelecida à Avenida Pinto Bandeira, n. 1111, Fortaleza/CE, CEP n. 60.811-170, neste ato representada pela Defensora Público-Geral do Estado, Elizabeth das Chagas Sousa.
Objeto: O presente instrumento visa estabelecer cooperação entre as partes permitindo que membros da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE utilizem a CALCULADORA DE EXECUÇÃO PENAL, desenvolvida pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ.
Vigência: O presente termo de cooperação técnica e administrativa tem vigência de 12 (doze) meses, tendo início a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério e conveniência dos partícipes, mediante celebração de termo aditivo.
Fundamento legal: Lei Federal n. 8.666/93. Processo Administrativo n. 1.976/2023.
Natal/RN, 10 novembro de 2023.
Marcus Vinicius Soares Alves
Subdefensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte
Elizabeth das Chagas Sousa
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Administrativa n. 23/2021 que entre si celebram a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Martins/RN.
Partícipe: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrita no CNPJ sob o n. 07.628.844/0001-20, com sede estabelecida à Rua Sérgio Severo, n. 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP n. 59.063-380, neste ato representada pelo Subdefensor Público-Geral, Marcus Vinicius Soares Alves.
Partícipe: MUNICÍPIO DE MARTINS/RN Inscrito no CNPJ/MF sob o n. 08.153.462/0001-50, com sede estabelecida à Rua Dr. Joaquim Inácio, n. 102, Centro, Martins/RN, CEP 59800-000, neste ato representado por sua Prefeita, Maria José de Oliveira Gurgel Costa.
Objeto: a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica n. 23/2021 – DPE/RN e alteração e inserção de cláusulas.
Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica por 24 (vinte e quatro) meses, com início na data de 13 (treze) de novembro de 2023 e término na data de 12 (doze) de novembro de 2025.
Resta alterado o item 2.4 do Termo original, que passa a vigorar com a seguinte redação: “A cessão será sempre concedida pelo prazo de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada diante de interesse dos partícipes por iguais e sucessivos períodos, desde que o cedente receba a solicitação através de ofício e limitada ao prazo de vigência do instrumento que a fundamentou”.
Pelo presente instrumento, fica, também, alterada a Cláusula 4.7, passando a vigorar com a seguinte redação: “4.7. O servidor cedido à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, ainda que com ônus para o órgão cedente, fará jus à percepção de auxílio alimentação e auxílio saúde, a título indenizatório a serem adimplidos pela cessionária, conforme estabelecido na Lei Estadual Complementar n. 550, de 18 de setembro de 2015”.

Através do presente Termo Aditivo, há, ainda, a inserção do item 4.7.1 ao Termo de Cooperação Técnica n. 23/2021 – DPE/RN, que vigorará com a seguinte redação: “O servidor citado no item imediatamente anterior fará jus ao recebimento de diárias, quando se fizerem necessárias, nos limites da legislação estadual”.
Da ratificação das demais cláusulas: ficam mantidas as demais Cláusulas estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica n. 23/2021 – DPE/RN, para dar continuidade à cessão recíproca dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal especializado e de apoio técnico e administrativo dos partícipes.
Fundamento legal: Lei Federal n. 8.666/93.
Natal/RN, 10 de novembro de 2023.
Marcus Vinicius Soares Alves
Subdefensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte
CNPJ/MF n. 07.628.844/0001-20
Maria José de Oliveira Gurgel Costa
Município de Martins/RN
CNPJ/MF n. 08.153.462/0001-50

Diário da Assembleia Legislativa

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
Processo Administrativo nº 2.732/2023
Pregão Eletrônico – SRP nº 047/2023
UASG: 926697

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, através de seu Pregoeiro, designado pelo Ato da Mesa nº 14/2023 de 10 de janeiro de 2023, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PRE-GÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o registro de preços para aquisição de equipamentos de audiovisual para atender as necessidades das novas instalações do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A sessão pública se dará às 9h (nove horas) - (horário de Brasília), dia 30 de novembro de 2023, através do sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, conforme Processo Administrativo nº 2.732/2023 – AL/RN, nos termos da Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei n.º 8.666/93, com as devidas alterações.
Telefone: (84) 3232-9748. – E-mail: licitacoes@al.rn.leg.br
Natal, 13 de novembro de 2023.
Thiago Rogério de Melo Jácome
Pregoeiro - AL/RN

AMOR NÃO CAUSA DOR





CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS




PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Publicações Particulares

CONCESSÃO DA LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO
MADEIREIRA SERRANA LTDA, CNPJ nº 04.831.660/0001-75, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença de Regularização de Operação (LRO), com validade 06/11/2025, para a atividade de Unidade de comercio de madeiras, localizado na Rua Raul de Alencar, nº 9904, Jocellin Villar, município de Martins/RN.
Edilson Gomes de Oliveira Filho-Representante Legal

CONCESSÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA
H L DE LIMA LTDA, CNPJ nº 35.430.444/0001-41, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença Simplificada (LS), com validade 06/11/2029, para a atividade de Unidade de fabricação de pizza e similares, localizado na Rua João Felix, nº 226, Centro, município de Areia Branca/RN.
Henrique Leandro de Lima -Representante Legal

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
MASSAS JUCURUTU INDUSTRIA DE PANIFICACAO LTDA, CNPJ: 14.436.874/0001-09, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a **LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO,** para uma **indústria de panificação com ênfase na fabricação de bolachas e biscoitos, em uma área construída de 9.804,97 m² e que conta com 150 funcionários,** localizada na **Rodovia RN 118, N 100, Zona Rural, Jucurutu/RN.**
MASSAS JUCURUTU INDUSTRIA DE PANIFICACAO LTDA



CONCESSÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte, localizada à Rua Mermoz, 150, Baldo, na cidade de Natal/RN, **CNPJ Nº 08.324.196/0001-81,** torna público que recebeu do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA as LICENÇAS AMBIENTAIS, para os seguintes empreendimentos:

RENOVAÇÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 2022-179216/TEC/RLS-0085, válida até 09/10/2029, em favor da Subestação de Energia Elétrica, denominada **SE Pau dos Ferros,** localizada no município de Pau dos Ferros/RN.

RENOVAÇÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 2022-178492/TEC/RLS-0068, válida até 11/10/2029, em favor da Subestação de Energia Elétrica, denominada **SE Guamaré,** localizada no município de Guamaré/RN.

RENOVAÇÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 2022-178494/TEC/RLS-0069, válida até 11/10/2029, em favor da Subestação de Energia Elétrica, denominada **SE Grossos,** localizada no município de Grossos/RN.

Fabiana Lopes
Diretora-Presidente

Concessão da Licença de Alteração
Minerações e Construções LTDA ,CNPJ:05.686.604/0003-19, torna público que recebeu esta requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte-IDEMA, a Licença de Alteração com prazo de validade até 15/12/2023. em favor do empreendimento para a Extração da substância e Granito para confecção de brita com volume de 9.100m³/mês em uma área total de 10.000 hectares, localizada na Fazenda Palma do Serrote, bairro Indefinido, Acari/RN.
José Pedro de França Horto Administrador

Pedido da Licença de Operação
Minerações e Construções LTDA ,CNPJ:05.686.604/0003-19, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte-IDEMA, a Licença de Opeação para a Extração da substância Granito para confecção de brita com volume de 10.000m³/mês em uma área total de 10.000 hectares, localizada na Fazenda Palma do Serrote, bairro Indefinido, Acari/RN. José Pedro de França Horto Administrador

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
ECO SERVIÇOS AMBIENTAIS RECICLAGEM E COMPOSTAGEM LTDA, CNPJ: 28.266.822/0001-38, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Renovação de Licença Simplificada (RLO), nº 2022-188487/TEC/RLS-0224, com validade até 09/11/2025, para uma usina de reciclagem e compostagem de resíduos orgânicos, localizada em Sítio Lagoa do Cajueiro, nº 86, Zona Rural, Município de Monte Alegre/RN, CEP: 59.182-000.
MIQUEIAS PLATINNI ALVES GUEDES -
Sócio Proprietário

CONCESSÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - LS
COMERCIAL FERAUJO LTDA / PURILEVE, CNPJ: 70.047.188/0001-09, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença Simplificada com prazo de validade até 23/02/2023, em favor da atividade de Serviços de Fabricação de águas envasadas, localizada na Rodovia BR 427, KM 02, s/n, Sítio Graciosa, Zona Rural, Caicó/RN, CEP 59.300-000.,
ADIVIO FERNANDES DA SILVA
EMPREENDEDOR

PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - LS
COMERCIAL FERAUJO LTDA / PURILEVE, CNPJ: 70.047.188/0001-09, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença Simplificada para a atividade de Serviços de Fabricação de águas envasadas, localizada na Rodovia BR 427, KM 02, s/n, Sítio Graciosa, Zona Rural, Caicó/RN, CEP 59.300-000,
ADIVIO FERNANDES DA SILVA
EMPREENDEDOR

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO - LRO
CONSTRUCASA MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, inscrito sob o CNPJ no. 07.390.251/0001-79, torna público que está REQUERENDO do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO - LRO em favor da atividade de Comércio de madeira sem beneficiamento., localizada na - Rua Dr. Luiz Carlos, nº 3444, Bairro Dom Elizeu, Município De Assu/RN. SEBASTIÃO GUILHERME LOPES Representante Legal

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL PARA CANTEIRO DE OBRAS
SPE Macacos Energia S.A., CNPJ nº 07.091.059/0001-81, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA a Autorização Especial para Canteiro de Obras, para o Complexo Eólico Macacos, localizado na Zona Rural, de João Câmara/RN.
Francisco João Di Mase Galvão Junior
Diretor de Operação e Manutenção

CREARE EXPERIENCE TERAPIAS LTDA.
CNPJ/MF nº 40.044.387/0001-00 - NIRE 24.200861051
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
Ficam convocados os sócios da Creare Experience Terapias Ltda. CNPJ no 40.044.387/00001-00, para reunirem-se em 24/11/2023, às 10h, em primeira convocação, e às 10h10min, em segunda convocação, para a assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no endereço, localizado na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Governador Juvenal Lamartine, no 977, bairro de Tirol, CEP: 59020-280, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Exclusão extrajudicial elou judicial de sócio por falta grave, conforme art. 1.030 e art. 1.085 do Código Civil. Instruções Gerais: Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição de todos os sócios, a partir desta data, no endereço citado acima. Contamos com a presença c participação de V.S.as. Subscrevo-me, Natal/RN 03 novembro de 2023. Francisco Potiguar Cavalcanti Neto, Sócio Administrador.

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL
A PETROLEO BRASILEIRO S/A., CNPJ 33.000.167/1049-00, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, as licenças relacionadas abaixo:
• Renovação de Licença de Operação Nº 2023-195833/TEC/RLO-0482, com validade 17/11/2026, para 02 (dois) poços petrolíferos códigos: 3-MAG-0080-RN, 3-MAG-0090-RN, produção escoada para a Estação Coletora Satélite (ECS) MAG-A. Localizado Ativo de produção de Alto do Rodrigues (ATP-ARG), Campo de Produção de Monte Alegre (MAG), Município de Pendências/RN.
• Renovação de Licença Simplificada Nº 2020-157747/TEC/RLS-0383, com validade 10/11/2026, para 29 (vinte e nove) acessos códigos: A1: INÍCIO: 7-ET-0393-RN TÉRMINO 7-ET-0432-RN, A4: INÍCIO: MV-2-CET13 TÉRMINO 7-ET-0511-RN, A5: INÍCIO: MV-1-CET13 TÉRMINO 7-ET-0011-RN, A6: INÍCIO: 7-ET-0597-RN TÉRMINO 7-ET-0598-RN, A7: INÍCIO: A4 TÉRMINO 7-ET-0320-RN, A14: INÍCIO: MV-4-CET13 TÉRMINO 7-ET-0204-RN, A15: INÍCIO: 7-ET-0361-RN TÉRMINO 7-ET-0529-RN, A16: INÍCIO: MV-7-CET13 TÉRMINO 7-ET-0528-RN, A17: INÍCIO: 7-ET-0040-RN TÉRMINO 7-ET-0530-RNA18: INÍCIO: 7-ET-0028-RN TÉRMINO 7-ET-0011-RN, A19: INÍCIO: A18 TÉRMINO 7-ET-0213-RN, A20: INÍCIO: A19 TÉRMINO 7-ET-0524-RN, A21: INÍCIO: MV-10-CET13 TÉRMINO 7-ET-0367-RN, A23: INÍCIO: MV-12-CET13 TÉRMINO 7-ET-0357-RN, A26: INÍCIO: MV-14-CET13 TÉRMINO 7-ET-0595-RN, A28: INÍCIO: MV-16-CET13 TÉRMINO 7-ET-0243-RNA29: INÍCIO: MV-15-CET13 TÉRMINO 7-ET-0513-RN, A30: INÍCIO: MV-13-CET13 TÉRMINO 7-ET-0836-RN, A33: INÍCIO: 7-ET-0028-RN TÉRMINO 7-ET-0069-RN, A34: INÍCIO: 7-ET-0211-RN TÉRMINO 7-ET-0578-RN, A35: INÍCIO: MV-9-CET13 TÉRMINO 7-ET-0212-RN, A37: INÍCIO: 7-ET-0014-RN TÉRMINO 7-ET-0583-RN, A38: INÍCIO: 7-ET-0580-RN TÉRMINO 7-ET-0581-RN, A39: INÍCIO: 7-ET-0358-RN TÉRMINO 7-ET-0214-RN, A41: INÍCIO: MV-11-CET13TÉRMINO 7-ET-0512-RN; A416: INÍCIO: MV-19-CET13TÉRMINO 7-ET-0419-RN, A418: INÍCIO: MV-20-CET13 TÉRMINO 7-ET-0769-RN, A439: INÍCIO: MV-17-CET13 TÉRMINO 7-ET-0393-RN, A441: INÍCIO: MV-21-CET13 TÉRMINO 7-ET-0028-RN. Localizado Ativo de Produção de Alto do Rodrigues (ATP-ARG), Campo de Produção de Estreito (ET), Município de Alto do Rodrigues/RN.
Mara Oliveira
Gerente Geral de SMS

CONCESSÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
PIPA APARTAMENTOS CENTER LTDA, CNPJ: 30.616.303/0001-02, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença Simplificada, com validade: 09/11/2029, para Condomínio Residencial multifamiliar com 16 unidades habitacionais, localizada na Rua Praia do amor, S/N, Praia da Pipa, Tibau do Sul-RN; JUAN AMADOR CARRILLO GARCIA/SÓCIO-ADMINISTRADOR

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO
MARIA DA CONCEICAO ARAUJO DANTAS BERNARDINO, CNPJ: 00.849.572/0001-40, torna público que está requerendo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença de Regularização de Operação - LRO, para Comercialização de Madeira (sem beneficiamento), localizada na Rua Coronel Severino Bezerra, 210, Centro, Campo Redondo/RN; MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO DANTAS BERNARDINO/PROPRIETÁRIA

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL
A 3R POTIGUAR S.A., CNPJ 44.186.763/0001-44, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, as licenças relacionadas abaixo:
• Renovação de Licença de Operação Nº 2023-201439/TEC/RLO-0706, com validade 10/11/2026, para 01 (um) oleoduto código ET CJ-B / ECS CJ-C. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.
• Renovação de Licença de Operação Nº 2023-197948/TEC/RLO-0509, com validade 10/11/2026, para 01 (uma) linha de urgência do poço petrolífero código: 7-CAM-1195-RN, com produção escoada para a Estação de Teste (ET) CAM-I. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.
• Renovação de Licença de Operação Nº 2023-195869/TEC/RLO-0481, com validade 10/11/2026, para 01 (uma) linha de urgência do poço petrolífero código: 7-GMR-0073-RN, com produção escoada para a Estação Coletora Satélite (ECS) GMR-A. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Guamaré (GMR), Município de Macau/RN.
• Renovação de Licença de Operação Nº 2023-194965/TEC/RLO-0365, com validade 10/11/2026, para 01 (uma) linha de urgência do poço petrolífero código: 7-CAM-1097-RN, com produção escoada para a Estação Coletora Satélite (ECS) CAM-G. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.
• Renovação de Licença Simplificada Nº 2023-194638/TEC/RLS-0087, com validade 10/11/2026, para 01 (um) acesso ao poço petrolífero código: 7-CAM-0978-RN. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.
• Renovação de Licença Simplificada Nº 2023-194628/TEC/RLS-0085, com validade 10/11/2026, para 01 (um) acesso ao poço petrolífero código: 7-CAM-1197-RN. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.
• Renovação de Licença de Operação Nº 2023-197949/TEC/RLO-0510, com validade 27/11/2026, para 01 (uma) linha de urgência do poço petrolífero código: 7-CAM-1004-RN, com produção escoada para a Estação Coletora Satélite (ECS) CAM-E. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Canto do Amaro (CAM), Município de Mossoró/RN.

• Renovação de Licença de Operação Nº 2023-194794/TEC/RLO-0368, com validade 06/11/2026, para 01 (um) poço petrolífero código: 7-MAG-0057-RN, com produção escoada para a Estação Coletora Satélite MAG-A. Localizado Polo Potiguar, Campo de Produção de Monte Alegre, Município de Pendências/RN.
Mara Oliveira, Gerente Geral de SMS

PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

JOSE EDEILSON SOARES, CNPJ: 10.309.126/0001-04, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a LS, para os Serviços de lavagem, lubrificação e de troca de óleo de veículos, localizado na Rua Tiradentes , nº 50, Centro, Lucrécia/RN.
JOSE EDEILSON SOARES - Proprietário

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, inscrito no CNPJ 33.541.368/0001-16, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Renovação da Licença de Operação - RLO para a Linha de Transmissão LT 230kV Paraíso/Lagoa Nova II, que perpassa os Municípios de Santa Cruz, Lajes Pintadas, Campo Redondo, Cerro Corá, Currais Novos e Lagoa Nova, todos no Rio Grande do Norte.
Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino, Diretor de Operação

PEDIDO DE LICENÇA ALTERAÇÃO

ADOISAENGENHARIAETECNOLOGIALTD, CNPJ03.092.799/0001-81,tornapúblicoqueestárequerendoao InstitutoDesenvolvimentoSustentáveMeioAmbientedoRioGrandedoNorte–IDEMAaLicençadeAlteração–LA, emfavordeextraçãodesaibrocom30.000m³/mês,numaáreade38,49ha,localizadanomunicípiodePedroAvelino/RN.
Antônio Medeiros de Oliveira – Diretor

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

Patrick Fonseca Tinoco, CPF: 072.007.564-58, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a licença Prévia de nº2023-192672/TEC/LP-0025 para Carcinicultura, localizada em Ceará-Mirim.

Centro Integrado de Assistência Social da Igreja Evangélica Assembleia de Deus - CIADE
AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE N.º 001/2023 (2ª CHAMADA)

O Centro Integrado de Assistência Social da Igreja Evangélica Assembleia de Deus - CIADE, torna público a quem interessar, que será modificado a dato do CONVITE Nº 001/2023 (2ª CHAMADA), TIPO EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, para o dia 24/11/2023 às 09:00 horas, na sala da Comissão, localizada Sede do CIADE, na Rua Abreulândia, nº 77, Planalto, Natal/RN, cujo objeto é a Contratação de empresa de engenharia especializada para Construção da estrutura física das guaritas do Complexo Amar – unidade do CIADE, para o atendimento de crianças e adolescentes na modalidade do Centro de Convivência e Serviço de Acolhimento para fortalecimento de vínculos na Comunidade Maanaim no Município de Extremoz/RN. O edital pode ser adquirido até 01 dia antes da sessão pública, na sede do CIADE ou através do e-mail: ciadepregao@gmail.com.
Natal/RN, 13 de novembro de 2023
Elzeneide de Oliveira
Presidente da CPL/CIADE

Prefeituras e Câmaras Municipais

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA D’ANTA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0001/2023 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01111023

A Câmara Municipal de Lagoa d’Anta-RN, por meio do Pregoeiro, torna público que fará realizar, às 14h00min do dia 27 de novembro de 2023, licitação modalidade Pregão Eletrônico SRP, para FORMAR Registro de Preços para Aquisição de Veículo Automotivo, (Pick-up) zero km, ano 2023, cor branca ou prata, destinado a atender as necessidades da Câmara Municipal de Lagoa d’Anta-RN. Fundamento legal: Decreto Federal nº 10.024/2019 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014. Data e horário do recebimento das propostas a partir das 08h00min do dia 14 de novembro de 2023 até as 13h59min do dia 27 de novembro de 2023. Informações das 08:00 as 14:00 dos dias uteis, no endereço supracitado. O Edital e seus anexos encontram-se disponível no e-mail camaramunicipaldeld@gmail.com; e no site licitafacil.tce.rn.gov.br, na sede da Câmara Municipal e no sistema eletrônico do portal de compras públicas para participação da licitação os interessados deverão acessar o site www.portaldecompraspublicas.com.br, a sessão pública será aberta as 14:00 do dia 27 de Novembro de 2023. Lagoa d’Anta - RN, 10 de novembro de 2023. FRANCISCO TOSCANO NETO - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA/RN
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2023 - CPL/PMBF

O Pregoeiro Oficial do município de Baía Formosa/RN, nomeado através da Portaria nº 112/2023, de 31 de maio de 2023, da Senhora Prefeita, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de Propostas via internet, até as 09:00 horas – Horário de Brasília/DF, do dia 27 de novembro de 2023 (27/11/2023), para o Processo Licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 029/2023 - CPL/PMBF, o qual realizar-se-á no dia 27 de novembro de 2023 (27/11/2023), às 09:30 Horas – horário de Brasília/DF, através do portal www.portaldecompraspublicas.com.br, visando a Eventual e futura Contratação de Pessoa Jurídica para realizar o fornecimento de material esportivo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer bem como as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, no âmbito do Município de Baía Formosa/RN, conforme especificações contidas no Edital. A íntegra do Edital em referência, bem como as informações pertinentes ao processo, também encontram-se disponíveis no portal www.portaldecompraspublicas.com.br bem como nos portais www.licitafacil.tce.rn.gov.br e www.baiaformosa.rn.gov.br. Baía Formosa/RN, Sexta-Feira, 10 de novembro de 2023 (10/11/2023). Hálison da Costa Sousa - Pregoeiro Oficial do Município de Baía Formosa/RN - Portaria nº 112/2023 - GP/PMBF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00058/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 10/11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00058/2023. DOTAÇÃO: 10031 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2073 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE 3390300000 - Material de Consumo 16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de

Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00211/2023 - 13.11.23 - PRONAI COMERCIO DE LIVROS LTDA - R\$ 13.800,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº DV00058/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00058/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: PRONAI COMERCIO DE LIVROS LTDA - R\$ 13.800,00.
Jardim de Piranhas-RN, 10 de novembro de 2023
ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES / RN
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº. 045/2023 – PML/RN
Processo administrativo nº 836/2023
Licitação nº 166/2023

A Prefeitura Municipal de Lajes/RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando ao REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA A LOCAÇÃO VEÍCULOS PESADOS PARA MANUTENÇÃO DA COLETA DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES SUA CORRETA DESTINAÇÃO FINAL; E, DE UM CAMINHÃO LIMPA FOSSA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIES DE LAJES/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h59min do dia 30/11/2023. Data e horário do início da disputa: 08h00min do dia 30 de novembro de 2023, através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 011/2023. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PML, no horário das 08h00min às 12h00min, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3532-2627. A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP https://pncp.gov.br/app/editais e através do site institucional www.lajes.rn.gov.br. Lajes/RN, 13 de novembro de 2023. RUDSON PEREIRA DA SILVA Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES / RN
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº. 044/2023 – PML/RN
Processo administrativo nº 796/2023
Licitação nº 164/2023

A Prefeitura Municipal de Lajes/RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E INJETÁVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DESTES MUNICÍPIO QUE NECES-SITA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h59min do dia 28/11/2023. Data e horário do início da disputa: 08h00min do dia 28 de novembro de 2023, através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 011/2023. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PML, no horário das 08h00min às 12h00min, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3532-2627. A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP https://pncp.gov.br/app/editais e através do site institucional www.lajes.rn.gov.br. Lajes/RN, 13 de novembro de 2023. RUDSON PEREIRA DA SILVA Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES / RN
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº. 046/2023 – PML/RN
Processo administrativo nº 665/2023
Licitação nº 168/2023

A Prefeitura Municipal de Lajes/RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE MATERIAIS DE USO HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h59min do dia 29/11/2023. Data e horário do início da disputa: 08h00min do dia 29 de novembro de 2023, através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 011/2023. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PML, no horário das 08h00min às 12h00min, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3532-2627. A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP https://pncp.gov.br/app/editais e através do site institucional www.lajes.rn.gov.br. Lajes/RN, 13 de novembro de 2023. RUDSON PEREIRA DA SILVA Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE/RN
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023

O Município de Pedra Grande torna público que no dia 27/11/2023, às 09hs31, fará licitação na modalidade PE nº 012/2023 – Objetivo: Registro de preços para eventual e futura Contratação de empresa para aquisição de cestas básicas para distribuição a pessoas carentes do município de Pedra Grande. Edital e anexos em: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.pedragrande.rn.gov.br (processos licitatórios – pregão eletrônico 2023), ou na CPL na Rua Severino Ferreira, 203, Centro, Pedra Grande/RN. Pedra Grande/RN, 13/11/2023. Rutemberg de Melo Gonzaga - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0295/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 0295/2023 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN Nº 2023100295

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN; CONTRATADA: ANDRE WILLIAM LINO RAMOS 711393014-03 , INSCRITA NO CNPJ 41.542.012/0001-25, REPRESENTANTE EXCLUSIVO DO BANDA WOXTON NÓBREGA, LOCALIZADA À RUA QUIEZINHO FERNANDES 281 SALA A BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA SANTA LUZIA/PB; OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À FESTA DE NOSSA SANHORA DO PATROCÍNIO – WOXTON NÓBREGA DATA DE APRESENTAÇÃO: 01 DE DEZEMBRO DE 2023; VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA SUBSCRIÇÃO E TERMO FINAL EM SESSENTA (60) DIAS; VALOR: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER 13.392.0048.2.22 MANUT. SERV CULTURAIS,

ARTÍSTICOS E TURISMO; 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; FONTE: 17103110--TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS – DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 74, II, DA LEI Nº 14.133/21; SUBSCRITORES: GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE E ANDRÉ WILLIAM LINO RAMOS – PELA CONTRATADA.SÃO FERNANDO/RN, 10 DE NOVEMBRO DE 2023.GENILSON MEDEIROS MAIA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0291/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 0291/2023 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN Nº 2023100291
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN; CONTRATADA: PEGADA DO COYOTE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS , INSCRITA NO CNPJ 48.025.331/0001-02, REPRESENTANTE EXCLUSIVO DO BANDA PEGADA DO COYOTE, LOCALIZADA À RUA JAGUARARI 2281 LAGOA NOVA NATAL/RN; OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À FESTA DE NOSSA SANHORA DO PATROCÍNIO – PEGADA DO COYOTE; DATA DE APRESENTAÇÃO: 26 DE NOVEMBRO DE 2023; VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA SUBSCRIÇÃO E TERMO FINAL EM SESSENTA (60) DIAS; VALOR: R\$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER 13.392.0048.2.22 MANUT. SERV CULTURAIS, ARTÍSTICOS E TURISMO; 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; FONTE 17103110--TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS – DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 74, II, DA LEI Nº 14.133/21; SUBSCRITORES: GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE E ROGÉRIO MEDEIROS CABRAL JÚNIOR – PELA CONTRATADA.SÃO FERNANDO/RN, 10 DE NOVEMBRO DE 2023.GENILSON MEDEIROS MAIA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0290/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 0290/2023 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN Nº 2023100290
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN; CONTRATADA: MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ LTDA, INSCRITA NO CNPJ 01.402.019/0001-27, REPRESENTANTE EXCLUSIVO DA BANDA CAVALEIROS DO FORRÓ, LOCALIZADA À AV. RODRIGUES ALVES, 800, SALA 1103 TIROL, NATAL/RN; OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À FESTA DE NOSSA SANHORA DO PATROCÍNIO – CAVALEIROS DO FORRÓ; DATA DE APRESENTAÇÃO: 02 DE DEZEMBRO DE 2023; VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA SUBSCRIÇÃO E TERMO FINAL EM SESSENTA (60) DIAS; VALOR: R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER 13.392.0048.2.22 MANUT. SERV CULTURAIS, ARTÍSTICOS E TURISMO; 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; FONTE 17103110 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS – DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 74, II, DA LEI Nº 14.133/21; SUBSCRITORES: GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE E JANINE SANTOS DE MELO LAGO – PELA CONTRATADA.SÃO FERNANDO/RN, 10 DE NOVEMBRO DE 2023. GENILSON MEDEIROS MAIA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0292/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 0292/2023 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN Nº 2023100292
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN; CONTRATADA: R L DA SILVA SERTAO LOCA-COES E EVENTOS, Inscrita no CNPJ 20.659.771/0001-00, REPRESENTANTE EXCLUSIVO DO ARTISTA RODOLFO LOPES, LOCALIZADA À RUA JOSÉ CIRINO DA SILVA, Nº 225, JOÃO XXIII, CAICÓ/RN; OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS À FESTA DE NOSSA SANHORA DO PATROCÍNIO – RODOLFO LOPES; DATA DE APRESENTAÇÃO: 02 DE DEZEMBRO DE 2023; VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA SUBSCRIÇÃO E TERMO FINAL EM SESSENTA (60) DIAS; VALOR: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER 13.392.0048.2.22 MANUT. SERV CULTURAIS, ARTÍSTICOS E TURISMO; 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; FONTE: 17103110--TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS – DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 74, II, DA LEI Nº 14.133/21; SUBSCRITORES: GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE E RODOLFO LOPES DA SILVA – PELA CONTRATADA.SÃO FERNANDO/RN, 10 DE NOVEMBRO DE 2023. GENILSON MEDEIROS MAIA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. ADMIN. MSNN/ RN Nº 2311100001 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 - FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993
A Comissão Permanente de Licitação do Município de Serra Negra do Norte/RN vem a público comunicar que, no dia 13 de novembro de 2023, no site: www.serranegra.rn.gov.br, estará disponível o Edital e Anexos desta Licitação, destinado a Contratação de empresa para executar os serviços de construção do distrito industrial do Município de Serra Negra do Norte/RN. No dia 14 de dezembro de 2023, das 07:30 às 08:29 horas, será realizado o credenciamento dos representantes das empresas licitantes, e às 08:30 horas iniciará a sessão de recebimento e abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA, na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – situada na Rua Senador José Bernardo, nº 110, centro, Serra Negra do Norte/ RN. Maiores informações serão fornecidas pelos Fones: 84-3426-2261 e pelo e-mail: licitacoes@serranegra.rn.gov.br. Serra Negra do Norte/ RN, 10 de novembro de 2023. Severino Florêncio de Oliveira Neto, Presidente

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO (LRO) PARA REFORMA DO MERCADO PUBLICO
Prefeitura Municipal de Umarizal, inscrita no CNPJ nº 08.348.963/0001-92, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a LRO para a Reforma do Mercado Público, localizado na Rua Taquina Alves, S/N, bairro Centro, Umarizal/RN – 59.865-000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL
PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA (LS) PARA REFORMA DO PARK DE EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS
Prefeitura Municipal de Umarizal, inscrita no CNPJ nº 08.348.963/0001-92, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a LS para a Reforma do Park de Exposição de Animais, localizado na Avenida da Integração as margens da RN117, S/N, bairro Centro, Umarizal/RN – 59.865-000.

#2anos

ESCOLA

DEMOCRÁTICA

Escola é território aberto ao conhecimento e livre da censura!

Lei Estadual nº 10.569/2019